

DIAGNÓSTICO SOBRE O PERFIL DA MULHER PIAUIENSE

NO CONTEXTO ATUAL



PIAUÍ, JANEIRO 2021

DIAGNÓSTICO SOBRE O PERFIL DA MULHER PIAUIENSE

NO CONTEXTO ATUAL



PIAÚÍ, JANEIRO 2021



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
Maria Regina Sousa

**COORDENADORA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA
AS MULHERES**
Zenaide Batista Lustosa Neta

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
Conceição de Maria Nunes Silva

**DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES**
Ellen dos Santos Costa

**DIRETORA DE ARTICULAÇÃO
INTERINSTITUCIONAL E AÇÕES TEMÁTICAS**
Lidiane César Oliveira

**GERENTE DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA AS MULHERES**
Adriana Ribeiro da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Maria Luísa Mendes Santos Barros

ASSESSORIA TÉCNICA
Thátilla Thaira Ferreira da Silva Porto Leite

CONSÓRCIO CON&SEA / CEALMA / IDESA

Consultoria e Serviços Socioeconômico e
Ambiental - CON&SEA LTDA

Diretoria

Ana Rosa Leite Mesquita
Antônio Ramaiana Ribeiro

Centro de Estudos Aplicados em Logística e Meio
Ambiente -CEALMA

Diretoria

Jane Gayoso de Paiva
Renata Quemel Pires
Sabrina Santos de Lima
Sônia Fonseca Gama

Coordenadoria de Divulgação Científica

Ana Cristina Barata Ferreira

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

José Diego Rufino

Instituto de desenvolvimento Econômico e Social
da Amazônia SA - IDESA

Presidente

Lucival Solano Alves Bentes

Coordenador da CAF

Irani Monte Carneiro

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral
Sônia Fonseca Gama

Especialista Sênior
Jadson Fernandes Chaves

Especialista Pleno
Carla Ramirez

Especialista Júnior
Ana Rosa Leite Mesquita

Especialista de Apoio / Logística de Campo
Renata Quemel Pires

Especialista de Apoio / Plano Estadual
Antônio Ramaiana de Ribeiro

Equipe de Pesquisadores de Campo (1ª fase)

Amélia Raquel Lima Solano
Antônio Augusto da Cunha Neto
Camila Fonseca
Carla Ramirez
Jadson Fernandes Chaves
Karine de Jesus Silva
Maria do Desterro Lima

Milena Alves Miranda
Nara Núbia de Almeida Gomes
Renata de Carvalho Campos
Renata Quemel Pires
Sônia Fonseca Gama
Yamona Mara da Silva Gaspar
Yasmim Abreu Nunes

Equipe de Pesquisadores de Campo (2ª fase)

Antônio Augusto da Cunha Neto
Jadson Fernandes Chaves
Nara Núbia de Almeida Gomes

Renata Quemel Pires
Sônia Fonseca Gama
Patrícia Moreira Alcântara

Operacionalização Sistema QuestionPro
Dornélio Silva

Conselheiro Técnico
Dr. Thomas A. Mitschein

Colaboração e Projeto Gráfico
Patrick Sandre

Revisão

Cleyson Chagas - Elisandra Nunes Pereira - Roseany Caxias Lima - Silvanaide Guedes Cabral

O Diagnóstico sobre a Realidade da Mulher Piauiense é um instrumento de construção coletiva e participativa que envolve diretamente os 12 (doze) Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí, proporcionando uma base de dados relevantes, em que são consideradas as especificidades étnica, geracional, situacional, social, cultural, sexual e regional das mulheres piauienses.

É com satisfação que apresentamos este diagnóstico, que foi organizado pelo Consórcio CON&SEA/CEALMA/IDESA e que surge de forma democrática, sendo uma prática constante do Governo do Estado do Piauí, envolvendo diretamente várias organizações da sociedade civil e do poder público municipal e estadual, que permitirá quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as políticas públicas a serem implementadas na perspectiva de uma construção para a equidade de gênero.

O Diagnóstico sobre a Realidade da Mulher Piauiense é a etapa principal para a construção do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. É a partir dele que serão identificados os problemas, as oportunidades e os riscos, retratando a situação atual da realidade das mulheres no estado e orientando as principais demandas para desenvolver e melhorar as políticas públicas para essas mulheres, levando em consideração suas especificidades de acordo com a região onde vivem.

Este trabalho constitui uma importante ferramenta, pois se trata de um conjunto amplo de informações que contribuirá para o debate e permitirá à gestão pública e à sociedade melhorar o planejamento e a formulação de políticas públicas para mulheres.

Zenaide Batista Lustosa Neta
Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres

APRESENTAÇÃO

A realização de políticas públicas para as mulheres é um processo de decisão baseado em informações precisas e transparentes, considerando a visão da mulher com os diferentes pontos de vista e necessidades. O contexto em que as políticas serão realizadas, bem como as relações estabelecidas, devem ser analisadas para a efetivação da garantia de direitos e resultados sustentáveis. É necessário lançar luz sobre a desigualdade para buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade, a partir de propostas eficientes e com aprendizado contínuo. Neste sentido, apresentamos o **DIAGNÓSTICO SOBRE O PERFIL DA MULHER PIAUIENSE NO CONTEXTO ATUAL**, ainda preliminar, com foco nas 10 temáticas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O trabalho, organizado em capítulos, cumpre a importante função de balizar os indicadores, reduzir a intuição na formulação de políticas públicas, estabelecendo processos de realização e decisão com base em informações de alta qualidade, usando dados e capacidades analíticas.

Neste sentido, o documento foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, com o necessário rigor nas normas de trabalho e evidências quantitativas e qualitativas, tendo o cientificismo como base metodológica. A disponibilidade de dados confiáveis sobre os 10 eixos relevantes para a construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres é resultado da prioridade do Governo do Estado do Piauí em atenção à mulher.

É importante destacar que durante a construção deste Diagnóstico o mundo foi surpreendido pela COVID-19, doença que ocasionou crise sanitária global. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a ocorrência da COVID-19 em todos os continentes. No Brasil, frente à gravidade da situação, o Congresso Nacional, em 20 de março de 2020, aprovou o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública. Em seguida, Decretos Estaduais e Municipais foram estabelecidos, com o objetivo de conter o novo Coronavírus e preservar a saúde da população. O fenômeno trouxe entraves para esta pesquisa, impactando direta e significativamente nas atividades de campo; entretanto, ajustes foram realizados e, assim, garantida a continuidade das ações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	15
2. NÚMEROS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PIAUÍ	20
2.1 POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA	21
2.1.1 Evolução, comparativo da população de Mulheres	23
2.2 ECONOMIA	27
2.2.1 Atividades produtivas	29
2.2.2 Exportação e importação	30
2.3 EDUCAÇÃO	32
2.3.1 Indicadores das mulheres na educação	33
2.4 OCUPAÇÃO, EMPREGO E RENDA	37
2.5 SAÚDE	45
2.6 VULNERABILIDADE SOCIAL	49
2.7 A RIQUEZA AMBIENTAL SEM PRECEDENTES	50
2.8 AGRICULTURA FAMILIAR	53
3. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PIAUÍ: A REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO E A EVOLUÇÃO DOS DADOS	56
3.1 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL	58
3.2 LEVANTAMENTO DA REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PIAUÍ	63
3.3 DADOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) SOBRE AS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	68
3.4 DADOS DA CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180 NO ESTADO DO PIAUÍ	74
3.5 EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS POLICIAL, NO APLICATIVO SALVE MARIA E NAS TAXAS DE HOMICÍDIO DE MULHERES NO PIAUÍ	76
4. ANÁLISES DE INDICADORES DOS 10 EIXOS PROPOSTOS	86
4.1 IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA	88
4.2 EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE E CIDADANIA	94
4.3 SAÚDE INTEGRAL, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS	102
4.4 ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	110
4.5 FORTALECIMENTO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO	115
4.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM IGUALDADE ECONÔMICA	121
4.7 DIREITO À TERRA COM IGUALDADE PARA AS MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA	123
4.8 CULTURA, ESPORTE, COMUNICAÇÃO E MÍDIA	125

4.9 ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA	128
4.10 IGUALDADE PARA MULHERES JOVENS, IDOSAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA	133
5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: POSSIBILIDADES, REALIZAÇÕES E DESAFIOS	140
5.1 OS INSTRUMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	141
5.1.1 Criação da Coordenadoria Estadual de Política as Mulheres (CEPM)	142
5.1.2 Organismos de Política para Mulheres (OPM)	147
5.1.3 Unidades Móveis	148
5.1.4 Palestras, Campanhas e Formações para Igualdade e Cidadania	148
5.1.5 Selo Atitude Mulher	149
5.1.6 Conferência Estadual da Mulher	150
5.1.7 Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor	150
5.1.8 Piauí Férias de Norte a Sul e Festival de Música	151
5.1.9 Iniciativa "16 DIAS DE ATIVISMO"	152
5.1.10 Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural -PROGERE II	152
5.1.11 Projeto Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes	154
5.1.12 Projeto Viva o Semiárido	155
5.1.13 Encontro de Mulheres do Semiárido	156
5.1.14 Projeto "Semeando cidadania" Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Para Mulheres Rurais	157
5.1.15 Plano Estadual de Ação para Redução da Mortalidade Materna e na Infância	157
5.1.16 Centros de Parto Normal (CPNs)	157
5.1.17 Casa da Gestante, Bebê e Puérpera	158
5.1.18 Hospital Regional Chagas Rodrigues	158
5.1.19 Estratégia Zero Morte Materna	159
5.1.20 Ambulatório de Saúde Integral da População Trans – Makelly Castro	159
5.1.21 Centro de Referência Estadual da Mulher em Situação de Violência – Francisca Trindade (CRM)	160
5.1.22 Serviço de Atenção as Pessoas Vítimas de Violência Sexual	161
5.1.23 Uso de Aplicativos e Dinâmicas Interativas	161
5.1.24 Banco de Dados "Leoneide Ferreira"/"iPenha"	162
5.1.25 Plantão Policial Civil Metropolitano de Gênero de Teresina	163
5.1.26 Delegacia da Mulher (DEAM)	163
5.1.27 Delegacia de Polícia do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio de Teresina- Piauí	163
5.1.28 Departamento Estadual de Proteção à Mulher (DEPM)	163
5.1.29 Delegacia dos Crimes Virtuais contra a Mulher e das Meninas Desaparecidas	164

5.1.30 Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	165
5.1.31 Assessoria jurídica especial para conflitos de questões fundiárias	165
5.2 PLANOS PLURIANUAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	165
5.2.1 Plano Plurianual - 2016 a 2019: “Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Segurança e Sustentabilidade”	166
5.2.2 PPA 2020-2023 – Fazer AGORA Construir o FUTURO	167
5.3 PESQUISAS E ESTUDOS DO GOVERNO DO PIAUÍ: INTERFACE E TRANSVERSALIDADE COM A QUESTÃO DE GÊNERO	168
5.4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO PIAUÍ	171
5.5 PATRULHA MARIA DA PENHA	173
6. O QUE PENSAM E PROPÕEM AS MULHERES PIAUIENSES	176
6.1 A OFICINA SETORIAL PARTICIPATIVA	177
6.2 DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR TERRITÓRIO	181
6.3 RESULTADOS	183
6.3.1 Abordagem sobre a realidade e garantia de direitos	184
6.3.2 Proposição de políticas públicas a partir da avaliação de indicadores secundários	185
6.3.2.1 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica	186
6.3.2.2 Educação para igualdade e cidadania	188
6.3.2.3 Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	190
6.3.2.4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	193
6.3.2.5 Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	195
6.3.2.6 Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social	197
6.3.2.7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta	199
6.3.2.8 Cultura, esporte, comunicação e mídia	201
6.3.2.9 Enfrentamento do racismo, de sexismo e da lesbofobia	203
6.3.2.10 Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência	204
6.3.3 Identificação e avaliação de instrumentos e serviços públicos	207
7. A REALIDADE DAS MULHERES PIAUIENSES: RESULTADO DA PESQUISA PRIMÁRIA	214
7.1 MÉTODOS	214
7.2 PARTICIPANTES	215
7.3 AS FASES DE ESCOLHA DA AMOSTRA	216
7.4 METODOLOGIA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS	219
7.5 PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS	220
7.5.1 Análise Por Eixo	223

7.5.1.1 EIXO I: Igualdade No Mundo Do Trabalho e Autonomia Econômica	223
7.5.1.2 EIXO II: Educação Para Igualdade e Cidadania	234
7.5.1.3 EIXO III: Saúde integral das mulheres, direitos sexuais, direitos reprodutivos	243
7.5.1.4 EIXO IV: Enfretamento de todas as formas de violência contra as mulheres	255
7.5.1.5 EIXO V: Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	268
7.5.1.6 EIXO VI: Desenvolvimento Sustentável com igualdade econômica e social	274
7.5.1.7 EIXO VII: Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta	277
7.5.1.8 EIXO VIII: Cultura, esporte, comunicação e mídia	281
7.5.1.9 EIXO IX: Enfrentamento do racismo, do sexismo e lebofobia	288
7.5.1.10 EIXO X: igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência	295
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
REFERÊNCIAS	316
ANEXOS	325

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a realidade da mulher piauiense a partir de dados primários e secundários, em um cenário multidisciplinar, nos contextos social, demográfico, político, econômico, ambiental, de vulnerabilidade e violência, tendo como base as 10 ¹linhas de ação que fazem parte do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). O presente trabalho está dividido em **oito capítulos**:

O primeiro descreve a trajetória metodológica para alcançar os resultados da pesquisa secundária realizada em documentos oficiais das instituições governamentais e não governamentais, sites, revistas, jornais, banco de dados oficiais dos governos, instituições de pesquisas e da pesquisa primária, dentre outros.

No capítulo seguinte é abordada a dinâmica da transformação socioeconômica do estado do Piauí, cuja base econômica gira em torno do serviço, indústria e agropecuária. Nele são realizadas análises de diversas informações nos aspectos social, econômico, educacional, ambiental e da saúde, buscando traçar um panorama geral da situação mais recente e dos indicadores disponibilizados. Sempre que possível foi relatada a situação da mulher. É importante ressaltar que, por razões de insuficiência de informações, não foi possível traçar cenários de forma direta, envolvendo as dez linhas de ação neste capítulo.

No terceiro capítulo discute-se a problemática da violência contra a mulher e sua evolução. Nesse caso, são tratadas questões de gênero, de forma geral, políticas, conselhos e redes de enfrentamento e seus eixos. Há, nesse ponto, a contextualização da violência e a exposição dos dados, como gráficos, quadros, indicadores, tabelas e séries históricas, mostrando a trajetória do ciclo da violência em relação às mulheres no estado do Piauí.

¹ As 10 linhas de ação que compõem o estudo foram baseadas nos seguintes indicadores: 1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; 2. Educação para a igualdade e cidadania; 3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; 4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres; 5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; 7. Direito à terra com igualdade para mulheres do campo e da floresta; 8. Cultura, esporte comunicação e mídia; 9. Enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia; e 10. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência.

Em um **quarto momento** é feita a análise a partir das 10 linhas de ação apontadas na proposta técnica inicial deste trabalho que fazem parte do PNPM. O critério de escolha das informações seguiu padrão em formato de matriz, para melhor compreensão e sinalização dos números.

No **Quinto Capítulo** apresentam-se as principais políticas adotadas no estado do Piauí concernentes às mulheres, considerando os desafios da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres (CEPM), os programas e projetos, a partir de análise nos documentos oficiais do Poder Executivo, além de outros identificados.

O **Sexto Capítulo** dá voz à mulher. A Oficina Setorial Participativa, componente qualitativo do Diagnóstico Sobre a Realidade das Mulheres Piauienses, é um método de investigação e avaliação da realidade das mulheres centrado na observação e comprovação de indicadores secundários, bem como em proposições de políticas públicas, estabelecendo a relação entre fatos, processos sociais, sujeitos e referências conceituais.

No **Sétimo Capítulo** são apresentados os resultados da pesquisa primária realizada com as mulheres para conhecer suas realidades. Nessa etapa foram levantados dados quantitativo e qualitativo, com a utilização de um questionário estruturado, elaborado em conjunto com a Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres (CEPM), sendo aplicado nos 12 territórios, nas zonas urbana e rural, de 70 municípios do Estado. Nesse capítulo, as abordagens foram criadas a partir dos 10 eixos proposto pelo Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).

No **Capítulo final**, as considerações apontam os caminhos a seguir a partir dos desafios identificados pelo diagnóstico.

As informações deste Diagnóstico devem subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, assim, metodologias específicas foram elaboradas, conforme descritas a seguir, para que o resultado alcançado tenha efeito positivo na realidade das mulheres piauienses.

1

PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O procedimento metodológico adotado neste estudo foi definido a partir de um trabalho realizado em etapas. Em um primeiro momento houve ampla discussão em seminário que reuniu representantes de instituições piauienses que atuam diretamente na elaboração de políticas para as mulheres no estado do Piauí.

Na ocasião foram expostos as ações, os desafios, as dificuldades, os anseios e o monitoramento das informações em seus respectivos bancos de dados, além de indicadores e relatórios sobre a problemática da situação da mulher piauiense. No evento ficou acordado que as Secretarias de Estado repassariam os dados e indicadores regionais para o Consórcio CON&SEA/CEALMA/IDESA, doravante identificado como Consórcio, de forma a contribuir para a realização deste trabalho.

Em uma outra etapa foi realizada pesquisa em bancos de dados de instituições federais, como do Ministério da Saúde, por meio do DATA SUS; Instituto de Pesquisas Sociais e Aplicadas/IPEA, do IPEA DATA; Fórum de Segurança Pública, no Atlas da Violência; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE e PNUD, com aprofundamento das informações geradas a partir dessas bases. Ainda nessa fase, foi analisado um conjunto de dados da Polícia Civil Estadual, integrante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, que deu consistência às informações estudadas. A revisão bibliográfica também compôs as fontes secundárias, como documentos oficiais das diversas Secretarias de Governo do Piauí, e outras fontes, como Prefeituras do estado do Piauí, PNAD, Banco Mundial, dentre outras.

Vale reforçar que este estudo foi realizado a partir das dez linhas de ação que fazem parte do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), e serão amplamente discutidas, sendo elas:

1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica;
2. Educação para igualdade e cidadania;
3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos;
4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
6. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social;
7. Direito à terra, com igualdade para as mulheres do campo e da floresta;
8. Cultura, esporte, comunicação e mídia;
9. Enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia;
10. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência.

Na construção de indicadores para o diagnóstico, optou-se pela utilização de dados com as seguintes características: apropriados ao escopo temático, que possuam desagregabilidade geográfica e populacional e de boa confiabilidade (JANNUZZI, 2005).

Desta forma, optou-se por construir indicadores com base nas propostas do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) e no Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto posto, foram utilizadas fontes de dados secundários disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, Censo Agropecuário de 2017, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), DATASUS, Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), o Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso da Fundação Fiocruz, bem como dados da plataforma do CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

A análise e descrição das políticas públicas de gênero implementadas pelo Governo do Estado do Piauí foi realizada com base nos relatórios de Gestão do Governo do Piauí, documentos e projetos internos e de parcerias com organismos internacionais, como PNUD e Banco Mundial, os Instrumentos de Planejamento do Estado – Plano Plurianual (PPA) / Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA), registros feitos nos sites do Governo do Estado do Piauí e das Secretarias e Coordenadoria, considerando, principalmente, os anos de 2016 a 2019, além dos Marcos Legais e referenciais teóricos que abordam o tema mulher nas políticas públicas, os diálogos com a sociedade civil, o movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e representantes do Governo do Estado, políticas essas que foram analisadas por eixos de ação.

A metodologia das Oficinas Setoriais Qualitativas teve como objetivo ouvir as mulheres e fazer uma conexão conceitual entre problemas. Essas pesquisas foram trabalhadas considerando significados, motivações, valores e crenças, pois respondem a noções particulares. Trata-se do componente qualitativo do Diagnóstico Sobre a Realidade das Mulheres Piauienses, que possibilitou a oportunidade de elas expressarem seus pontos de vista, o que pensam e propõem como políticas públicas.

Em função da pandemia do Coronavírus foi necessária a adaptação para um formato on-line, sem perder a unidade dos resultados. Foram trabalhadas nove oficinas no formato on-line, totalizando 12 eventos entre presencial e virtual, contemplando, assim, todos os 12 territórios que compõem o estado do Piauí. As falas foram compiladas e algumas delas transcritas de forma integral.

As oficinas on-line foram realizadas em duas fases: na primeira foram preenchidos formulários autoadministrados (Anexo 1), sem a interferência do facilitador, mantendo as perguntas abertas com espaço considerado suficiente para facilitar o preenchimento de uma resposta discursiva. Em uma segunda etapa, em reuniões virtuais, houve discussões em grupo sobre os resultados da primeira, já sistematizados. Em todos os dois casos foram mantidos a natureza e os objetivos da pesquisa e o perfil das entrevistadas.

Nas Oficinas Setoriais foram realizadas entrevistas projetivas e abertas para aprofundar as informações sobre as mulheres do Piauí. Para a técnica de entrevista aberta, atendendo à necessidade exploratória e o detalhamento de questões e formulação mais precisa, fez-se necessário que as facilitadoras trabalhassem o tema para que as mulheres pudessem sentir a liberdade e motivação para falar sobre suas vidas, explorando amplamente uma questão. A coleta de dados em grupos focais tem como objetivo principal estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum; ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema. As mulheres levaram em conta os pontos de vista das outras para a formulação de suas respostas e também teceram comentários sobre suas experiências.

Como procedimento técnico-metodológico de análise e sistematização das respostas abertas e na respectiva categorização foram aplicadas análise de conteúdo, como análise interpretativa de textos com decomposição do discurso, e reconstrução racional de uma ideia central, com a finalidade de criar categorias. Trata-se de um procedimento de reducionismo para identificar a dimensionalidade do atributo e a análise semântica. Esta análise considera os significados de palavras, frases, sinais e símbolos. Os resultados das Oficinas Setoriais Participativas estão devidamente sistematizados no capítulo 6, intitulado: O Que Pensam e Propõem As Mulheres Piauienses.

Na pesquisa primária, em uma abordagem junto à população de mulheres, a partir de 15 anos de idade, foi possível ouvir as necessidades, desejos e problemas que elas passam em 70 municípios e 12 territórios no Estado do Piauí.

Para dar consistência ao levantamento de dados, foram adotadas estratégias de roteirização, com intuito de gerar segurança e rapidez aos trabalhos de pesquisa. Além disso, foi necessário construir um planejamento amostral envolvendo métodos estatístico em sete etapas. O método utilizado foi de amostragem estratificada com erros e níveis estatísticos de confiança aceitáveis.

A coleta dos dados de pesquisa foi realizada a partir do Software QuestionPro implantado em Smartphone, tablet e demais aparelhos celulares, com tecnologia Android. Depois do questionário testado, foi inserido na plataforma do QuestionPro, na base de dados do sistema e consolidado as entrevistas.

O capítulo seguinte, Números e Condições Socioeconômicas do Piauí, responde à necessidade de gerar informação para subsidiar a melhoria das condições das mulheres em todas as dimensões da gestão pública: econômica, ambiental, educacional e social. Nele, são apresentados indicadores de forma mais geral para que sirvam de base na construção de políticas para as mulheres de forma efetiva e eficiente.

2

NÚMEROS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PIAUÍ

2 NÚMEROS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PIAUÍ

Para que políticas voltadas para as mulheres do Piauí possam ter resultados positivos, estas devem ser construídas baseadas em números e estudos nas áreas social, econômica e demográfica do estado, com foco na população feminina. Ao analisar as atividades produtivas do estado observam-se estratégias de enfrentamento à pobreza e sustentação econômica da mulher em um mundo globalizado. Estas informações relacionam ainda vulnerabilidade social e riqueza ambiental, sem precedentes, como pontos de análise deste capítulo. No estudo, alguns dados chamam atenção para uma reflexão direta em relação aos números socioeconômicos: população e demografia, economia, educação, dentre outros.

No que se refere à demografia, 88% dos municípios do Piauí possuem uma população de até 20 mil habitantes, sendo considerados, portanto, de pequeno porte, o que representa uma população total de 1.333.461 habitantes, equivalente a 41,4% do efetivo populacional, com uma densidade demográfica de 12,4hab/km² - a metade da média/Brasil. Sobre a população rural, o efetivo tem caído substancialmente: em 2000, era composta por 37,1% das pessoas; depois passou a 34,2%, em 2010; e para 33% em 2015. Esses dados revelam um quadro de expressivo êxodo do campo para a área urbana das cidades nas últimas décadas (IBGE, 2017).

Sob a ótica da economia, o estado do Piauí revela uma condição de crescimento em relação ao Brasil. Quando o assunto é Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, nota-se que houve uma geração de R\$45,36 bilhões, a preços correntes, em 2017, o que denotou um crescimento em relação ao ano anterior de 9,5%. No período de 2011-2017, o Piauí acumulou crescimento de riqueza de 20,1%, com taxa anual de 2,6%, enquanto o Brasil, no mesmo período, acumulou um crescimento de 3,7%, representando uma média de crescimento de 0,5% ao ano (CEPRO, 2019). Verifica-se uma concentração de riqueza em dez municípios, representando 62% do total do estado (IBGE, 2017). Em 2018, o Piauí ocupou a 12^a posição (U\$459.688.117) no ranking do saldo da balança comercial brasileira, e nas exportações, o 18^o lugar (U\$706.110.721) (MDIC, 2018).

No que tange à educação na rede pública, especificamente em relação à educação básica, em 2018 foram registradas 4.204 escolas, com 856.102 matrículas de estudantes. Dessas, 411.951 eram de alunos do nível fundamental, totalizando 48,1%. Em relação ao rendimento escolar, o ensino fundamental teve uma média de

reprovação em torno de 10,9%, e o ensino médio de 9,2%, sendo que o segundo teve uma taxa de abandono escolar de 10% (Q EDU, 2018).

No que se refere ao rendimento médio real do trabalho principal (habitualmente recebido por mês por pessoas de 14 anos ou mais de idade no Piauí, em 2018, ocupadas no momento da pesquisa), observa-se que as mulheres têm rendimento inferior ao dos homens na ordem de 9,8%. Quando se comparam as médias das mulheres piauienses com as nordestinas em geral, a variação é de 6,4% (PNAD, 2018).

Na Saúde, segundo dados do Plano Estadual de Saúde do Piauí (2020), a cobertura populacional da Estratégia de Saúde da Família (ESF) foi de 97%, superior à cobertura da Região Nordeste, e quase o dobro da cobertura observada no Brasil. O plano possui metas a serem alcançadas até 2023, dentre elas, destacam-se: tempo de permanência em fila de espera por especialidades médicas, de cinco dias até 2023 (até 2017 estava em 12,6 dias); razão de mortalidade de 56,5 até 2023 (em 2017, estava em 86,6); e proporção de municípios que realizem todas as ações de vigilância sanitária (100%) até 2023 (em 2018, estava em 41%).

2.1 População e demografia

Entre os anos de 1991 e 2000, a taxa média anual de crescimento populacional no Piauí foi de 1,08%, abaixo da média nacional (1,63%), quando se compara o mesmo período. A proporção da população feminina foi de 51,2%, com uma taxa de urbanização de 52,9%.

No período entre 2000 e 2010, a taxa média anual de crescimento foi de 0,93%, também abaixo da média nacional (1,17%); já a proporção da população feminina foi de 51%, com uma taxa de urbanização de 65,8%. Nessa área, um dado que chama atenção é a queda considerável da população rural: de 47,1%, em 1991, para 34,2% em 2010, em relação ao total da população, o que talvez se deva pela falta de oportunidades e políticas públicas para pessoas nestas regiões (Tabela 1).

Tabela 1 - População total por gênero, rural e urbana/estado do Piauí/1991/2000/2010

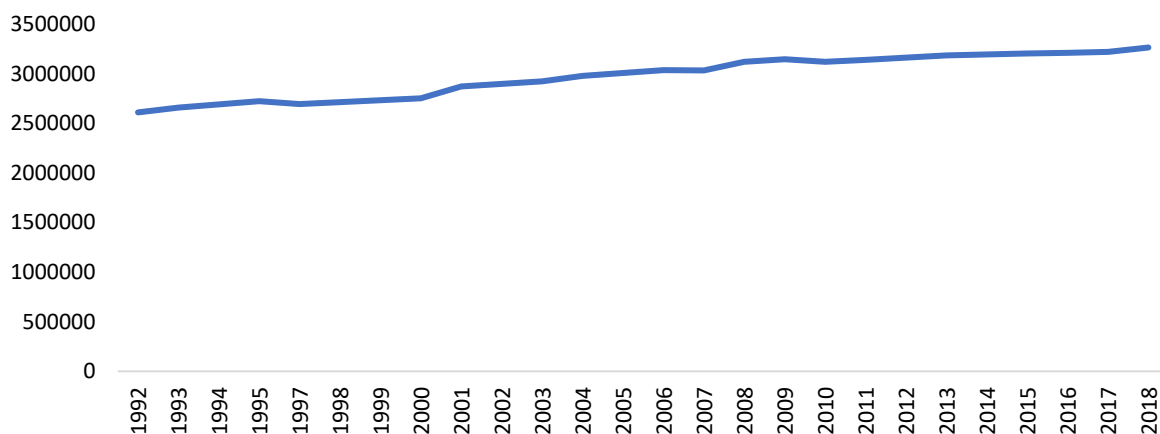
População	População (1991)	% Total (1991)	População (2000)	% Total (2000)	População (2010)	% Total (2010)
População Total	2.582.137	100%	2.843.278	100%	3.118.360	100%
População Residente masculina	1.261.278	48,8	1.398.290	49,2	1.528.422	49,0
População residente feminina	1.320.859	51,2	1.444.988	50,8	1.589.938	51,0
População Urbana	1.367.184	52,9	1.788.590	62,9	2.050.959	65,8
População Rural	1.214.953	47,1	1.054.688	37,1	1.067.401	34,2

Fonte: IBGE, 2010

Nota: Dados disponibilizados pelo Censo 2010.

Entre 1992 e 2018 houve aumento da população, acompanhado do crescimento do núcleo urbano. Sobre a distribuição da população entre zona urbana e áreas rurais, no período em questão, percebe-se que a perda do efetivo demográfico no campo foi maior que o crescimento populacional na zona urbana (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da população do estado do Piauí a partir do ano de 1992 até 2018



Fonte: DATA SUS, 2018.

O Piauí tem 224 municípios (o que corresponde a 12,5% do total das cidades da Região Nordeste, concentrando 5,6% da população total da região). Desses, 197 estão entre os menos populosos do estado (88%), com até 20 mil habitantes.

Tabela 2 - Quantidade de municípios por tamanho da população residente no Piauí, Nordeste e Brasil – 2017

Divisão por classes do tamanho da população	Quantidade	% (-)	Quantidade	% (-)
Até 5.000	81	36,2	312.887	9,72
De 5.001 até 10.000	80	35,7	541.065	16,8
De 10.001 até 20.000	36	16,1	479.509	14,9
De 20.001 até 50.000	22	9,82	686.421	21,3
De 50.001 até 100.000	3	1,34	198.630	6,17
De 100.001 até 500.000	1	0,45	150.547	4,68
Acima de 500.000	1	0,45	850.198	26,4
Total Piauí	224	100	3.219.257	100
Total Nordeste	1.794	100	57.254.159	100
Total Brasil	5.570	100	207.660.929	100

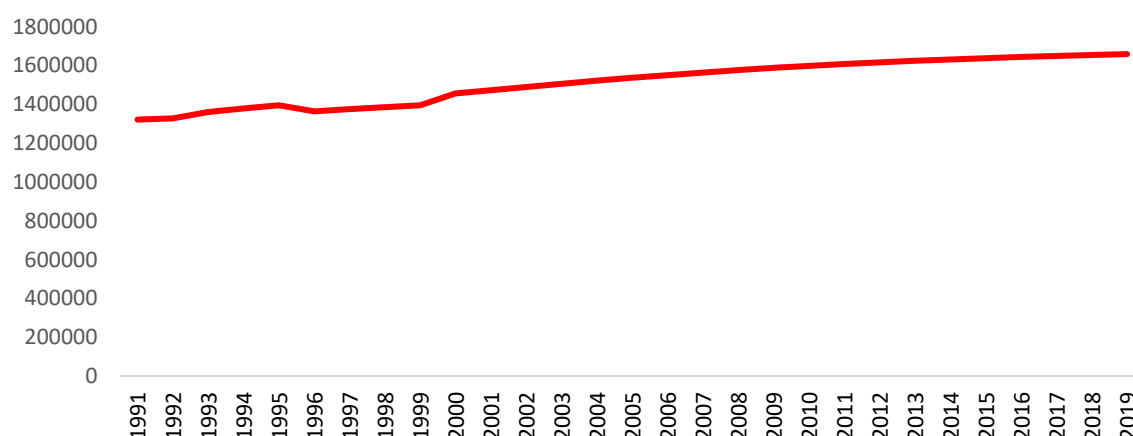
Fonte: IBGE. Estimativa da População Residente – 2017.

(-) Informações coletadas junto a Superintendência CEPRO/SEPLAN.

2.1.1 Evolução, comparativo da população de Mulheres

Sobre a população feminina, verifica-se que a partir do Século XXI houve uma tendência de crescimento moderada da população de mulheres no estado do Piauí, como pode ser visto no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Evolução da população de mulheres no período de 2000 até 2019 no Piauí

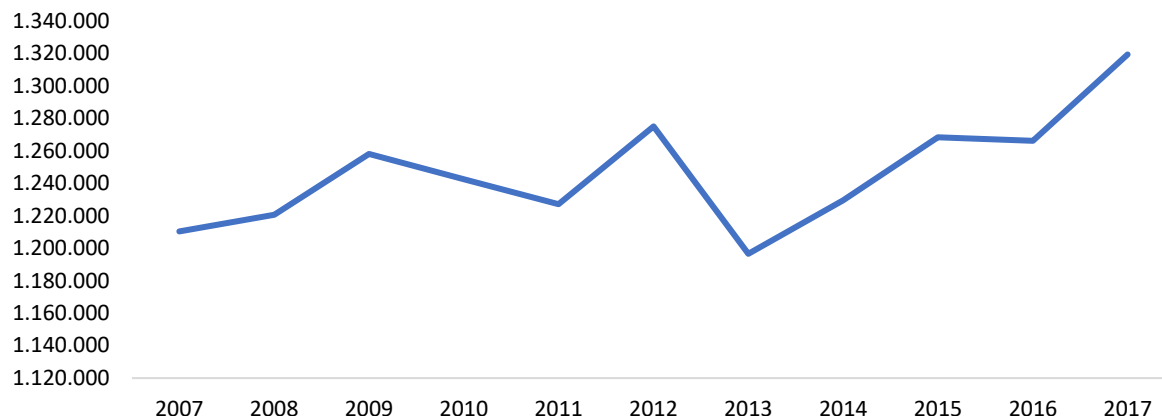


Fonte: Anos 2007-2015: PNAD/IBGE. Anos 2016 a 2019: Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

Dados da PNAD 2018, no Brasil, revelaram um aumento maior em pontos percentuais da proporção da população preta, que saiu de 7,4%, em 2012, para 9,3%, em 2018. Os pardos foram de 45,3% para 46,5%. Os brancos, por sua vez, eram 46,6% da população e chegaram a 43,1%. Os dados a seguir mostram a evolução da

população de mulheres negras no Piauí em dez anos. Ao analisar a série histórica, observa-se uma tendência de crescimento de 2013 a 2017:

Gráfico 3 - Evolução da população de mulheres negras no Piauí no período de 2007 até 2017



Fonte: Anos 2007-2015: PNAD/IBGE. Anos 2016 a 2019: Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

No Brasil, em 2015, havia cerca de três milhões de mulheres a mais em relação à quantidade de homens. O percentual de mulheres era de 51%, enquanto o de homens era de 49% do total da população brasileira. A população feminina jovem compunha 47% do total de mulheres (DATA SUS, 2015). A população de mulheres jovens era significativa no estado do Piauí, próxima da registrada no Brasil (50,5%); sendo que 11,2% possuíam mais de 60 anos; e 38,8% das mulheres se encontravam na faixa etária de 30 a 59 anos, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Divisão por faixa etária das mulheres piauienses/2015

Faixa etária	Quantidade	%
0 a 4 anos	122571	7,5
5 a 9 anos	139626	8,5
10 a 14 anos	152288	9,3
15 a 19 anos	138855	8,5
20 a 29 anos	272907	16,7
30 a 39 anos	275428	16,8
40 a 49 anos	194991	11,9
50 a 59 anos	155246	9,5
60 a 69 anos	102122	6,2
70 a 79 anos	57518	3,5
80 anos e mais	25308	1,5
Total	1.636.860	100,0

Fonte: DATA SUS, 2015.

Um dado importante da população feminina se refere à evolução por cor ou raça, quando se analisa o período de 2012-2018: houve um decréscimo de 12,2% na evolução em relação às mulheres brancas. Já à taxa de mulheres pretas o crescimento foi de 33% (Ver Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da população por cor ou raça, segundo sexo, no estado do Piauí, 2012-2018

Ano	Branca				Preta			Parda	
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	687.675	312.010	375.665	230.644	117.495	113.149	2.293.573	1.115.116	1.178.457
2013	747.875	350.367	397.508	209.649	105.640	104.009	2.261.645	1.104.770	1.156.875
2014	706.043	349.481	356.562	219.455	117.653	101.802	2.302.294	1.124.872	1.177.421
2015	655.433	308.992	346.441	215.887	103.638	112.249	2.363.742	1.177.883	1.185.859
2016	689.461	307.129	382.332	245.817	135.417	110.400	2.304.871	1.135.975	1.168.896
2017	665.332	315.103	350.229	282.521	142.783	139.739	2.302.141	1.108.233	1.193.908
2018	646.135	316.217	329.918	296.107	144.952	151.155	2.313.700	1.136.583	1.177.118

Fonte: PNAD, 2018.

De acordo com relatório da Síntese dos Indicadores Sociais (2019), no Brasil existiam mais de 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. Já em relação à renda, abaixo da linha da pobreza estavam 63% das casas comandadas por mulheres negras com filhos até 14 anos de idade.

Os dados apontam para a evolução da população por condição do domicílio, por sexo, no Piauí, no período 2012-2018. Em 2018, destaca-se a condição do domicílio responsável, com 1.012.051, desses 44,7% representados por mulheres (Ver Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução da população por condição do domicílio, segundo sexo, no estado do Piauí, 2012-2018

Ano	Responsável			Cônjuge ou companheiro(a)			Filho(a) ou enteado(a)			Outro		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	930.063	590.629	339.434	612.380	102.645	509.735	1.258.083	660.355	597.728	412.109	191.266	220.843
2013	959.857	632.846	327.011	650.420	96.680	553.739	1.215.207	648.236	566.971	395.162	183.560	211.602
2014	964.233	607.962	356.271	658.048	127.700	530.348	1.201.004	660.131	540.873	405.271	196.571	208.699
2015	1.006.242	578.626	427.616	662.445	183.157	479.288	1.185.632	649.441	536.190	383.373	181.499	201.874
2016	1.014.897	596.441	418.456	677.542	168.072	509.470	1.165.835	629.561	536.274	387.954	187.568	200.386
2017	1.025.012	575.673	449.339	645.192	177.302	467.890	1.185.372	621.777	563.595	399.050	194.091	204.960
2018	1.012.052	559.181	452.872	660.384	202.550	457.834	1.162.026	627.789	534.237	429.291	211.301	217.990

Fonte: PNAD, 2018.

Já em relação aos dados a seguir (Ver Tabela 6), que mostram a evolução dos domicílios por espécie da unidade doméstica, no período de 2012-2018, quando se analisam os domicílios com formato unipessoal, ou seja, formado por apenas uma pessoa, observa-se um decréscimo de 13% em comparação ao período 2017-2018. O mesmo acontece para domicílios com o formato nuclear, com redução de 1,3% nesse mesmo período.

Tabela 6 - Domicílios no estado do Piauí, por espécie da unidade doméstica, segundo sexo do responsável, 2012-2018

Ano	Unipessoal			Nuclear			Estendida			Composta		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	93.209	47.598	45.611	606.656	433.039	173.618	211.911	100.231	111.680	18.286	9.761	8.525
2013	102.945	54.049	48.896	630.104	460.124	169.980	209.542	109.708	99.834	17.267	8.965	8.302
2014	100.217	47.688	52.529	628.809	448.704	180.105	220.898	102.883	118.015	14.309	8.687	5.622
2015	114.107	56.336	57.771	677.051	418.976	258.074	202.218	98.554	103.664	12.867	4.760	8.107
2016	115.541	54.172	61.369	684.042	439.290	244.753	204.484	96.720	107.763	10.830	6.259	4.571
2017	132.907	68.393	64.515	667.786	411.877	255.909	212.313	91.474	120.839	12.006	3.929	8.076
2018	115.666	62.586	53.080	659.264	392.212	267.052	224.193	97.816	126.377	12.929	6.567	6.363

Fonte: PNAD, 2018.

2.2 Economia

Em relação ao poderio econômico e seu desempenho, o estado do Piauí ocupa papel importante e de expansão na economia brasileira, com uma contribuição de 0,7% ao PIB nacional. Apesar dessa contribuição ainda ser baixa, nos últimos anos tem demonstrado um grande potencial de crescimento, pois, no período 2016-2017, o PIB per capita em valores correntes cresceu 9,3%, enquanto no Brasil o incremento foi de apenas 4,2%. Isso demonstra o grande potencial do estado, principalmente nesta década. Em relação às participações nas atividades econômicas, em 2017, a área de serviços contribuiu com uma participação de 78,5%, seguidos de indústria (12,1%) e agropecuária (9,4%). O que chamou a atenção foi a variação de 2016-2017 do setor agropecuário, que cresceu 84,3% (Ver Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 - Evolução do PIB a preços correntes e PIB Per capita/Piauí e Brasil, 2011-2017

Anos	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto	
	Valores correntes (Milhões)		Valores correntes Milhões (R\$)	
	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil
2011	25.941	4.376.382	8.260,72	22.748,72
2012	28.638	4.814.760	9.060,41	24.825,15
2013	31.284	5.331.619	9.824,74	26.521,15
2014	37.723	5.778.953	11.808,08	28.500,24
2015	39.150	5.995.787	12.218,51	29.326,36
2016	41.417	6.269.328	12.890,25	30.411,30
2017	45.359	6.583.319	14.089,78	31.702,25

Fonte: IBGE. Estimativa da População Residente – 2017.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

Tabela 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto. Piauí - 2011-2017

Participação atividades econômicas/PIB no valor adicionado bruto	Anos - Estado do Piauí							
	2011	2012	2103	2014	2015	2016	2017	Var%(16/17)
Tipos de atividades								
Agropecuária	8,4	7,9	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4	84,3
Indústria	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1	-4,72
Serviços	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5	-4,62
Total	100	100	100	100	100	100	100	-

Fonte: IBGE. Estimativa da População Residente – 2017.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

Apenas dez municípios são responsáveis por 62,2% de toda a riqueza do estado do Piauí, enquanto os dez menores PIBs somaram 0,4%, o que se pode concluir que há uma diferença gigantesca em relação a essa distribuição, o que, possivelmente, é gerador de grandes desigualdades regionais (Ver Tabelas 9 e 10).

Tabela 9 - Ranking dos 10 maiores municípios - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) /Piauí/2017

Ranking	Municípios	2017	(%) de participação
1º	Teresina (PI)	19.113.869,98	42,14
2º	Parnaíba (PI)	2.037.540,02	4,49
3º	Picos (PI)	1.425.585,85	3,14
4º	Uruçuí (PI)	1.261.291,62	2,78
5º	Floriano (PI)	1.019.283,40	2,25
6º	Bom Jesus (PI)	873.676,34	1,93
7º	Baixa Grande do Ribeiro (PI)	744.543,90	1,64
8º	Piripiri (PI)	657.160,43	1,45
9º	Campo Maior (PI)	544.346,30	1,20

Fonte: IBGE. Estimativa da População Residente – 2017.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística e Secretarias Estaduais de Governo

Tabela 10 - Ranking dos 10 menores municípios - Produto Interno Bruto/PIB a preços correntes (Mil Reais), Piauí - 2017

Ranking	Municípios	2017	(%) de participação
215º	Tamboril do Piauí (PI)	21.915,69	0,05
216º	Pedro Laurentino (PI)	20.999,29	0,05
217º	São Miguel da Baixa Grande (PI)	20.291,06	0,04
218º	Lagoinha do Piauí (PI)	20.211,43	0,04
219º	Olho D'Água do Piauí (PI)	20.053,54	0,04
220º	Floresta do Piauí (PI)	20.000,17	0,04
221º	Aroeiras do Itaim (PI)	17.960,52	0,04
222º	São Luis do Piauí (PI)	17.236,53	0,04
223º	Miguel Leão (PI)	14.724,57	0,03
224º	Santo Antônio dos Milagres (PI)	12.992,84	0,03

Fonte: IBGE. Estimativa da População Residente – 2017.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

Ainda em relação à economia, os dados mostram a evolução do Índice de Gini da distribuição do PIB de 2014 até 2017 no estado do Piauí. Na comparação da variação do período observa-se uma queda de 2,2%, o que demonstra uma melhor distribuição de renda (Ver Tabela 11).

Tabela 11 - Evolução do Índice de Gini da distribuição do PIB bruto a preços correntes (Índice) /Piauí

Ano	Índice de Gini da distribuição do produto interno bruto a preços correntes (Índice)
2014	0,779105
2015	0,770228
2016	0,769381
2017	0,762321

Fonte: IBGE, 2017.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

2.2.1 Atividades produtivas

O Piauí registrou produção de 4.324.971 toneladas de cereais e oleaginosas no terceiro trimestre de 2019, com variação de crescimento de 2,7%, comparativamente ao terceiro trimestre de 2018, cuja produção foi de 4.211.246 toneladas (Ver Tabela 12).

Tabela 12 - Principais produtos/produção agrícola esperada - Piauí

Produção	Esperada/Ton. (2018)	Esperada/Ton. (2019)	Var% (18/19)
Soja	2.469.650	2.324.775	-5,9
Arroz	110.074	78.474	-28,7
Feijão	94.374	80.159	-15,1
Milho	1.537.148	1.841.563	19,8

Fonte: Superintendência CEPRO/ agosto 2018/2019 - 3º trimestre.

Os dados abaixo mostram as principais culturas de cereais e oleaginosas no Piauí e no Nordeste em 2019 (t). Vale ressaltar que o estado ocupou a segunda posição no ranking de produção da região, com destaque para a produção da cultura do milho em grãos e arroz em casca (Ver Tabela 13).

Tabela 13 - Principais culturas do Piauí e do Nordeste/Produção agrícola esperada em 2019 (t)

Estados/Região	Soja em grãos	Arroz em casca	Milho em grãos	Feijão em grãos
Nordeste	10.450.738	315.533	6.559.289	676.816
Piauí	2.324.775	78.474	1.841.563	80.159
Ceará	-	16.964	434.316	120.569
Maranhão	2.831.818	157.256	1.804.226	31.794
Pernambuco	-	2.998	43.596	41.066
Alagoas	6.145	20.311	46.997	16.400
Paraíba	-	2.024	54.242	27.096
Rio grande do Norte	-	3.140	34.949	23.098
Bahia	5.258.000	1.302	2.641.600	332.400
Sergipe	-	33.064	657.800	4.234

Fonte: Superintendência CEPRO/ agosto 2018/2019 - 3º trimestre.

Em 2019, a participação do agronegócio na economia do Piauí representou 91,3% da produção agrícola estadual. No universo de quem trabalha ou empreende no campo, 54.339 são mulheres dirigentes de estabelecimento rurais, identificadas no Censo Agropecuário 2017. Essa realidade pode ser mais bem compreendida a partir do exemplo mostrado em uma reportagem publicada no G1, da Cidade de Bom Jesus, localizada no sertão piauiense: esposas, filhas e avós se destacavam pela capacidade de gerenciar as propriedades rurais, o que não tem sido muito diferente na atualidade. (Ver Tabela 14).

Tabela 14 - Produção agrícola e do agronegócio esperada no Piauí/Ton./2019

Produção	Esperada/Ton. (2019)	Produção esperada no agronegócio/2019	Participação no agronegócio (%)
Soja	2.324.775	2.324.775	100
Arroz	78.474	15.925	20,3
Feijão	80.159	7.347	9,2
Milho	1.841.563	1.601.061	86,9

Fonte: Superintendência CEPRO/ agosto 2018/2019 - 3º trimestre.

2.2.2 Exportação e importação

Em termos de exportação, verifica-se que no Piauí ela cresceu 303,5% no período 2016-2018, ocupando, em 2018, a 18ª colocação entre os estados brasileiros com maior volume de exportação. Nesse mesmo ano, entre os estados do Nordeste,

ele ocupou a 5ª colocação. Parte desse resultado está relacionada às exportações de soja triturada, ceras vegetais, bagaços e resíduos da soja (Ver Tabela 15).

Tabela 15 - Exportação (US\$), segundo Brasil, Região Nordeste - 2016-2018

Brasil e Região Nordeste	Exportação (US\$)			
	2016	2017	2018	Ranking
BRASIL	179.621.972.814	211.062.253.053	233.985.882.345	-
Nordeste	12.811.973.031	16.759.308.731	18.742.806.291	5°
MA	2.209.829.813	3.032.109.859	3.828.117.862	13°
PI	175.002.244	396.980.562	706.110.721	18°
CE	1.294.102.035	2.102.137.332	2.342.078.347	14°
RN	284.577.283	304.330.426	277.137.591	22°
PB	121.465.860	140.722.441	115.552.310	24°
PE	1.416.832.346	1.961.725.025	1.995.431.364	15°
AL	420.859.938	665.014.889	502.094.696	20°
SE	113.375.170	90.887.574	73.989.600	25°
BA	6.775.928.342	8.065.400.623	8.902.293.800	9°

Fonte: MDIC, 2018.

A Tabela 16 detalha a evolução das importações brasileiras e da Região Nordeste entre 2016 e 2018. É importante ressaltar que quando se compara este período, observa-se que houve elevação nas importações no Brasil e em todos os estados do Nordeste. Dentre os estados brasileiros, o Piauí ocupava a 21ª colocação no ranking nacional de importação. O estado do Piauí foi o terceiro lugar entre os da Região Nordeste que menos importou.

Tabela 16 - Importação (US\$), segundo Brasil, Região Nordeste - 2016-2018

Brasil e Região Nordeste	Importação (US\$)			
	2016	2017	2018	Ranking
BRASIL	137.484.485.817	171.284.639.244	228.923.134.147	-
Nordeste	17.534.456.005	21.356.969.690	28.660.524.468	3°
MA	2.101.754.691	3.620.728.975	7.068.682.636	12°
PI	91.891.054	110.959.836	246.422.604	21°
CE	3.486.379.132	2.686.854.787	3.004.351.276	14°
RN	183.928.706	247.609.490	314.283.435	23°
PB	312.739.645	567.504.107	652.799.678	20°
PE	4.436.582.147	5.050.542.500	7.311.534.627	9°
AL	612.011.259	602.546.344	563.906.991	19°
SE	145.000.565	213.838.819	229.944.804	24°
BA	6.164.168.806	8.256.384.832	9.268.598.417	8°

Fonte: MDIC, 2018.

A balança comercial piauiense registrou um saldo positivo em 2018 na ordem de US\$ 459.688.117, resultado que coloca o estado no 12º ranking do Brasil, sendo apontado como o mais bem colocado entre os estados do Nordeste (Ver Tabela 17).

Tabela 17 - Saldo da Balança Comercial (US\$), segundo Região Nordeste - 2016-2018

Região Nordeste	Saldo da Balança Comercial (US\$)			
	2016	2017	2018	Ranking
PI	83.111.190	286.020.726	459.688.117	12º
RN	100.648.577	56.720.936	-37.145.844	16º
AL	-191.151.321	62.468.545	-61.812.295	17º
SE	-31.625.395	-122.951.245	-155.955.204	18º
BA	611.759.536	-190.984.209	-366.304.617	19º
PB	-191.273.785	-426.781.666	-537.247.368	20º
CE	-2.192.277.097	-584.717.455	-662.272.929	21º
MA	108.075.122	-588.619.116	-3.240.564.774	23º
PE	-3.019.749.801	-3.088.817.475	-5.316.103.263	24º

Fonte: MDIC, 2018.

2.3 Educação

Segundo o Censo Escolar 2018, o estado do Piauí possuía 4.204 escolas públicas de educação básica. Destas, 53,8% estavam na zona rural, totalizando 128.564 matrículas, e 46,2% na área urbana, mas com 283.387 matrículas. O ensino médio possuía 465 escolas na zona urbana e 63 na zona rural, totalizando 99.290 matrículas (Q EDU, 2018).

Na área urbana, 2018, revelam-se as seguintes taxas de rendimento escolar:

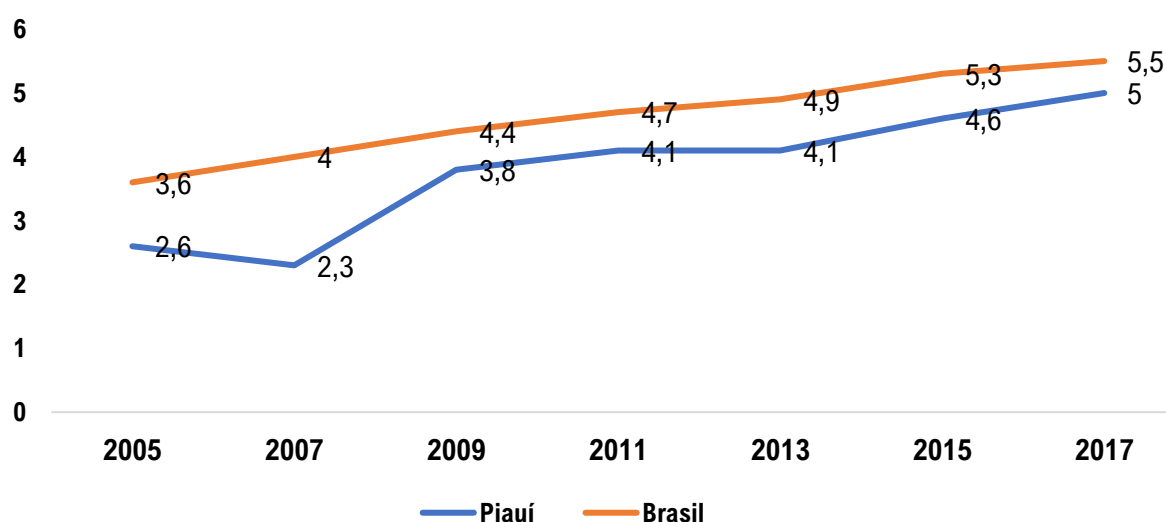
- Nos anos iniciais (1º ao 5º ano) houve 8,7% de reprovação, com destaques para o 3º ano (13,5%), 4º ano (12,8%) e 5º ano (9,6%). Entre os anos finais (6º ao 9º ano), o índice de reprovação chegou a 12,9%, e a taxa de abandono a 3,2%. Quanto aos índices de reprovação, destacam-se o 6º ano (17,7%), o 7º ano (14,1%) e o 8º ano (11,4%). No ensino médio, a reprovação ficou em 9,2% e a taxa de abandono escolar foi de 9,7%, sendo que o 1º ano registrou 14,6% reprovações e taxas de abandonos de 13,3%.

Na área rural, 2018, para as taxas de rendimento escolar foram registrados nos anos iniciais (1º ao 5ª ano) 9,9% de reprovação, sendo que as maiores taxas foram no 3º ano (6%), 4º ano (14,9%) e 5º ano (10,4%). Nos anos finais (6º ao 9º ano)

verificaram-se 11,8% de reprovação, com destaque para o 6º ano (18,9%), 7º ano, (12,3%) e 8º ano (8,7%). No ensino médio (1º ao 3º) observou-se, ao analisar os dados, que houve 9,1% de reprovação. Desses, destaque para o 1º ano (3,2%), que teve 19,4% de taxa de abandono.

O Gráfico 4 apresenta a análise e a evolução dos índices do IDEB de séries iniciais de 2005 a 2017. Em todos os anos, o Piauí ficou abaixo da média nacional; no entanto, um dado importante é que esses índices vêm melhorando a partir de 2009. Quando se faz a comparação do período 2007-2017, verifica-se que houve uma variação de 31,6%.

Gráfico 4 - Evolução dos índices do IDEB de séries iniciais no Brasil e Piauí - 2005 a 2017



Fonte: Q EDU, 2017.

2.3.1 Indicadores das mulheres na educação

Quando se trata de escolaridade feminina, vale observar, conforme tabela abaixo, que a taxa de escolarização em mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, manteve-se estável no período 2016-2018, com uma variação de apenas 0,4%.

Na faixa de mulheres, crianças e adolescentes não é diferente na comparação entre 2016-2018, sendo uma taxa de 0,60%. Em 2018, ao analisar homens e mulheres na faixa etária de 25 anos ou mais, nota-se que as estas tiveram melhor desempenho em relação àqueles (Ver Tabela 18).

Tabela 18 - Taxa de escolarização por ano, segundo faixa etária

Faixa Etária	2016			2017			2018		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
0 a 3 anos	19,30	25,70	22,40	26,90	25,80	26,40	22,20	31,10	26,30
4 e 5 anos	98,10	98,40	98,30	96,70	98,50	97,60	97,80	96,10	96,90
6 a 14 anos	99,00	98,70	98,90	99,70	99,40	99,50	99,50	99,10	99,30
15 a 17 anos	87,20	90,40	88,70	91,70	90,90	91,40	91,50	90,10	90,80
18 a 24 anos	35,80	36,60	36,20	36,00	37,10	36,50	36,40	38,40	37,40
25 anos +	3,40	5,70	4,60	4,10	5,40	4,80	4,00	6,00	5,10

Fonte: PNAD, 2018.

Os dados da tabela abaixo referem-se à evolução do número médio de anos de estudos no período de 2016-2018. Em 2018, comparando homens e mulheres, nota-se que em todos os anos o sexo feminino apresenta um número médio maior de estudos. Em outra análise, quando se compara a evolução da mulher no período 2016-2018, nota-se também um crescimento no número médio de anos de estudos em todas as faixas etárias (Ver Tabela 19).

Tabela 19 - Número médio de anos de estudo por sexo e ano, segundo faixa etária

Faixa Etária	2016			2017			2018		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
15 a 17 anos	8,1	9,0	8,5	8,2	9,0	8,6	8,2	9,1	8,6
15 anos ou mais	7,2	8,2	7,7	7,3	8,5	8,0	7,5	8,5	8,0
18 a 24 anos	9,7	11,1	10,4	9,9	11,3	10,6	10,5	11,4	10,9
18 a 29 anos	9,9	11,1	10,5	10,0	11,3	10,7	10,4	11,4	10,9
25 a 39 anos	9,0	10,2	9,6	9,1	10,5	9,9	9,3	10,4	9,8
25 anos ou mais	6,7	7,7	7,2	6,7	8,0	7,4	6,9	8,0	7,4
40 a 59 anos	6,2	7,5	6,9	6,2	7,9	7,1	6,4	8,0	7,3
60 anos ou mais	3,3	4,1	3,7	3,3	4,4	3,9	3,6	4,6	4,1

Fonte: PNAD, 2018.

As informações abaixo mostram o número de estudantes no estado do Piauí no período de 2016 a 2018, por faixa etária e sexo. Na análise da evolução destaca-se o crescimento do número de estudantes; quando comparados os referidos anos,

houve uma variação de 2,1%. Quando a análise é feita por faixas etárias, as crianças que, em sua maioria, ficavam em creches, foram as que tiveram a maior variação (20,8%). Outra faixa etária que teve uma variação considerável foi a de estudantes acima de 25 anos ou mais (11,1%), no mesmo período de 2016 a 2018. Analisando também a evolução das estudantes, verifica-se uma variação na ordem de 4,1% (Ver Tabela 20).

Tabela 20 - Número de estudantes no estado do Piauí, por faixa etária

Faixa Etária	2016			2017			2018		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
0 a 3 anos	36.818	16.538	20.280	44.908	22.712	22.196	44.484	19.914	24.570
4 e 5 anos	95.770	51.205	44.565	85.366	43.314	42.052	86.164	43.092	43.071
6 a 14 anos	463.471	241.004	222.467	463.997	242.071	221.926	459.663	234.254	225.409
15 a 17 anos	149.794	79.236	70.558	163.903	86.112	77.791	157.236	84.808	72.428
18 a 24 anos	126.570	65.008	61.562	131.423	64.296	67.127	134.663	65.237	69.426
25 anos ou mais	91.559	31.636	59.923	96.089	38.382	57.707	101.715	37.464	64.251
Total	963.982	484.627	479.355	985.686	496.887	488.799	983.925	484.769	499.155

Fonte: PNAD, 2018.

Os dados a seguir mostram o número de estabelecimentos agropecuários distribuídos por escolaridade e sexo, dirigidos por produtores rurais no Piauí, em 2017. Fazendo um comparativo entre ambos os sexos, nota-se que 20,9% das mulheres não sabem ler e escrever. Já entre os homens, esse número é quase o dobro: 41,8%. Os dados apontam para a necessidade de se implantar ações de educação formal no campo. Devem ser buscados, ainda, atividades e projetos alternativos voltados para a educação, que possam considerar os saberes tradicionais dessas populações. Os saberes locais contribuem com a cultura local e ainda com temas direcionados para a sustentabilidade e empreendedorismo, o que deve ser uma alternativa viável para geração de conhecimento e renda (Ver Tabela 21).

Tabela 21 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipologia, sexo do produtor, escolaridade do produtor, conclusão do curso que frequentou, cor/raça do produtor e classe de idade do produtor – 2017/Piauí

Escolaridade do produtor	Sexo do produtor		
	Total	Homens	Mulheres
Sabe ler e escrever – sim	142702	107825	34877
Sabe ler e escrever – não	102698	83235	19463
Nunca frequentou escola	66889	53714	13175
Classe de alfabetização – CA	46316	38125	8191
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	7813	6212	1601
Antigo primário (elementar)	40580	32169	8411
Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	11441	8591	2850
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	42255	31513	10742
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1037	711	326
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	1077	828	249
Regular de ensino médio ou 2º grau	20027	13612	6415
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	1350	1014	336
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	477	295	182
Superior – graduação	5933	4091	1842

Fonte: IBGE, 2017 - Censo Agropecuário.

A Tabela 22 mostra a evolução das taxas de analfabetismo, por faixas etárias e sexo, no Piauí, no período de 2016 a 2018. Quando se analisam de forma geral os índices de analfabetismo, verifica-se uma queda em todas as faixas etárias. A análise também demonstra que as mulheres tiveram índices sempre menores que os dos homens em todos os períodos e faixas de idades.

Tabela 22 - Taxa de analfabetismo por ano e sexo, segundo faixa etária/Piauí

Faixa Etária	2016			2017			2018		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
15 anos ou mais	19,5	15,1	17,2	19,3	14,2	16,6	18,2	15,1	16,6
18 anos ou mais	20,9	16,1	18,4	20,8	15,2	17,8	19,6	16	17,7
25 anos ou mais	24,2	18,3	21,1	24,3	17,8	20,8	23	18,7	20,7
40 anos ou mais	33,6	26,1	29,6	33,9	25,7	29,5	31,5	25,8	28,4
60 anos ou mais	47,8	41,5	44,3	48,3	41,7	44,6	44,2	41,4	42,7

Fonte: PNAD, 2018.

2.4 Ocupação, emprego e renda

Dados da pesquisa PNAD no Brasil, em 2019, mostraram que o rendimento médio mensal real do trabalho de 1% da população com os rendimentos mais elevados era de R\$28.659,00, o que corresponde a 33%, sete vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos, R\$ 850,00.

Em relação à cor da pele, as discrepâncias tornam-se cada vez mais nítidas, pois o rendimento médio mensal de pessoas brancas foi de R\$ 2.999,00; das pardas, de R\$ 1.719,00; e das pretas, de R\$ 1.673,00. No que tange ao gênero, as diferenças quanto ao rendimento foram significativas; o dos homens (R\$ 2.555,00) foi 28,7% mais alto que o valor das mulheres (R\$ 1.985,00).

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita Brasil foi de R\$ 1.406,00 em 2019, contra R\$1.387,00 em 2018. As regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores R\$ 872,00 e R\$ 884,00, respectivamente, e Sudeste o maior: R\$1.720,00.

Os dados a seguir mostram o rendimento médio de pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo no Brasil e Região Nordeste em 2018. Em relação ao total de rendimentos, o Piauí tem números bem menores que a média nacional e do Nordeste. Quando se analisa por sexo, no Piauí as mulheres têm rendimentos 9,8% menores que os de homens. Na comparação com a média dos rendimentos das mulheres do Brasil, a diferença é notável (33,8%), e o rendimento médio das mulheres do Nordeste é de 6,4% (Ver Tabela 23).

Tabela 23 - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, Brasil, Região Nordeste e municípios das capitais - 2018

Brasil, Região Nordeste e Municípios das Capitais	Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
	Média	Média	Média
Brasil	2 163	2 382	1 874
Nordeste	1 441	1 525	1 325
Maranhão	1 249	1 293	1 187
São Luís	1 894	1 992	1 783
Piauí	1 320	1 374	1 240
Teresina	1 781	2 007	1 529
Ceará	1 419	1 558	1 237
Fortaleza	2 120	2 506	1 692
Rio Grande do Norte	1 591	1 741	1 392
Natal	2 218	2 563	1 839
Paraíba	1 477	1 550	1 370
João Pessoa	2 599	2 879	2 288
Pernambuco	1 529	1 599	1 433
Recife	2 428	2 655	2 182
Alagoas	1 507	1 568	1 416
Maceió	1 917	2 103	1 672
Sergipe	1 609	1 755	1 402
Aracaju	2 690	3 095	2 216
Bahia	1 420	1 485	1 330
Salvador	2 220	2 432	1 999

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Relatório Perfil do Trabalho Decente no Brasil, 2009). Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

A Tabela 24 informa a proporção de ocupados em ocupações formais no Brasil e Região Nordeste. A proporção média no Brasil é de 58,5%, bem superior ao Nordeste, que é de 43,7%, e no estado do Piauí, com 37,6%. Já as proporções das ocupações formais, por sexo, tiveram números bem próximos.

Tabela 24 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, total e proporção em ocupações formais, por sexo, segundo Brasil, Região Nordeste e municípios das capitais - 2018

Brasil, Região Nordeste e Municípios das Capitais	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência			
	Total (1 000 pessoas)	Proporção em ocupações formais (%) (1)		
		Total	Sexo	
			Homens	Mulheres
	Absoluto	Proporção	Proporção	Proporção
Brasil	92 333	58,5	58,6	58,4
Nordeste	21 164	43,7	42,8	44,8
Maranhão	2 251	35,1	33,6	37,2
São Luís	454	53,4	53,1	53,7
Piauí	1 230	37,6	36,3	39,6
Teresina	379	55,3	55,7	54,9
Ceará	3 610	42,6	42,9	42,3
Fortaleza	1 244	57,1	60,3	53,5
Rio Grande do Norte	1 311	48,2	48,0	48,6
Natal	369	57,8	59,8	55,5
Paraíba	1 526	43,3	42,6	44,3
João Pessoa	364	58,3	57,6	59,1
Pernambuco	3 575	48,4	47,7	49,4
Recife	680	62,8	63,2	62,4
Alagoas	984	51,4	50,0	53,3
Maceió	394	63,4	62,6	64,6
Sergipe	854	47,1	45,8	48,7
Aracaju	265	69,8	68,6	71,1
Bahia	5 823	43,3	42,1	44,8
Salvador	1 456	59,7	62,3	57,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Relatório Perfil do Trabalho Decente no Brasil, 2009).

(1) inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, por conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

(2) não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

A Tabela a seguir explana o rendimento domiciliar per capita médio, por sexo, no Brasil e Região Nordeste. Ao focarmos os dados do Piauí, conclui-se que o

rendimento médio per capita, independente do sexo foi de aproximadamente 60% da média do Brasil.

Tabela 25 - Rendimento domiciliar per capita médio, por sexo, segundo Brasil, Região Nordeste - 2018

Brasil, Região Nordeste e Municípios das capitais	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	
	Sexo	
	Homem	Mulher
	Rendimento Médio	Rendimento Médio
Brasil	1 350	1 324
Nordeste	812	818
Maranhão	601	613
Piauí	808	804
Ceará	846	850
Rio Grande do Norte	920	966
Paraíba	869	892
Pernambuco	854	856
Alagoas	709	708
Sergipe	890	903
Bahia	839	829

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Excluídas as pessoas, cujas condições no arranjo domiciliar eram pensionistas, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

O Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Brasil teve ligeira queda entre 2018 e 2019 de 0,4%. Quando se analisam os dados em 2018, observa-se que o Brasil e o Nordeste têm o mesmo valor e o Piauí aparece abaixo deles. Quanto mais

o valor se aproxima de zero, mais igualitária é sua distribuição de renda (Ver Tabela 26).

Tabela 26 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões - Brasil, Região Nordeste - 2018

Brasil, Região Nordeste e Municípios das Capitais	Índice de Gini
	Índice
Brasil	0,545
Região Nordeste	0,545
Maranhão	0,526
São Luís	0,531
Piauí	0,526
Teresina	0,511
Ceará	0,548
Fortaleza	0,566
Rio Grande do Norte	0,535
Natal	0,534
Paraíba	0,547
João Pessoa	0,587
Pernambuco	0,534
Recife	0,605
Alagoas	0,550
Maceió	0,535
Sergipe	0,575
Aracaju	0,573
Bahia	0,548
Salvador	0,550

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Excluídas as pessoas, cujas condições no arranjo domiciliar eram de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Os dados mostram a evolução das pessoas ocupadas por sexo, no período de 2012 a 2018 no estado do Piauí. Em 2018, a maioria dos ocupados foi de homens (58%) e mulheres (48%), sendo a mesma proporção para o trabalho diurno:

Tabela 27 - Evolução do número de pessoas ocupadas no estado do Piauí, segundo turno de trabalho e sexo, 2012-2018.

Ano	Turno no trabalho								
	Total			Diurno			Noturno ou parcialmente noturno		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	1.329.834	771.339	558.495	1.265.491	723.305	542.186	64.343	48.034	16.309
2013	1.360.599	804.910	555.690	1.273.085	733.081	540.004	87.514	71.829	15.686
2014	1.401.180	830.505	570.675	1.330.300	775.050	555.250	70.881	55.456	15.425
2015	1.420.906	824.676	596.231	1.327.350	755.914	571.437	93.556	68.762	24.794
2016	1.303.222	759.355	543.867	1.242.357	717.621	524.737	60.865	41.734	19.131
2017	1.266.896	736.379	530.517	1.197.559	686.288	511.271	69.337	50.091	19.245
2018	1.229.560	717.779	511.782	1.164.285	673.769	490.516	65.275	44.009	21.266

Fonte: IBGE, 2018.

Os dados abaixo mostram a evolução do número de pessoas ocupadas, segundo associação e sindicato, por sexo, no estado do Piauí. Apenas 23,1% eram associadas ou sindicalizadas, e desses, 47,5%, ou seja, menos da metade, eram mulheres (Ver Tabela 28).

Tabela 28 - Evolução do número de pessoas ocupadas no estado do Piauí, segundo associação a sindicato e sexo, 2012-2018

Associação a sindicato								
Total			Estavam associadas a sindicato			Não estavam associadas a sindicato		
Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
1.329.834	771.339	558.495	316.367	176.439	139.928	1.013.467	594.900	418.567
1.360.599	804.910	555.690	363.163	202.600	160.563	997.436	602.309	395.127
1.401.180	830.505	570.675	399.818	220.449	179.368	1.001.363	610.056	391.307
1.420.906	824.676	596.231	357.513	199.015	158.498	1.063.394	625.661	437.733
1.303.222	759.355	543.867	308.706	168.328	140.378	994.516	591.027	403.489
1.266.896	736.379	530.517	290.541	159.143	131.398	976.355	577.237	399.118
1.229.560	717.779	511.782	284.995	149.571	135.424	944.566	568.207	376.358

Fonte: IBGE, 2018.

Nos dados abaixo é possível verificar a evolução da população ocupada, sua distribuição e rendimento médio no Piauí. Um dado relevante é que a renda média cresceu a partir do período de 2012 até 2018, tanto a preços médios do ano quanto a preços médios dos últimos anos, em ambos os sexos (Ver Tabela 29).

Tabela 29 - Evolução da população ocupada, sua distribuição e rendimento médio do estado do Piauí, 2012-2018

Ano	Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de todos os trabalhos, a preços médios do ano (R\$)			Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de todos os trabalhos, a preços médios dos últimos anos (R\$)		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	828	903	719	1.188	1.297	1.032
2013	1.055	1.117	954	1.417	1.501	1.282
2014	1.060	1.090	1.012	1.343	1.381	1.282
2015	1.185	1.298	1.017	1.386	1.517	1.189
2016	1.282	1.326	1.216	1.371	1.418	1.300
2017	1.289	1.333	1.225	1.326	1.371	1.260
2018	1.425	1.485	1.337	1.425	1.485	1.337

Fonte: IBGE, 2018.

Os dados abaixo contemplam a evolução do número de pessoas ocupadas como empregadores no trabalho principal no Piauí, no período de 2012-2018. Em 2018, apenas 68,6% dos empreendedores foram registrados na Junta Comercial; destes, 31,5% dos empreendedores eram mulheres (Ver Tabela 30).

Tabela 30 - Evolução do número de pessoas ocupadas como empregadores no trabalho principal, no estado do Piauí, 2012-2018

Ano	Total			Em empreendimento registrado no CNPJ			Em empreendimento não registrado no CNPJ		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	48 518	39 139	9 378	24 594	18 924	5 670	23 924	20 216	3 708
2013	55 065	45 591	9 474	30 437	24 247	6 190	24 628	21 344	3 284
2014	49 026	38 961	10 065	24 830	16 533	8 297	24 196	22 428	1 768
2015	54 704	39 931	14 773	30 364	18 780	11 584	24 340	21 150	3 189
2016	64 094	46 562	17 532	38 285	26 184	12 101	25 810	20 379	5 431
2017	58 517	43 445	15 072	31 993	20 867	11 126	26 524	22 578	3 946
2018	48 685	33 327	15 358	33 407	19 827	13 580	15 278	13 500	1 778

Fonte: IBGE, 2018.

Dados do relatório de empreendedorismo do Brasil (Sebrae) de 2019 revelaram que as mulheres representavam 34,3% dos donos de negócio do país; dessas, 17% eram negras. Um dado importante mostra que o empreendedorismo por necessidade foi maior entre mulheres negras (49%), sendo a taxa entre as brancas de 35%.

Somente 21% das empreendedoras negras tinham CNPJ, contra 42% das mulheres brancas, mostrando que a informalidade foi grande entre as primeiras.

Outra análise mostra a evolução do número de pessoas ocupadas, como conta própria no trabalho principal no Piauí, no período 2012-2018. Analisando o ano de 2018, verifica-se um dado relevante: apenas 10,7% dos ocupados tinham registro na Junta Comercial. A participação das mulheres era de apenas 36,2% no registro do CNPJ. Infere-se, desta forma, a necessidade de fortalecer as políticas de empreendedorismo no estado, visando à geração de emprego e renda.

Tabela 31 - Evolução do número de pessoas ocupadas como conta própria no trabalho principal, no estado do Piauí, 2012-2018

Ano	Total			Em empreendimento registrado no CNPJ			Em empreendimento não registrado no CNPJ		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2012	415 490	262 842	152 648	18 979	10 359	8 621	396 510	252 483	144 027
2013	383 946	256 973	126 973	30 634	20 949	9 685	353 312	236 024	117 288
2014	391 620	260 340	131 280	23 706	14 891	8 815	367 915	245 450	122 465
2015	424 119	269 901	154 218	35 081	19 032	16 049	389 038	250 869	138 169
2016	388 859	254 698	134 162	26 420	17 925	8 495	362 439	236 773	125 666
2017	383 917	244 081	139 836	31 468	20 091	11 377	352 449	223 990	128 459
2018	384 012	245 158	138 854	40 982	24 284	16 698	343 030	220 873	122 156

Fonte: IBGE, 2018.

O quesito abaixo mostra a taxa de desocupação por sexo, de pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil, Região Nordeste e Piauí, em 2018. Quando se compara a taxa do Brasil, de 12%, com a dos estados do Nordeste, o da Paraíba ficou com a menor, de 10,3%; já o Piauí, acima da média nacional, 12,6%. Na análise do gênero no Piauí não houve diferenças significativas (ver Tabela 32).

Tabela 32 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo Região Nordeste e capitais, Brasil – 2018

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios das capitais	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
	Taxa	Taxa	Taxa
Brasil	12,0	10,6	13,8
Nordeste	14,5	13,4	15,9
Maranhão	14,4	13,3	15,8
São Luís	15,7	12,5	19,2
Piauí	12,6	12,5	12,6
Teresina	13,7	13,6	13,8
Ceará	11,5	11,1	12,0
Fortaleza	11,2	10,2	12,3
Rio Grande do Norte	12,8	12,1	13,6
Natal	14,9	12,4	17,4
Paraíba	10,3	9,0	12,2
João Pessoa	12,8	11,0	14,6
Pernambuco	16,1	15,0	17,5
Recife	16,4	15,1	17,8
Alagoas	16,3	14,4	19,0
Maceió	16,8	14,6	19,5
Sergipe	16,3	14,7	18,3
Aracaju	14,4	12,6	16,4
Bahia	16,4	15,0	18,2
Salvador	15,2	13,6	16,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Nota: (1). Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

2.5 Saúde

Em 2019, no estado do Piauí estavam disponíveis 7.990 leitos hospitalares, o que corresponde a 2,5 leitos por/1.000hab, para um total de 43.170 profissionais de saúde, sendo que 92,6% atendem na rede SUS, representando um total de 4.116

médicos. Para atender à população piauiense, o estado possuía uma rede assistencial composta de 2.650 estabelecimentos de saúde, sendo 60,8% público, composto por 106 hospitais gerais, 22 hospitais especializados, 17 maternidades e 49 hospitais gerais com leitos obstétricos (CNES, 2019).

A atenção primária contava, ainda, com 1.112 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), atingindo uma cobertura de 96,93% da população. Em atenção ao atendimento à gestante e à criança, o estado contava com 1.429 leitos obstétrico na rede pública de saúde. Desse total, 1.031 leitos se destinavam para partos, 398 para atendimento de intercorrência clínica e 466 leitos para Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Do total de UTIs, 10 eram para as mães, 20 neonatais e 52 intermediárias (CNES, 2019).

Conforme dados do Ministério da Saúde (2019), o estado do Piauí apresentava uma razão de morte materna em torno de 88,4/100 mil nascidos vivos, enquanto a Região Nordeste, de 72,1/100 mil, e o Brasil, de 63,5/100 mil nascidos vivos. Em relação ao indicador de mortalidade infantil, o país apresentava uma taxa de 14,8/1.000 nascidos vivos; o Nordeste de 17,1/1.000; enquanto no Piauí foi de 17,8/1.000 nascidos vivos (DATASUS, 2018).

O Piauí tem registrado, nos últimos anos (2014 - 2018), aumento das taxas de mortalidade materna, tema que dominou os debates sobre saúde das mulheres. De acordo com dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em 2017, enquanto o Brasil registrou 48,7 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, o Piauí teve 57,8 (DATASUS, 2018).

Dados referentes ao ano de 2019 revelam que a maioria dos óbitos em mulheres deu-se em decorrência de problemas circulatórios (31,1%), seguidos de neoplasias - tumores (14%) e doenças do sistema respiratório (11,8%), dentre outras. Analisando as causas de neoplasia em mulheres no período de 2010 a 2019, constata-se a maior prevalência de câncer de mama (14,3%), seguido de câncer do colo do útero (10,3%) e câncer pulmonar (9,9%), entre outras causas (DATASUS, 2019).

O Piauí, em 2018, contabilizou 50.527 nascimentos, sendo que 49,1% foram do sexo feminino, e 19% das mães em questão eram jovens de até 19 anos (Ver Tabela 33).

Tabela 33 - Nascidos vivos, por ano de nascimento, idade da mãe na ocasião do parto, sexo e lugar do registro no estado do Piauí - 2016 a 2018

Idade da mãe na ocasião do parto	Ano do nascimento x sexo								
	2016			2017			2018		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	48.321	24.831	23.488	49.392	25.269	24.120	50.527	25.741	24.784
Menos de 15 anos	558	287	271	543	284	259	495	259	236
15 a 19 anos	9.793	5.022	4.771	9.375	4.796	4.578	9.085	4.638	4.446
20 a 24 anos	12.673	6.554	6.119	12.828	6.596	6.232	13.048	6.551	6.497
25 a 29 anos	11.538	5.963	5.573	11.905	6.070	5.834	11.845	6.009	5.835
30 a 34 anos	8.579	4.371	4.208	9.301	4.733	4.567	9.818	5.115	4.703
35 a 39 anos	3.985	2.019	1.966	4.235	2.122	2.113	4.839	2.480	2.359
40 a 44 anos	901	450	451	941	523	418	1.095	529	566
45 a 49 anos	59	28	31	54	31	23	61	33	28
50 anos ou mais	7	2	5	10	5	5	6	1	5

Fonte: IBGE, 2018 - Estatísticas do Registro Civil.

Os óbitos em relação a mulheres em 2018 somaram 7.911, registrando uma variação -2,7%, em relação ao ano de 2017. Os óbitos por morte violenta também tiveram uma redução de -4,4% na comparação do mesmo período. Dados de óbitos por ano de ocorrência, natureza do óbito, sexo, idade, local e lugar do registro estão presentes na Tabela 34.

Tabela 34 - Óbitos registrados por faixa etária por morte violenta e natural no período de 2017-2018

Idade do(a) falecido(a)	2017				2018			
	Total	Natural	Violenta	Ignorado	Total	Natural	Violenta	Ignorado
Total	8.131	7.619	296	216	7.911	7.470	283	158
Menos de 1 ano	215	210	4	1	188	186	2	-
1 a 4 anos	53	47	5	1	56	48	8	-
5 a 9 anos	34	21	13	-	23	20	3	-
10 a 14 anos	28	22	6	-	32	23	9	-
15 a 19 anos	58	32	26	-	64	47	17	-
20 a 24 anos	79	46	30	3	84	52	31	1
25 a 29 anos	98	59	35	4	97	70	24	3
30 a 34 anos	146	114	30	2	153	113	37	3
35 a 39 anos	189	158	23	8	175	151	18	6
40 a 44 anos	216	179	31	6	212	196	12	4
45 a 49 anos	273	248	15	10	211	190	19	2
50 a 54 anos	343	323	16	4	322	302	17	3
55 a 59 anos	416	395	14	7	454	431	16	7
60 a 64 anos	520	497	14	9	498	473	16	9
65 a 69 anos	614	587	9	18	655	623	18	14
70 a 74 anos	764	740	11	13	778	747	13	18
75 a 79 anos	909	886	6	17	910	879	5	26
80 a 84 anos	1.020	990	2	28	973	945	9	19
85 anos ou mais	2.150	2.061	6	83	2.014	1.963	9	42

Fonte: IBGE, 2018 - Estatísticas do Registro Civil.

Vale destacar a doença Covid-19, transmitida pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que causou, dentre outros problemas, a síndrome respiratória aguda grave. O início das contaminações foi registrado no dia 31 de dezembro de 2019, na província de Hubei, na China, e se alastrou para outros países e continentes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) constituía-se uma emergência de Saúde Pública de importância internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (OMS, 2020). Dados contabilizados até 04 de agosto de 2020 registraram que houve 18.506.910 milhões de casos confirmados no mundo, gerando 700.784 mil mortes.

No Brasil, os números de casos confirmados no mesmo período somaram 2.801.921, ocasionando 95.819 mortes, com uma taxa de mortalidade de 45,7 e letalidade de 3,4%. No estado do Piauí, até a data citada anteriormente, já há confirmação de casos em 98,7% dos municípios, posto que foram 55.718 casos confirmados, 53.571 recuperados e 1.416 óbitos, com a razão de mortes por casos confirmados de 2,6%. Dos infectados, 45,9% eram pessoas do sexo feminino e o número de mulheres que perderam a vida por causa da doença ficou em 41,6% do total de mortos (GOVERNO DO PIAUÍ, 2020).

2.6 Vulnerabilidade social

O percentual de domicílios piauienses atendidos pelo Programa Bolsa Família (PBF)² caiu 1,5%, quando analisado o período de 2018-2019. Em setembro de 2019, o total de famílias inscritas no Cadastro Único era de 686.176, dentre as quais:

- 455.671 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00 (66%);
- 37.668 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 (5%);
- 93.697 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; (14%);
- 99.140 com renda per capita acima de meio salário mínimo (14%).

O número de cadastros no Bolsa Família, no mês de outubro de 2019, era de 444.364 famílias, que recebiam, em média, R\$ 211,46, e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 93.964.950,00 neste mês (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

O repasse anual acumulado até outubro de 2019 foi de R\$ 948.232.148,00. Em 2018 foram repassados 1.113.458.060,00, segundo dados da folha de pagamento do Bolsa Família 10/2019 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de julho de 2019 atingiu o percentual de 93,2% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 310.873 alunos acompanhados, de um total de 333.494. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 83,7%, resultando em 62.565 jovens acompanhados de um total de 74.769.

² É um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até sete anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de junho de 2019, atingiu 83,3%, percentual que equivale a 653.303 pessoas de um total de 784.560 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do estado (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Estimativas do Censo 2010³, em relação a famílias de baixa renda, apontavam que existiam 509.299 famílias com o perfil pobre, das quais 397.268 estavam enquadradas no atendimento para o Programa Bolsa Família, levando em consideração a renda familiar de até R\$ 154,00 por pessoa, acrescida de um coeficiente de volatilidade de renda.

2.7 A riqueza ambiental sem precedentes

A questão da conservação ambiental, principalmente no que diz respeito a parques e unidades de conservação, deve fazer parte da estrutura educacional, cultural e do empreendedorismo do povo piauiense. Essas riquezas valorizam a atividade turística e são grandes apostas para a geração de emprego e renda para mulheres dessas regiões. Saber buscar as oportunidades para as mulheres são estratégias que podem ser realizadas em busca de um trabalho em conjunto com a sustentabilidade.

A história geológica da região do Parque Nacional da Serra da Capivara começa ainda no pré-cambriano (570 milhões de anos atrás), sendo registrada na forma de rochas cristalinas (granitos e gnaisses) e mármore que compõem a faixa de dobramentos Riacho do Pontal (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011). Hoje, essas rochas se encontram principalmente na depressão localizada à frente da Serra da Capivara. Esse é um exemplo de riqueza que pode ser explorada de forma responsável, com ações integradas, no que se refere à cultura, educação e geração de emprego e renda.

Os quadros abaixo mostram algumas das principais áreas de reserva em âmbito federal, cadastradas no Instituto Chico Mendes de Conservação da

³ A metodologia se baseou em dados compilados a partir da combinação de mapas de pobreza do IBGE, elaborados a partir do Censo Demográfico 2000, da PNAD 2006, e de outros indicadores socioeconômicos, levando em consideração a renda familiar per capita de até meio salário mínimo

Biodiversidade (ICMbio), no estado do Piauí, sendo por áreas, municípios abrangidos e biomas ou ecossistemas (Ver Quadros 1 ao 5).

Quadro 1 - Principais unidades de conservação ambiental no território piauiense, com indicação da área, municípios abrangidos e biomas/ecossistemas - Parques ambientais

Ordem	Denominação	Área (ha)	Municípios Abrangidos	Biomas Ecossistema
1	Sete cidades	7.700	Piracuruca, Brasileira	Caatinga
2	Serra das Confusões	823.436	Alvorada do Gurgueia (PI), Brejo do Piauí (PI), Bom Jesus (PI), Canto do Buriti (PI), Caracol (PI), Cristino Castro (PI), Guaribas (PI), Jurema (PI), Santa Luz (PI), Tamboril do Piauí (PI)	Caatinga
3	Nascentes do Rio Parnaíba	749.848	Formosa do Rio Preto (BA), Lizarda (TO), Mateiros (TO), Alto Parnaíba (MA), Barreiras do Piauí (PI), Corrente (PI), Gilbués (PI), São Félix do Tocantins (TO), São Gonçalo do Gurgueia (PI)	Cerrado
4	Serra da Capivara	100.000	Canto do Buriti (PI), São João do Piauí (PI), São Raimundo Nonato (PI), Coronel José Dias (PI)	Caatinga

Fonte: MMA, 2011.

Quadro 2 - Principais unidades de conservação ambiental no território piauiense, com indicação da área, municípios abrangidos e biomas/ecossistemas – Reserva Extrativista

Ordem	Denominação	Área (ha)	Municípios Abrangidos	Biomas ecossistema
1	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Rio Parnaíba	27.021	Água Doce do Maranhão (MA), Ilha Grande (PI)	Cerrado

Fonte: MMA, 2011.

Quadro 3 - Principais unidades de conservação ambiental no território piauiense, com indicação da área, municípios abrangidos e biomas/ecossistemas – Estação Ecológica

Ordem	Denominação	Área (ha)	Municípios Abrangidos	Biomas ecossistema
1	Estação Ecológica Uruçuí Una	135.000	Bom Jesus (PI), Santa Filomena (PI), Baixa Grande do Ribeiro (PI)	Cerrado

Fonte: MMA, 2011.

Quadro 4 - Principais unidades de conservação ambiental no território piauiense, com indicação da área, municípios abrangidos e biomas/ecossistemas – Floresta

Ordem	Denominação	Área (ha)	Municípios Abrangidos	Biomas ecossistema
1	Floresta Nacional de palmares	170	Altos (PI), Teresina (PI)	Caatinga

Fonte: MMA, 2011.

Quadro 5 - Principais unidades de conservação ambiental no território piauiense, com indicação da área, municípios abrangidos e biomas/ecossistemas – Área de proteção ambiental – APA

Ordem	Denominação	Área (ha)	Municípios Abrangidos	Biomas/ ecossistema
1	Serra da Ibiapaba	1.592.550	Viçosa do Ceará (CE), Bom Princípio do Piauí (PI), Brasileira (PI), Buriti dos Lopes (PI), Cocal (PI), Conceição do Canindé (PI), Domingos Mourão (PI), Lagoa de São Francisco (PI), Piracuruca (PI), Piripiri (PI), Pedro II (PI), Chaval (CE), Granja (CE), Moraújo (CE), Tianguá (CE).	Cerrado

2	Chapada do Araripe	1.063.000	Abaiara (CE), Araripe (CE), Barbalha (CE), Brejo Santo (CE), Campos Sales (CE), Crato (CE), Jardim (CE), Jati (CE), Missão Velha (CE), Nova Olinda (CE), Penaforte (CE), Porteiras (CE), Potengi (CE), Salitre (CE), Santana do Cariri (CE), Araripina (PE), Bodocó (PE), Cedro (PE), Exu (PE), Ipubi (PE), Serrita (PE), Moreilândia (PE), Trindade (PE), Fronteiras (PI), Padre Marcos (PI), São Julião (PI), Simões (PI), Caldeirão Grande do Piauí (PI), Alegrete do Piauí (PI), Marcolândia (PI), Caridade do Piauí (PI), Curral Novo do Piauí (PI), Francisco Macedo (PI).	Caatinga
3	Delta do rio Parnaíba	313.800	Ilha Grande (PI), Paulino Neves (MA), Tutóia (MA), Água Doce do Maranhão (MA), Araisos (MA), Chaval (CE), Barroquinha (CE), Luís Correia (PI), Parnaíba (PI), Cajueiro da Praia (PI).	Cerrado
4	Serra da Capivara	100.000	Canto do Buriti (PI), São João do Piauí (PI), São Raimundo Nonato (PI), Coronel José Dias (PI).	Caatinga

Fonte: MMA, 2011.

2.8 Agricultura familiar

Em 2017, o estado do Piauí contava com 10 milhões de hectares de terras, com 245,6 mil estabelecimentos agropecuários. Destes, 134 mil produziram milho em grãos, elevando a produção estadual para 1,4 milhão de toneladas e 2 milhões de toneladas de soja em grãos, produzidas em 273 estabelecimentos agropecuários; 1,4 milhões de efetivo bovino, produzindo 97 milhões de litros de leite de vaca; e 10 milhões de cabeças de aves (galinhas, galos, frangos e frangas). A produção de ovos atingiu 28 milhões de dúzias, gerando ocupação de 670 mil pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, sendo que muitas delas eram mulheres camponesas (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017), conforme Tabela 35.

Nesse cenário, dados do Censo Agropecuário 2017 afirmaram que no Brasil 77% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar, com cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos e ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares. Isso corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, gerando 67% dos empregos e representando 10,1 milhões de pessoas (Ver Tabela 35).

Tabela 35 - Resultados gerados na agricultura familiar no Brasil, Piauí, referentes a dados de produção, área e pessoal ocupado em 2017

Situação	Brasil	Piauí
Estabelecimentos Agropecuários	3,9 milhões	245,6 mil
Área (ha)	80,9 milhões	10 milhões
Produção de milho (t)	-	2 milhões
Efetivo Bovino (cabeça)	-	1,4 milhões
Litro de leite (litros)	-	97 milhões
Cabeças de Aves	-	10,5 milhões
Geração de ocupação	10,1 milhões	670 mil

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

(-) Informações não disponíveis no Censo agropecuário.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que os dados elencados no Capítulo 2 apontam para um cenário ao mesmo tempo desafiador e promissor, direcionando para grandes avanços nas áreas sociais, econômicas e estruturais no estado do Piauí. As informações analisadas e sistematizadas credenciam indicadores que possibilitam sinalizar políticas na identificação de limites e superações e, assim, qualificar o planejamento público.

O capítulo seguinte aborda o tema da violência contra a Mulher: Evolução e suas Consequências. Acompanhar essas políticas em sua transversalidade requer um processo competente de monitoramento e avaliação e, ainda, de comunicação entre as diversas secretarias do estado do Piauí e a sociedade.

3

A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NO PIAUÍ: A REDE
DE ENFRENTAMENTO E
ATENDIMENTO E A
EVOLUÇÃO DOS DADOS

3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PIAUÍ: A REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO E A EVOLUÇÃO DOS DADOS

A violência contra a mulher se constitui em um fenômeno social persistente e multifatorial que afeta mulheres de todas as idades, independentemente do local de origem, estrato social, faixa etária ou raça/etnia (BANDEIRA, 2014, p. 460). No mundo, os relatos de mulheres que sofreram violência física e/ou sexual praticada pelo parceiro íntimo nos últimos 12 meses correspondem a cerca de 17,8 % (UN WOMEN, 2019).

Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o enfrentamento à violência contra a mulher tornou-se um compromisso global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴, conforme estabelece ODS 5, “Alcançar a Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, prevê no item 5.2 a eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”.

A Lei Maria da Penha⁵ (LMP), promulgada em 06 de agosto de 2006, tornou-se um marco no enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil e no mundo, sendo considerada uma das três melhores legislações no combate à violência contra a mulher⁶. A LMP é o resultado da ação bem sucedida de articulação dos movimentos feministas e de mulheres junto a atores-chaves do Estado Brasileiro e do desenvolvimento de mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres⁷ (BARSTED 2011; 2016; SOUZA 2016).

⁴ A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é composta por 17 objetivos com 169 metas associadas que propõem orientar um plano de ação global dos 193 Países Membros das Organização das Nações Unidas, com vistas a contemplar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

⁵ O nome é uma homenagem simbólica do Brasil a Maria da Penha Maia Fernandes, que sobreviveu a duas tentativas de assassinato, pelo então marido, em 1983. A trajetória de Maria da Penha em busca de justiça se tornou um símbolo da omissão do Brasil em coibir e punir a violência contra a mulher. Em 1998, o caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) e, em 2001, o Brasil foi condenado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres. Fonte: Instituto Maria da Penha. Quem é Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

⁶ Em 2012, a ONU classificou as três melhores legislações no combate à violência doméstica e familiar: Ley Orgânica de Medidas de Protección Integral contra la Violência de Género, Chile (Ley nº 20.066 de Violência Intrafamiliar) e a Lei Maria da Penha (11.340/2006). Fonte: Legislações sobre violência contra as mulheres no Brasil. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacao-sobre-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

⁷ Para Barsted (2011, 2016), os movimentos feministas e de mulheres no Brasil são marcados pela capacidade de exercer pressão sobre o Estado na inclusão de demandas feministas na agenda pública. No caso da violência contra

De forma que a Lei incorpora os marcos jurídicos internacionais e nacionais previstos na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará” e na Constituição Federal⁸ ao reconhecer que a violência doméstica e familiar é uma violação dos direitos humanos e dever do Estado na eliminação da discriminação de gênero (DIAS, 2018)

Além da criação de mecanismos para coibir e punir a violência contra a mulher, a LMP institui políticas públicas que englobam um sistema de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Estes sistemas devem atuar de maneira articulada com setores da sociedade civil, órgãos e serviços do Judiciário, da assistência social, da polícia e de saúde dos três entes federados: União, Estados e Municípios (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015; PASINATO, 2015).

Segundo Campos (2015) e Pasinato (2015), as inovações trazidas pela LMP podem ser enumeradas como: o estímulo do debate público a respeito da naturalização da violência contra mulher, a tipificação das diversas formas de violência contra a mulher (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), a unificação dos procedimentos judiciais, a criação das Varas e Juizados Exclusivos de Violência Doméstica, a proibição da aplicação de penas pecuniárias e pagamento de multas e previsão da concessão de medidas protetivas de urgência às mulheres em situação de violência

Nos quatorze anos desde a promulgação da Lei, o cenário de implementação das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil se apresenta com desigualdades regionais e sociais, as quais constituem desafios para o poder público (NUNES, 2017). Ao longo dos anos, diversas pesquisas buscaram avaliar a implementação desses serviços, como Cepia (2013), Observe (2010) e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM) de 2013, que destacaram a descontinuidade e precariedade nos serviços de

a mulher, entre os anos de 2002 a 2006, o consórcio de Organizações Não Governamentais (ONGs) Feministas sob a coordenação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) se reuniu para produzir o texto legislativo enviado ao Congresso Nacional, o que resultou na aprovação da Lei Maria da Penha.

⁸ Segundo Dias (2018), a LMP regulamenta os direitos assegurados no plano internacional, ratificados pelo Estado brasileiro, como a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir e Erradicar (Convenção de Belém do Pará) evocada na ementa da Lei com a definição da violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológica à mulher tanto na esfera pública ou na esfera privada”. Na Constituição Federal (CF, 1988), o artigo 226, §8º) cita que “o Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

atendimento prestados às mulheres em situação de violência, a carência de recursos materiais e humanos, além da falta de orçamentos específicos nos estados e municípios.

Os objetivos do presente capítulo são identificar os serviços da Rede de Atendimento e de Enfrentamento disponíveis no Piauí e descrever a evolução do número de casos de violência doméstica e familiar e homicídio de mulheres no estado nos últimos anos, com dados oriundos do Sistema Judiciário, do Ligue 180, do número de Boletins de Ocorrência da Polícia Civil e do Atlas da Violência de 2019.

Para alcançar estes objetivos, foram sintetizados os principais conceitos que norteiam as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar presentes no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Foram identificados os serviços da rede de enfrentamento e atendimento à violência contra a mulher no Piauí. O texto está baseado sobre os principais indicadores do Sistema Judiciário, apoiando-se nos dados da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres do Conselho Nacional de Justiça. Uma breve discussão sobre o conceito de feminicídio foi apresentado. Foram apontados os números de denúncias da Central de Atendimento à Mulher (LIGUE 180), um serviço de registro e encaminhamento de denúncias que atende todo o território nacional.

Finalmente, demonstrada a evolução do número de boletins de ocorrência das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher do Piauí entre os anos de 2015 até abril de 2020, o número de denúncias realizadas pelo serviço do Salve Maria entre 2019 a julho de 2020, o quantitativo de crimes de feminicídio ocorrido entre janeiro a julho de 2019 a 2020 e a taxa de homicídio de mulheres entre os anos de 2007 até 2017 no Piauí.

3.1 Os principais conceitos da Rede de Enfrentamento e Atendimento das Mulheres em Situação de Violência no Brasil

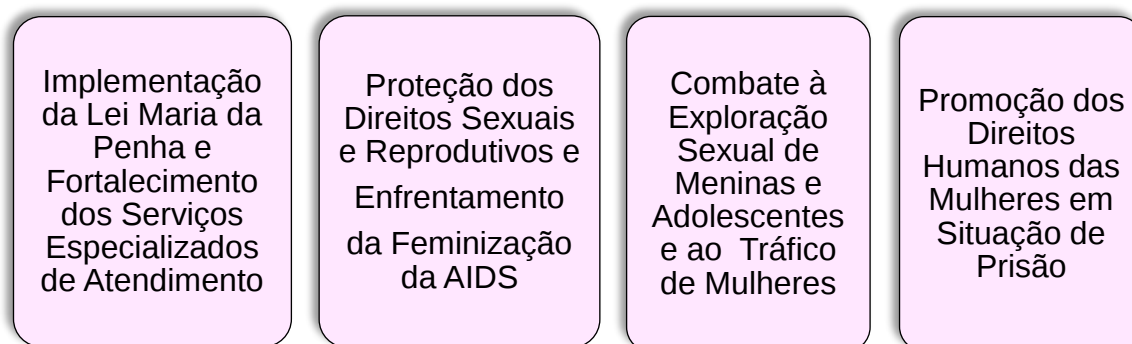
Anteriormente à promulgação da LMP, conforme afirma Santos (2015, p. 578), as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher eram centralizadas nas Delegacias Especializadas e nas Casas Abrigo, o que refletiu o enfoque na segurança pública e assistência social no amparo das mulheres em situação-limite de risco de vida.

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da

República (SPM-PR), em 2003, e, posteriormente, com a LMP, a implementação das políticas públicas adquirem novos contornos e visibilidade, na medida em que elaboram as diretrizes, normas de técnicas de padronização dos serviços e conceitos acerca do enfrentamento à violência contra a mulher.

A partir das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)⁹ e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é elaborado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, com uma nova releitura e relançado em 2011 no governo de Dilma Rousseff. O Pacto consistia em um acordo federativo entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais com ações estruturais em quatro eixos centrais.

Figura 1 - Eixos estruturantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher



Fonte: Brasil, 2010.

As ações propostas nesses eixos devem se apoiar em três premissas: a transversalidade, a intersetorialidade e a capilaridade. A transversalidade de gênero visa garantir que a questão da violência contra a mulher perpassasse diversas políticas públicas setoriais. A intersetorialidade refere-se às parcerias entre os entes governamentais de diferentes áreas (saúde, educação, justiça) da União, Estado e dos Municípios, e a capilaridade compreende que a execução das políticas públicas nacionais deve alcançar o nível local de governo (BRASIL, 2010).

⁹ A partir das Conferências foram gerados: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004); II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008); III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015).

Segundo Pasinato (2015, p.536), o conceito de rede¹⁰ foi revisado em 2010 pela SPM, no qual é separado em duas dimensões: a formulação/gestão (Rede de Enfrentamento) e execução (Rede de Atendimento) da política pública, que devem atuar consoante aos princípios da intersetorialidade, transversalidade de gênero, interdisciplinaridade, interseccionalidade e capilaridade (PASINATO, 2015).

Desta forma, a Rede Enfrentamento inclui os órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento. Como exemplo, citamos os Organismos de Políticas para as Mulheres, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), Movimentos de Mulheres, Conselhos de Direitos das Mulheres, os serviços voltados para a responsabilização dos agressores, universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, responsáveis pela garantia de direitos (assistência e seguridade social, habitação, educação, trabalho e cultura) (BRASIL, 2011).

Já a Rede de Atendimento agrega serviços especializados no atendimento das mulheres em situação de violência que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres (BRASIL, 2011). Podemos mencionar as Casas Abrigo, Delegacias, Defensorias, Serviços de Saúde, Centros Especializados, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Promotorias ou Núcleos de Gênero do Ministério Público¹¹.

O Quadro 6 sintetiza as principais características da Rede de Enfrentamento e Atendimento à Mulher em Situação de Violência e os princípios em comum devem nortear as ações destes Órgãos.

¹⁰ O conceito de rede de enfrentamento à violência contra a mulher é definido como: “atuação articulado entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistências qualificada às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2011).

¹¹ Também compõem a Rede de Atendimento os serviços não especializados de atendimento a mulheres, tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que se constituem em importantes portas de entrada para a mulher acessar os serviços especializados (BRASIL, 2011, p.15).

Quadro 6 - As principais características da Rede de Enfrentamento e de Atendimento

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Articular a política	Executar
Projetar e Formular	Implantar
Programar e Implementar	Aplicar
Monitorar e Avaliar	Atender e Encaminhar
Intersetorialidade	
Interdisciplinariedade	
Transversalidade de Gênero	
Interseccionalidade	
Capilaridade	

Fonte: Pasinato (2015).

Finalmente, no Quadro 7 são identificadas as principais atribuições dos serviços especializados que a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência oferece, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

Quadro 7 - As principais atribuições dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Serviços	Principais Atribuições
Centros de Referência	Espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico para a mulher em situação de violência. Devem proporcionar atendimento e acolhimento necessários para a superação da violência.
Casas Abrigo	Locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário.
Delegacias Especializadas	São unidades especializadas da Polícia Civil para o atendimento das mulheres com caráter preventivo e repressivo, que devem realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.
Defensorias da Mulher	A finalidade é dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. É órgão responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios.
Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher (JVDFM)	São órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos estados para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Instituto Médico Legal	Desempenha papel importante no atendimento à mulher, sobretudo, nos casos de violência física e sexual. Função decisiva na coleta de provas, necessárias no processo judicial.
Centro de Educação e Reabilitação do Agressor	Constitui-se em espaço de atendimento e acompanhamento de homens autores de violência, encaminhados pelo Juizado.

Fonte: Adaptado de Martin (2011).

3.2 Levantamento da rede de enfrentamento e atendimento à violência contra a mulher no Piauí

O estado do Piauí aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no dia 06 de julho de 2009, com a assinatura do Termo de Cooperação Federativo entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o governo do Piauí (EVANGELISTA, 2015).

Com efeito, o Decreto nº 13.745¹² institui a Câmara Técnica Estadual Interinstitucional com as atribuições de monitoramento da implementação do Pacto no Piauí, sob a supervisão do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, conforme disposto no Art. 1º. É também atribuição da Câmara Técnica garantir orçamento específico para ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito estadual (BRASIL, 2011)

Os Órgãos/Instituições que compõem a Câmara Técnica Estadual são: Secretaria Estadual da Assistência Social e Cidadania do Piauí, Secretaria Estadual de Saúde, Defensoria Pública, Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), Associação Piauiense de Prefeitos Municipais (APPM), Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Procuradoria Geral de Justiça, Secretaria Estadual de Planejamento, Secretaria Estadual da Justiça, Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), Gênero, Mulher, Desenvolvimento e Ação para a Cidadania (GEMDAC), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Já o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM/PI)¹³ possui diversas competências, dentre as quais podemos citar: proposição de políticas públicas, fiscalização da legislação em vigor sobre os direitos da mulher, acordos e convênios entre as diversas Secretarias de Governo em benefício da realização do programa de atividades do Conselho (CEPRO, 2019).

¹² Decreto Nº 13.745 de 06/07/2009. Institui a Câmara Técnica Estadual Interinstitucional do Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14251>. Acesso em: 30 abr. 2020.

¹³ O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher foi instituído pela Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000, reestruturado pela Lei nº 5.596, de 01 de agosto de 2006. Está vinculado à Secretaria Estadual de Governo e inicialmente era composto por 24 membros representantes de Órgãos Públicos e organizações da sociedade civil. Em 2013, a Lei 6.307 alterou a composição do Conselho, aumentando para 25 conselheiros titulares, sendo 12 membros do governo e 13 da sociedade civil (CEPRO, 2018, p.26)

Ao tratar da composição da CEDDM/PI, o artigo 4º da Lei 5.596 dispõe sobre a participação de entidades da sociedade civil organizada e organizações autônomas de mulheres que representem os seguintes segmentos: a) mulheres negras; b) prostitutas; c) trabalhadoras rurais e urbanas; d) mulheres com deficiência; e) portadoras de patologias específicas; f) federações; g) lésbicas e demais segmentos de mulheres. Desta forma, o CEDDM assegura a pluralidade nas pautas de discussões das mulheres.

Em concomitância com a atuação da Câmara Técnica e do Conselho Estadual, os Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), já mencionados anteriormente, são parte constitutiva da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Correspondem às Secretarias, Coordenadorias, Superintendências, Diretorias e Gerências de Políticas para as Mulheres situadas tanto no âmbito estadual quanto no municipal (RIBAS, 2019).

As OPMs são representantes autônomas dos governos locais frente ao Governo Federal, de maneira que as necessidades regionais se adequem aos planos e pactos firmados nacionalmente (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015). Na pactuação com as Unidades da Federação, considera-se a atribuição das OPM's como imprescindível no processo de formulação de políticas públicas voltadas às mulheres e a garantia da transversalidade de gênero nas ações dos diversos setores do governo (BRASIL, 2011).

Para operar em consonância com as diretrizes propostas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011), as OPM's devem articular as ações em sintonia com as demais secretarias municipais, de maneira que a transversalidade de gênero possa perpassar as ações governamentais.

De acordo com o levantamento de dados cedido pela Coordenadoria de Estado de Política para Mulheres (CEPM), no Piauí existem cerca de quinze (15) OPM's em funcionamento em 2020. Na Tabela 36, identifica-se que cerca de 6,7% dos municípios piauienses possuem OPMs. Em relação ao total de OPMs, quanto ao vínculo destes Organismos, cerca de 33,4% estão ligados ao Gabinete do(a) Prefeito(a); 46,7% à Secretaria de Assistência Social; e 20% a uma Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Tabela 36 – Quantitativo de municípios com Organismos de Políticas para as Mulheres, conforme a vinculação do Organismo de Política para as Mulheres.

Vinculação do Organismo de Política para as Mulheres	Municípios	Quantidade
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	Teresina, São Raimundo Nonato ¹⁴ , Cocal	3
Secretaria de Assistência Social	Palmeiras, Bom Jesus, São Joao do Piauí, Oeiras, Queimada Nova, Sussuapara, Caxingó	7
Gabinete do/a Prefeito (a)	Picos, Pedro II, São João do Arraial, Cocal de Telha, Campo Maior	5
Total de OPM's em funcionamento	15	15
Total de Municípios no Piauí	224	

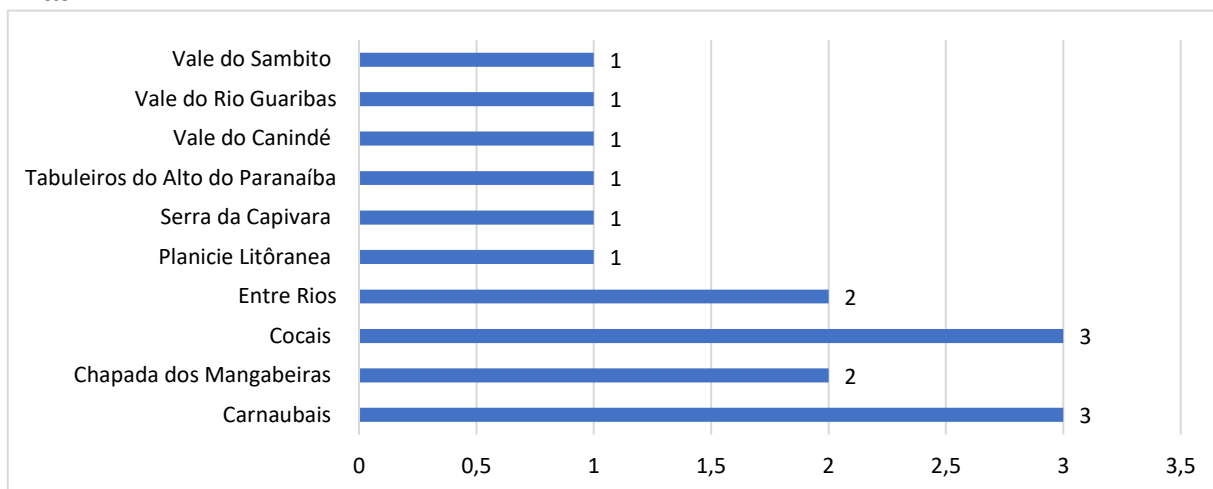
Fonte: Coordenadoria Estado de Políticas para as Mulheres (CEPM), 2020.

Com relação aos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, o levantamento de dados cedidos pela CEPM aponta que cerca de 16 municípios piauienses possuem este Órgão¹⁵. O Gráfico 5 mostra a distribuição destes Conselhos Municipais por território no Piauí.

¹⁴ Em Teresina, a Lei 7.197 de 2011, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, ocorreu por meio da Lei 7.197/2011. Em São Raimundo Nonato, a lei municipal que dispõe sobre a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres é a nº340/2013, de 02 de julho de 2013.

¹⁵ No Anexo há uma lista especificando as siglas, os endereços e os horários de funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres do Estado do Piauí, disponibilizados pela CEPM.

Gráfico 5 – Distribuição dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher por Território no Piauí



Fonte: Coordenadoria Estado de Políticas para as Mulheres (CEPM), 2020.

No que diz respeito à Rede de Atendimento no Piauí, o diagnóstico apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM) 2013¹⁶ apontava as seguintes características: concentração dos serviços da rede em Teresina, a baixa articulação entre os serviços, ausência de Organismo Estadual de Políticas para as Mulheres, existência de um Juizado Especial de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher e um Núcleo da Defensoria Pública, ambos localizados na capital.

Dentre as boas práticas, a CPMIVCM (2013) ressaltou a disponibilização de serviços de atendimento à mulher em situação de violência dentro dos hospitais da capital e do interior, bem como a realização de exames com protocolos simplificados e dinâmicos nos casos das vítimas de violência sexual nos Serviços de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVVIS) (CPMI, 2013, p. 596).

No Quadro 8, apresentamos a Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Piauí¹⁷, dividida em quatro categorias: serviços

¹⁶ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM) foi criada "com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência". O Relatório completo com informações das 27 Unidades da Federação está disponível no link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/menu/entenda-a-violencia/files/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 29 abr. 2020.

¹⁷ No anexo há uma lista com os principais endereços da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Piauí. Como fonte para buscar estas informações, utilizou-se a página do Tribunal de Justiça do Piauí Coordenadoria da Mulher. Disponível em: <http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/contatos/> [Acesso em: 24 ago. 2020] e o site da Polícia Civil do Piauí, com os endereços das DEAMS da capital e do interior. Disponível em: http://www.pc.pi.gov.br/download/202006/PC24_92a9bfcda6.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

especializados, serviços de atendimento geral, órgãos de informações, orientações e políticas públicas e serviço de segurança e defesa social (BRASIL, 2011).

Quadro 8 – Serviços da Rede de Atendimento e Enfrentamento das Mulheres em Situação de Violência no Piauí

Categoria	Serviço Existentes
Serviços Especializados de Atendimento à Mulher	Centro de Referência Estadual para Mulheres Vítimas de Violência "Francisca Trindade"
	Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência "Esperança Garcia" ¹⁸
	Casa- Abrigo "Mulher Viva"
	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM'S)
	Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica da Defensoria Pública do Estado do Piauí
	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha
	Núcleo de Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID)
	Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS) ¹⁹
	Núcleo Policial Investigativo de Femicídio no Piauí
Serviços de Atendimento Geral	Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)
	Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS)
	Centro de Referência para a Promoção da Cidadania Homossexual "Raimundo Pereira"
Órgãos de Informações, Orientação e Políticas Públicas	Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres do Piauí (CEPM)
	Organismos de Políticas para as Mulheres

¹⁸ O Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência Esperança Garcia é um serviço municipal da Prefeitura de Teresina no atendimento às mulheres em situação de violência. Está vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM).

¹⁹ O Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS) oferece atendimento qualificado à vítima de violência sexual, independente do gênero e idade, e, no caso de mulheres, com contracepção de emergência. Em Teresina, na Maternidade Dona Evangelina Rosa funciona o atendimento exclusivo para as mulheres. Fonte: Portal da Saúde. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/noticias/2018-06-18/8773/servico-de-atendimento-as-vitimas-de-violencia-sexual-sera-ampliado-no-piaui.html>. Acesso em: 16 ago. 2020.

	Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
	Ouvidorias
	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres do Piauí
	Central de Atendimento à Mulher - Disque 180
Serviço de Segurança e Defesa Social	Plantão Metropolitano de Gênero
	Polícia Civil e Militar
	Instituto de Medicina Legal (IML)

Fonte: Adaptado de Evangelista (2018).

3.3 Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre as Varas de Violência Doméstica no Piauí

Os Juizados ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos do sistema judiciário com competência civil e criminal com a função de processar, julgar e executar os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme prevê a Lei Maria da Penha (CNJ, 2018).

Em virtude do monitoramento destas estruturas, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituição pública que visa ao aperfeiçoamento do Sistema Judiciário, implementou em 2018 a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário²⁰.

Dentre as diversas ações implementadas no âmbito desta Política, encontra-se a sistematização dos dados dos juizados de violência doméstica e familiar que estão disponibilizados no Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e serão apresentados nesta seção do capítulo²¹.

Desse modo, o Painel contém informações que descrevem a estrutura judiciária das varas e dos juizados exclusivos de violência doméstica e familiar, abordam a litigiosidade dos processos oriundos das Varas Exclusivas e Não Exclusivas dos

²⁰ De acordo com a Portaria nº254, de 4 de setembro de 2018, o Conselho Nacional de Justiça institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2669>. Acesso em: 26 abr. 2020.

²¹ Para acessar o Painel, o link é: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo>

estados e fornecem informações sobre o número de medidas protetivas deferidas e de sentenças de violência doméstica e familiar, bem como de feminicídio.

O Piauí conta com **uma** vara especializada em violência doméstica e familiar (5ª Vara Criminal de Teresina), com a 1ª Vara Criminal da Comarca de Parnaíba e a 4ª Vara Criminal da Comarca de Picos como integrantes da estrutura judiciária de enfrentamento à violência contra a mulher²². A Tabela 37 ilustra o número de servidores lotados na 5ª Vara Criminal de Teresina, no Piauí, por área de atuação.

Tabela 37 - Servidores lotados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher -Piauí

Área de Atuação	Quantidade
Serviço Social	4 (28,6%)
Psicologia	3 (21,4%)
Ciências Sociais	0
Medicina/Clínica	0
Medicina/Psiquiatria	0
Apoio direto	7 (50,0%)
Total	14

Fonte: CNJ, 2020.

Ademais, as medidas protetivas são mecanismos previstos pela Lei Maria da Penha que visam assegurar à mulher o direito a uma vida sem violência, garantindo a segurança pessoal e patrimonial para ela e seus filhos (DIAS, 2018, p; 171). Para isso, as medidas podem ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado²³.

Estas medidas podem envolver o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância entre a vítima e o agressor, a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, a proibição de entrar

²² Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Coordenadoria da Mulher. Disponível em: <http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/contatos/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

²³ Conforme cita o §1º do artigo 19 da Lei Maria da Penha.

em contato com a vítima e/ou familiares por qualquer meio, e a obrigação do agressor em pagar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios²⁴.

As informações abaixo detalham o levantamento do número de medidas protetivas proferidas pelo Poder Judiciário entre os anos de 2016 a 2019 no Brasil e no Piauí. Ao comparar os períodos 2016-2019 revelam um crescimento percentual no número de medidas, de 61,8%, no Brasil, e 53,2%, no Piauí (Ver Tabela 38).

Tabela 38 - Número de medidas protetivas deferidas no Brasil e Piauí

Ano	Brasil	Piauí
2016	249.406	1.855
2017	301.319	2.691
2018	336.640	3.502
2019	403.646	2.842
Total	1.291.011	10.890

Fonte: CNJ, 2020.

O Painel do CNJ traz dados referentes aos processos de violência doméstica e familiar que tramitam ou tramitaram nas varas exclusivas e não exclusivas no Piauí. De forma resumida, os casos novos de conhecimento são aqueles que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça no período- base. Ou seja, são os casos que ingressaram no Sistema Judiciário.

Já os casos pendentes de conhecimento referem-se ao saldo residual de processos criminais de conhecimento que não foram baixados no 1º grau até o final do período base. São processos que ainda cabem recursos.

Finalmente, os processos de conhecimento baixados são aqueles: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes; b) remetidos para instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; e d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução (CNJ, 2015).

Os dados mostram a série histórica de violência doméstica e família do TJ no Piauí no período 2016-2019. Na comparação entre os períodos 2016-2019, em relação aos casos novos de conhecimento, houve uma queda de 9,3%; nos casos pendentes de conhecimento ocorreu um crescimento de 29,5%; e nos casos baixados de conhecimento, a elevação foi de 190,8% (Ver Tabela 39).

²⁴ O artigo 22 da Lei Maria da Penha estabelece o rol de medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.

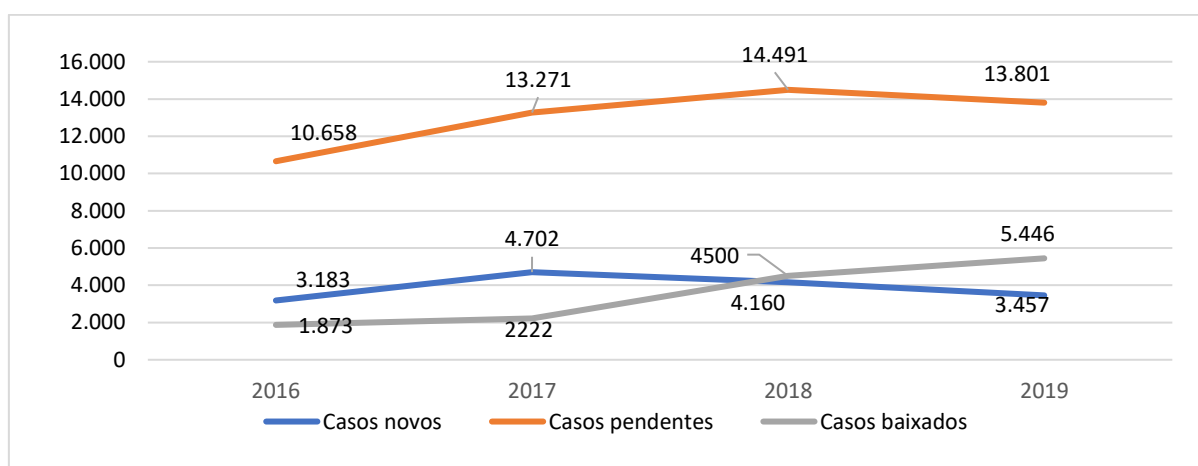
Tabela 39 - Série histórica dos processos de violência doméstica e família do TJ PI (varas exclusivas e não exclusivas)

Anos	Casos Novos de Conhecimento	Casos Pendentes de Conhecimento	Casos Baixados de Conhecimento
2016	3.813	10.658	1.873
2017	4.702	13.271	2.222
2018	4.160	14.491	4.500
2019	3.457	13.801	5.446
Total	16.132	52.221	14.041

Fonte: CNJ, 2020.

O Gráfico 6 demonstra a evolução desta série histórica de violência doméstica e familiar do TJ do Piauí, apresentada na tabela 39, de forma a facilitar o entendimento e a visualização.

Gráfico 6 - Série histórica dos processos de violência doméstica e familiar do TJ PI (varas exclusivas e não – exclusivas) no período de 2016-2019



Fonte: CNJ, 2020.

Antes de adentrar nos dados do CNJ sobre o feminicídio, é importante compreendermos mais sobre este conceito. A palavra “feminicídio” ou “femicídio” foi empregada pela primeira vez pela ativista Diana Russel em 1976, no Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres em Bruxelas. Posteriormente, em parceria com Jill Radford, as autoras empregaram o conceito para definir o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres (PASINATO, 2011; MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

As características que marcam os crimes de feminicídio são que eles representam a etapa final de continuum de violência que inclui uma gama de crimes

intencionais praticados contra as vítimas, motivado pelo ódio, desprezo, prazer ou pelo sentimento de propriedade nutrido sobre as mulheres, ancorado na desigualdade de poder entre homens e mulheres (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

No Brasil, a Lei 13.104 de 2015 alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio (art.121, §2º do Código Penal, o inciso VI – “contra a mulher por razões da condição do sexo feminino”). É definido como um crime hediondo e tipificado da seguinte forma: “considera-se que há razões de condições de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar, II- menosprezo ou discriminação à condição de mulher”²⁵ (BRASIL, 2016).

De acordo com Villa e Machado (2018, p. 91), a mudança legislativa provocou diversos desafios às organizações responsáveis pela investigação, processamento e o julgamento dos casos de feminicídio em evidenciar as razões de gênero que culminaram na morte da vítima.

Como o crime de feminicídio é um crime doloso contra a vida, o desafio torna-se maior por que o julgamento do que vem a ser “condição do sexo feminino” cabe ao Conselho de Sentença, formado por pessoas do povo que julgarão conforme suas consciências e convicções pessoais” (VILLA; MACHADO, 2018, p.91)

Em 2016 são publicadas as “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com a Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres”, cujos objetivos são de promover a inclusão da perspectiva de gênero nas fases de investigação policial, processo judicial e na decisão do(a) magistrado(a), de forma que se aperfeiçoe as respostas institucionais frente as mortes violentas de mulheres (BRASIL, 2016)²⁶.

Retomando a análise do sistema Judiciário, a Tabela 40 registra o número de sentenças de violência doméstica e feminicídio emitidas pelo Tribunal de Justiça do Piauí no período 2016-2019. Comparando os períodos 2016-2019, nota-se crescimento de 185,3% do número de sentenças de violência doméstica. Quando o

²⁵ O parágrafo § 7º da Lei 13.104 também prevê o aumento de pena de um terço até a metade, se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra pessoa menor de dezesseis anos, maior de sessenta anos ou com deficiência, na presença de descendentes ou ascendentes da vítima (BRASIL, 2016)

²⁶ Dentro da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, em março de 2015, criou-se o Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio com o objetivo de investigar assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais, com uma metodologia que contemplasse as relações de gênero, e em 2016, o Piauí adere às Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com a Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (VILLA; MACHADO, 2018, p. 88)

assunto é o número de sentenças por feminicídio, em 2019, foi registrada em números absolutos a marca de 23 sentenças.

Tabela 40 - Número de sentenças de violência doméstica e feminicídio emitidas pelo TJ PI (varas exclusivas e não exclusivas)

Anos	Violência doméstica	Feminicídio
2016	606	0
2017	993	0
2018	1.351	0
2019	1.729	23

Fonte: CNJ, 2020.

Os dados abaixo demonstram a evolução do número de casos absolutos de conhecimento do crime de feminicídio que ingressaram no sistema Judiciário nos anos de 2016 a 2019 no Brasil e no Piauí. Ao analisar essa evolução, destaca-se o período 2016-2019, que mostra a elevação dos casos no Piauí de 666,7% e no Brasil de 16,8% (Ver Tabela 41).

Tabela 41 - Casos novos de conhecimento feminicídio no Piauí e no Brasil nas varas exclusivas e não exclusivas

Casos Novos de Conhecimento de Feminicídio				
Ano	2016	2017	2018	2019
Piauí	06	34	42	43
Brasil	1662	1582	1851	1941

Fonte: CNJ, 2020.

Já nessa análise que mostra os casos pendentes de conhecimento de feminicídio nas Varas Exclusivas e Não Exclusivas no período de 2016-2019 no Piauí e Brasil, na comparação entre os períodos 2016-2019, o Piauí demonstrou um aumento de 421,4%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,5% (Tabela 42).

Tabela 42 – Casos Pendentes de Conhecimento Feminicídio no Piauí e no Brasil nas Varas Exclusivas e Não Exclusivas

Casos Pendentes de Conhecimento de Feminicídio				
Ano	2016	2017	2018	2019
TJ PI	14	46	63	73
TJ Brasil	5050	5284	3921	5127

Fonte: CNJ, 2020.

3.4 Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 no Estado do Piauí

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180) é um serviço gratuito que tem por objetivo receber denúncias e relatos de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento e fornecer orientações quanto à legislação vigente e os direitos da mulher. Em 2010, o serviço passou a funcionar 24 horas por dia e, posteriormente, transformou-se em Disque-Denúncia, com capacidade de envio dos relatos de crimes para a Secretaria de Segurança Pública dos Estados, com cópia para o Ministério Público.

Nesta seção do Capítulo 3, com base nas informações fornecidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos²⁷, as Tabelas 43 e 44, apresentadas a seguir, especificam o número de denúncias de violências registradas por categoria no Piauí entre os anos de 2014 até o primeiro semestre de 2019.

Quando se analisa o período de 2014-2018, em relação às denúncias de violência doméstica e familiar, destaca-se um crescimento de 122,7%, na análise da tentativa de feminicídio, no período 2017-2018, observa-se um aumento de 115,4%.

Tabela 43 - Registros de denúncias de violências 2014 a 2019 no estado do Piauí

Denúncias de violências	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (Até o 1º Semestre)
Ameaça	86	161	71	29	179	20
Cárcere Privado	16	67	79	43	47	19
Feminicídio	N/A	N/A	N/A	0	0	0
Tentativa de Feminicídio	N/A	N/A	N/A	13	28	40
Homicídio	1	11	10	0	0	0
Tentativa de Homicídio	3	12	5	2	8	1
Trabalho Escravo	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0
Tráfico de Mulheres	1	1	0	1	1	0
Violência Doméstica e Familiar	444	885	1721	899	989	500

Fonte: Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020).

Obs: Os campos assinalados com "N/A" (Não Aplicável) demonstram o período em que os registros não poderiam ser contabilizados pelo sistema.

A Tabela 44 detalha a categoria violência doméstica e familiar apresentada anteriormente com detalhamentos das denúncias registradas no 180. O descumprimento de medidas protetivas tornou-se crime com a promulgação da Lei

²⁷ O pedido foi solicitado ao MMFDH com base na Lei de Acesso à Informação (12.527, de 18 de novembro de 2011) pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-sic).

13.641 de 2018, que incluiu o artigo 24-A na Lei Maria da Penha²⁸. Registra-se que entre 2018 até o primeiro semestre de 2019, a variação percentual saltou em 400% nas denúncias de descumprimento.

Na comparação entre os anos de 2014 a 2018, o número de denúncias envolvendo a violência patrimonial teve uma elevação de 270%, seguido pela violência psicológica, com aumento de 210,3%, e por último a violência física, com acréscimo de 120,4%.

Tabela 44 - Registro de denúncias de violência doméstica e familiar de 2014 ao 1º semestre de 2019 no estado do Piauí

Denúncias	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (1ºSemestre)
Descumprimento de Medidas Protetivas	N/A	N/A	N/A	N/A	4	20
Tentativa de Femicídio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	16
Tentativa de Homicídio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Violência Física ²⁹	294	644	1.115	599	648	322
Violência Moral ³⁰	52	62	84	24	53	100
Violência Patrimonial ³¹	10	27	33	20	37	14
Violência Psicológica ³²	68	114	415	228	211	23
Violência Sexual ³³	20	38	74	28	36	4
Total	444	885	1721	899	989	500

Fonte: Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020).

Obs. Os campos assinalados com "N/A" (Não Aplicável) demonstram o período em que os registros não poderiam ser contabilizados pelo sistema.

²⁸ Art. 24 - A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. § 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. § 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm. Acesso em: 18 ago. 2020.

²⁹ De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência física é qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

³⁰ De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência moral é conduta que se realiza por meio de calúnia, difamação ou injúria.

³¹ De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência patrimonial é conduta que configure retenção, subtração destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

³² De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência psicológica é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

³³ De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

3.5 Evolução da violência contra a mulher nos registros de ocorrências policial, no aplicativo Salve Maria e nas taxas de homicídio de mulheres no Piauí

Nesta seção, apresentamos o quantitativo de boletins de ocorrência de violência doméstica entre os anos de 2015 até julho de 2020, registrados nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher do Piauí. Posteriormente, apresenta-se a evolução dos registros do Aplicativo Salve Maria, no período de janeiro de 2019 a julho de 2020. Ambas as informações são provenientes da Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP/PI).

Os dados indicam que nesse período foram 27.919 ocorrências, perfazendo uma média anual de 5.306. A DEAM Sudeste representa o maior número de registro ao longo do período, com 20,7%, seguidos, DEAM-Norte (20,6%) e DEAM-Centro (19,2%), entre outras (Ver Tabela 45).

Tabela 45 - Registros de boletins de ocorrência de violência doméstica no Piauí - 2015 até abril de 2020

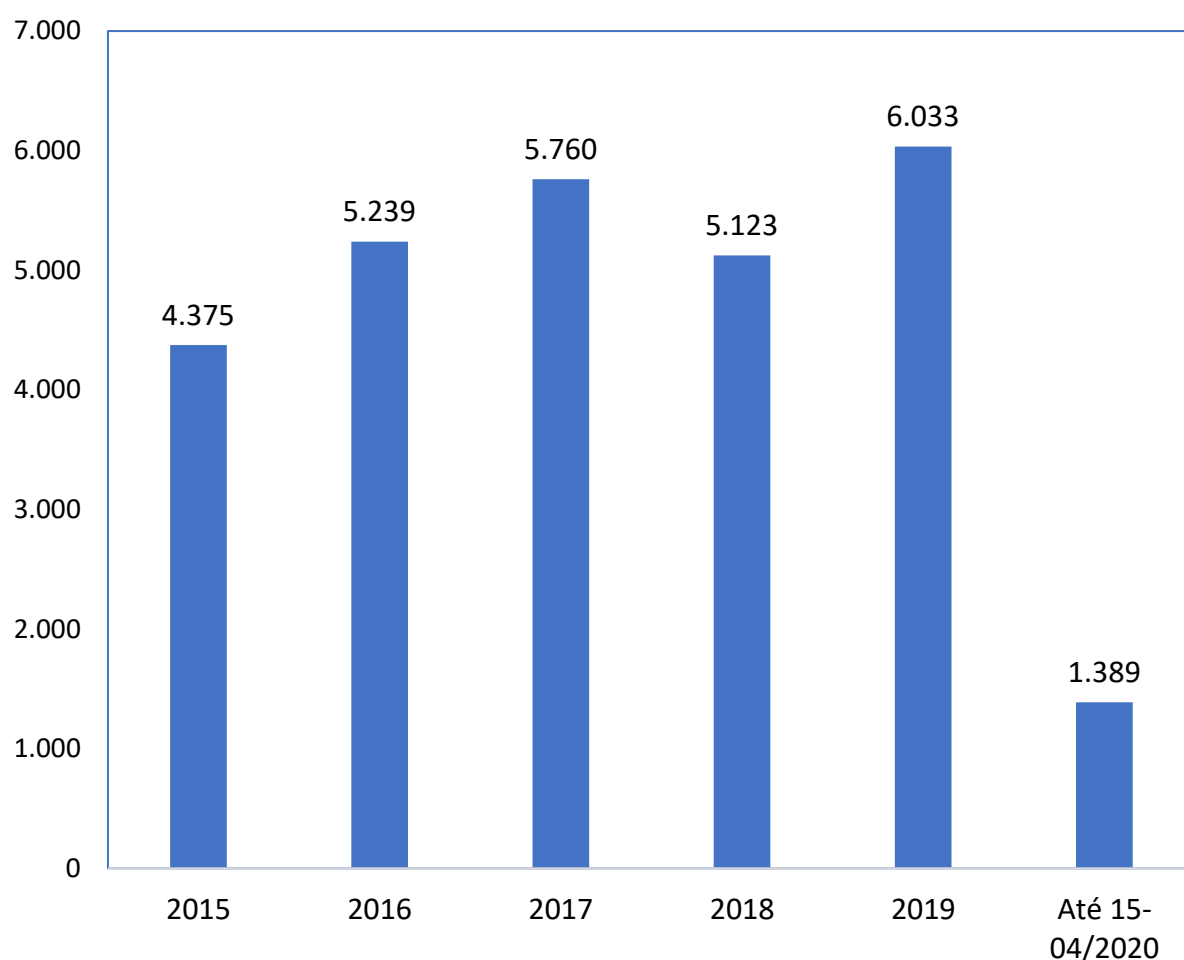
Delegacias de mulheres /DEAMs - Piauí	Ano						Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
DEAM - Centro	1.249	1.131	1.022	871	925	169	5.367
DEAM - Norte	982	1.198	1.281	961	1.120	223	5.765
DEAM - Sudeste	1.143	1.147	1.141	950	1.166	241	5.788
DEAM - Sul	-	438	750	784	872	199	3.043
DEAM - Campo Maior	-	-	20	210	100	30	360
DEAM - Floriano	207	202	207	221	255	30	1.122
DEAM - Parnaíba	204	460	442	367	804	200	2.477
DEAM - Picos	143	199	250	232	299	162	1.285
DEAM - Piripiri	416	377	535	403	327	79	2.137
DEAM - São Raimundo Nonato	31	87	112	124	165	56	575
Total	4.375	5.239	5.760	5.123	6.033	1.389	27.919

Fonte: SSP-PI. Secretaria de segurança do estado do Piauí/delegacias de polícia/DEAM'S, 2020.

Obs: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal.

Na análise do Gráfico 07, na evolução dos boletins de ocorrências na comparação do período 2015-2019 houve um crescimento de 37,9% na produção de B.O.s. Este aumento pode ser fruto das campanhas e debates promovidos pelo poder público em divulgar o problema da violência contra mulher em todo o estado e incentivar as mulheres a fazer a denúncia.

Gráfico 07 - Evolução dos boletins de ocorrências relacionados à violência doméstica no Piauí no período de 2015 até 15/04/2020



Fonte: SSP-PI. Secretaria de segurança do estado do Piauí/delegacias de polícia/DEAM'S, 2020.
Obs: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal.

Os números da tabela abaixo mostram a frequência mensal de registros de boletins de ocorrência sobre a violência doméstica, no período de janeiro a julho de

2019-2020 no estado do Piauí. Os dados revelaram uma diminuição de 20% dos registros, quando comparado ao período acima citado. Uma das causas dessa queda pode ser a pandemia da Covid-19, de março de 2020 a julho de 2020, quando houve uma queda de 28%, se comparado ao mesmo período de 2019 (Ver Tabela 46).

Segundo informações do site Cidade Verde do Piauí (2020), os registros de violência domésticas tiveram uma queda nos registros dos boletins de ocorrência nas delegacias da Mulher: “porque as mulheres estão temerosas em ir até uma delegacia. Estão com receios de denunciarem, pelo fato de não terem condições, pela pobreza mesmo, e pelo fato do vírus está no ar”, disse a delegada Eugenia Vila, superintendente de gestão de risco da Secretaria de Segurança Pública (SSP). (CIDADE VERDE, 2020)³⁴.

Tabela 46 - Frequência Mensal de BOs registrados nas DEAM do Piauí (01/jan a 30/jul) /2019-2020

Meses	2019	2020	Var(19/20)
Jan	478	422	-11,7
Fev	433	475	9,7
Mar	444	350	-21,2
Abr	421	281	-33,3
Mai	506	377	-25,5
Jun	473	296	-37,4
Jul	474	366	-22,8
Total	3229	2567	-20,5

Fonte: SSP-PI. Secretaria de Segurança do estado do Piauí/Delegacias de Polícia/DEAM'S, 2020.

Obs: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal.

O aplicativo Salve Maria foi criado em março de 2017, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública em conjunto com a Agência de Tecnologia da Informação. Trata-se de um dispositivo cuja função é auxiliar e facilitar as denúncias envolvendo crimes de violência contra a mulher, sendo um importante aliado na prevenção dos crimes de feminicídio em todo o Estado³⁵. É uma ferramenta gratuita que pode ser utilizada por qualquer pessoa que possua um equipamento eletrônico, tipo celular, tablet ou notebook.

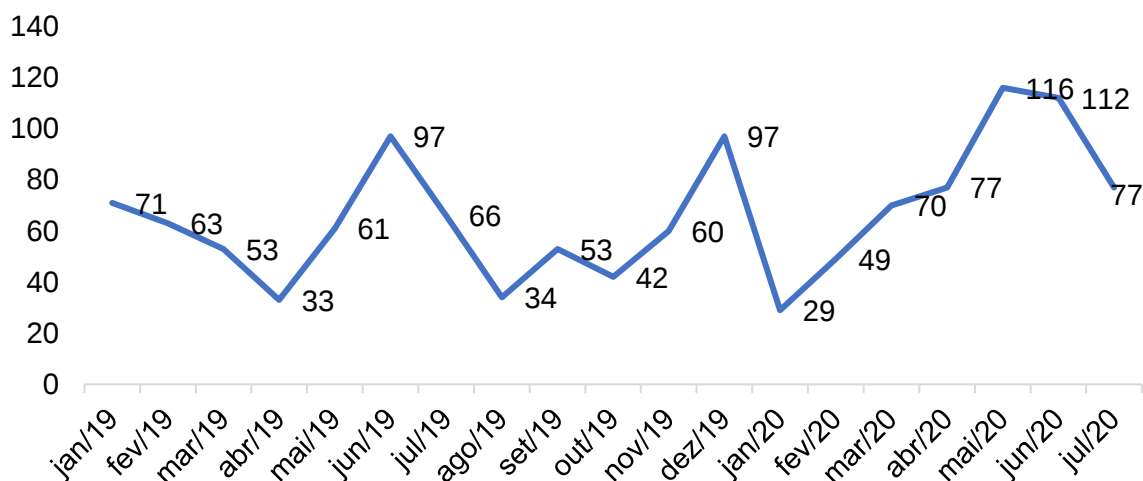
³⁴ Fonte: Aplicativo Salve Maria: isolamento social aumenta as denúncias em 83%. Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/coronavirus/108472/aplicativo-salve-maria-isolamento-social-aumenta-denuncias-em-83>. Acesso em: 28 ago. 2020.

³⁵ Fonte: Aplicativo Salve Maria ganha maior prêmio nacional do setor público. Cidade Verde. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/277491/aplicativo-salve-maria-ganha-maior-premio-nacional-do-setor-publico>. Acesso em: 28 ago. 2020.

De acordo com o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Piauí (SSP/PI, 2018), o funcionamento do aplicativo ocorre em duas modulações de acesso: comunidade e organizações policiais. A comunidade tem acesso a três botões: **pânico** (chamado de emergência que ativa a unidade policial mais próxima da vítima através da geolocalização do celular), **denúncia**³⁶ (similar ao funcionamento do Ligue 180) e **instruções de uso** (orientação a(o) usuária(o) sobre o funcionamento do aplicativo e especificações sobre os tipos de violência conforme a Lei Maria da Penha).

O Gráfico 8 mostra a evolução mensal dos registros do aplicativo Salve Maria de janeiro de 2019 a julho de 2020. Os dados demonstram uma média de 63,3 registros mensais, observando-se um crescimento de 19,4% no período de janeiro a julho de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019. Nos meses de isolamento social (março a julho 2020) teve elevação de 45,8% quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Gráfico 8 - Evolução mensal dos registros do SALVE MARIA no estado do Piauí (janeiro/2019 a julho/2020)



Fonte: SSP-PI. Secretaria de segurança do estado do Piauí/delegacias de polícia/DEAM'S, 2020.
Obs: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal.

³⁶ O formulário de denúncia do Salve Maria contém campos que auxiliam na investigação policial mais detalhada sobre o fato denunciado, tais como: detalhamento dos dados da autoria, da vítima e a possibilidade de inserção de arquivos contendo fotos, vídeos e áudios (SSPI/PI, 2018, p.13).

Com relação ao feminicídio, os dados da Secretaria de Segurança Pública do Piauí estabelecem um comparativo no número de casos absolutos deste crime nos períodos de janeiro a julho de 2019/2020, constatando-se uma redução de 23,5%. O que chama a atenção é que em alguns meses no período da Pandemia de Coronavírus houve aumentos significativos nos meses de março e julho de 2020, na ordem de 200% (Ver Tabela 47).

Tabela 47 - Vítimas de feminicídio no Piauí comparativo (janeiro a julho 2019/2020).

Meses	2019	2020	(Var19/20)
Jan	2	2	0
Fev	4	0	-100
Mar	1	3	200
Abr	2	1	-50
Mai	4	1	-75
Jun	3	3	0
Jul	1	3	200
Total	17	13	-23,5

Fonte: SSP-PI. Secretaria de Segurança do estado do Piauí/Delegacias de Polícia/DEAM'S, 2020.

Obs: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal.

A partir desse ponto, apresentam-se os dados do Atlas da Violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2019. Nesta publicação também se examina a evolução das taxas de homicídios de mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação, com base nas informações fornecidas pelo Ministério da Saúde.

Em 2017, cerca de 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil, registrando uma taxa de 4,7 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Os números abaixo mostram uma série histórica das taxas de homicídios, no período de 2007 a 2017, por 100 mil habitantes, de mulheres, por UF no Brasil e na Região Nordeste. Com eles, é possível verificar a evolução das taxas do país, com destaque para a variação de 2007-2017, que foi de 20,5% de elevação. Ao analisar o ranking dos estados do Nordeste em 2017, o Piauí ficou com o menor índice (3,2%). No entanto, isso não esconde sua evolução em comparação ao período 2007-2017, com acréscimo de 45,5%.

Tabela 48 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes de mulheres Brasil e Unidade da Federação (2007-2017)

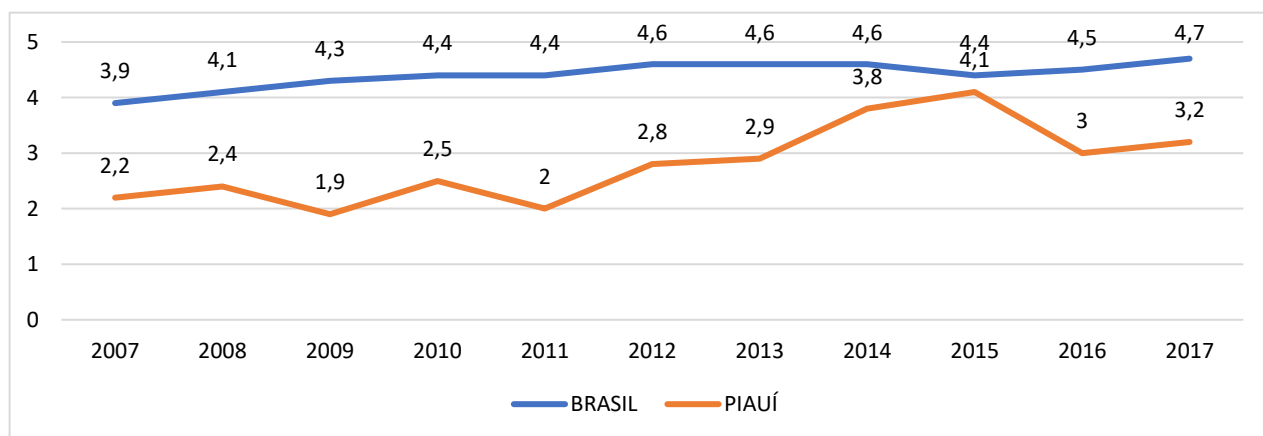
UF/Estados	Taxas por 100 mil habitantes											Var(%)	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007/ 2017	2016/ 2017
<i>Ceará</i>	2,9	2,7	3,1	3,9	4,2	4,8	6,1	6,3	5,6	4,8	8,1	179,3	68,8
<i>Bahia</i>	3,4	4,3	4,6	5,8	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	5,7	6,3	85,3	10,5
<i>Maranhão</i>	1,9	2,5	2,6	3,5	3,8	3,4	3,8	4,2	4,2	4,5	3,6	89,5	-20,0
<i>Paraíba</i>	3,6	4,5	5	6	6,9	6,7	6,1	5,7	5,3	5,2	4,2	16,7	-19,2
<i>Pernambuco</i>	6,4	6,5	6,5	5,3	5,5	4,5	5,3	4,9	4,8	5,8	6,3	-1,6	8,6
<i>Piauí</i>	2,2	2,4	1,9	2,5	2	2,8	2,9	3,8	4,1	3	3,2	45,5	6,7
<i>Rio Grande do Norte</i>	2,6	3,6	3,5	4,2	4,4	3,8	5,2	5,7	5,1	5,7	8,3	219,2	45,6
<i>Alagoas</i>	6,7	5,1	6,7	8,2	8,2	7,8	8,2	7,3	5,4	5,9	6,4	-4,5	8,5
<i>Sergipe</i>	3,2	2,8	3,3	3,9	5,4	5,5	5	6,5	6	5,2	6,6	106,3	26,9
Brasil	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	4,7	20,5	4,4

Fonte: Atlas da Violência, 2019.

Obs: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No Gráfico 9 comparam-se as taxas de homicídio de mulheres por 100 mil habitantes no Brasil e no Piauí no período de 2007 a 2017. O que chama a atenção é que em todos os períodos analisados a taxa de homicídios no Piauí se manteve inferior à taxa do Brasil.

Gráfico 9 - Evolução comparativa da taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes no Brasil e Piauí (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência (2019).

A publicação também faz referência à série histórica da taxa de homicídios de mulheres negras no Brasil e por Unidade da Federação. Identifica-se que o número

de mulheres negras assassinadas no Brasil em 2017 foi de 3.288 vítimas, configurando uma taxa de 5,6 por 100 mil habitantes.

Outro dado muito importante refere-se à série histórica da taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes por UF, no Brasil e na Região Nordeste. Nota-se uma evolução crescente quando se trata da média Brasil, na comparação entre os períodos 2007-2017 (30,2%). Analisando o ano de 2017, na comparação entre os estados do Nordeste, o Piauí é o com o 3º menor índice, e teve queda na comparação entre os períodos 2016-2017 (11,8%). No entanto, quando se faz comparação no período 2007-2017 nota-se que houve um acréscimo de 50%.

Tabela 49 - Taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes no Brasil e por UF (2007-2017)

Nordeste	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	07/17	16/17
Ceará	3	2,5	2,6	3,7	3,6	3,6	4,1	4,7	4,9	4,6	9,9	230	115,2
Bahia	3,7	4,5	5	6,2	6,3	6,1	6,1	5,5	5,6	5,9	6,6	78,4	11,9
Maranhão	2,1	2,8	2,6	3,8	4,1	3,5	4	4,7	4,1	4,8	3,9	85,7	-18,8
Paraíba	4,6	6,5	6,9	8,1	9,6	9,2	8,7	8,2	7	6,7	5,6	21,7	-16,4
Pernambuco	8,7	8,7	8,7	6,7	7,4	6	7,6	6,6	6,4	7,2	7,6	-12,6	5,6
Piauí	2	2,5	1,7	2,3	2,3	3,1	3	4,1	4,4	3,4	3	50	-11,8
Rio Grande do Norte	2,3	4,4	3,4	4,7	5,4	4,2	5,8	7	7,6	6,5	11,4	395,7	75,4
Alagoas	5,8	6	7,5	8,2	9	9	9,4	9,9	7,5	7	7,9	36,2	12,9
Sergipe	3	3,1	3	4,8	6,4	6,4	6	7,9	7,7	6	6,9	130	15
Brasil	4,3	4,6	4,9	5,2	5,3	5,5	5,5	5,6	5,4	5,3	5,6	30,2	5,7

Fonte: Atlas da Violência (2019).

Obs: Os dados populacionais foram obtidos com base na PNAD/IBGE e na PNADc/IBGE. Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Quando a análise é direcionada às taxas de homicídios de mulheres não negras no Brasil, os dados indicaram que em 2017 morreram 1.544, com uma taxa de 3,2% por 100 mil habitantes. Para as análises das taxas de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes por UF/Brasil e Região Nordeste, os dados revelaram que as taxas em relação às médias do Brasil mantiveram-se estabilizadas ao longo

do período 2007-2017. Quando se analisa o ranking dos estados do Nordeste no ano de 2017, o Piauí encontra-se na 4ª colocação entre os com maiores índices (2,6%), e o estado do Sergipe com o maior índice (4,6%) (Ver Tabela 50).

Tabela 50 - Taxa de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes no Brasil e por UF (2007-2017)

UF/Estados	Taxas por 100 mil habitantes											Var(%)	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007/2017	2016/2017
Ceará	1,9	1,3	1,9	1,9	1,6	1,8	2,4	1,8	1,5	1	2,4	26,3	140,0
Bahia	1,6	2,1	1,7	2,3	2,2	2,6	2,7	3	2,7	3,4	3,5	118,8	2,9
Maranhão	1,5	1,4	2,3	2,2	2,5	2,3	3,1	3,2	4,2	3,3	1,7	13,3	-48,5
Paraíba	1,1	1	1,4	1,1	2,2	1,1	1,6	1,7	1,8	1,9	1,5	36,4	-21,1
Pernambuco	2,1	2,6	2,4	1,7	1,2	1,3	1,6	2,1	2	2,4	3,2	52,4	33,3
Piauí	2,5	1,7	2	2,7	1,1	1,3	2,5	1,1	2,3	0,8	2,6	4,0	225,0
Rio Grande do Norte	2	1,3	3,1	2,1	1,6	2,2	2,8	2,9	1,2	2,8	2,5	25,0	-10,7
Alagoas	2,5	0,7	0,5	1,5	1,6	2,8	4,3	0,9	0,2	1,3	0,2	-92,0	-84,6
Sergipe	2,5	2	2,4	1,7	2,8	2,9	2,5	3	1,9	1,8	4,6	84,0	155,6
Brasil	3	3,2	3,3	3,2	3,1	3,2	3,2	3,3	3,2	3,1	3,1	3,3	0,0

Fonte: Atlas da Violência (2019).

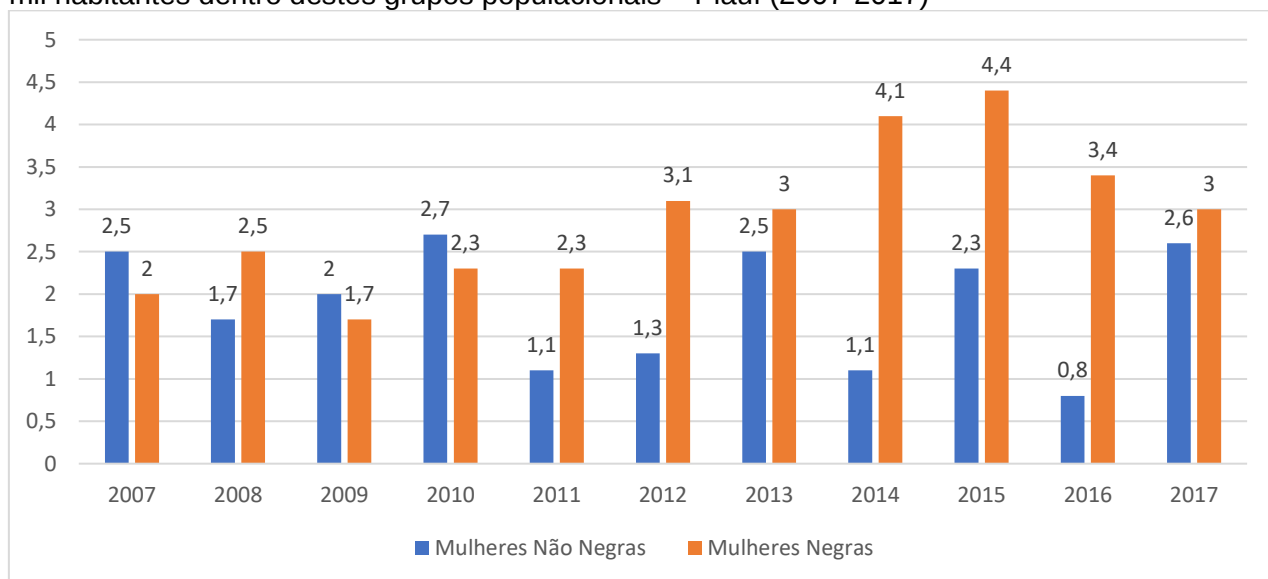
Obs: Os dados populacionais foram obtidos com base na PNAD/IBGE e na PNADc/IBGE. Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Para reforçar o entendimento sobre a questão, o Gráfico 10 demonstra um comparativo entre as taxas de homicídio de mulheres não negras e negras no Piauí no período 2007-2017 por 100 mil habitantes. Observa-se que a partir de 2011, as taxas de homicídio de mulheres negras apresentaram-se superiores em comparação com as não negras.

De acordo com Carneiro (2017) do Geledés Instituto da Mulher Negra, as categorias de raça e sexo são fundamentais para compreender as diferenças apresentadas acima. Para a autora, o racismo e o sexismo justificam as assimetrias sociais e subalternidade impostas às mulheres negras, fazendo com que elas vivenciem situações de maior vulnerabilidade.

(...) as barreiras realizadas pelo racismo e pela pobreza fazem com que as mulheres negras vivenciem no seu cotidiano múltiplas formas de violência e estresses, como nas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e na baixa atenção às especificidades da saúde das mulheres negras; pela reificação de estereótipos das mulheres negras, pela desvalorização da cultura e da religiosidade africana; pelas violências produzidas pelas forças de segurança do Estado, do crime organizado e de milícias, sofrendo maior exposição às drogas; por serem as principais vítimas do tráfico de mulheres (...) (CARNEIRO, 2017, p. 19)

Gráfico 10 – Comparação da taxa de homicídio de mulheres não negras e negras a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Piauí (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência (2019).

No Terceiro Capítulo foram descritos os principais conceitos que envolvem os serviços da Rede de Atendimento e Enfrentamento da Violência contra Mulher, bem como apresentou informações sobre os serviços disponibilizados pela Rede no atendimento à mulher piauiense em situação de violência.

Em uma segunda parte, buscou-se analisar a evolução dos números da violência doméstica e familiar a partir de múltiplas fontes, como os dados do Conselho Nacional de Justiça, que trazem um retrato das Varas Especializadas; do Disque 180, que trata do número de denúncias realizadas pelas mulheres; dos registros policiais da Secretaria de Segurança Pública do Piauí nas DEAMS; do número de denúncias feitas pelo Aplicativo Salve Maria; e da evolução das taxas de homicídio de mulheres (negras e não negras) do decênio de 2007 a 2017, produzidos pelo Atlas da Violência. No próximo capítulo, as análises estarão focadas nos indicadores sociais de gênero divididos, conforme os dez eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), fundamentais balizar a construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí.

4

ANÁLISES DE INDICADORES DOS 10 EIXOS PROPOSTOS

4 ANÁLISES DE INDICADORES DOS 10 EIXOS PROPOSTOS

Indicadores sociais podem ser definidos como dados que possuem um conteúdo substantivo que visam informar algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre as mudanças que estão ocorrendo em uma localidade (JANNUZZI, 2009). Para Minayo (2009), os indicadores são parâmetros que dão sentido e balizamento aos processos de construção da realidade ou de elaboração de avaliações.

Desta forma, na etapa de elaboração do diagnóstico que precederá à formulação das políticas públicas³⁷, os indicadores precisarão retratar a realidade social da qual se pretende modificar, e a escolha destes dados deve seguir alguns critérios: grau de cobertura populacional satisfatório, ser adequado à política social da qual se pretende formular, ser desagregável em termos geográficos e possuir temporalidade para comparações futuras (JANNUZZI, 2005; MINAYO, 2009).

O desafio identificado neste Diagnóstico da Realidade das Mulheres Piauienses é a busca e a seleção de indicadores que reflitam para além da desagregação de sexo entre homens e mulheres. É necessário buscar estatísticas que reflitam adequadamente as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres em diversos setores sociais (UN DESA, 2017).

Com frequência, confundem-se as diferenças entre sexo e gênero. De acordo com Soares (2004), sexo refere-se às diferenças biológicas entre mulheres e homens que não se modificam com o tempo. Já o conceito de gênero refere-se à análise de práticas sociais e individuais que apontam que o universo feminino se diferencia do masculino não apenas pelo aspecto biológico, mas “(...) sobretudo, por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento e crenças e simbolizações diferenças também sexualmente” (RAGO, 2012, p. 56).

De maneira resumida, as características do conceito de gênero enquanto ferramenta de análise são: **relacional** (refere-se às relações entre homens e mulheres, não de forma individual, mas na maneira como estas são percebidas socialmente); **hierárquico** (os valores atribuídos às características masculinas e femininas são desiguais, de forma a privilegiar o primeiro grupo); **muda ao longo do tempo** (as funções exercida por homens e mulheres mudam conforme a geração); e **específico do contexto** (existem variações nas relações entre homens e mulheres e

³⁷ Neste caso, o modelo para compreender as etapas das políticas públicas são Diagnóstico, Formulação, Implementação e Avaliação (JANNUZZI, 2005).

nas funções de gênero conforme a localidade, os grupos étnicos e o período histórico) (BRASIL, 2016).

Além disso, destaca-se que a adoção do viés de gênero na produção de dados estatísticos se intensificou após a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, na China, em 1995³⁸. A relevância desta Conferência se verificou pela intensa participação de chefes de Estado e de mulheres representantes da sociedade civil que conseguiram incorporar “(...) o conceito de gênero para mensurar os impactos diferenciados que as políticas, os programas e as legislações tem para a vida de homens e mulheres” (MIRANDA; PARENTE, 2014, p. 420).

É importante reconhecer que a Plataforma de Ação ainda permanece como importante guia para as agências regionais e nacionais na produção de dados com a perspectiva de gênero (UN DESA, 2017, p. 09). No caso brasileiro, os indicadores sociais também devem investigar questões mais específicas, como cor ou raça, ou até mesmo morar em uma área urbana ou rural (IBGE, 2018), de forma que o objetivo do Quarto Capítulo é apresentar os indicadores sociais sistematizados a partir dos dez eixos dispostos no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado em 2013. Os indicadores apresentados demonstrarão o acesso a cargos de comando por homens e mulheres (por raça/cor e idade), a distribuição da divisão das tarefas domésticas (por raça/cor e idade), as diferenças de rendimentos salarial entre homens e mulheres, dentre outros no Brasil e no Piauí.

Os dados serão apresentados no formato de tabelas, gráficos e quadros, que visam dialogar com os parâmetros traçados pelos 10 eixos propostos, apresentando e comentando de acordo com as devidas proporções. Para facilitar a leitura, no Anexo desta publicação encontra-se uma matriz formada por quatro colunas: na primeira, identifica-se o eixo que o indicador faz parte; a coluna seguinte nomeia o indicador social de gênero; na terceira há uma breve interpretação do indicador; e, por último, aponta-se a fonte de onde foi retirado o dado.

³⁸ A Plataforma de Ação foi um programa destinado ao empoderamento da mulher. Teve por objetivo acelerar a aplicação das Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Avanço da Mulher e a eliminação de todos os obstáculos que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, mediante uma participação plena e em igualdade de condições no processo de tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas (DECLARAÇÃO PEQUIM, 1995).

4.1 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica

A promoção da autonomia e empoderamento da mulher no mundo do trabalho envolve diversos fatores, tais como: a inserção da mulher em atividades remuneradas, o rendimento salarial igualitário entre ambos os sexos no exercício dos mesmos cargos e funções, a distribuição mais equitativa nas tarefas domésticas e dos cuidados dos filhos e o acesso à creches.

Desta forma, os indicadores desse primeiro eixo foram retirados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio, a partir de 2017 até 2019, realizadas pelo IBGE. Os dados buscam sinalizar a taxa de participação feminina na força de trabalho, a taxa de desocupação por sexo, o rendimento médio recebido pelas mulheres piauienses, a distribuição percentual de domicílios, cujo responsável é do sexo feminino, e a proporção de horas dedicadas às tarefas domésticas e cuidados, por sexo, e o acesso de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola.

No primeiro indicador demonstra-se a taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 14 anos ou mais no estado do Piauí, Grande Teresina e capital, em 2019, divididas por trimestres. Na análise por sexo deste período, a participação masculina na força de trabalho foi superior em todos os períodos analisados. Já em relação às mulheres, observa-se que, quando se compara o 1º trimestre aos outros, há um crescimento da taxa em todas as referências de territórios analisadas (Ver Tabela 51).

Tabela 51 - (Indicador) (%) Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Piauí em 2019

Referência	1º Trimestre 2019		2º Trimestre 2019		3º Trimestre 2019		4º Trimestre 2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Piauí	66,5	45,2	66,4	46,6	68,8	48,7	66,8	47,5
Grande Teresina	71,2	50,9	72	52,2	70,8	53,9	71	52,7
Teresina	73,6	54,1	75,1	55,6	74,7	57,9	73,4	55,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Os dados da taxa de desocupação mostram o percentual de pessoas desocupadas em relação a força de trabalho. Quando discrimina - se por sexo, as mulheres apresentam uma taxa superior às dos homens a partir do 2º trimestre de 2019 (Ver Tabela 52).

Tabela 52 - (Indicador) (%) Taxa de desocupação por sexo no estado do Piauí em 2019

Sexo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Homens	13,3	12,2	12	12,5
Mulheres	11,9	13,5	13,7	13,7
Total	12,7	12,8	12,7	13

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Em outro ponto, quando se analisa a taxa de desocupação por faixa etária em ambos os sexos, em 2019, no Piauí, verifica-se que pessoas com essa faixa etária entre 18 e 24 anos têm o maior índice em quase todos os trimestres, com exceção para a faixa etária de 14 a 17 anos, que é maior no segundo e terceiro trimestres de 2019. Um dado relevante é que a média de desocupação ficou em torno de 50% na faixa etária de jovens entre 14 e 24 anos (Ver Tabela 53).

Tabela 53 - (Indicador) (%) Taxa de desocupação pela faixa etária no estado do Piauí em 2019

Faixas etárias	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
14 a 17 anos	25,1	26,3	26,9	21,9
18 a 24 anos	26,6	25,8	26,1	25,5
25 a 39 anos	13,6	13,2	12,6	14,6
40 a 59 anos	8,2	8,5	9	8,3
60 anos ou mais	12,7	12,8	12,7	13

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

No que concerne ao rendimento médio do trabalhador piauiense, por sexo e por trimestres, em 2019, é importante ressaltar que os homens tiveram, em todos os trimestres analisados, valores superiores aos das mulheres, em média 16,8% (Ver Tabela 54).

Tabela 54 - (Indicador) Rendimento médio do trabalho principal, por sexo no estado do Piauí (Reais)

Sexo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Masculino	1.467	1.452	1.360	1327
Feminino	1.273	1.229	1.153	1.142
Total	1.388	1.361	1.295	1.251

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Quando o assunto é ‘responsável por domicílios’, segundo a espécie de unidades domésticas domiciliares no Piauí, por sexo, no período 2015-2019, observa-se, no caso da unidade doméstica unipessoal (constituída somente por pessoal responsável pelo domicílio), que em se tratando do sexo feminino houve queda entre 2016 e 2018 em todas as unidades territoriais, voltando a crescer em 2019. Entre os homens, em relação à unidade doméstica unipessoal percebe-se um crescimento de 2016 a 2019, com exceção da unidade territorial do Piauí, que registrou queda em 2018 (Ver Tabelas 55 e 56).

Tabela 55 - (Indicador) (%) Evolução da distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável, segundo espécie de unidade doméstica – feminino - Piauí

Unidade Territorial	Espécie de Unidade doméstica	2015	2016	2017	2018	2019
Piauí	Unipessoal	13,5	14,7	14,4	11,7	12
	Nuclear	60,4	58,5	57	59	58,7
	Estendida	24,2	25,8	26,9	27,9	28
	Composta	1,9	1,1	1,8	1,4	1,2
Teresina	Unipessoal	9,6	10,5	9,2	8,7	12,3
	Nuclear	63,9	63,5	54,5	58,3	53,4
	Estendida	26	24,7	35,1	31,7	32,5
	Composta	0,9	1,3	1,1	1,2	1,8
Grande Teresina	Unipessoal	10,1	10,1	9,2	8,2	11,9
	Nuclear	63,5	64,2	58,5	59,4	55,2
	Estendida	25,3	24,5	30,8	31,3	31,1
	Composta	1,2	1,2	1,5	1,2	1,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Tabela 56 - (Indicador) (%) Distribuição percentual dos domicílios por sexo do responsável, segundo espécie de unidade doméstica – masculino -Piauí

Unidade Territorial	Espécie de Unidade doméstica	2015	2016	2017	2018	2019
Piauí	Unipessoal	9,7	9,1	11,9	11,2	12,5
	Nuclear	72,4	73,7	71,5	70,1	68,3
	Estendida	17	16,2	15,9	17,5	18
	Composta	0,8	1	0,7	1,2	1,2
Teresina	Unipessoal	13	9,5	12,8	15,5	14
	Nuclear	66,9	72,9	64,7	66,6	61,1
	Estendida	19	15,5	21,2	15,6	23,6
	Composta	1,1	2	1,3	2,4	1,4
Grande Teresina	Unipessoal	12,1	10,2	12,6	15,1	14,6
	Nuclear	68,2	72,3	66,1	65,3	62,2
	Estendida	18,8	15,8	20,3	17,4	21,9
	Composta	1	1,6	1	2,1	1,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

As informações da Tabela 57 mostram o indicador da proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, no período 2016-2017, no Brasil e no Piauí. No Brasil, por exemplo, entre as mulheres notava-se um leve aumento nas horas dedicadas; o mesmo ocorreu entre os homens, em todas as raças ou cores na comparação. Já no Piauí, apenas nas mulheres brancas ocorreram redução nos indicadores.

Tabela 57 - (Indicador) (%) Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e por cor ou raça-Brasil/Piauí-2017

Brasil e UF	Cor ou raça	Ano x Sexo			
		2016		2017	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	Total	4,9	11,3	5,1	11,5
	Branca	5	11	5,2	11,1
	Preta ou parda	4,8	11,5	5	11,8
	Total	4,3	11,5	4,4	11,7
Piauí	Branca	4	10,6	4	10
	Preta ou parda	4,4	11,8	4,5	12,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Seguindo a mesma linha da tabela anterior, agora analisando por faixa etária, sexo e período 2016-2017 no Brasil, verifica-se a mesma tendência de elevação em relação às horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos em ambos os sexos. No Piauí, as mulheres tiveram crescimento, com exceção das mulheres piauienses acima de 60 anos, que apresentaram redução nesse indicador de 2,9% (Ver Tabela 58).

Tabela 58 - (Indicador) (%) Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por grupo de idade e sexo, Brasil/Piauí, 2017

Brasil e UF	Grupos de idade	Ano x Sexo			
		2016		2017	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	Total	4,9	11,3	5,1	11,5
	14 a 29 anos	3,7	8,9	3,8	9
	30 a 49 anos	5,4	12,5	5,6	12,8
	50 a 59 anos	5,4	13,1	5,7	13,2
	60 anos ou mais	5,7	11,1	5,8	11,4
Piauí	Total	4,3	11,5	4,4	11,7
	14 a 29 anos	3,3	9,8	3,5	10
	30 a 49 anos	5	12,9	5	13,4
	50 a 59 anos	4,9	13,5	4,9	13,5
	60 anos ou mais	4,6	10,2	4,7	9,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Com relação ao acesso ao trabalho formal, o principal grupo de trabalhadores formais de pessoas de 14 anos ou mais, formado pelos empregados com carteira de trabalho assinada, servidores públicos ou militares, conta própria contribuinte e empregador contribuinte no Brasil, registrou um acréscimo de 0,10%, analisando os anos de 2017 e 2018. Quando se analisa a proporção dos trabalhadores formais em relação ao total de ocupados, verifica-se que o estado do Piauí fica bem abaixo das médias da capital Teresina e do Brasil (Ver Tabela 59).

Tabela 59 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas em ocupações formais na semana de referência, por sexo, 2018

Unidades Territoriais	Total	Total	Sexo	
	(1.000 pessoas)	Proporção	Homens	Mulheres
Brasil	92.333	58,5	58,6	58,4
Piauí	1.230	37,6	36,3	39,6
Teresina	379	55,3	55,7	54,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE

No Brasil, 37,9% das pessoas em idade de trabalhar foram classificadas como fora da força de trabalho (64,8 milhões), ou seja, que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa (dados do 3º trimestre de 2019). A Região Nordeste apresentou a maior taxa (45,3%). No Piauí, em todos os trimestres, a população feminina teve os menores percentuais. Analisando os dados, a capital do estado, Teresina, registrou os maiores percentuais entre as unidades territoriais analisadas (Ver Tabela 60).

Tabela 60 - (Indicador) (%) Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, na semana de referência – Piauí, 2019

Unidades territoriais	1º Trimestre 2019		2º Trimestre 2019		3º Trimestre 2019		4º Trimestre 2019	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Piauí	36,1	63,5	36,9	63,1	35,8	64,2	36,9	63,1
Grande Teresina	33,9	66,1	33,4	66,6	52,7	65,1	34,4	65,6
Teresina	32,8	67,2	31,5	68,5	32,8	67,2	33,6	66,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

Uma informação importante que interfere diretamente na dinâmica do trabalho das mulheres é a porcentagem (%) de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam escola-creche. Os índices abaixo exibem dados de 2011 a 2017 no Brasil e Região Nordeste, que, quando analisados, é possível identificar os avanços e as frequências de crianças até três anos nesses estabelecimentos. No Brasil houve crescimento de 34,3%, ao se analisar o período 2011-2017. No Nordeste há avanços bem próximos à média nacional, no mesmo período, enquanto no Piauí os avanços foram bem menores, mas de grande relevância (16,4%) (Ver Tabela 61).

Tabela 61 - (Indicador) (%) Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola - 2011-2017, por Brasil, Região Nordeste e Piauí

UF/Região/Brasil	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var (%) 2011/2017
Brasil	25,4	25,7	27,9	29,6	30,4	31,9	34,1	34,3
Região Nordeste	22,9	23,7	25,0	26,3	25,4	28,8	30,6	33,6
Piauí	24,4	23,9	23,3	27,3	21,4	24,5	28,4	16,4
Ceará	29,4	30,1	29,1	33,5	33,4	36,0	35,6	21,1
Pernambuco	20,4	21,7	25,8	25,2	24,1	26,9	27,7	35,8
Rio Grande do Norte	26,6	30,6	33,1	27,7	32,6	33,4	37,0	39,1
Sergipe	22,7	19,0	27,9	23,7	25,9	24,3	26,9	18,5
Maranhão	22,3	23,1	21,4	26,0	23,2	28,9	29,6	32,7
Alagoas	17,3	18,3	24,1	23,2	21,7	25,4	25,0	44,5
Bahia	20,5	21,2	23,2	23,3	21,8	27,1	30,4	48,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – IBGE.

4.2 Educação para igualdade e cidadania

O acesso à educação é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal, conforme disposto no artigo 205³⁹. Trata-se de um eixo fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e está contemplada nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, conforme previsto no ODS 04 - visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”⁴⁰. Os indicadores desse eixo buscam criar um conjunto de informações capaz de explicar e avaliar as condições da educação para um contexto de igualdade e cidadania.

De acordo com dados da PNAD, para um recorte por cor ou raça no Brasil, em 2018, revelaram que 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que foi de 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda.

A Tabela 62, abaixo, demonstra um conjunto de dados referente à taxa de analfabetismo de mulheres no período 2016-2018 no Piauí, Brasil e Região Nordeste. É importante ressaltar que quando se compara o estado do Piauí ao Brasil e ao

³⁹ Art. 205 da CF – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

⁴⁰ Fonte: Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

Nordeste, constata-se que em todo o período e faixas de idade, os índices de analfabetismo são bem superiores aos demais.

Tabela 62 - (Indicador) (%) Taxa de analfabetismo para o sexo feminino, segundo faixa de idades, Brasil, Piauí e Região Nordeste, 2016-2018

UF/Brasil/RG	Faixa de idades	2016	2017	2018
Piauí	15 anos ou mais	15,1	14,2	15,1
	18 anos ou mais	16,1	15,2	16,0
	25 anos ou mais	18,3	17,8	18,7
	40 anos ou mais	26,1	25,7	25,8
	60 anos ou mais	41,5	41,7	41,4
Brasil	15 anos ou mais	7,0	6,8	6,6
	18 anos ou mais	7,4	7,2	6,9
	25 anos ou mais	8,5	8,2	7,9
	40 anos ou mais	12,1	11,7	11,2
	60 anos ou mais	20,9	20,0	19,1
Região Nordeste	15 anos ou mais	13,5	13,2	12,6
	18 anos ou mais	14,4	14,1	13,5
	25 anos ou mais	16,7	16,5	15,5
	40 anos ou mais	24,1	23,8	22,2
	60 anos ou mais	38,8	37,7	35,8

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

No Brasil, a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2018, foi de 9,3 anos. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,5 anos, enquanto para os homens, 9 anos. Com relação à cor ou raça, registraram-se 10,3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,4 anos para as de cor preta ou parda (IBGE, 2018).

Sobre os dados abaixo, que mostram o número médio de anos de estudo e a frequência escolar líquida, por cada ano, segundo a faixa de idade e sexo, no período 2016-2018, no Piauí, o que chama a atenção é que em todas as faixas de idade e períodos citados, as mulheres têm os anos de estudos e frequência escolar superiores aos dos homens (Ver Tabelas 63, 64, 65 e 66).

Tabela 63 - (Indicador) Número médio de anos de estudo por ano, por sexo e segundo faixa etária no Piauí-feminino

Faixa Etária	2016	2017	2018
15 anos ou mais	8,2	8,5	8,5
15 a 17 anos	9	9	9,1
18 a 24 anos	11,1	11,3	11,4
18 a 29 anos	11,1	11,3	11,4
25 anos ou mais	7,7	8	8
25 a 39 anos	10,2	10,5	10,4
40 a 59 anos	7,5	7,9	8
60 anos ou mais	4,1	4,4	4,6

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 64 - (Indicador) Número médio de anos de estudo por ano, por sexo e segundo faixa etária no Piauí, masculino

Faixa Etária	2016	2017	2018
15 anos ou mais	7,2	7,3	7,5
15 a 17 anos	8,1	8,2	8,2
18 a 24 anos	9,7	9,9	10,5
18 a 29 anos	9,9	10	10,4
25 anos ou mais	6,7	6,7	6,9
25 a 39 anos	9	9,1	9,3
40 a 59 anos	6,2	6,2	6,4
60 anos ou mais	3,3	3,3	3,6

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 65 - (Indicador) (%) Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo e por faixa etária ideal por curso-feminino

Faixa etária ideal por curso	2016	2017	2018
6 a 14 anos no Ensino Fundamental	97,1	98,2	97,9
6 a 10 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental	96,9	98,6	97,9
11 a 14 anos nos anos finais do Ensino Fundamental	90,1	86,6	87,2
15 a 17 anos no Ensino Médio	71	66,6	67,5
18 a 24 anos no Ensino Superior	26,8	25,8	27,1

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 66 - (Indicador) (%) Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo e por faixa etária ideal por curso - masculino

Faixa etária ideal por curso	2016	2017	2018
6 a 14 anos no Ensino Fundamental	97,8	97,1	97,8
6 a 10 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental	96,7	95,2	97,4
11 a 14 anos nos anos finais do Ensino Fundamental	73	76,6	74,9
15 a 17 anos no Ensino Médio	48,8	54,5	54,8
18 a 24 anos no Ensino Superior	15,5	17,9	18,8

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

As informações abaixo fazem a descrição do (%) de matrículas da educação básica, por sexo e cor ou raça no Piauí, em 2019. Os dados mostram que nos indicadores citados há predominância da cor ou raça parda, em ambos os sexos, e, em seguida, a da branca. Destaca-se a quantidade de matrículas do sexo masculino, sendo superior às do sexo feminino (Ver Tabela 67).

Tabela 67 - (Indicador) (%) de matrículas da educação básica, por sexo e cor/raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	25,6	111.568	26,0	117.757
Branca	11,8	51.601	10,8	49.082
Preta	3,2	13.970	3,5	15.970
Parda	59,2	258.049	59,6	270.132
Indígena	0,1	442	0,1	427
Total	100	435.630	100	453.368

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

No Brasil, em 2018, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi 34,2%, o equivalente a 3,5 milhões de estudantes; esse é um importante indicador que deve ser pautado pelas políticas educacionais (IBGE, 2018).

Portanto, nesse item é analisado o (%) de matrículas por creche regular, por sexo e cor e raça no Piauí em 2019⁴¹. As matrículas de crianças do sexo masculino

⁴¹ De acordo com o levantamento de dados realizado pela Fundação ABRINQ, no Piauí havia cerca de 2089 estabelecimentos de educação infantil (creches). Fonte: Observatório da Criança. Disponível em:

foram superiores às femininas; já a cor ou raça predominante em ambos os sexos foi a parda, seguido da branca (Ver Tabela 68).

Tabela 68 - (Indicador) (%) de matrículas da creche regular, por sexo e cor e raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	36	9.508	36	9.937
Branca	9,3	2.457	8,6	2.365
Preta	2	514	2,3	641
Parda	52	13.708	53	14.593
Indígena	0,4	118	0,1	32
Total	100	26.305	100	27.568

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

O indicador abaixo refere-se ao (%) de matrículas da pré-escola regular no Piauí em 2019, por sexo, cor ou raça. O sexo masculino teve o maior número de matrículas. A predominância da cor ou raça parda deu-se em ambos os sexos, seguidos da cor ou raça branca (Ver Tabela 69).

Tabela 69 – (Indicador) (%) de matrículas da pré-escola regular, por sexo e cor/raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	37	16.634	37	17.533
Branca	10	4.690	9,5	4.516
Preta	2	924	2,3	1099
Parda	51	22.957	51	24.197
Indígena	0,1	23	0,1	28
Total	100	45.228	100	47.373

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

As Tabelas 70 e 71 mostram o (%) de matrículas do ensino fundamental (anos iniciais e finais) por sexo e cor ou raça no Piauí, em 2019. Nesse caso, há a mesma tendência dos indicadores anteriores, com maior número de matrículas para o sexo masculino e a predominância da cor ou raça parda em ambos os sexos.

Tabela 70 – (Indicador) (%) de matrículas do ensino fundamental (anos iniciais) por sexo e cor/raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	29	35.699	29	40.010
Branca	12	15.300	11	15.795
Preta	2,7	3.308	2,9	4144
Parda	56	69.170	57	80.434
Indígena	0,1	98	0,1	107
Total	100	123.575	100	140.490

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Tabela 71 - (Indicador) (%) de matrículas do ensino fundamental (anos finais) por sexo e cor/raça no Piauí /2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	20	19.462	20	20.390
Branca	14	14.159	13	13.450
Preta	3	3.006	3,4	3521
Parda	63	63.158	64	65.687
Indígena	0,1	97	0,1	89
Total	100	99.882	100	103.137

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

No Brasil, em 2018, 69,3% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio, ou seja, de cada 10 jovens, três não iam à escola (IBGE, 2018). A Tabela 72, abaixo, descreve o (%) de matrículas no ensino médio por sexo e cor ou raça no Piauí, em 2019. Nesse caso, a quantidade de matrículas foi maior para o sexo feminino e em ambos os sexos houve o predomínio da cor ou raça parda, seguida da branca.

Tabela 72 - (Indicador) (%) de matrículas do ensino médio por sexo e cor/raça no Piauí /2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	19	12.909	20	12.415
Branca	13	8.638	12	7.141
Preta	3,2	2.180	3,6	2211
Parda	65	43.354	64	39.047
Indígena	0,1	59	0,1	52
Total	100	67.140	100	60.866

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Dados da PNAD 2018, no Brasil, mostraram que 831 mil pessoas frequentavam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental e 833 mil pessoas o EJA do ensino médio. Dos estudantes do EJA do ensino fundamental, 51,4% eram homens e 73,7% eram de cor preta ou parda. Já no EJA do ensino médio, a maioria era de mulheres (54,9%).

As informações seguintes mostram o (%) de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) por sexo, cor ou raça no Piauí em 2019. O número de matrículas do sexo masculino é superior ao feminino. Em ambos os sexos, tem-se a predominância da cor ou raça parda, seguidas da branca e a preta (Ver Tabela 73).

Tabela 73 - (Indicador) (%) de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) por sexo e cor/raça no Piauí /2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	23	14.803	24	15.738
Branca	8,3	5.218	7,5	4.979
Preta	5,6	3.549	5,9	3902
Parda	63	39.446	63	41.417
Indígena	0,2	128	0,2	111
Total	100	63.144	100	66.147

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Analisando os dados da PNAD 2018, no Brasil, em relação ao percentual de qualificação verificou-se queda de 2,9% para 2,4% no período 2016-2018. Um fato relevante detectado foi que havia 8,5 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 724 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 8,5% do total de estudantes do ensino superior

Os dados da Tabela 74, abaixo, informam o (%) de matrículas do ensino profissional por sexo, cor ou raça no Piauí, em 2019. A quantidade de matrículas femininas realizadas foi superior ao do sexo masculino. Já na análise por cor ou raça, a parda se destacou, seguida da branca e preta.

Tabela 74 – (Indicador) (%) de matrículas do ensino profissional por sexo e cor/raça no Piauí /2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	23	6.026	22	4.535
Branca	11	2.863	11	2.158
Preta	4,9	1.305	5,4	1104
Parda	61	16.297	62	12.706
Indígena	0,2	43	0,1	28
Total	100	26.534	100	20.531

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Quando o assunto analisado é o (%) de matrículas da educação especial em classes exclusivas e comuns por sexo, cor ou raça em 2019, no Piauí, observa-se que a quantidade de matrículas de do sexo masculino nas duas classes é aproximadamente o dobro em relação ao sexo feminino. Em ambos os sexos, havia a predominância da cor ou raça parda e em seguida branca e preta (Ver tabelas 75 e 76).

Tabela 75 – (Indicador) (%) de matrículas da educação especial em classes exclusivas por sexo e cor/raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	42	54	41	65
Branca	13	17	8,3	13
Preta	0,8	1	4,5	7
Parda	45	58	46	72
Indígena	0	0	0	0
Total	100	130	100	157

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Tabela 76 - (Indicador) (%) de matrículas da educação especial em classes comuns por sexo e cor/raça no Piauí/2019

Cor/ Raça	%	Feminino	%	Masculino
Não declarada	23	1.710	24	3.341
Branca	13	924	12	1.666
Preta	3,6	265	3,5	491
Parda	61	4.446	61	8.593
Indígena	0	2	0,1	14
Total	100	7.347	100	14.105

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Em 2019, das 102.751 matrículas realizadas nos cursos de graduação presenciais em instituições de ensino superior no Piauí, 57% eram de mulheres. Dessas, 41,7% em universidades e centros universitários. Nesse mesmo ano, 8,8% dos alunos concluíram o curso, sendo 60% deles mulheres (Ver Tabelas 77 e 78).

Tabela 77 - (Indicador) (%) de matrículas em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), por sexo no Piauí/2019

IES	%	Feminino	%	Masculino
Universidades	35	20.312	38	16.756
Centros Universitários	6,7	3.907	5,8	2.563
Faculdades	55	32.132	50	22247
IF e CEFET	3,9	2.259	5,8	2.575
Total	100	58.610	100	44.141

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

Tabela 78 – (Indicador) (%) de alunos concluintes em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), por sexo, no Piauí /2019

IES	%	Feminino	%	Masculino
Universidades	37,7	3.406	41	2.381
Centros Universitários	9	811	8,3	486
Faculdades	50,8	4.589	48	2777
IF e CEFET	2,5	230	3,6	208
Total	100	9.036	100	5.852

Fonte: Sinopse Estatística de Educação Básica (INEP, 2020).

4.3 Saúde Integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos

Os indicadores de atenção à saúde integral das mulheres envolvem dados relativos à saúde materna, como taxa de mortalidade materna e distribuição da mortalidade por faixa etária; proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram mais de sete consultas de pré-natal; e proporção de partos cesáreas no Piauí e no Brasil.

Também foram produzidos indicadores que retratassem a taxa de detecção da AIDS e da sífilis no estado do Piauí, em se tratando de direitos sexuais. Além disso, nesse estudo há uma abordagem da taxa de mortalidade de mulheres por conta de doenças hipertensivas, diabetes, câncer de mama e de colo do útero.

Os indicadores abaixo mostram evolução da razão de mortalidade materna para cada 100 mil nascidos no Brasil e no Piauí no período 2013-2018. Nota-se que, em todo o período, há uma grande disparidade entre os números médios do Brasil e

os do estado do Piauí, sendo que os indicadores piauienses estão bem acima da média/Brasil (Ver Tabela 79).

Tabela 79 - (Indicador) Razão da mortalidade materna (para cada 100 mil nascidos) no Brasil e no Piauí

Brasil/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	58,1	58,4	57,6	58,4	58,8	56,3
Piauí	94,8	68,8	83,2	80,9	72,1	84,9

Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) /Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema Nacional de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

As Tabelas 80, 81 e 82 mostram a evolução das séries históricas de mortalidade materna por grupos de faixa etária, de 2011 a 2018, no estado do Piauí. Para mortalidade materna, em geral, destaca-se a faixa etária entre 20 e 39 anos, em todos os períodos, sempre com as maiores taxas representativas. Para o tipo de mortalidade materna por causa obstétrica direta e indireta, manteve-se o destaque para a faixa etária entre 20 e 39 anos.

Tabela 80 - (Indicador) (%) Mortalidade materna, total e distribuição por grupo de idades no Piauí, 2011-2018

Faixa Etária	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
10 a 14 anos	2,2	4,2	0,0	0,0	0,0	5,3	2,9	2,4
15 a 19 anos	15,6	18,8	18,2	15,2	22,0	18,4	8,6	16,7
20 a 29 anos	35,6	41,7	36,4	39,4	39,0	39,5	48,6	38,1
30 a 39 anos	37,8	29,2	36,4	33,3	36,6	34,2	28,6	38,1
40 a 49 anos	8,9	6,3	9,1	12,1	2,4	2,6	11,4	4,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 81 - (Indicador) (%) Distribuição de mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica direta, segundo os grupos de idade no Piauí, 2011-2018

Faixa Etária	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
10 a 14 anos	3,1	4,0	0,0	0,0	0,0	6,1	3,3	0,0
15 a 19 anos	18,8	20,0	11,5	16,0	23,3	18,2	10,0	16,1
20 a 29 anos	46,9	40,0	34,6	36,0	40,0	33,3	50,0	38,7
30 a 39 anos	25,0	28,0	46,2	36,0	33,3	39,4	30,0	41,9
40 a 49 anos	6,3	8,0	7,7	12,0	3,3	3,0	6,7	3,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Tabela 82 - (Indicador) (%) Distribuição de mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica Indireta, segundo os grupos de idade no Piauí, 2011-2018

Faixa Etária	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
10 a 14 anos	0	0	0	0	0	0	0	14,3
15 a 19 anos	8,3	18,2	25	12,5	20,0	25,0	0	28,6
20 a 29 anos	8,3	45,5	37,5	50	40,0	75,0	40,0	28,6
30 a 39 anos	66,7	31,8	25	25	40,0	0	20,0	14,3
40 a 49 anos	16,7	4,5	12,5	12,5	0	0	40,0	14,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Nesse caso, um recorte por cor ou raça, mostrando a proporção da mortalidade materna no Piauí (2015-2018). As mulheres negras foram as maiores vítimas 81,4%, seguido das brancas 16% e amarelas 0,6% (Ver Tabela 83).

Tabela 83 - (Indicador) (%) proporção da mortalidade materna, por cor ou raça no Piauí (2015-2018)

Cor/raça	2015	2016	2017	2018	Média (2015-2018)
Branca	22,0	21,1	14,3	7,1	16,0
Preta	4,9	-	11,4	7,1	5,8
Amarela	-	-	2,9	-	0,6
Parda	70,7	76,3	71,4	83,3	75,6
Ignorado	2,4	2,6	-	2,4	1,9

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Sobre as taxas de mortalidade neonatal, é possível observar queda nos indicadores de 2009 a 2015 no Brasil e no Piauí, com reduções significativas ao longo dos anos (Ver Tabela 84).

Tabela 84 - (Indicador) Taxa de mortalidade neonatal no Brasil e no Piauí

Brasil/UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	11,5	11,1	10,6	10,3	9,9	9,5	9,4
Piauí	16,1	15,1	15,4	14,4	13,3	13,1	11,8

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Projeto Busca Ativa.

Desde 1985, a comunidade médica internacional considera que a taxa ideal de parto cesáreo fique em torno de 15%. O Brasil tem uma das maiores taxas do mundo, posto que, segundo dados de 2016, da Organização Mundial de Saúde (OMS), o país

possui um percentual de 55%, abaixo apenas da República Dominicana, com 56% (FEBRASGO, 2018).

Os números abaixo apontam a história dos valores absolutos e a proporção de partos cesáreos no Brasil e Piauí, de 2013 a 2018. Com eles, é possível constatar o avanço dos índices no Piauí e a estabilização destes a partir do ano 2017 no Brasil (Ver Tabela 85).

Tabela 85 - (Indicador) (%) Proporção de partos cesáreos no Brasil e no Piauí

Ano	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Brasil UF	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Brasil	1.644.557	57	1.696.535	57	1.674.058	55	1.578.953	55	1.627.302	56	1.647.505	56
Piauí	24.114	52	25.471	53	26.194	53	25.188	54	26.361	54	27.783	56

Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

O próximo indicador mede o atendimento à gestante nos serviços de saúde estabelecidos nacionalmente, que recomendam a realização de, ao menos, seis consultas de atendimento pré-natal. As informações apresentam a evolução da proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe no Brasil e no Piauí, no período de 2013-2018. Os dados revelam que o estado do Piauí esteve sempre abaixo da média nacional em todo esse período, mas teve um avanço importante entre 2014 e 2018, quando chegou a um índice de 64% em 2018 (Ver Tabela 86).

Tabela 86 - (Indicador) (%) Proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe no Brasil e no Piauí

Ano	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
Brasil UF	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Brasil	1.812.681	62	1.925.124	65	2.006.519	67	2.857.800	68	2.026.123	69	2.086.353	71
Piauí	23.307	50	26.329	55	29.052	59	46.986	60	29.596	61	31.713	64

Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Essa questão da prevenção no pré-natal tem uma ligação importante com os acompanhamentos de casos de AIDS, pois, quando detectada a doença na gestação, é possível tomar os cuidados para não infectar a criança. No que tange ao Brasil, em 2018 foram diagnosticados 43.941 novos casos de HIV e 37.161 casos de AIDS –

notificados no Sinan, declarados no SIM e registrados no Siscel/ Siclom –, com uma taxa de detecção de 17,8 por 100 mil/hab. em 2018, totalizando, no período de 1980 a junho de 2019, 966.058 casos de AIDS detectados no país. A partir de 2014, observa-se uma queda na taxa de detecção de AIDS no Brasil, passando de 20,6 por 100 mil/hab.; em 2014, para 17,8 por 100 mil/hab. em 2018, registrando um decréscimo de 13,6%. Essa redução pode ter sido influenciada pela recomendação do “tratamento para todos⁴²”, implementada em dezembro de 2013 (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2019). As taxas de detecção entre homens e mulheres seguiram padrões gerais de redução a partir de 2014. No que se refere ao estado do Piauí, elas tiveram a mesma tendência de queda, tanto no geral quanto para homens e mulheres.

Quando o assunto analisado é óbito por casos de AIDS notificados no Brasil, em 2018 houve 10.980 óbitos por causa básica de AIDS, com uma taxa de mortalidade padronizada de 4,4 por 100 mil/hab. A taxa de mortalidade padronizada sofreu decréscimo de 17% entre 2015 e 2018. Já para o estado do Piauí, no período 2015-2018, a taxa de mortalidade padronizada ficou no mesmo patamar (Ver Tabelas 87 e 88).

Tabela 87 - (Indicador) Taxa de detecção (por 100.000 hab.) de casos de AIDS notificados, por sexo e por ano de diagnóstico no Brasil e no Piauí

Brasil/UF	Taxa de Detecção	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	Geral	21,4	20,6	19,8	18,9	18,3	17,8
	Homens	28	27,5	27,2	26,2	25,8	25,2
	Mulheres	14,8	13,8	12,6	11,7	10,9	10,5
Piauí	Geral	15,3	15,3	13	13,2	13	11,9
	Homens	21	20,6	17,6	18,1	18,3	17,8
	Mulheres	9,8	10,3	8,7	8,5	7,9	6,7

Fonte: MS/SVS/DCCI- Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

⁴² A principal mudança é a expansão do uso de antirretroviral para todas as pessoas com contagem de linfócitos CD4 abaixo de 500 células/mm³ (células de defesa do organismo que indicam o funcionamento do sistema imunológico) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Outra novidade é a inclusão do Tipranavir e do Maraviroque para adultos que vivem com HIV/AIDS, que necessitam de novos medicamentos para terapia de resgate.

Também há indicação da terapia antirretroviral (TARV) para pacientes com CD4 acima de 500 células/mm³ para casos específicos, como aqueles em que há: coinfeção com hepatite B; doença cardiovascular ou risco elevado de desenvolvimento; doença renal atribuída ao HIV; e tumores mesmo aqueles que não definem o diagnóstico de AIDS.

Tabela 88 - (Indicador) Coeficiente de mortalidade por AIDS (por 100.000 hab.) bruto e padronizado no Brasil e no Piauí

Brasil/UF	2015		2016		2017		2018	
	Bruto	Padron.	Bruto	Padron.	Bruto	Padron.	Bruto	Padron.
Brasil	6,2	5,3	6,1	5,2	5,6	4,8	5,3	4,4
Piauí	3,9	3,5	4,3	3,9	4	3,6	3,9	3,5

Fonte: MS/SVS/DANTPS/Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

Em 2018, o número total de casos notificados de gestantes com sífilis no Brasil foi de 62.599 (25,7% mais casos que no ano anterior), sendo 14.705 (23,5%) no Nordeste. No mesmo ano, no Brasil observou-se uma taxa de detecção de 21,4 casos de sífilis em gestantes/1.000 nascidos vivos, superior à taxa do ano anterior em 25,9%. No Piauí, observa-se a elevação nesses índices de 2015 a 2018 (Ver Tabela 89).

Tabela 89 - (Indicador) Taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis, segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico

Anos	Brasil	Região Nordeste	Piauí
2010	3,5	2,8	1,7
2011	4,7	3,8	2
2012	5,7	4,3	2,7
2013	7,2	5,2	5
2014	8,9	6,2	4,3
2015	10,9	7	5,2
2016	13,4	8,3	6,7
2017	17	11,3	9,2
2018	21,4	18	15

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

O câncer de mama é o mais incidente em mulheres no mundo, representando cerca de 24,2% do total de casos em 2018, com aproximadamente 2,1 milhão de casos novos. É a quinta causa de morte por câncer em geral (626.679 óbitos) e a causa mais frequente de morte por câncer em mulheres (INCA, 2019). No Brasil, a taxa de mortalidade por câncer de mama representa a primeira causa de morte por câncer na população feminina, com 13,3 por 100 mil/mulheres em 2017. No Piauí, as

taxas vêm crescendo com uma variação de 7,5%, a partir de 2015, quando analisado o período 2015-2018 (Ver Tabela 90).

Tabela 90 - (Indicador) Taxa de mortalidade de câncer de mama por 100 mil habitantes no Piauí (população feminina)

Ano	População Piauí feminina	Câncer de mama	Índice Câncer de mama por 100 mil
2011	1606783	162	10,1
2012	1615436	161	10,0
2013	1623358	186	11,5
2014	1630190	153	9,4
2015	1636860	172	10,5
2016	1642934	196	11,9
2017	1648489	220	13,3
2018	1653547	187	11,3

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

Essa análise faz um recorte por cor ou raça e mostra a proporção de óbitos causados por câncer de mama no estado do Piauí, no período 2015-2019. As mulheres negras, em média, foram as maiores vítimas (66,3%), seguidas das brancas (23,9%) e amarelas (0,8%) (Ver Tabela 91).

Tabela 91 - (Indicador) (%) Proporção de óbitos causados por câncer de mama por cor ou raça no Piauí (2015-2019) (população feminina)

Cor ou raça	2015	2016	2017	2018	2019	Média (2015-2019)
Branca	21,5	20,4	26,8	26,7	24,2	23,9
Preta	12,8	8,7	9,1	7,5	6,6	8,9
Amarela	-	0,5	-	1,1	-	0,8
Parda	54,1	55,6	56,8	59,4	61,1	57,4
Indígena	-	-	0,5	-	-	0,5
Ignorado	11,6	14,8	6,8	5,3	8,1	9,3

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

Obs: Mulheres negras = parda + preta.

No Brasil, a estimativa para o ano de 2020, publicada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), apontou o câncer de colo do útero – CCU – como o terceiro tipo mais incidente entre as mulheres, sendo 16.710 casos novos por ano, com 7,5% de participação (INCA, 2020). No Piauí, desde 2015, havia uma tendência de

crescimento, sendo quebrada em 2018, com uma taxa de mortalidade de 7,1 por 100 mil habitantes (Ver Tabela 92).

Tabela 92 - (Indicador) Taxa de mortalidade de câncer de colo do útero por 100 mil habitantes (população feminina)

Ano	População Piauí feminina	Câncer do Colo do útero	Índice câncer colo do útero por 100 mil
2011	1606783	126	7,8
2012	1615436	131	8,1
2013	1623358	115	7,1
2014	1630190	117	7,2
2015	1636860	134	8,2
2016	1642934	131	8,0
2017	1648489	138	8,4
2018	1653547	118	7,1

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

Já para as vítimas de câncer do colo de útero, a partir de um recorte por cor ou raça, que mostra a proporção de óbitos no Piauí, no período (2015-2018), verifica-se também que as mulheres negras, em média, foram as maiores vítimas (74,3%), seguidas das brancas (18,2%) e amarelas (1,4%) (Ver Tabela 93).

Tabela 93 - (Indicador) Proporção de mortalidade de câncer de colo do útero por cor ou raça no Piauí (2015-2018) (população feminina)

Cor/raça	2015	2016	2017	2018	média (2015-2018)
Branca	11,6	16,7	21,4	23,1	18,2
Preta	10,5	9,6	9,9	8,4	9,6
Amarela	0,6	-	2,2	-	1,4
Parda	70,3	67,9	57,7	62,9	64,7
Indígena	-	-	0,5	-	0,5
Ignorado	7,0	5,8	8,2	5,6	6,6
Total	172	156	182	143	163,3

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

Obs.>Mulheres negras= parda + preta.

Dados do Vigitel Brasil (2019) mostraram que no conjunto de 27 capitais brasileiras, 24,7% dos entrevistados relataram o diagnóstico de hipertensão arterial, sendo maior entre as mulheres (27%). Na capital, Teresina, a frequência geral foi de 22,9%, sendo os maiores índices entre as mulheres (24,6%).

Já os dados abaixo mostram a evolução anual e a prevalência de mortalidade de doenças hipertensivas por sexo, no Piauí, no período 2011-2018. Ao analisar essa evolução, é importante frisar que apenas no ano de 2013 os homens tiveram maior prevalência de mortes. Em todos os outros anos, as mulheres tiveram indicadores de mortalidade sempre maiores que os de homens (Ver Tabela 94).

Tabela 94 - (Indicador) (%) Prevalência de mortalidade de doenças hipertensivas por sexo no Piauí, 2011-2018

Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Masculino	48,3	49,7	51,4	47,2	47,6	49,6	48,2	49,2
Feminino	51,7	50,3	48,6	52,8	52,4	50,4	51,8	50,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

Pesquisa realizada no conjunto das 27 capitais brasileiras, a frequência do diagnóstico médico de diabetes foi de 7,7%, sendo maior entre as mulheres (8,1%) que entre os homens (7,1%). Em Teresina, a taxa foi de 6,3% de prevalência de diabetes na população geral, sendo maior o índice entre as mulheres (5,7%) (VIGITEL BRASIL, 2019). Os dados que constam na Tabela 95 demonstram um conjunto de informações de 2011 a 2018, evidenciando a prevalência de mortalidade de diabetes mellitus por sexo no Piauí. Eles revelaram que, em todo o período, os indicadores de mortalidade são maiores entre as mulheres.

Tabela 95 - (Indicador) (%) Prevalência da mortalidade de diabetes mellitus por sexo, no Piauí, 2011-2018

Sexo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Masc.	43,6	44,6	42,3	44,5	44,2	46,0	44,3	44,7
Fem.	56,4	55,4	57,7	55,5	55,8	54,0	55,7	55,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de informações sobre mortalidade.

4.4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

No Brasil, com o advento da Lei Maria da Penha, em 2006, o combate à violência contra a mulher tornou-se mais efetivo, com a criação de instrumentos e equipamentos públicos no atendimento à mulher em situação de violência. Os

indicadores dessa temática se apoiam nas publicações do Atlas da Violência do IPEA e no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que trazem dados relativos à taxa de homicídio de mulheres por 100 mil habitantes, taxa de registro de lesão corporal dolosa em mulheres (violência doméstica, taxas de estupros e de tentativa, de feminicídios, proporções de agressões em mulheres por cor ou raça, número de inquéritos policiais e medidas protetivas.

No Brasil, entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,5% na taxa nacional de homicídios de mulheres, passando de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesse mesmo período, no Piauí, a taxa estadual indicou um acréscimo de 45,5%. Entre 2016-2017 houve acréscimo de 6,7%, no Piauí, e 4,4% referente no Brasil (Ver Tabela 96).

Tabela 96 - (Indicador) Comparativo entre a taxa de homicídio de mulheres por 100 mil habitantes (2007-2017) entre o Brasil e o estado do Piauí

UF/Brasil	Ano x Taxa										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Piauí	2,2	2,4	1,9	2,5	2	2,8	2,9	3,8	4,1	3	3,2
Brasil	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	4,7

Fonte: Atlas da Violência (IPEA, 2019).

Os dados mostram o número de novos inquéritos policiais instaurados em relação à violência contra mulheres no Brasil e no Piauí, no período 2016-2019. No Brasil, foram registrados 1.334.354 inquéritos, e no Piauí 4.734. Já no período 2018-2019 houve redução de 4% para o Brasil e de 44,7% no Piauí (Ver Tabela 97).

Tabela 97 - (Indicador) Número de inquéritos policiais novos registrados por ano em relação à violência contra mulheres no Brasil e no Piauí

UF	2016	2017	2018	2019
Brasil	280.140	335.143	366.923	352.148
Piauí	1.175	1.756	1.161	642

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2018).

Segundo dados do CNJ, em 2019 foram registradas, no Brasil, 403.646 medidas protetivas para mulheres, um valor 19,9%, maior que o registrado em 2018. Os dados abaixo informam sobre as medidas protetivas por 100 mil mulheres no Brasil e no Piauí, no período 2016-2019, sendo que, no país, mostram crescimento de 2017 a 2019. No período 2016-2019 verifica-se uma elevação de 58,5%. No Piauí há uma queda de 2018-2019 (19,2%) e aumento de 2016-2019 (49,2%) (Ver Tabela 98).

Tabela 98 - (Indicador) Medidas protetivas, por 100mil/ mulheres residentes no Brasil e no Piauí por ano

UF	2016	2017	2018	2019
Brasil	239,0	286,5	316,0	377,9
Piauí	112,9	163,2	208,5	168,5

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2018).

Segundo o Ministério da Saúde (2002), violência doméstica ou intrafamiliar é todo ato ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Essa violência pode ser acionada dentro ou fora da residência por alguma pessoa ligada à família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Em 2018, no Brasil, foram registrados 263.067 casos de violência doméstica⁴³, isso equivale a um registro a cada dois minutos (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

A Tabela 99 descreve as taxas de lesão corporal dolosa (violência doméstica) por 100mil/hab. no Brasil e Piauí, no período 2017-2018. Nela, destaca-se a diminuição das taxas no Piauí (17,2%) e a elevação no Brasil (0,9%):

Tabela 99 - (Indicador) Taxa de Registros de lesão corporal dolosa (violência doméstica) por 100 mil/hab. no Piauí 2017-2018

Tx. Violência doméstica (Brasil)		Tx. Violência doméstica (Piauí)		Variação (%) Brasil	Variação (%) Piauí
2017	2018	2017	2018	(2017/2018)	(2017/2018)
125,1	126,2	80,3	66,5	0,9	- 17,2

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

A violência sexual pode ser apresentada como um ato sexual ou tentativa de obter vantagem sexual sem a autorização da vítima. O estupro é um prolongamento disso, de forma brutal e cruel, que ocorre caracterizado pelo uso de **violência física ou psicológica**, no qual o agressor ameaça a vítima de todas as formas e que pode causar traumas e sequelas, físicos e mentais por muito tempo (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). No Brasil, no período 2017-2018,

⁴³ Número de registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica (Art. 129º, §9º do CP).

foram registradas 127.585 ocorrências de estupro, com média de 180 estupros/dia (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Os números abaixo mostram taxas de estupro por 100 mil habitantes nas capitais brasileiras, no período 2017-2018. Analisando os dados nota-se diminuição nos índices, sendo que nas capitais a queda foi de 0,75%, enquanto em Teresina, capital piauiense, a redução foi 20,2%. Uma informação importante reportada pelo Anuário de Violência em 2019 foi que apenas 7,5% das vítimas de violência sexual informam o crime à polícia (Ver Tabela 100).

Tabela 100 - (Indicador) Taxas de estupros por 100 mil hab. em Teresina (Capital) no período 2017-2018

Taxa das Média (capitais)		Taxas de estupro Teresina (capital)		Variação (%) Média (capitais)	Variação (%) Teresina (capital)
2017	2018	2017	2018	2017/2018	2017/2018
26,6	26,4	32,6	26,0	- 0,75	- 20,2

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019).

O perfil das vítimas de violência sexual no Brasil, em 2018, mostra que eram pessoas do sexo feminino (81,8%) e que 53,3% tinham até 13 anos de idade; 50,9% eram negras e, que em média, quatro meninas eram estupradas a cada hora e seis abortos eram realizados por dia em meninas de 10 a 14 anos (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019)

O indicador abaixo detalha as taxas de estupros (somente vítimas mulheres) por 100 mil habitantes no Brasil e Piauí 2007-2018. No Brasil houve elevação de 5,5%, enquanto no Piauí caiu 7,5% (Ver Tabela 101).

Tabela 101 - (Indicador) Taxas de estupros (somente vítimas mulheres) por 100 mil hab. no Brasil e Piauí no período 2017-2018

Ano	Brasil	Piauí
2017	50,7	44,1
2018	53,4	40,8
Var(%)	5,3	-7,5

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019).

Em relação aos dados de tentativa de estupro, houve queda no período 2017-2018. A diminuição maior ocorreu no Brasil 5,4%. Já no Piauí, ela foi de 2% (Tabela 102).

Tabela 102 - (Indicador) Taxas de tentativa de estupro por 100 mil hab. no Brasil e Piauí no período 2017-2018

Ano	Brasil	Piauí
2017	3,7	4,9
2018	3,5	4,8
Var(%)	-5,4	-2,0

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019).

Nota: "Tentativa de estupro" passa, portanto, a incluir "tentativa de atentado violento ao pudor"

Os números da tabela abaixo mostram a evolução das taxas de feminicídio no Brasil e no Piauí (2016-2018). Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, os feminicídios corresponderam a 29,6% dos homicídios dolosos de mulheres em 2018. Destacou-se, também, o recorte de raça/cor das vítimas e apontou a maior incidência em mulheres negras: elas eram 61% das vítimas, contra 38,5% de brancas, 0,3% indígenas e 0,2% amarelas. Quando são comparados os dados do Brasil no período 2016-2019, foi revelado um crescimento de 22,2%, enquanto no Piauí houve queda de 15,8% (Ver Tabela 103).

Tabela 103 - (Indicador) Taxa de casos de feminicídio por 100mil/ mulheres no Brasil e no Piauí

UF	2016	2017	2018
Brasil	0,9	1,1	1,1
Piauí	1,9	1,6	1,6

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019)

Collins (1991), que realça a ideologia da matriz da dominação - descrição em que raça ou cor, classe social e gênero compõem um conjunto de opressão interrelacional, destaca que as mulheres negras e outros grupos vulneráveis são o centro da discussão, criando espaço para um diálogo social. Já para White (2002), mulheres que sofrem violência geralmente têm sua autoestima diminuída, sendo esse um dos perfis dominante e presente nas mulheres negras em virtude de sua condição histórica de discriminação.

Os dados abaixo, referentes ao estado do Piauí, no período 2015-2018, comprovam o que foi falado acima, com uma média de 81,9%, as mulheres negras são as mais agredidas e mortas em residências (Ver Tabela 104).

Tabela 104 - (%) proporção de agressões em mulheres, segundo cor ou raça em residências, por ano do óbito, no estado do Piauí no período (2015-2018)

Cor ou raça	2015	2016	2017	2018	Média (2015-2018)
Branca	10,4	6,0	15,4	9,6	10,4
Preta	9,0	8,0	-	21,2	9,5
Amarela	1,5	-	1,9	-	0,9
Parda	74,6	78,0	75,0	61,5	72,4
Ignorado	4,5	8,0	7,7	7,7	6,8

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Obs: Mulheres negras = parda + preta.

4.5 Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

A ocupação de espaços de poder e decisão por mulheres é um eixo importante para verificar o grau de igualdade de gênero na sociedade. No Brasil, a Lei 12.034/2009 prevê, no art. 10, parágrafo 3º, que a participação feminina entre os candidatos do partido ou coligação seja de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais.

Conforme o ranking de representação política feminina, divulgado pela União Interparlamentar (Inter- Parliamentary Union)⁴⁴, que analisa os dados de 193 países, o Brasil está na 141ª posição, com base nos dados das eleições de 2018. Na Câmara dos Deputados, a representação feminina é composta por 75 mulheres (14,62%) e os homens são 438 deputados. No Senado, dos 81 membros, 11 são mulheres (13,58%) e 70 são homens.

Os indicadores desse eixo foram retirados de estatísticas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eles demonstraram que, no Piauí, o número de mulheres eleitoras correspondeu a 1.243.971 (51,8%) e o de homens era de 1.157.147 (48,1%). Outro dado importante é que 8,4% das eleitoras eram analfabetas e 21,7% não concluíram o ensino fundamental (Ver Tabelas 105 e 106).

⁴⁴ A Inter – Parliamentary Union é a organização global dos parlamentos nacionais criada em 1889, com o objetivo de promover a paz por meio do diálogo entre os parlamentos. Disponível em: https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Afield_statutory_members_number&structure=any__lower_chamber#map. Acesso em: 15 mai. 2020.

Tabela 105 - (Indicador) (%) Distribuição de eleitores por sexo e faixa etária no estado do Piauí na Eleição de 2018

Faixa Etária	Masculino	%	Feminino	%
Inválida	35	0,0	48	0,0
16 anos	4.917	0,4	4.902	0,4
17 anos	12.330	1,1	12.331	1,0
18 a 20 anos	73.826	6,4	72.845	5,9
21 a 24 anos	110.516	9,6	111.257	9,0
25 a 34 anos	254.161	22,0	268.751	21,6
35 a 44 anos	241.397	20,9	257.388	20,7
45 a 59 anos	260.550	22,5	288.774	23,2
60 a 69 anos	112.789	9,7	130.124	10,5
70 a 79 anos	62.766	5,4	71.140	5,7
Superior a 79 anos	23.860	2,1	26.411	2,1
Total	1.157.147	100	1.243.971	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 106 - (Indicador) (%) Distribuição do eleitorado do estado do Piauí por sexo e grau de instrução/2018

Grau de Instrução	Masculino	%	Feminino	%
Analfabeto	114.953	9,9	104.672	8,4
Ensino fundamental completo	65.905	5,7	64.467	5,2
Ensino fundamental incompleto	300.783	26,0	270.251	21,7
Ensino médio completo	200.341	17,3	280.687	22,6
Ensino médio incompleto	163.339	14,1	171.613	13,8
Lê e escreve	202.593	17,5	170.518	13,7
Não informado	1	0,0	0	0,0
Superior completo	65.422	5,7	120.803	9,7
Superior incompleto	43.810	3,8	60.960	4,9
Total	1.157.147	100,0	1.243.971	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Nos governos locais, de acordo com o levantamento feito pelo Instituto Alzirás⁴⁵, nas eleições de 2016 foram eleitas 649 mulheres, nos 5.568 municípios, para o cargo de prefeita. A Tabela 107 expressa as distribuições por região do Brasil.

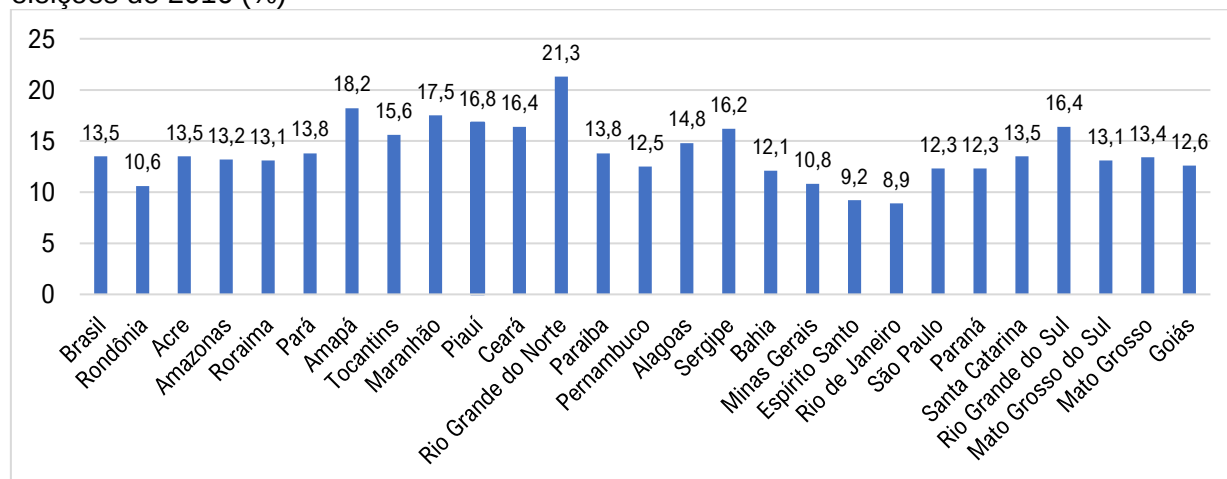
Tabela 107 - (Indicador) (%) Distribuição de mulheres prefeitas eleitas em 2016 pelas regiões do Brasil

Região do Brasil	(%)
Norte	15%
Centro- Oeste	13%
Nordeste	16%
Sudeste	9%
Sul	7%

Fonte: Instituto Alzirás (2018).

Em relação ao Poder Legislativo do estado do Piauí, este possui 2.143 de assentos na Câmara de Vereadores, sendo que nas eleições de 2016, 16,8% foram ocupados por mulheres. O Gráfico 11 mostra a proporção de lugares ocupados por mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação.

Gráfico 11 - Proporção de lugares ocupados por mulheres na Câmara de Vereadores nas eleições de 2016 (%)



Fonte: IBGE - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os dados apontados por esse indicador mostram um levantamento com candidatos eleitos ao cargo de prefeitos e vereadores, distribuídos por sexo, em 12

⁴⁵ O Instituto Alzirás é uma organização sem fins lucrativos com a missão de contribuir para o aumento da participação das mulheres na política e na gestão pública. A pesquisa completa está disponível no site: <http://prefeitas.institutoalzirás.org.br/>. Acesso em: 16 mai. 2020.

territórios no Piauí, em 2016. Em uma análise geral, 90,9% dos candidatos eleitos para prefeito foram homens, ou seja, de cada dez eleitos, nove eram homens e um do sexo feminino; já quando o cargo era para vereadores, 83,3% eram homens e 16,7% mulheres, para cada dez eleitos, aproximadamente, oito eram homens e duas foram mulheres. Dentre os 12 territórios analisados, quatro deles tiveram 100% de homens entre os eleitos. Os territórios que mais se destacaram elegendo mulheres foram a Serra da Capivara (22,2%), seguidos de Alto Parnaíba (16,7%) e Cocais (13,6%). Em relação às eleitas para o cargo de vereadora, destacam-se os territórios de Alto Parnaíba (27,3%), Vale do Sambito (20,9%), Entre Rios (19,9%) e Carnaubais (18,4%) (Ver Tabela 108).

Tabela 108 - (%) Candidatos (as) eleitos (prefeitos e vereadores) por sexo (as) nos 12 territórios no estado do Piauí em 2016

Territórios	Quant.	Prefeito		Vereador	
		masc.	Fem.	masc.	Fem.
Planície litorânea	Total	11	0	94	19
	%	100	0	83,2	16,8
Cocais	Total	19	3	189	33
	%	86,3	13,6	85,1	14,9
Carnaubais	Total	15	1	124	28
	%	93,7	6,3	81,6	18,4
Entre Rios	Total	29	2	113	28
	%	93,5	6,5	80,1	19,9
Vale do Sambito	Total	13	2	110	29
	%	87	13	79,1	20,9
Vale do Rio Guaribas	Total	20	3	179	36
	%	87	13	83,3	17,7
Vale do Canindé	Total	17	0	129	27
	%	100	0	82,7	17,3
Serra da Capivara	Total	14	4	150	18
	%	77,8	22,2	89,3	10,7
Vale dos rios Piauí e Itaueiras	Total	17	2	154	23
	%	89,5	10,5	87	13
Alto Parnaíba	Total	10	2	80	30
	%	83,3	16,7	72,7	27,3
Chapada das Mangabeiras	Total	23	1	190	30
	%	95,8	4,1	86,4	13,6
Vale do rio Itaim	Total	16	0	122	26
	%	100	0	82,4	17,6
Média geral		17	1,7	136,2	27,3
Média geral (%)		90,9	8,9	83,3	16,7

Fonte: Fundação CEPRO/TRE.

Os indicadores abaixo retratam a participação das mulheres em cargos gerenciais no Brasil e no Piauí; tratam da inserção de mulheres em posição de liderança, tanto no setor público quanto no setor privado, e auxiliam na compreensão do poder de liderança de mulheres nos diversos setores sociais. Nesse caso, pode-se verificar, a partir das séries históricas, a participação por sexo.

No Brasil, em 2017, 60,8% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 39,2% pelas mulheres. Analisando o período 2012-2017, com idade de 50 anos ou mais, havia maior proporção de homens ocupando os cargos gerenciais. Além disso, a desigualdade entre mulheres pretas ou pardas e os homens pretos ou pardos era maior que entre as mulheres brancas e os homens brancos. Em 2017, no que se refere ao setor econômico, os homens têm participação maior (60,8%), sendo nas mulheres o equivalente a 39,2%.

No Piauí, em 2017, a proporção de mulheres ocupando cargos gerenciais era de 51,8%, enquanto os homens registraram 48,2%. Na faixa etária entre 30 e 59 anos e de 60 ou mais, a proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, em sua maioria, era formada por mulheres. Em relação à cor da pele, homens e mulheres pretos e pardos ocuparam, proporcionalmente, mais cargos gerenciais que os brancos. No setor econômico, as mulheres tiveram maior participação (51,8%) em relação aos homens, (48,2%) (Ver Tabelas 109, 110, 111, 112, 113 e 114).

Tabela 109 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo e grupo de idade /feminino

Brasil/UF	Grupos de Idade	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	36,8	38	36,4	37,5	39,1	39,2
	16 a 29 anos	20,5	20,1	20,2	15,7	16,3	16,4
	30 a 49 anos	58,7	57,8	57	61,1	57,3	61,3
	50 a 59 anos	16,5	17,3	17,3	17,6	18,3	16,9
	60 anos ou mais	4,3	4,8	5,5	5,5	8,2	5,5
Piauí	Total	42,9	36,6	36	51,5	49,5	51,8
	16 a 29 anos	18,1	14	21,9	8,4	25,7	11,3
	30 a 49 anos	51,8	73,5	53,1	65	36,8	55,2
	50 a 59 anos	14,9	4,6	18,4	19,1	28,2	23,4
	60 anos ou mais	15,2	7,9	6,6	7,4	9,4	10,2

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 110 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo e grupo de idade/masculino

Brasil/UF	Grupos de Idade	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	63,2	62	63,6	62,5	60,9	60,8
	16 a 29 anos	15,2	15,7	15,1	15,1	13,8	12,6
	30 a 49 anos	55,8	55,1	53,2	53,9	53	56,8
	50 a 59 anos	19,9	19,7	21	21,2	21,9	19,5
	60 anos ou mais	9,2	9,5	10,7	9,9	11,3	11,2
Piauí	Total	57,1	63,4	64	48,5	50,5	48,2
	16 a 29 anos	16,9	11,3	28,1	21,2	5,8	12,7
	30 a 49 anos	64,6	35,4	51,2	38,1	56,5	57,1
	50 a 59 anos	11,6	39,5	13,7	28,3	23,5	23,7
	60 anos ou mais	6,9	13,8	7	12,4	14,2	6,5

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 111 - (Indicador) Proporção de pessoas em posições gerenciais, por sexo e cor ou raça, feminino (%)

UF/Brasil	Cor ou raça	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	36,8	38	36,4	37,5	39,1	39,2
	Branca	70	70,7	71,2	71,8	72,2	69,2
	Preta ou parda	28,4	26,8	26,5	26,4	25,9	28,4
Piauí	Total	42,9	36,6	36	51,5	49,5	51,8
	Branca	49,4	19,8	56	47,4	34,5	30,7
	Preta ou parda	50,6	80,2	44	52,6	65,5	69,3

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 112 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas em posições gerenciais, por sexo e cor ou raça, masculino

UF/Brasil	Cor ou raça	Ano					
		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	63,2	62	63,6	62,5	60,9	60,8
	Branca	69,4	69,7	68,3	69,4	70,6	67,1
	Preta ou parda	29,2	29,1	30	29,3	28,1	30,8
Piauí	Total	57,1	63,4	64	48,5	50,5	48,2
	Branca	33,5	36,5	23,8	30	39,6	25,9
	Preta ou parda	66,5	63,5	76,2	70	60,4	74,1

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 113 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas em posição gerenciais, por sexo e setor de atividade econômica /feminino

Categorias	Sector de Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	36,8	38	36,4	37,5	39,1	39,2
	Indústria	18,3	17,3	18,4	17,6	18,7	20,8
	Serviços	80,4	81	80,4	81,2	80,5	78,3
	Agropecuária	1,2	1,6	1,1	1,2	0,9	0,9
Piauí	Total	42,9	36,6	36	51,5	49,5	51,8
	Indústria	17,3	4,2	4,3	14,1	5,6	5,1
	Serviços	82,7	95,8	95,7	85,9	94,4	94,9
	Agropecuária	-	-	-	-	-	-

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Tabela 114 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas em posição gerenciais, por sexo e setor de atividade econômica/masculino

Categorias	Sector de Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	63,6	62,5	63,6	62,5	60,9	60,8
	Indústria	30,4	29,2	29,4	31	30,5	31,4
	Serviços	62	63,7	64,3	63,9	65,7	64,5
	Agropecuária	7,5	7,1	6,3	5,1	3,8	4
Piauí	Total	57,1	63,4	64	48,5	50,5	48,2
	Indústria	31,6	12,1	9	38	12,5	16,3
	Serviços	53,4	86,4	91	62	87,5	82,6
	Agropecuária	15	1,5	-	-	-	1,2

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

4.6 Desenvolvimento Sustentável com Igualdade Econômica

Ao longo dos eixos apresentados neste capítulo, o tema do desenvolvimento sustentável está presente no levantamento dos indicadores, como taxa de detecção de AIDS na população, proporção de mulheres em posições gerenciais e taxa de mortalidade materna. Para acrescentar dispositivos a mais, que auxiliam na compreensão da desigualdade de gênero, aponta-se para quatro indicadores que refletem, de maneira geral, as condições socioeconômicas de uma determinada região: taxa de mortalidade infantil, coeficiente de Gini, nascidos segundo a faixa etária da mãe e esperança de vida ao nascer.

Os dados abaixo mostram as taxas de mortalidade infantil por 1.000 habitantes no Brasil e Piauí, no período 2011-2018. É importante observar que as taxas vêm caindo no país, posto que, ao se analisar o período 2014-2018, houve redução de 13,9%. No Piauí, no mesmo período, a redução foi de 3,9%. Um dado que chama atenção refere-se à elevação de 9,5% no período 2015-2016, em se tratando do estado do Piauí (Ver Tabela 115).

Tabela 115 - (Indicador) Taxas de mortalidade infantil por 1.000 habitantes-Brasil/ Piauí

UF/País	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	14,4	13,8	13,3	12,8	12,4
Piauí	15,5	14,8	16,2	15,6	14,9

Fonte: IBGE (2018) Tábua de Mortalidade 2018.

Os dados abaixo apresentam indicadores de 2015 a 2019 no Brasil e no Piauí. Esse índice de Gini mede a concentração de renda, e quanto mais perto de 1, pior. Considerando todas as rendas das famílias - trabalho, aposentadorias, pensões, aluguéis, Bolsa Família e outros benefícios sociais - no Brasil, no período 2018-2019, ele ficou estável, em 0,509. No Piauí, em todos os anos, ficou acima da média brasileira, com destaque para o período 2018-2019, crescimento de 0,7% (Ver Tabela 116).

Tabela 116 - (Indicador) Índice de Gini de rendimento médio mensal de todos os trabalhos a preço médio do ano

UF/País	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	0,494	0,501	0,501	0,509	0,509
Piauí	0,571	0,553	0,537	0,547	0,551

Fonte: IBGE (2019).

Os indicadores abaixo descrevem e retratam o (%) de nascidos, segundo a faixa etária da mãe, no Piauí, no período 2014-2019, no qual foi possível verificar redução de 16,8% na faixa etária <19 anos. Analisando o mesmo período, na faixa etária entre 20 e 34 anos, houve crescimento de 0,4%; em mulheres acima de 35 anos foi registrado elevação de 37% (Ver Tabela 117).

Tabela 117 - (Indicador) (%) de nascidos, segundo faixa etária da mãe. Residentes Piauí, 2014 a 2019

Ano	Faixa etária da mãe		
	< 19 anos	20 a 34 anos	35 ou +
2014	22%	68,8%	9,2%
2015	21,8%	68,7%	9,4%
2016	21,6%	68,2%	10,2%
2017	20,4%	69,1%	10,5%
2018	19,3%	68,9%	11,8%
2019	18,3%	69,1%	12,6%

Fonte: SINASC/COORD. ANÁLISE/SESAPI.

A Tabela 118 aponta para a esperança de vida ao nascer por sexo, no Piauí, no período 2013-2019. Comparando homens e mulheres, nota-se que as mulheres vivem mais. Os dados revelaram que, ao se comparar todos os anos, as mulheres têm índices bem superiores à expectativa de vida dos homens.

Tabela 118 - (Indicador) Esperança de vida ao nascer por sexo e em ambos os casos no Piauí/ 2013-2019

Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)		
	Ambos	Homens	Mulheres
2013	70,50	66,51	74,64
2014	70,68	66,65	74,87
2015	70,87	66,79	75,10
2016	71,06	66,92	75,33
2017	71,23	67,06	75,54
2018	71,41	67,20	75,76
2019	71,59	67,34	75,97

Fonte: IBGE, 2019.

4.7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da Floresta

Esse eixo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres busca a promoção do fortalecimento econômico e o direito à qualidade de vida de mulheres no meio rural, com garantia do acesso à terra, bens, equipamentos e serviços públicos.

Os indicadores apresentados a seguir foram retirados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, com o objetivo de traçar o perfil das mulheres do Piauí no campo, nos seguintes temas: percentual de estabelecimentos agropecuários

dirigido por mulheres, condição da mulher com relação à terra, grau de escolaridade, e cor e raça da produtora rural.

A Tabela 119 indica o (%) da proporção de produtores rurais que dirigiam estabelecimentos agropecuários no Piauí em 2017. É possível fazer uma análise por sexo e faixas etárias dos produtores rurais, sendo que 77,9% eram homens e 22,1% mulheres. Em relação às proporções entre homens e mulheres, é possível notar que a maior proporção está na faixa etária de 45 a 54 anos é de homens (80,1%).

Em outra análise que descrevendo a frequência da (%) de participação das mulheres por faixas etárias, a faixa de 45 a 54 anos representa a maior participação (20,2%), seguidos por 35 a 44 anos (19,6%) e 55 a 64 anos (19,4%), entre outras.

Tabela 119 - (Indicador) (%) proporção de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários divididos por sexo e idade do produtor em 2017 no Piauí

Idade	%	Homens	%	Mulheres	Total
75 anos e mais	78,2	14.387	21,8	4.006	18.393
65 a 74 anos	79,3	28.775	20,7	7.490	36.265
55 a 64 anos	79,5	40.917	20,5	10.543	51.460
45 a 54 anos	80,1	44.208	19,9	10.998	55.206
35 a 44 anos	78,4	38.492	21,6	10.628	49.120
25 a 34 anos	71,1	20.434	28,9	8.316	28.750
até 24 anos	62,0	3.847	38,0	2.359	6.206
Total	77,9	191.060	22,1	54.340	245.400

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017b).

Em 2017, 22% das pessoas que dirigiam estabelecimentos agropecuários no Piauí eram mulheres. Dessas, 69,9% possuíam título de terra próprio, seguidos por comandatárias (9,6%) e mulheres que receberam a terra sem a titulação definida (7,9%), dentre outros (Ver Tabela 120).

Tabela 120 - (Indicador) (%) de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários por condição do produtor em relação à terra no Piauí

Condição do produtor em relação à terra	%	Feminino	%	Masculino
Título Próprio	69,9	38.001	71	135.675
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	7,9	4.299	6,5	12.357
Arrendatário (a)	1,5	824	2,8	5355
Parceiro (a)	2,9	1.585	3,6	6.897
Comandatário (a)	9,6	5.205	8,3	15877
Ocupante	4,8	2.604	4,4	8392
Produtor sem área	3,4	1822	3,4	6507
Total	100	54.340	100	191.060

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017b).

A informação da tabela abaixo mostra o percentual (%) de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários por nível de instrução e cor ou raça de pessoas (mulheres) no Piauí, em 2017. Observa-se que 64,2% dessas mulheres sabiam ler ou escrever, sendo que a cor predominante era parda (65,7%), seguidas de branca (22,6%) e preta (11,5%) (Ver Tabela 121).

Tabela 121 - (Indicador) (%) de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários por nível de instrução de pessoas (mulheres), por cor ou raça, no Piauí em 2017

Cor ou Raça	Total	Sabe Ler e escrever	%	Não Sabe Ler e escrever	%
Branca	11.555	7897	22,6	3658	18,8
Preta	7200	3999	11,5	3201	16,5
Parda	35484	22911	65,7	12573	64,6
Indígena	100	69	0,2	31	0,16
Total	54.339	34876	100	19463	100

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017b).

4.8 Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

O acesso às práticas culturais, tais como teatro, música, dança, artes visuais, literatura e às práticas esportivas estão associadas às necessidades de bem-estar dos indivíduos enquanto sujeitos coletivos. Neste sentido, a Constituição Federal (art.

215)⁴⁶ afirma que o acesso à cultura é um direito básico do indivíduo e dever do Estado em desenvolver ações de defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e democratizar o acesso a esses bens.

A Tabela 122, abaixo, mostra a comparação entre a proporção do número de municípios que possuem centros culturais no Piauí e Brasil, no período 2014-2018. É possível observar que a média do Brasil é bem superior à verificada no Piauí, que teve queda de 19,9% no referido período.

Tabela 122 - (Indicador) (%) Proporção e número de municípios com existência de centros culturais no Piauí e no Brasil, 2014 e 2018

UF	2014		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Piauí	45	20,1%	20	16,1%
Brasil	2061	37,0%	1739	31,2%

Fonte: IBGE, 2018.

Já quanto à proporção da existência de equipamentos públicos esportivos no Brasil e Piauí no período 2014-2018, destaca-se o crescimento dos indicadores para o período nos dois casos, com destaque para o estado do Piauí, que teve uma variação de 25,1% (Ver Tabela 123).

Tabela 123 - (Indicador) (%) Proporção e número de municípios com existência de equipamentos públicos esportivos no Piauí e no Brasil

UF	2014		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Piauí	159	71	199	88,8
Brasil	5092	91,4	5368	96,4

Fonte: PNAD (IBGE, 2018).

Com relação à prática esportiva, os indicadores foram retirados de informações da Pesquisa Suplementar de Prática de Esporte e Atividade Física (PNAD, 2015), realizada pelo IBGE. O percentual de atividade física praticado por mulheres no Piauí foi de 38,8% e de esportes foi de 13,3%, índice abaixo do praticado pelos homens (Ver Tabelas 124 e 125).

⁴⁶ Fonte: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_215_.asp.

Tabela 124 - (Indicador) (%) de pessoas que praticaram alguma atividade física, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade em 2015/População por 1.000 pessoas

UF	Homem	Mulher	Sexo		%	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	77386	84406	33048	28218	42,7	33,4
Piauí	1180	1248	521	484	44,1	38,8

Fonte: IBGE, 2015.

Tabela 125 - (Indicador) (%) de pessoas que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade em 2015 população por 1.000 pessoas

UF	Homem	Mulher	Sexo		%	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	77386	84406	24506	14294	31,7	16,9
Piauí	1180	1248	358	166	30,4	13,3

Fonte: IBGE, 2015.

No que diz respeito ao acesso à tecnologia de informação e comunicação, considera-se que a posse do telefone celular para o uso pessoal e profissional é importante para o empoderamento das mulheres, conforme disposto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5. Nesse contexto, os indicadores abaixo apontam para o acesso de homens e mulheres ao celular, de acordo com faixa etária e cor ou raça em 2017, no Piauí e no Brasil. Para o Piauí, em todas as faixas etárias, as mulheres tiveram proporções de posse de celular superiores às dos homens. Isso se aplica a mulheres pretas ou pardas e brancas (Ver Tabelas 126 e 127).

Tabela 126 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular, por sexo e grupos de idade - 2017

UF/Brasil	Homem					Mulher				
	Total	14 a 29	30 a 49	50 a 59	60 ou mais	Total	14 a 29	30 a 49	50 a 59	60 ou mais
Brasil	77	82	86	80	64,2	80	77,3	89,1	83,4	62,9
Piauí	65	62	74,7	66	46,9	71	68,7	81,2	75,1	52,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Tabela 127 - (Indicador) (%) Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular, por sexo e cor e raça em 2017

UF/Brasil	Homem			Mulher		
	Total	Branca	Preta ou Parda	Total	Branca	Preta ou Parda
Brasil	76,9	82,4	72,6	79,5	83,3	76,4
Piauí	64,7	73,9	62,6	70,9	77,3	69,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

4.9 Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

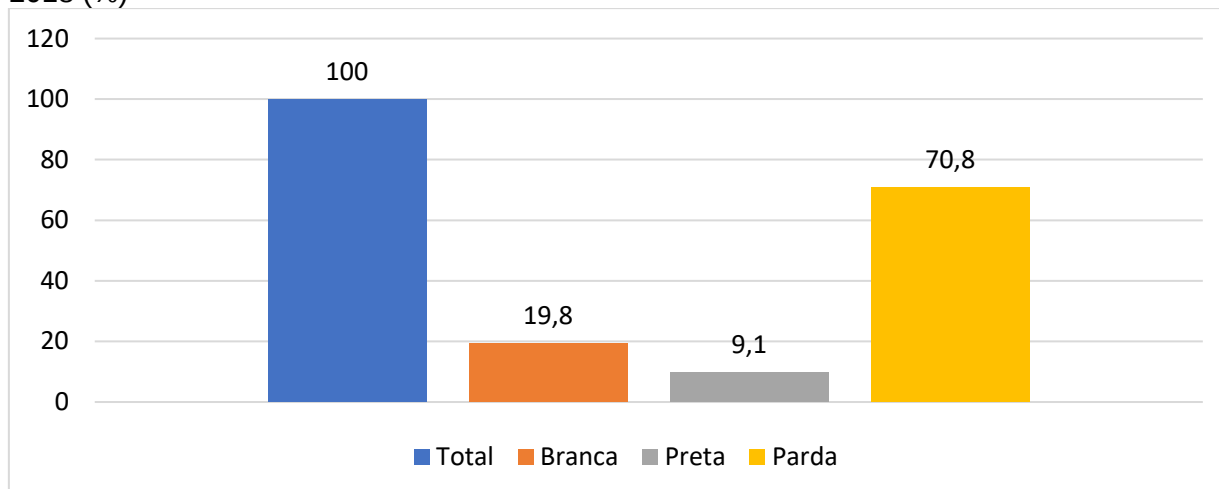
A efetividade de políticas públicas no enfrentamento do racismo e do sexismo engloba a compreensão de que determinados grupos de mulheres estão mais vulneráveis à dupla discriminação, isto é, a articulação entre o racismo que constrói uma postura de desqualificação da mulher negra, e o sexismo, que impõe à mulher um papel de subordinação (BRASIL, 2013).

Dessa forma, o viés interseccional é importante para compreender os sistemas múltiplos de subordinação e discriminação a que estão submetidas as mulheres negras, indígenas e lésbicas. Conforme aponta Kimberlé Crenshaw, o conceito de interseccionalidade é definido da seguinte maneira:

“(…) busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Ao observar a composição da população de mulheres no Piauí em 2018, a distribuição das que se declaram preta, parda e branca, ocorre, conforme Gráfico 12:

Gráfico 12 - Distribuição percentual da população por sexo segundo cor ou raça no Piauí em 2018 (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual.

No âmbito legal, o Brasil dispõe de mecanismos no combate ao racismo e à discriminação racial, tais como os artigos previstos na Constituição Federal (art. 3º, art. 4º, art. 7º, art. 215º, art. 2016 § 5º), Lei Caó (nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989) e o Estatuto da Igualdade Racial (nº 12.288, de 20 de julho de 2010).

No estado do Piauí, destaque para a criação da Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias, em 2005, que atua com a competência de prevenir e reprimir crimes contra os direitos humanos e às condutas discriminatórias com a apuração de crimes de discriminação racial, tortura e crimes que ferem a dignidade da pessoa humana.

A Defensoria Pública possui o núcleo Especializado de Discriminação e Proteção dos Direitos Humanos, localizado em Teresina. Dentre as atribuições do órgão, inclui-se a prestação de assistência jurídica integral e gratuita à população que não tem condições financeiras de pagar ajuizamento de ações.

De acordo com o levantamento do Disque 100, disponibilizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 2018 foram recebidas 615 denúncias de racismo no Brasil⁴⁷. Os dados mostram a evolução dos indicadores de racismo no Piauí por ano, comparando o índice de 0,16 em 2018, o que representa redução de 15,8% na comparação ao ano 2017 (Ver Tabela 128).

⁴⁷ Fonte: Ministério recebe mais de 600 denúncias de discriminação racial. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/ministerio-recebe-mais-de-600-denuncias-de-discriminacao-racial>. Acesso em: 14 mai. 2020.

Tabela 128 - (Indicador) Taxa de denúncias de racismo por 100 mil habitantes registradas no Disque 100 no Piauí

Piauí	2015	2016	2017	2018
Número de Denúncias	1	12	6	5
Taxa (%)	0,03	0,36	0,19	0,16

Fonte: Disque 100.

A injúria racial pode ser demonstrada a partir de uma ofensa ou humilhação, feita a uma determinada pessoa com referência à sua raça, etnia, cor, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou com deficiência. A **injúria racial** está prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, que estabelece a pena de reclusão de um a três anos e multa.

Os Indicadores que constam na Tabela 129 mostram taxas de injúria por 100 mil habitantes no período 2017-2018. Analisando os dados, verifica-se um crescimento de 20% para o Brasil e um decréscimo de 25% para o estado Piauí.

Tabela 129 - (Indicador) Taxa de Injúria racial por 100 mil habitantes registradas no Piauí em 2017 e 2018

Brasil/Região Norte	2017	2018	Var%
Brasil	3,9	4,7	20,5
Piauí	8	6	-25,0
Paraíba	0,2	0,2	0,0
Maranhão	4,1	4	-2,4
Ceará	-	-	-
Alagoas	-	-	-
Pernambuco	-	-	-
Sergipe	-	-	-
Bahia	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

(-) Dados não disponíveis

Com relação às taxas de homicídio de mulheres negras, os dados mostram que a média nacional é superior ao registrado no Piauí em toda a série histórica de 2007-2017, verificando-se um crescimento de 50% na violência nesse período. Nesse caso, conforme salienta Santos (2017), a abordagem interseccional visa preencher uma lacuna importante sobre a violência contra a mulher negra, observando-se as especificidades na construção das categorias e identidades raciais no estado do Piauí e os reflexos nos indicadores sobre violência contra a mulher negra.

Tabela 130 - (Indicador) Taxa de Homicídio de mulheres negras por 100 mil habitantes no Piauí e no Brasil

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Piauí	2	2,5	1,7	2,3	2,3	3,1	3	4,1	4,4	3,4	3
Brasil	4,3	4,6	4,9	5,2	5,3	5,5	5,5	5,6	5,4	5,3	5,6

Fonte: Atlas da Violência (IPEA, 2019).

Com relação à comunidade LGBTI⁴⁸, no que tange ao conceito de lesbofobia, este consiste na fobia às mulheres homossexuais lésbicas; a violência sofrida por elas apresenta um duplo menosprezo, “(...) pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual. Diferentemente do homem gay, ela acumula discriminação contra o sexo e contra a sexualidade” (BORRILLO, 2009, p. 23).

Segundo levantamento do MMFDH e pesquisa do Disque 100, em 2018, no estado do Piauí, conforme série histórica, de 2015 a 2018, que mostra a taxa de denúncias por discriminação por 100 mil/hab da população LGBT, os números revelaram que, quando se comparam os períodos 2017-2018, observa-se que houve um incremento de 14,9%. Um dado importante em 2018 é que essa taxa colocou o Piauí como o 5º no ranking Brasil e o 2º da Região Nordeste com as maiores taxas de denúncias de discriminação dessa população (Ver Tabela 131).

Tabela 131 - (Indicador) Taxa de denúncias de discriminação da população LGBT por 100 mil habitantes registradas no Disque 100 no Piauí

UF	2015	2016	2017	2018
Número de Denúncias	29	23	21	24
Taxa (%)	0,93	0,74	0,67	0,77

Fonte: Disque 100.

A Tabela 132 descreve os registros do Disque 100, por unidade federativa, na Região Nordeste e no Brasil, para o total de denúncias de lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio. No período 2016-2017 houve redução nas denúncias em nível nacional e em alguns estados do Nordeste, com destaque para o Piauí (8,7%). Já o Ceará teve uma elevação (69,8%).

⁴⁸ Sigla para Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI).

Tabela 132 - (Indicador) Número de denúncias totais (Lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídios) de LGBTs e variação - Disque 100 (2011-2017), no Brasil, UF e Região Nordeste

UF/Região/ Brasil	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	(Var%) 2016/2017
Brasil	1.159	3.031	1.695	1.013	1.983	1.876	1720	12.477	-8,32
Região Nordeste	322	717	366	210	276	303	336	2.530	10,89
Piauí	107	66	104	38	29	23	21	388	-8,70
Ceará	63	143	76	28	76	63	107	556	69,84
Pernambuco	52	109	62	31	47	56	62	419	10,71
Sergipe	7	31	13	10	9	8	12	90	50,00
Maranhão	67	105	39	19	19	37	30	316	-18,92
Alagoas	17	63	16	47	16	20	30	209	50,00
Bahia	94	194	113	49	77	91	72	690	-20,88

Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No Piauí, o Centro de Referência para a Promoção da Cidadania LGBT “Raimundo Pereira” tem por objetivo oferecer acolhimento e encaminhamento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violações de Direitos Humanos. No local, são disponibilizados atendimento individual, com encaminhamento à rede de garantia de direitos; contrato de Parceria Civil para a regulamentação de questões patrimoniais oriundas da relação homoafetiva; visitas domiciliares com intervenção técnica em situações de conflito; emissão de carteiras de nomes social para travestis e transexuais; e orientações sobre o processo de mudança do nome civil para travestis e transexuais⁴⁹. Com relação à legislação, o Quadro 9, a seguir, aponta as principais leis e decretos estaduais e municipais que visam à igualdade de gênero e orientação sexual.

⁴⁹ Secretaria da Assistência Social e Cidadania. Disponível em: <http://www.sasc.pi.gov.br/glbtt.php>. Acesso em: 14 mai. 2020.

Quadro 9 - Leis e decretos estaduais e municipais relacionadas à igualdade de gênero e orientação sexual do Piauí

Lei/ Decreto	Assunto
Lei Complementar nº 51/2005	Dispõe sobre a criação da Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 5.431/2004	Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências
Lei Ordinária nº6.002/2010	Institui, no âmbito do estado do Piauí, o dia Estadual do Orgulho LGBTTT e dá outras providências
Lei Ordinária nº 5.916/2009	Assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta e dá outras providências
Decreto nº12.097/2006	Regulamenta a Lei nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências”
Decreto nº 11.258/2011 (Município de Teresina)	Dispõe sobre inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta conforme específica
Ato PGJ nº 563/2016	Dispõe sobre o uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí
Provimento nº24/2012 (Tribunal de Justiça)	Altera o Provimento 4/12, que dispõe sobre escrituração da união estável homoafetiva na Serventias Extrajudiciais do Estado do Piauí, para regulamentar a conversão da união estável homoafetiva em casamento e autorizar o processamento dos pedidos de habitação de casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Fonte: Brasil (2017).

4.10 Igualdade para mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência

O último capítulo do Plano Nacional de Política para as Mulheres (2013-2015) aborda a necessidade de inclusão de jovens, idosas e mulheres com deficiência ao acesso a políticas setorializadas e equipamentos públicos. Com relação à juventude, segundo o Fundo de População da ONU (UNFPA, 2019), o acesso aos serviços de saúde reprodutiva e sexual ainda é bastante limitado aos jovens no mundo todo. No Brasil, a taxa de fecundidade entre as meninas de 15 a 19 anos é de 62 para 1.000/nascidos vivos, valor considerado acima da taxa mundial, que é 44 para 1.000/nascidos vivos⁵⁰.

⁵⁰ Taxa de Gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial, aponta ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil-esta-acima-da-media-mundial-aponta-onu/>. Acesso em: 23 mai. 2020.

Trata-se de um indicador importante para medir a proteção da infância e adolescência, visto que a gravidez está associada à evasão escolar das meninas e aumenta o índice de complicações no parto. Em 2016, no Piauí, a taxa de fecundidade de adolescentes de 15 a 19 anos foi de 67,3% (Ver Tabela 133).

Tabela 133 - (Indicador) (%) Taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos por região e unidades da federação - 2016

Região	Unidade da Federação	%
Norte	Acre	98
	Amazonas	88
	Pará	88
	Amapá	87
	Rondônia	63
	Roraima	90
	Tocantins	76
Nordeste	Maranhão	85
	Piauí	67
	Ceará	56
	Rio Grande do Norte	56
	Paraíba	62
	Pernambuco	65
	Bahia	61
	Alagoas	76
	Sergipe	58
Centro – Oeste	Mato Grosso	64
	Mato Grosso do Sul	66
	Distrito Federal	39
	Goiás	56
Sudeste	Minas Gerais	45
	Rio de Janeiro	50
	Espírito Santo	50
	São Paulo	44
Sul	Paraná	50
	Santa Catarina	43
	Rio Grande do Sul	43

Fonte: IBGE – Estatística de Gênero (2018).

De acordo com o Observatório da Criança da Fundação Abrinq, a proporção percentual de nascidos vivos de mães adolescentes apresenta-se no Brasil e no Piauí conforme dados abaixo (Ver Tabela 134)⁵¹. Quando se analisa a série de 2015-2018, identifica-se queda dos índices em todos os anos para o Brasil e Piauí.

Tabela 134 - (Indicador) (%) Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes no Piauí e Brasil, 2015-2018

Brasil /UF	2015	2016	2017	2018
	(%)	(%)	(%)	(%)
Brasil	18,2	17,5	16,5	15,5
Piauí	21,8	21,6	20,4	19,3

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define esse público da seguinte forma: "pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"⁵².

Segundo dados do Censo 2010, 12,5 milhões de brasileiros (6,7% da população), aproximadamente, declararam ter deficiência mental ou intelectual. Em relação à realidade piauiense, o mesmo estudo apresenta um panorama das mulheres com deficiência residentes no estado, conforme é apresentado na tabela a seguir.

Nessa compilação de dados é importante ressaltar que no perímetro urbano as mulheres brancas somaram as maiores proporções no que se refere ao indicador de deficiência mental e intelectual. Já na área rural, as pretas e pardas tiveram valores maiores (Ver Tabela 135).

Tabela 135 - (Indicador) (%) de mulheres com deficiência mental - intelectual no Piauí – 2010

Divisão Territorial	Total de Mulheres	%	Branca	%	Preta e Parda
Piauí - Urbano	14.106	68	4.199	60	9.633
Piauí- Rural	8.579	32	1.983	40	6.302
Total	22.685	100	6.182	100	15.935

Fonte: IBGE, 2010.

⁵¹ Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>

⁵² Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 25 mai. 2020.

As tabelas a seguir descrevem os indicadores (%) de mulheres com deficiência auditiva e severa, (%) de mulheres com deficiência motora, e (%) de mulheres com deficiência visual severa no Piauí, em 2010. É importante frisar que, tanto no perímetro urbano quanto no rural, os índices por cor ou raça se mantiveram bem próximos, sem diferenças significativas, por tanto, mulheres brancas com o maior percentual desse tipo de deficiência (Ver Tabelas 136, 137 e 138).

Tabela 136 - (Indicador) (%) de mulheres com deficiência auditiva severa no Piauí -2010

Divisão Territorial	Total de Mulheres	%	Branca	%	Preta e Parda
Piauí- Urbano	12.813	68	3.687	63	8.776
Piauí- Rural	7.128	32	1.726	37	5.177
Total	19.941	100	5.412	100	13.953

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 137 - (Indicador) (%) de mulheres com deficiência motora no Piauí -2010

Divisão Territorial	Total de Mulheres	%	Branca	%	Preta e Parda
Piauí - Urbano	99.693	72	25.708	67	71.132
Piauí- Rural	46.118	28	9.901	33	34.917
Total	145.811	100	35.608	100	106.049

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 138 - (Indicador) (%) de mulheres com deficiência visual severa no Piauí-2010

Divisão Territorial	Total de Mulheres	%	Branca	%	Preta e Parda
Piauí- Urbano	55.251	71	14.415	65	39.412
Piauí- Rural	28.106	29	5.872	35	21.414
Total	83.357	100	20.287	100	60.826

Fonte: IBGE, 2010.

Sobre o indicador da taxa de denúncias de pessoas com deficiência por 100 mil habitantes no Piauí, que mostra os dados anuais, de 2014 até 2017, é importante

destacar o crescimento das denúncias, vindo a cair em 2017 (28,4%) (Ver Tabela 139).

Tabela 139 - (Indicador) Taxa de denúncias de pessoas com deficiência por 100 mil habitantes registradas no Disque 100, no Piauí

Piauí	2014	2015	2016	2017
(%)	20,1	24,9	35,4	28,4

Fonte: Disque 100.

Em relação ao combate à violência, as especificidades da mulher com deficiência as expõem a diversas vulnerabilidades e dificuldades no acesso aos serviços de proteção. Vale destacar que as taxas de denúncias do Disque 100 se configuram em um indicador importante no combate à violência. Os indicadores de diagnóstico para as mulheres idosas concentram-se nas taxas de notificação de violência de casos de violência e na taxa de homicídios específicos para esta faixa etária. Os dados foram retirados do Sistema de Indicadores e Acompanhamento da Saúde de Políticas do Idoso, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

No caso da taxa de notificação de casos de violência contra idosos no Piauí, por sexo, no período 2014-2017, verifica-se que notificações relacionadas aos homens idosos foram sempre superiores aos das mulheres idosas no período analisado. Em 2017 houve redução ao se tratar de ambos os sexos (Ver Tabela 140).

Tabela 140 - (Indicador) (%) Taxa de notificação de casos de violência contra idosos do sexo feminino e masculino no Piauí

Piauí	2014	2015	2016	2017
	(%)	(%)	(%)	(%)
Mulheres	20,11	24,87	35,36	28,42
Homens	26,43	38,23	48,19	45,01

Fonte: Disque 100.

Ao se analisar a taxa de mortalidade de idosos por homicídio, por sexo, no Piauí, no período 2014-2017, chama atenção o fato de todos os índices de homicídios de homens idosos serem bem superiores aos de mulheres idosas. Em relação às mulheres, ao analisar o período 2014-2017 é revelado um incremento de 8,9% (Ver Tabela 141).

Tabela 141 - (Indicador) (%) Taxa de mortalidade de idosos por homicídio do sexo feminino e masculino no Piauí

Piauí	2014	2015	2016	2017
	(%)	(%)	(%)	(%)
Mulheres	1,68	3,78	1,89	1,83
Homens	22,14	18,07	14,7	16,2

Fonte: Disque 100.

O conjunto de indicadores apresentados nesse capítulo corrobora os objetivos máximos deste estudo, que é propor uma análise dos dez eixos propostos pelo plano operativo, com enfoque na problemática da realidade da mulher piauiense. Nesse sentido, os dados configuram engrenagens e peças primordiais para, em num futuro breve, elaborar políticas necessárias para o enfrentamento das desigualdades e diferenças que essa mulher, tanto do campo ou da cidade, enfrenta. Esse caminho a ser percorrido precisa ser bem planejado a partir de informações pautadas nas políticas já existentes ou já prontas a ser formuladas. Portanto, o capítulo seguinte sugere e mostra as possibilidades, o pensamento das mulheres, realizações e desafios delas em cenário dinâmico e de grande complexidade.

5

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: POSSIBILIDADES, REALIZAÇÕES E DESAFIOS

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: POSSIBILIDADES, REALIZAÇÕES E DESAFIOS

O movimento pela igualdade de gênero no Brasil vem crescendo e fortalecendo o pleno exercício da democracia. Garantir direitos das mulheres está diretamente relacionado à sustentabilidade como resultado do desenvolvimento e, desta forma, o Estado inseriu em suas agendas ações estratégicas de atenção integral à mulher. Programas governamentais foram apresentados e ações públicas realizadas para melhor atenção às mulheres, com promoção da justiça social enquanto combinação de valores, liberdade política, eficiência e igualdade econômica.

A luta pela qualidade dos serviços públicos, visando à melhoria de vida das mulheres, de forma mais enfática é tratada pelos movimentos sociais desde os anos 70, quando as situações de dominação e exploração das mulheres foram pontuadas de forma coletiva, trazendo temas da vida privada, como sexualidade, anticoncepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, direito à creche, violência contra a mulher e a sobrecarga de trabalho acarretado pelos afazeres domésticos. Denunciaram desigualdades de gênero, fazendo com que injustiças que eram então naturalizadas passassem a ser vistas como problemas, a exemplo do direito à vida política, ao divórcio e ao livre acesso ao mercado de trabalho.

Na atualidade, o feminismo, enquanto movimento político, social e ideológico de mulheres, vem defendendo a situação da mulher na sociedade, lutando para superar a desigualdade com o estabelecimento de uma maior e melhor convivência nas relações humanas a partir do empoderamento e protagonismo feminino. Assim, tanto a participação das mulheres em movimentos sociais como o movimento feminista contribuem para pautar políticas para as mulheres, buscando alterar os padrões de desigualdade em nível global, nacional e local.

Reforçando o movimento a favor da igualdade, a Organização das Nações Unidas tem desempenhado papel fundamental na promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo. Declarou 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres. Em 1976, a ONU criou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), com a missão de promover assistência técnica e financeira para programas e estratégias públicas para as mulheres. Os anos de 1976 a 1985 foram declarados como a Década da Mulher.

Em 1979 foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, tratado internacional que tem incidido sobre as políticas públicas. Dentre as Conferências realizadas, cita-se a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz - realizada em setembro de 1995, em Pequim. Nesta Conferência, avanços conceituais e programáticos influenciaram e continuam induzindo Políticas para as mulheres.

Em 2010, as ações do UNIFEM foram incorporadas e substituídas pela ONU Mulheres, com recursos e mandatos para fortalecer e ampliar a defesa dos direitos humanos das mulheres. Este Organismo Internacional vem articulando parcerias com a sociedade civil, com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas para assegurar seus direitos humanos.

No Brasil, o Governo Federal, em 2004, realizou a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Aproximadamente 2.500 pessoas se uniram na luta para propor diretrizes e fundamentações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este modelo de construção de políticas que promove o diálogo entre governos e sociedade civil também foi realizado por estados e municípios e, na atualidade, consolidado.

O Brasil, de acordo com o Relatório Nacional de Revisão do Estado Brasileiro da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, em 2019,

tem implementado políticas públicas direcionadas para mulheres de maneira transversal e consistente, reforçado as medidas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres nos últimos cinco anos. Essas políticas têm sido implementadas num arranjo de ações voltadas à promoção dos direitos da mulher em todas suas dimensões (BRASIL, 2019)

O detalhamento das políticas e instrumentos do Piauí, apontando ações, resultados, desafios e superações é relatado a seguir.

5.1 Os Instrumentos e Políticas Públicas para as Mulheres

Da mesma forma, o Governo do Piauí vem avançando na implementação de políticas para as mulheres, realizando ações diferenciadas e específicas quando em iniciativas voltadas para toda a população, buscando priorizá-las em seus investimentos, quer nas políticas públicas, no diálogo com a sociedade, estabelecendo espaços democráticos, como também em estudos e pesquisas.

Destaca-se a criação da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres (CEPM) como o principal instrumento, com sua missão, competência e desafios abaixo relacionados, dentre outros instrumentos e políticas elencados a seguir:

5.1.1 Criação da Coordenadoria Estadual de Política as Mulheres (CEPM)

Dentre as iniciativas do Governo do Estado para implementação de Políticas para as Mulheres, a CEPM, criada pela Lei nº 6.465, de 19/12/13, tem a missão institucional⁵³ de planejar, coordenar, executar, articular e implementar políticas públicas para as mulheres, articulando com diferentes atores sociais, bem como fomentar a criação e a implementação dos Organismos para as Mulheres (OPMs) nos municípios piauienses.

Como competências da CEPM são estabelecidas:

- I) Elaborar e planejar políticas de gênero que contribuam nas ações do governo estadual com vistas ao empoderamento das mulheres e consequente igualdade entre os sexos;
- II) Assessorar a Administração Pública na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, de forma transversal;
- III) Planejar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher no âmbito estadual;
- IV) Articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos públicos e privados nos níveis municipal, estadual, federal e internacional, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- V) Implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, que vêm a englobar tanto o risco físico quanto a condição social precária; e
- VI) Cumprir as atribuições administrativas previstas no ordenamento jurídico vigente.

A Coordenadoria tem como objetivo:

- I) Diagnosticar a realidade sob o enfoque de gênero e raça/etnia em cada âmbito da interação social;

⁵³ A missão, competências e objetivos foram transcritos do site da CEPM/PI.

- II) Transversalizar o enfoque de equidade de gênero e raça/etnia no planejamento das demais Secretarias de Estado, como forma de institucionalizar a equidade por meio das políticas públicas e, conseqüentemente, identificar sua representação nas articulações no poder local/regional/estadual;
- III) Articular, com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ações em prol da diminuição das desigualdades entre homens e mulheres;
- IV) Propor e acompanhar programas ou serviços que, no âmbito da administração estadual, destinem-se ao atendimento à mulher, sugerindo medidas de aperfeiçoamento e colhendo dados para fins estatísticos;
- V) Fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas, valendo-se de uma perspectiva de planejamento com a perspectiva de gênero.

Em 2017, as ações desenvolvidas pela CEPM beneficiaram diretamente 12.880 mulheres, em 2018, cerca de 16.300 mulheres e de janeiro até o mês de novembro 2019, tinham sido atendidas 17.300, estabelecendo parcerias, implementando políticas e projetos, e criando condições para o empoderamento das mulheres piauienses.

A participação da CEPM no Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres expandiu e aprofundou o diálogo entre os entes federados, possibilitando trocas de experiências entre a gestão pública para efetivação de políticas para mulheres. Nestes eventos foram discutidos os desafios gerais voltados especificamente para as mulheres e as boas práticas que possibilitam a replicação em outros espaços geográficos.

O envolvimento da CEPM em outros fóruns, a exemplo do Fórum dos Gestores e das Gestoras Estaduais, responsáveis pelas políticas de apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e Minas Gerais, e no Encontro Nacional com os Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) sobre Tráfico Internacional de Mulheres contribuiu significativamente com o saber e o fazer para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao gênero feminino.

Em parceria com o Banco Mundial, no âmbito do “Projeto Piauí: pilares de crescimento e inclusão social”, foram adquiridos dois veículos para fortalecer a política de enfrentamento à violência contra mulher, possibilitando a estrutura adequada para

deslocamento das agentes da Coordenadoria, tanto no que diz respeito à articulação quanto à realização de atividades nos 224 municípios, além da reforma da sede da sede da CEPM.

A Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres ampliou as de atenção à Mulher em diálogo com a sociedade, com os demais poderes instituídos, com os organismos internacionais, buscando construir uma sociedade com mais justiça social e democrática. Em suas diferentes ações de políticas públicas incorporou a perspectiva de equidade de gênero nas abordagens sobre direitos humanos, mantendo uma agenda pública de atenção às mulheres de forma permanente, colocando a igualdade de gênero como eixos estruturantes nestas políticas. Para fortalecê-las, o Governo do Estado promoveu conferências e sessões de debates sobre os desafios enfrentados pelas mulheres que vivem no Piauí, sistematizando as percepções e os desafios a serem superados, nas áreas de segurança pública, saúde, assistência, trabalho, dentre outras.

O Governo do Estado do Piauí, por meio da CEPM, assumiu o compromisso com a efetivação das políticas que alcançaram as mulheres piauienses, quer pela diminuição dos índices de violência contra as mulheres quer pelo aperfeiçoamento da estrutura aos órgãos estaduais que as atendem, bem como no desenvolvimento de estratégias que vem lhes proporcionando a autonomia necessária, além da capacitação dos órgãos estaduais integrantes da Rede de Enfrentamento/Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Na área da saúde são observados os processos de descentralização e ampliação da Rede de Serviços.

Quanto à competência de articulação de políticas para as mulheres, a CEPM assinou Termos de Acordo fomentando políticas com recorte em gênero na agenda de governança do estado e dos municípios e, na atualidade, realiza o diagnóstico sobre a realidade das piauienses, parte deste trabalho para a construção do plano estadual de políticas para as mulheres.

A seguir, os termos assinados formalizando parcerias no sentido de fortalecer e ampliar o atendimento da iniciativa Unidades Móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta nos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí:

1. **SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SASC):** disponibilizou veículo com motorista para as viagens e profissionais com formação específica (assistentes sociais e psicólogos) para atendimento;
2. **COORDENADORIA DA JUVENTUDE DO ESTADO DO PIAUÍ (COJUV):** designou servidores que contribuíssem nas atividades;
3. **SECRETARIA DE CULTURA (SECULT):** além de dar suporte às Unidades Móveis, apoiou na realização do II FESTIVAL DE MÚSICA, com o tema “Empoderamento Feminino: Tomando poder para si”, realizado em março de 2018, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. A Secretaria designou profissionais e materiais para fomentar cultura nas comunidades beneficiadas pelos serviços das Unidades Móveis, levando entretenimento, teatro, música e outras manifestações culturais para as comunidades visitadas com foco prioritário nas mulheres vítimas de violência. Elaborou o Edital e o Regulamento do II Festival de Música, em conjunto com a CEPM;
4. **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESAPI):** disponibilizou veículo com motorista para as viagens e indicou profissionais de saúde que contribuíssem nas discussões sobre a saúde da mulher com temas sobre saúde integral;
5. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC):** disponibilizou veículo com motorista para as viagens e designou servidoras que contribuíssem nas discussões das palestras e nas reuniões com a Rede de Atendimento dos municípios.

As políticas para as Mulheres implementadas no Piauí, expressas em documentos oficiais do governo, demonstram a sua prioridade. Neste sentido, a CEPM desempenha importante papel e, em que pese os avanços, há desafios que devem ser observados e superados. Tomando como base os pressupostos, princípios e diretrizes gerais da política para a mulher, elencam-se pontos críticos e oportunidades de superação nos processos de construção e implementação destas políticas a serem observados pela Coordenadoria, considerando sua missão institucional e competências.

- **Capilaridade e Escala das Ações Para as Mulheres no alcance de todo o estado do Piauí:** as políticas para as mulheres precisam chegar à totalidade dos municípios e atender a todas as mulheres piauienses. Neste sentido, a CEPM pode desenvolver arranjos inovadores para capilaridade e escala das políticas para as

mulheres. Esse processo depende, dentre outros fatores, da capacidade de criar parcerias com outras instituições;

- **Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas:** sistemas de monitoramento e avaliação constituem uma das etapas mais importantes na gestão de políticas públicas. Esses processos contribuem significativamente para a transparência nas ações, na adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização, oferta de informações confiáveis e a potencialização de recursos e resultado. Há espaços para melhor monitorar e avaliar as políticas para as mulheres;

- **Análise de Sustentabilidade e Abrangência das Ações e Políticas Públicas para as Mulheres:** a trajetória histórica de luta das mulheres pela garantia de direitos resultou em profundas transformações no fazer público. Governos readequaram suas agendas para responder às demandas impostas pela sociedade. Assim, do ponto de vista político-administrativo, torna-se fundamental que a CEPM possa analisar e discutir o desempenho das ações públicas efetuadas, considerando a sustentabilidade e abrangência do fazer público;

- **Fortalecimento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher:** a Constituição de 1988 estabeleceu formas mais amplas e democráticas de condução das políticas públicas com a instituição de Conselhos como instrumento valioso para a constituição de uma gestão democrática e participativa. O estado do Piauí instituiu O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000, e o reestruturou pela Lei nº 5.596, de 01 de agosto de 2006. Quando fortalecido, garante maior participação das mulheres nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do estado, propondo e estabelecendo o controle social destas e de outras políticas públicas. O Governo do Estado, por meio da CEPM, pode fomentar esse espaço para que as mulheres possam alinhar estratégias entre o poder público e a sociedade civil, na perspectiva da garantia de direitos das mulheres;

- **Maior Articulação entre os Entes Federados:** os melhores resultados de políticas para as mulheres advêm de ações conjuntas entre os entes federativos. Há espaços para o fortalecimento do regime de colaboração dos entes, na forma cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão na relação do estado com o Governo Federal e com os Municípios;

- **Fortalecimento da Integração, Intersectorialidade e Transversalidade das Políticas para as Mulheres:** a gestão das políticas é um fator importante no processo

de luta das mulheres pela garantia de direitos. Muitos órgãos do Governo do Estado do Piauí têm políticas específicas para as mulheres, a exemplo da Secretaria Estadual da Saúde. Visando atender à integralidade dos direitos da mulher, é imprescindível a intersetorialidade e a transversalidade como elementos impulsionadores. A CEPM deveria promover maior integração, intersetorialidade e transversalidade das políticas para fomentar a gestão e maximizar os recursos alocados nas diferentes secretarias e órgãos do governo.

- **Formação de Agente Público:** A CEPM deve promover a valorização e o desenvolvimento da servidora pública, para adequar aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público, elevando o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados, além de capacitar e sensibilizar agentes públicos que trabalham com a temática da mulher, pois esta atuação exige sensibilidade para um atendimento mais humanizado.

5.1.2 Organismos de Política para Mulheres (OPM)

Os Organismos de Políticas para Mulheres são importantes estratégias de atenção à mulher. Sua criação é recomendada pela Conferência de Beijing (1995) e é um dos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro na Declaração de Beijing, ratificada em 2000, durante a Conferência Beijing + 5, além do que está previsto também na Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em vigor desde 1981.

Considerando a importância estratégica, a CEPM vem sensibilizando prefeitos para instalação, capacitando e equipando as sedes das OPMs com mesas, cadeiras, computadores, impressoras e armários, além de disponibilizar assessoria técnica, visando ao pleno funcionamento destes organismos governamentais.

É esperado que possam potencializar as ações específicas dirigidas à população feminina nos municípios em articulação com a CEPM e outros órgãos que atendem às mulheres nas suas múltiplas necessidades e visam à melhoria dos indicadores relacionados às políticas de gênero.

Entretanto, em que pesem os esforços empreendidos pela Coordenadoria, faz-se necessário realizar um melhor monitoramento e de forma permanente, buscando formas de implementação em ação conjunta com os municípios, uma vez que o

número de OPMS instaladas e funcionando ainda é baixo, quando considerados os municípios que compõem o estado do Piauí.

5.1.3 Unidades Móveis

As Unidades Móveis para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Campo e da Floresta são importantes instrumentos de políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres que vivem nesta situação. São ônibus adaptados para o trânsito na área rural e para circulação em regiões de difícil acesso.

Cada Unidade Móvel possui uma estrutura completa para atendimento às mulheres em situação da violência, com assistência e orientação jurídica, social, psicológica, segurança, saúde e assistência social, possibilitando o atendimento das mulheres nas áreas rurais. As unidades móveis fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Esta estratégia permitiu discussões e aprendizagens com as mulheres rurais sobre temas que abordam o enfrentamento à violência contra a mulher, envolvendo profissionais da rede de atendimento sobre a importância da atuação em rede para o atendimento integral às mulheres que sofrem violência e decidem romper com o ciclo.

Com as ações das Unidades Móveis, a CEPM alcançou em 2016 cerca de 2.500 mulheres de 23 municípios, em 2017 foram alcançadas cerca de 5.680 mulheres de 97 municípios; no ano seguinte, cerca de 1.319 mulheres em 22 municípios.

Considerada uma das prioridades da CEPM, há ainda desafios a serem vencidos para a plena implementação e funcionamento desta política para as mulheres do campo. Dentre eles estão a articulação e mobilização para maior abrangência das ações com maior alcance de número de mulheres atendidas, garantindo atendimento multidisciplinar, composto por, no mínimo, profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Atendimento Jurídico e Segurança Pública, sensibilizados para a causa da mulher no campo, bem como garantir a sustentabilidade do atendimento.

5.1.4 Palestras, Campanhas e Formações para Igualdade e Cidadania

Visando à educação para igualdade e cidadania, a CEPM realizou palestras e rodas de conversas em diferentes municípios piauienses com temáticas, como a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, a violência contra a mulher, gênero, relações

étnicas raciais e de orientação sexual, com a participação de aproximadamente 1000 mulheres que multiplicaram as informações para outras mulheres.

Realizou, ainda, campanhas e eventos de enfrentamento à violência de gênero e ao feminicídio, homicídio cometido contra mulheres motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero, dentre outros temas. Na zona urbana destaca-se a campanha Carnaval de prevenção à violência contra a mulher, “Só se eu quiser ...#NãoéNão”, ocorridas em espaços públicos de grande movimentação de pessoas. Idealizada pela CEPM, a campanha promove, de forma didática, o que é ou não assédio, com distribuição de materiais informativos, abadás, palestras e diálogo com as pessoas.

A CEPM promoveu, ainda, oficina sobre a importância da Rede de Serviço para a política da mulher, com o objetivo de melhorar o atendimento às mulheres em situação de violência, com a presença das representantes das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública. A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência disponibiliza serviços das áreas da assistência social, justiça, segurança pública e saúde.

De forma complementar, o projeto “A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos”, do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid), do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), desenvolveu ações de prevenção à violência doméstica e buscou a promoção de uma educação baseada em igualdade de gênero, com diálogos que oportunizaram novas formas de pensar e novos modos de convivência, formando multiplicadores.

É importante que essas palestras possam ser ampliadas para os agentes públicos que atendem às mulheres, no sentido de sensibilizá-los para ouvir, compreender e respeitar as opiniões, queixas e necessidades das mulheres.

5.1.5 Selo Atitude Mulher

O Selo objetiva o reconhecimento de mérito em empresas públicas, privadas, organizações não governamentais e secretarias de estado, comprometidas com a igualdade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, combatendo as dinâmicas de discriminação e desigualdade praticadas, visando à igualdade de gênero e ocupação de cargos de direção pelas mulheres.

5.1.6 Conferência Estadual da Mulher

As Conferências de políticas para as mulheres possibilitam à mulher participar e deliberar ações públicas, legitimando as decisões políticas, pois

uma decisão coletiva só será legítima na medida em que todos aqueles sujeitos a ela tenham o direito, a capacidade e a oportunidade de participar, de forma consequente, na deliberação sobre o conteúdo desta decisão” (Dryzek, 2010, p. 14).

A 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Decreto Estadual nº 18.793, de 23/01/2020, tem como objetivo discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e políticas para as mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres no Piauí. A CEPM estabeleceu reuniões com as organizações da sociedade civil e governos, e instituiu comissão organizadora para pensar uma metodologia que possibilite a escuta de todas as mulheres, sistematizar os diferentes pontos de vista e estabelecer prioridades para serem discutidas durante a V Conferência Estadual da Mulher, está intitulada “Garantias e Avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia”. A parceria com o Conselho deve ser fortalecida e ampliada para que os resultados sejam concretos e efetivos e que a Conferência possa ser realizada.

5.1.7 Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor

O Poder Público Estadual instituiu o ‘Prêmio Estadual de Direitos Humanos Antônia Flor’. O texto do decreto prevê a premiação anual de pessoas e instituições que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos, além de homenagens às mulheres, em especial à mulher rural. A criação do prêmio foi uma sugestão do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O nome do prêmio é uma justa homenagem à Antônia Flor, uma mulher do campo que morreu lutando pelo direito à terra e foi assassinada por pistoleiros no dia 1º de dezembro de 1984, na comunidade Gameleira, zona rural do município de Piripiri, aos 80 anos de idade. Sua trajetória de vida entrou para a história da reforma agrária, onde vivia desde 1935. Posseira, Antonia Flor morava há 50 anos na terra e era uma voz forte na resistência para continuar no local, quando lavradores e suas famílias estavam sendo expulsos do local. Após 11 anos do assassinato de Antônia

Flor, terras foram desapropriadas para 28 famílias de posseiros, dentre estes os filhos e netos dela, sendo criado assentamento chamado Antônia Flor.

5.1.8 Piauí Férias de Norte a Sul e Festival de Música

Embora as desigualdades de gênero sejam notórias no esporte, é fato que o esporte e lazer promovem a inclusão social e fortalecem a cidadania, neste contexto, contribuindo para a promoção da mulher nestas áreas. O governo do Piauí, em articulação com CEPM, a Fundação de Esportes do Piauí (FUNDESPI) e outras Secretarias de Estado, promoveu eventos como Piauí Férias de Norte a Sul, utilizando a Unidade Móvel de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e apresentando as ações de políticas públicas para as mulheres, além de realizar campanhas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, contribuindo também para a promoção da mulher nos meios de comunicação e mídia.

A CEPM, em parceria com a Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Piauí - SECULT/PI, realizou festivais de música como espaço de expressão e reflexão com os seguintes Temas: “Fim da violência contra a mulher” e “Empoderamento Feminino: tomando poder para si”. As letras das músicas abordam temas relevantes com linguagem de alcance universal. Esses eventos valorizam o talento das artistas piauienses e possibilitam a descoberta de novos talentos, promovendo, ainda, maior integração entre as mulheres.

Em pesquisa qualitativa, as mulheres apontam que há quadras de esportes nos municípios, mas quase sempre usada por homens. É importante que políticas de esporte e lazer sejam implementadas para que o direito da mulher seja garantido nestas áreas. Ressalta-se que, no PPA 22016/2019 não existem planos estratégicos setoriais que orientem as ações estaduais que desenvolvem políticas de Cultura, Esporte e Lazer. Os programas e ações do PPA deveriam estar alinhados ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e à política nacional de esporte e lazer, com ênfase na inserção social da população.

5.1.9 Iniciativa “16 DIAS DE ATIVISMO”

Atitudes e comportamentos preconceituosos, baseados na discriminação de raça, no sexismo e lesbofobia são um dos principais fatores de produção de desigualdades entre mulheres e homens. Para a melhoria da qualidade de vida da mulher, o enfrentamento deve ser prioridade nas ações, políticas e programas voltados para as mulheres.

Assim, no enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia, a CEPM desenvolve o projeto “16 DIAS DE ATIVISMO”, como estratégia de mobilização de sujeitos e organizações para engajamento na prevenção e na eliminação da violência contra as mulheres. As atividades foram realizadas em cinco territórios de desenvolvimento do Piauí: Serra da Capivara, Planície Litorânea, Chapada Vale dos Mangabeiras, Entre Rios, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras e Cocais. Nestes eventos, sediados em escolas públicas e comunidades, foram discutidos temas como: a situação da mulher na sociedade; enfrentamento às diversas formas de racismo; violência contra a mulher negra e feminicídio, com foco no dia 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher.

Importante destacar que a iniciativa “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” é uma campanha internacional, iniciada em 1991. Em geral, ocorre no período de 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

5.1.10 Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural -PROGERE II

O PROGERE II, parte integrante do Projeto Pilares de Crescimento e Inclusão Social, financiada pelo acordo de empréstimo com o Banco Mundial, objetivou reduzir a pobreza rural por meio do aumento da renda dos pequenos produtores rurais que vivem em situação de pobreza, mediante a concessão de incentivos financeiros, de assistência técnica para a implantação de práticas agrícolas ambiental, social e economicamente sustentáveis, por meio da inclusão de produtores nos mercados, e promover a equidade de gênero por meio do empoderamento econômico das mulheres, incluindo as jovens e as mais pobres, assegurando e melhorando o acesso preferencial à educação técnica e a outros serviços do projeto.

Nesta etapa do programa foram trabalhadas políticas públicas que visam melhor qualidade de vida e o empoderamento socioeconômico das mulheres

piauienses, promovendo a igualdade no mundo do trabalho, autonomia econômica com equidade de oportunidades, e a divisão dos trabalhos que são atribuídos às mulheres, para que tenham igualdade de condições dentro e fora de seus lares. O projeto tem caráter permanente e é executado em etapas.

Embora com atenção mais ampla na comunidade, a iniciativa tem um conjunto de medidas operacionais que asseguram espaços, oportunidades e mecanismos para o favorecimento prioritário e efetiva participação das mulheres em todas as ações do projeto, aumentando a renda das pequenas produtoras rurais. Pelo menos 30% (trinta por cento) dos projetos apoiados pelo Programa devem ser conduzidos por mulheres, na condição de beneficiárias diretas.

A estratégia do projeto estabelece diferentes mecanismos que se relacionam diretamente com cada atividade, e estas são orientadas tanto pela demanda quanto pela vontade própria e pela oferta, traduzida em ações que as mulheres realizam, neste caso implementadas de forma seletiva por meio de um processo de seleção baseado em um conjunto de critérios de elegibilidade pré-definidos. O programa foi desenvolvido nos territórios dos Cocais, Carnaubais e Entre Rios com os seguintes resultados:

Quadro 10 - Resultados do PROGERE II

Território	Município	Nº de Comunidades Atendidas	Nº de Famílias	Nº de Mulheres	Nº de Jovens	Investimento BIRD/Estado	Contra partida	Valor total
Entre Rios	10	12	243	179	55	1.944.566,16	670.833,00	2.615.399,16
Carnaubais	4	4	84	55	11	527.294,30	161.703,48	688.997,78
Cocais	8	12	244	184	57	1.790.961,13	521.685,31	2.312.646,44
Total	22	28	571	418	123	4.262.821,59	1.354.221,79	5.617.043,38

Fonte: Relatório de Gestão Piauí, 2019.

Sugere-se que a política possa ser ampliada para maior número de mulheres, considerando que são elas que, muitas vezes, têm que responder quanto ao orçamento familiar. Deve-se considerar as limitadas oportunidades para as mulheres, ampliando a política para outros municípios também.

5.1.11 Projeto Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes

O Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), implementou o Projeto ODS - Piauí, com o apoio da ContourGlobal, da Chesf e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2019, no contexto do projeto ODS - PI, foi implementado o projeto com foco na mulher, “Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes”.

O projeto envolveu quatro municípios do estado do Piauí: Teresina, Demerval Lobão, José de Freitas e Nazária que estão entre os 15 municípios que compõem a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Grande Teresina e um município do Maranhão: Timon. Juntos, eles respondem por mais de um milhão de habitantes dos 1,25 milhão de toda a RIDE.

A iniciativa desenvolve junto aos governos estadual e municipais sugestões de ação em cinco áreas principais: 1) educação para o trabalho e inclusão produtiva; 2) enfrentamento à violência contra as mulheres; 3) promoção da saúde das mulheres; 4) melhoria da transversalidade de gênero nos equipamentos públicos; 5) políticas de cuidados para redução da sobrecarga de responsabilidades concentradas nas mulheres, visando orientar o planejamento de políticas públicas para as piauienses.

De acordo com o PNUD (2019), “o projeto propõe soluções mais eficazes para os gargalos do desenvolvimento”, promovendo a “autonomia financeira das jovens com idade entre 18 e 29 anos que vivem no território”, levando à redução da pobreza. É buscada a construção de um modelo de desenvolvimento que reconhece “a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, ao mesmo tempo, como um direito e como uma estratégia de avanço social e econômico” (PNUD, 2019),

Importante ressaltar que acabar com a desigualdade econômica e social, em um contexto maior de desenvolvimento sustentável, impacta diretamente em alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); desta forma, é importante que o projeto possa ser implantado nos territórios de desenvolvimento que compõem o estado do Piauí.

5.1.12 Projeto Viva o Semiárido

O Projeto Viva o Semiárido, resultante de Acordo de Empréstimo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), teve como objetivo reduzir a pobreza, elevar o padrão de vida das populações que vivem na região do semiárido piauiense por meio do desenvolvimento de atividades produtivas, sociais e ambientais que levam à melhoria da produção e renda para agricultoras e suas famílias, organizados em entidades legalmente constituídas, como associações e cooperativas. Priorizou arranjos produtivos da cajucultura, ovinocaprinocultura, apicultura, mandiocultura, piscicultura, artesanato e quintais produtivos.

O público beneficiário são as famílias da área rural em situação de pobreza e extrema pobreza. Entre essas famílias, a prioridade são as mulheres, jovens e quilombolas. As principais ações desenvolvidas são: oficinas territoriais em Gestão Associativa e Gestão Financeira, Intercâmbio técnico para capacitação de jovens em recursos audiovisuais e rede social, realizado em parceria com a ICOMRADIO, realização de cursos de qualificação profissional em parceria com a Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo (FUNPAPI).

Em 2018 foram disponibilizados R\$ 5.825.617,71, beneficiando 678 famílias, das quais 205 têm mulheres chefes de família, 118 delas lideradas por mulheres jovens, 159 por mulheres quilombolas, em 21 Projetos Inclusão Produtiva. Em 2019, atuou em cinco territórios de desenvolvimento do estado, 89 municípios, dividida em três componentes:

- I) **Desenvolvimento Produtivo:** cinco projetos produtivos conveniados, três em quintais produtivos/bioágua, um em cisterninha/ piscicultura/avicultura, e um em apicultura que **beneficiaram diretamente 85 mulheres chefes de família**. O investimento total foi de R\$ 832.522,43, que beneficiaram 107 famílias, das quais 85 mulheres chefes de família. Como principais resultados deste componente em 2019 foram observados: agricultores familiares capacitados; melhoria de renda; segurança alimentar e nutricional das famílias; fortalecimento da gestão financeira das associações comunitárias; melhoria no manejo alimentar, sanitário e reprodutivo dos animais;
- II) **Desenvolvimento Humano e Social:** Com dois subcomponentes: Educação contextualizada para o semiárido e Qualificação profissional de jovens. Em 2019

foram realizados 39 cursos de qualificação profissional para jovens do semiárido piauiense. Ao todo, foram capacitados 975 jovens. Desembolso financeiro de R\$ 1.163.225,62 (realização de cursos);

III) Fortalecimento institucional: Neste componente foram realizadas as seguintes atividades com foco na mulher:

- 1) Intercâmbio em quintais produtivos** – Sediados nos municípios de Picos e São Raimundo Nonato. Como resultado, foram realizadas trocas de experiências, capacitações e apresentação de técnicas inovadoras voltadas para a prática dos quintais produtivos entre mulheres beneficiárias ou não do PVSA. Participaram cerca de 100 mulheres;
- 2) Encontro de Mulheres do Semiárido** - Como espaço de troca de experiências e debates sobre a organização social e produtiva das mulheres rurais beneficiárias do PVSA. Já descrito em outro eixo;
- 3) Capacitação em gênero, juventude e quilombolas para ATS** para melhorar o acompanhamento técnico realizado pelas empresas e entidades de ATS do PVSA, empoderando os grupos prioritários dos projetos produtivos;
- 4) Capacitação para o uso de cadernetas agroecológicas**, instrumento de mensuração criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras familiares. Neste documento são registrados o consumo, a troca, a venda e a doação do que é cultivado nos quintais produtivos.

5.1.13 Encontro de Mulheres do Semiárido

Para o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, o Governo do Estado promoveu, em 2019, o Encontro de Mulheres do Semiárido que contou com a participação de, aproximadamente, 85 mulheres representantes dos movimentos sociais e de órgãos do estado.

Neste evento, constituído como espaço de troca de experiências e debates sobre a organização social e produtiva das mulheres rurais beneficiárias do Projeto Viva o Semiárido (PVSA), foram discutidos temas como a contribuição econômica das mulheres, a presença feminina nas cadeias produtivas, a gestão nas organizações, os quintais produtivos, além de apresentações de experiências bem-sucedidas e debates sobre a Marcha das Margaridas.

5.1.14 Projeto “Semeando cidadania” Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Para Mulheres Rurais

O Projeto “Semeando Cidadania” em cooperação técnica entre Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) visa à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com vistas à concessão e operacionalização de créditos de fomento à mulher para beneficiárias dos assentamentos do estado do Piauí.

Entre as propostas do projeto estão: fomentar a implantação de projetos produtivos, promoção da segurança alimentar e nutricional, o estímulo da geração de trabalho e renda, o empoderamento da mulher, bem como a valorização do trabalho da mulher na unidade de produção familiar.

5.1.15 Plano Estadual de Ação para Redução da Mortalidade Materna e na Infância

Visa à redução em 21% da mortalidade materna, 15% da mortalidade infantil neonatal (crianças até 28 dias de vida) e 7,5% a mortalidade infantil de crianças até cinco anos, melhorando os indicadores de saúde do Piauí.

5.1.16 Centros de Parto Normal (CPNs)

Na área da saúde foram instalados Centros de Parto Normal que garantiram assistência hospitalar à gestante, como a Maternidade Dona Evangelina Rosa, e outra em Piripiri, inaugurada em 2016, onde funciona o Hospital Regional Chagas Rodrigues. É importante, entretanto, que nestes espaços de saúde haja uma atenção mais humanizada, isto porque, em pesquisa qualitativa há relatos de que mulheres, principalmente as mulheres do campo, são atendidas de forma preconceituosa, conforme pode ser observado no Capítulo 7 deste diagnóstico.

5.1.17 Casa da Gestante, Bebê e Puérpera

Por meio deste instrumento público de saúde, o acolhimento à puérpera, que precisa de cuidados especiais, mas sem necessidade de internação hospitalar, foi garantido funcionando em Teresina, Floriano e Parnaíba. A Casa da Gestante, Bebê e Puérpera de Floriano tem capacidade para atender até dez gestantes simultaneamente e conta com apoio multiprofissional 24 horas por dia. Em abril de 2019, o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, assinou termo de autorização para o funcionamento da Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Sistema Prisional como um serviço pioneiro no Brasil. Esta iniciativa é uma parceria entre Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Justiça. A Secretaria de Estado da Saúde fornecerá equipe multiprofissional para receber e cuidar da gestante com risco habitual e a Secretaria de Estado da Justiça será responsável pela sua segurança e do local.

5.1.18 Hospital Regional Chagas Rodrigues

Instalado no Município de Piripiri, o Hospital Regional Chagas Rodrigues, com assistência qualificada à mãe e ao bebê, é o primeiro Centro de Parto Normal fora de Teresina, com quatro salas de parto, com acolhimento no pré-parto, no parto e no pós-parto, equipadas com banheiras para um parto humanizado. O Hospital é unidade de referência para a Macrorregião Litoral e Região de Saúde Cocalis, que possui 23 municípios, e conta com 101 leitos para exercer atendimento à população. Conta com os serviços de maternidade, pediatria, ortopedia, centro cirúrgico, ultrassonografia, urgência e emergência, raio X, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e exames laboratoriais.

Em 2018, o estado do Piauí realizou 58.419 mamografias em seu território. Do total, 36.691 em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos. Teresina foi a cidade que mais realizou exames (9.341), seguida por Piripiri (5.731) e Floriano (5.237). O estado contava, ainda, com 55 mamógrafos, distribuídos em 17 municípios, cada equipamento com capacidade de realizar até 5.069 mamografias por ano. Com relação ao diagnóstico de câncer de mama, o Piauí apresentou 600 novos casos da doença entre 2018 e 2019 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

5.1.19 Estratégia Zero Morte Materna

A Estratégia Zero Morte Materna por Hemorragia é uma iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) para a prevenção da mortalidade materna por hemorragia Puerperal, e mobiliza governos, sociedade civil e comunidades. São fatores-chave levados em consideração: fortalecimento dos serviços de saúde, eliminação das barreiras ao acesso, treinamento de pessoal para lidar com a hemorragia obstétrica e garantia de disponibilidade de medicamentos essenciais e sangue seguro para transfusões. A iniciativa dá maior poder de decisão às mulheres, para que seus direitos e suas preferências sejam respeitados, além de serem incentivadas a buscar atenção médica capacitada. A Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi), por meio da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher, realizou em novembro de 2019 oficina da Estratégia Zero Morte Materna por Hemorragia Puerperal, com participação de técnicos do Ministério da Saúde, OPAS (Organização Panamericana de Saúde), e médicos e enfermeiros das maternidades do estado do Piauí. É recomendado, entretanto, que esta iniciativa possa ser expandida para o atendimento de maior número de mulheres.

5.1.20 Ambulatório de Saúde Integral da População Trans – Makelly Castro

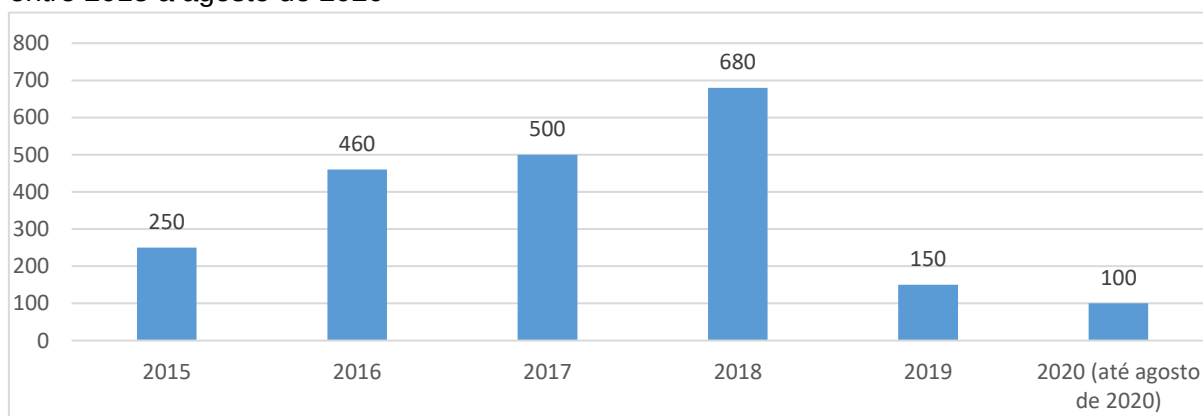
Inaugurado em janeiro de 2020, o ambulatório atende de forma integral e exclusiva pacientes travestis e transexuais que necessitam de algum tipo de terapia. Está instalado em espaço específico, dentro do Hospital Getúlio Vargas (HGV), e disponibiliza uma equipe multidisciplinar formada por endocrinologista, ginecologista, urologista, psicólogo e assistente social para atender pacientes encaminhados após consulta com um clínico geral. Com capacidade para atender de 180 a 200 pessoas por mês, é esperado que o espaço proporcione mais qualidade, mais comodidade e atendimento digno para mulheres travestis e transexuais. A Secretaria Estadual de Saúde pretende atender por meio deste ambulatório 180 a 200 pessoas por mês. O nome dado ao ambulatório de Saúde Integral da População Trans, Makelly Castro, é em homenagem a uma travesti que foi brutalmente assassinada por sua condição, em 2014, em Teresina.

5.1.21 Centro de Referência Estadual da Mulher em Situação de Violência – Francisca Trindade (CRM)

Centro de Referência Estadual da Mulher em Situação de Violência – Francisca Trindade, realiza atendimento psicológico, social e jurídico para as mulheres em situação de violência, otimiza a assistência para as mulheres que estejam sofrendo alguma agressão, inclusive violência doméstica, trabalha, ainda na prevenção a violência e promove o fortalecimento de apoio as mulheres nos municípios.

De acordo com o levantamento de dados cedido pelo Centro de Referência Francisca Trindade⁵⁴, a equipe é composta por 01 coordenadora, 01 auxiliar administrativa, 01 advogada, 01 assistente social e 01 arte educadora. Quanto ao atendimento, entre os anos de 2015 até agosto de 2020 foram atendidas cerca 2.140 mulheres piauienses dos 12 territórios do Estado. No Gráfico abaixo, mostra a evolução do atendimento nestes últimos seis anos.

Gráfico 13 - Número de mulheres atendidas pelo Centro de Referência Francisca Trindade entre 2015 a agosto de 2020



Fonte: Centro de Referência Estadual da Mulher em Situação de Violência “Francisca Trindade”, 2020.

Quanto ao perfil das mulheres atendidas, ainda considerando os dados recebidos por e-mail do referido centro em 2020, a maioria são analfabetas (30% são analfabetas), seguida de 20% que conseguiram completar o ensino fundamental, 5% conseguiram completar o ensino médio e 5 % completaram o ensino superior. Em se tratando da **Raça/Étnia**, 50% das usuárias se declaram pardas, 30% se declaram brancas e 20% das usuárias se declaram Negras. No que diz respeito à **Habitação**, 60% das usuárias residem em casa de aluguel. 25% das usuárias residem em casas

⁵⁴ Dados enviados por e-mail em 08/09/20, levantados pela Sra, Joelfa Farias.

cedidas e 15% das usuárias residem em casa própria. Com relação à **Renda**, 80% das usuárias não tem renda fixa, vivem do bolsa família.

O Nome Francisca Trindade homenageia uma pessoa que lutou pelas causas da mulher, trabalhando políticas públicas efetivas para as mulheres. Considerando a amplitude do atendimento, o Centro deve contar com profissionais com formação e quantidade apropriados para o atendimento, além de infraestrutura necessária para garantir o bem-estar das mulheres atendidas.

5.1.22 Serviço de Atenção as Pessoas Vítimas de Violência Sexual

Serviços públicos com atendimento psicossocial e de enfermagem, consulta médica, exames laboratoriais, dentre estes, pesquisa espermatozoide e DNA. Em atenção a mulher, o serviço presta atendimento à mulher vítima de violência sexual na prevenção da gravidez-contraceptivo de emergência (pílula do dia seguinte) e profilaxia das doenças após exposição sexual – até 72 horas com administração de imunoglobulina e vacina contra hepatite B, profilaxia das DST/AIDS.

5.1.23 Uso de Aplicativos e Dinâmicas Interativas

O Governo do Piauí vem trabalhando, ainda, com aplicativos nas ações de atenção à mulher. Em 2014, considerando o aumento no número de casos de vazamento de imagens íntimas como vingança, a Secretaria de Estado da Segurança Pública criou o aplicativo “VAZOW” com ferramenta tecnológica para orientações de como evitar ser vítima de vinganças pornográficas, legislação relacionada ao assunto e outros conteúdos jurídicos, considerando que as vítimas, na grande maioria, são as mulheres. Em 2015 observa-se a difusão deste aplicativo desenvolvido pelo Núcleo de Inteligência da SSP/PI.

Lançado em março de 2017, o aplicativo “Salve Maria” é destinado ao combate aos crimes de violência contra a mulher, ferramenta que dispõe de dois modos de denúncia: o botão do pânico, com o qual a vítima pode acionar diretamente a força policial no momento em que está sendo agredida, e a função de caráter descritivo, que possibilita que a vítima, parentes, comunidades, todos previamente identificados, porém com sigilo garantido, possam fazer denúncias, enviar textos, fotos, áudios e vídeos para a Polícia, que aciona as unidades policiais e viaturas possam realizar o imediato atendimento à vítima. Nos dois modos, um alerta é emitido às unidades

policiais que, em um curto espaço de tempo, acionam a viatura mais próxima para atender à vítima, que, em muitos casos, corre risco de morte.

Dentre as vantagens deste aplicativo são observadas: interação com os órgãos de segurança pública; maior rapidez no atendimento às vítimas; ampliação da rede de proteção no combate à violência contra as mulheres; possibilidade de identificação visual de agressores e vítimas; e facilidade em acionar a força policial. O aplicativo foi disponibilizado para a população de forma gratuita.

Ainda em 2017 e replicado em 2018, no âmbito da Caravana Salve Maria, a Secretaria de Segurança pública em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI) promoveu a capacitação dos profissionais de segurança pública na investigação, com perspectiva em gênero, utilizando o aplicativo Salve Maria, o que contribuiu significativamente para a redução da violência.

Destaca-se ainda a criação e expansão da ferramenta “VAMOS”, que visa ao enfrentamento à violência por meio de dinâmicas interativas de capacitação, com formação de multiplicadores para a conscientização da sociedade civil, criado na África e adotado pelo Piauí. Por meio da ferramenta, agentes públicos e da sociedade civil têm sido capacitados para atuarem na prevenção da violência contra a mulher nos municípios no enfrentamento à violência. A ferramenta objetiva transformar comportamentos e modelos mentais promotores da violência contra a mulher.

5.1.24 Banco de Dados “Leoneide Ferreira”/“iPenha”

O Ministério Público do Estado do Piauí implementou a ferramenta on-line que permite compilação de dados dos processos que envolvam a aplicação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, o levantamento de informações sobre a vítima e a descrição de seu perfil. O iPenha tem como objetivo fomentar a integração de bancos de dados e a indução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, possibilitando a realização de estudos e pesquisas sobre o tema, além do controle e acompanhamento processual. Em funcionamento desde 2014, está integrado ao SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e ao Cadastro Nacional de Violência Doméstica, instituído pela Resolução CNMP nº 135/2016. Conquistou a primeira colocação no 7º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.

5.1.25 Plantão Policial Civil Metropolitano de Gênero de Teresina

O plantão foi institucionalizado em maio de 2018, pela Lei 7.116/18. É uma delegacia de flagrantes que funciona na capital e atende às mulheres cisgêneros, homens e mulheres transgêneros, crianças e adolescentes vítimas de violência e vulneráveis às violências de gênero e sexuais. A equipe está sensibilizada e qualificada para atender às diferentes tipificações das violências de gênero e sexual. A unidade existe desde 2016, entretanto, a partir de 2018 passou a funcionar 24 horas por dia, após monitoramento e análise das ocorrências registradas pela Polícia Civil, em Teresina. As ações do Plantão são orientadas por protocolos específicos, que determinam qual deverá ser o encaminhamento de cada caso.

5.1.26 Delegacia da Mulher (DEAM)

Unidade especializada da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência, com ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização/DEAM, Brasil, 2006). Ressalta-se que com a promulgação da Lei Maria da Penha, a DEAM passou a desempenhar novas funções. No estado do Piauí, a 1ª Delegacia da Mulher foi instituída pela Lei nº. 4.265/89, com sede na Capital.

5.1.27 Delegacia de Polícia do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio de Teresina- Piauí

O Núcleo Policial Investigativo de Femicídio foi criado por meio da Portaria nº 064/GS/2015, em 02/03/2015, com atribuição para apuração da violência intitulada “Femicídio”, investigando o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais, baseado em relação de gênero.

5.1.28 Departamento Estadual de Proteção à Mulher (DEPM)

A Lei de criação foi sancionada em 15/05/2018 pelo Governador Wellington Dias. O Departamento Estadual de Proteção à Mulher (DEPM) é uma unidade de execução da Polícia Civil, diretamente subordinada à Delegacia Geral, que inclui a coordenação de todas as delegacias especializadas no atendimento à mulher da capital e interior. O Departamento tem por finalidade o exercício das atividades de

polícia judiciária na investigação da materialidade e autoria de atos de violência baseados em relações de gênero perpetrados contra meninas e mulheres.

São integradas ao Departamento Estadual de Proteção à Mulher - DEPM: Delegacia Especializada em Femicídio - DEF; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Teresina - Centro – DEAM/C; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Teresina - Norte – DEAM/N; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Teresina - Sudeste – DEAM/SE; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Teresina - Sul – DEAM/S; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Cocais – DEAM/Cocais, com sede em Piripiri; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da Planície Litorânea – DEAM/Planície Litorânea, com sede em Parnaíba; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – DEAM/Vale Dos Rios Piauí e Itaueiras, com sede em Floriano; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Vale do Rio Guaribas – DEAM/Vale do Rio Guaribas, com sede em Picos; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da Serra da Capivara – DEAM/Serra da Capivara, com sede em São Raimundo do Nonato; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da Chapada das Mangabeiras, DEAM/Chapada Das Mangabeiras, com sede em Bom Jesus; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de COCAIS – DEAM/Cocais, com sede em Esperantina; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Carnaubais – DEAM/Carnaubais, com sede em Campo Maior; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Campo, da Floresta e das Águas – DEAM/CFA; Delegacia de Mulheres Desaparecidas – DMD; Central de Flagrantes Metropolitana de Gênero - CFMG; Divisão de Estudos Especializados em Violência de Gênero –DEEVG e Delegacia Especializada na Investigação da Violência Cibernética na Perspectiva de Gênero – DEIC.

5.1.29 Delegacia dos Crimes Virtuais contra a Mulher e das Meninas Desaparecidas

Consta como parte das ações da Secretaria de Segurança Pública no combate à violência de gênero e dos crimes virtuais.

5.1.30 Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar

Este Núcleo expandiu suas ações para os municípios, promovendo discussões e implementando medidas preventivas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Destaca-se a iniciativa desenvolvida pela 10ª Promotoria de Justiça de Teresina, intitulada “Programa Reeducar: o homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”, que consiste em um grupo reflexivo formado por 15 homens que respondem judicialmente por crime de violência contra a mulher.

5.1.31 Assessoria jurídica especial para conflitos de questões fundiárias

O estado criou esta Assessoria, com a finalidade acompanhar os conflitos nas questões fundiárias e garantir o reconhecimento do direito à terra urbana e rural como um direito humano fundamental, além de trabalhar na defesa jurídica de famílias em situação de despejo e para a efetivação de uma política estadual de mediação de conflitos fundiários que permita soluções adequadas à dignidade da pessoa humana.

5.2 Planos Plurianuais e as Políticas Públicas para as Mulheres

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento dos Governos previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar as ações públicas. Por meio deste instrumento, os governos declaram suas prioridades, organizando por programas, ações e produtos como forma de materialização de suas políticas públicas para um período de quatro anos.

Trazer para este Diagnóstico os últimos PPAs possibilita a análise deste instrumento de planejamento com seus mecanismos de previsão orçamentária e materialização formal de diretrizes e estratégias orientadas, no sentido de identificar o compromisso do governo quanto às reivindicações das mulheres em suas lutas.

Por ser um instrumento de planejamento, não é possível conhecer a força da ação da mulher na gestão, mas contribui para identificar os parâmetros de inclusão do tema na agenda do Governo do Estado, enquanto produto governamental a ser entregue para a sociedade, e reflete nas demandas associadas às mulheres como grupo social mais amplo. Neste sentido, ao fazer uma breve abordagem sobre os dois

últimos PPAs, sem a intenção de esgotar o tema, pode-se concluir que a mulher vem sendo evidenciada nas políticas públicas com relativa prioridade.

Há por parte do Governo do Estado a destinação de recursos e esforços voltados para apoiar a mulher na inclusão econômica, saúde, combate a violência, dentre outras; entretanto, não há a possibilidade de conhecer efetivamente a quantidade de recursos a serem investidos nessa direção e, assim, o nível de prioridade de forma mais efetiva.

É fato, porém, que no PPA 2016-2019, a mulher é muito mais evidenciada do que no PPA seguinte. A ausência de relatórios técnicos de resultados voltados para as políticas de mulheres faz com que não seja possível mensurar de forma mais efetiva os resultados. A seguir um breve resumo dos dois últimos PPAs do Governo do Estado do Piauí.

5.2.1 Plano Plurianual - 2016 a 2019: “Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Segurança e Sustentabilidade”

No PPA 2016-2019 do Governo do Estado do Piauí pode-se observar a mulher como atenção da gestão, embora, ao analisar o referido documento, infere-se a intenção de uma gestão moderna com base em resultados e com políticas públicas para as mulheres de forma mais ampla. O Governo do Estado reconhece que:

As políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser entendidas de forma global, articulando ações em diversos setores do Governo, visto que em todas as áreas de atuação governamental elas se encontram em situação desfavorável. Desse modo, as políticas propostas não podem estar isoladas das demais políticas desenvolvidas pelo Estado, tais como: educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, dentre outros, sendo imprescindível que o ente estatal possa assegurar nas suas esferas de poder, ações direcionadas para reduzir essas diferenças (PIAUÍ, 2015).

Apesar de o Governo do Estado ter em seu organograma uma Coordenadoria de Estado de Políticas para as mulheres, responsável por elaborar, realizar articulação institucional, coordenar e executar políticas para promoção da igualdade e autonomia das mulheres, a implementação de políticas para este segmento não se limita nesta Coordenação, pois também é realizada por outros órgãos do Governo. Da mesma forma que esta Coordenadoria ainda não tem corpo técnico suficiente para o monitoramento e avaliação das políticas públicas que garantem o direito da Mulher.

Por outro lado, o PPA considerando o fenômeno de violência ao qual são submetidas as mulheres, considera que “faz-se necessária uma efetiva atuação de enfrentamento da violência contra a mulher e a garantia de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e nas instituições estaduais” (GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ, 2015), ao tempo que assume o papel do Estado, ao afirmar:

o Estado tem um papel fundamental como principal responsável pela produção de ações capazes de reduzir o impacto da violência e desigualdade entre homens e mulheres, devendo-se considerar também o racismo, o sexismo e a lesbofobia que as mulheres também padecem em seu dia-a-dia e reconhece que faz-se necessária a implantação e implementação de políticas públicas que assegurem a igualdade de oportunidade e de direitos entre homens e mulheres, visando à valorização da mulher e a criação de condições efetivas de enfrentamento à discriminação de gênero, de forma a assegurar a população feminina o pleno exercício de sua cidadania e de controle social (PIAUÍ, 2015).

Neste Contexto, o PPA apresenta três grandes objetivos: 1. Ampliar e fortalecer a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social; 2. Fortalecer o controle social de políticas públicas para as mulheres; 3. Fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, tendo como ações estratégicas: 1) apoio, acompanhamento e monitoramento à implementação de políticas públicas direcionadas para a garantia dos direitos das mulheres; e 2) atendimento às mulheres em situação de violência sob a coordenação da CEPM.

5.2.2 PPA 2020-2023 – Fazer AGORA Construir o FUTURO

A mulher também é foco de atenção do governo, conforme observado no PPA 2020-2023. O Governo reconhece que a desigualdade entre homens e mulheres é um problema histórico e social, e assim afirma que o “Piauí tem enfrentado essa problemática com políticas públicas e programas sociais que objetivam diminuir a distância das desigualdades em todos seus aspectos (gênero, trabalho, renda, etc.)” (GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ, 2019).

Ainda de forma mais ampla, o planejamento de políticas públicas para mulheres envolve, também, outros públicos, a exemplo da área da saúde assim planejada:

Implementar gestão do cuidado, através da elaboração das linhas de cuidado de urgência e emergência, pessoa com deficiência, para a saúde da mulher e do homem nos diferentes ciclos de vida, para pessoas com transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas e pacientes crônicos (PIAUÍ, 2019).

Abordando a produção, os objetivos formulados focalizam mercados de trabalho, com foco prioritário na inclusão econômica de mulheres e jovens, em ações que visam reverter a atual situação de elevado índice de assassinatos de jovens entre 15 e 29 anos, negros, mulheres e LGBT (PIAUÍ, 2019). O Programa 007 apresenta, ainda, estratégias para reduzir as violências praticadas contra LGBT, pessoa idosa, criança e adolescente, jovens, população negra e contra a mulher, tendo como público-alvo população em situação de vulnerabilidade social.

5.3 Pesquisas e Estudos do Governo do Piauí: Interface e Transversalidade com a questão de gênero

Dentre as iniciativas de estudos e análises para embasar as políticas públicas no Estado do Piauí, destaca-se:

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência de Gênero: criado em 02/03/2015, concomitantemente com a implantação do Núcleo Policial Investigativo de Femicídio, o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência de Gênero possibilitou implantar uma gestão de segurança pública orientada pela perspectiva de gênero nas organizações policiais. Algumas das ações realizadas: desenvolvimento de metodologia investigatória e de protocolos de atendimento para ocorrências de violência de gênero, inclusive feminicídio; capacitações sobre gênero de policiais; criação do Plantão de Gênero; promoção de campanhas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero. Realizou, ainda, estudos sobre o feminicídio com a qualificação de estatísticas criminais e a criação do mapa do feminicídio. Os trabalhos do Núcleo de Femicídio, do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero da Polícia Civil do Piauí e do Plantão de Gênero na Central de Flagrantes foram premiados com o Selo de Práticas Inovadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Programa de Produção de Informações, Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social no Piauí, iniciado em **2016**, que concede bolsas de apoio técnico de nível superior vinculadas às atividades de estudos e pesquisas, o que possibilita a construção de políticas públicas de forma eficiente, inclusive para as mulheres, já que o Programa visa à produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social no Piauí. O tema deste programa está diretamente relacionado com um dos eixos do PNPM.

IDHM DOS MUNICÍPIOS DO PIAUÍ POR TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO, lançado em 2016, é o primeiro livro da série INCLUSÃO SOCIAL. Esta publicação é parte do projeto “Piauí 2022: IDHM+ e ODS”, e traça a “linha de base do IDHM” no estado e nos municípios por Territórios de Desenvolvimento. Utilizando os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, resgata a evolução do IDHM Geral e de suas dimensões de desenvolvimento – Renda, Longevidade e Educação – e aponta os desafios a serem enfrentados para que se atinja o melhor desempenho possível no IDHM em 2020.

O Termo de Cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), assinado em 2017, para elaboração dos ***Estudos de Linha de Base (ELB) de indicadores econômicos, sociais e ambientais na área de intervenção do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE)*** envolveu pesquisadores e analistas na elaboração dos relatórios e investimentos em equipamentos para o desenvolvimento das atividades de estudos e pesquisas. O PROGERE II, na atualidade, tem como meta atender a 30% de mulheres, e este estudo pode ser uma ferramenta de monitoramento e avaliação a partir da linha de base definida. O ELB apresenta, por meio de relatórios, um diagnóstico da situação das comunidades dos Territórios de Desenvolvimento dos Cocais, Carnaubais e Entre Rios, que serve de base para a implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados com os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs).

A publicação intitulada ***“A Participação da Mulher na Política no Piauí: Uma Análise dos Territórios de Desenvolvimento”***, sistematizado em duas publicações - realizado em 2018, apresenta uma visão geral da participação da mulher piauiense na política nos 12 Territórios de Desenvolvimento. O estudo contribuiu para o engajamento feminino na política e ofereceu subsídios para orientar as políticas voltadas a atender esse segmento. O estudo situa o espaço das mulheres na política no estado do Piauí, servindo de base para estratégias que amplie a participação das mulheres nesses espaços, dando visibilidade da atuação da mulher no Legislativo e Executivo. O estudo foi realizado em dois momentos: no primeiro, apresenta uma visão geral da participação da mulher na política do estado e, no segundo, analisa a questão de gênero na política do Piauí nos 12 Territórios de Desenvolvimento. Ambos tecem contribuições sobre o engajamento feminino na política e, com isso, oferecem subsídios para orientar as políticas voltadas a atender a esse segmento.

Em 2018 foram lançados os “Estudos sobre desenvolvimento humano e política social no Piauí”, que abordam a evolução do desenvolvimento humano no estado, a partir de indicadores pré-estabelecidos: IDH e distribuição de renda, inclusão produtiva, saúde e educação. Os resultados apresentam um levantamento das políticas públicas, compêndios estatísticos, sumário executivo dos indicadores e um relatório contemplando as análises dos dados, configurando um instrumento necessário para orientar as ações do Governo no desenho e no monitoramento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano e social. Estes estudos foram divididos em quatro partes em formato de apostilas, além do relatório final, considerando os seguintes temas por apostilas: Apostila Educação, - Apostila Inclusão Produtiva, - Apostila IDH e Distribuição de Renda, Apostila Saúde e Relatório Final.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) nos Municípios, lançado em 2018, no âmbito da série INCLUSÃO SOCIAL, apresenta os resultados do desempenho dos municípios piauienses agrupados por Territórios de Desenvolvimento, a partir das três dimensões que compõem o IVS: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. Para isso, utilizaram-se os dados disponibilizados no atlas do IVS, conforme orientações metodológicas do PNUD-Brasil, IPEA e Fundação João Pinheiro.

Ainda em 2018, compondo a série Relatório de Pesquisa, o Governo do Estado do Piauí lançou a publicação ***Estudo sobre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas e a Participação dos Movimentos Sociais nesses Espaços Públicos do Piauí***. O estudo apresenta um diagnóstico situacional da relação sociedade civil, Estado e governo no que se refere à participação dos movimentos sociais nos conselhos estaduais de políticas públicas no estado do Piauí.

Em 2019, o Relatório de ação do projeto Mulheres-Resilientes=Territórios-Resilientes foi realizado a partir de cinco áreas principais: I - educação para o trabalho e inclusão produtiva; II - enfrentamento à violência contra as mulheres; III - promoção da saúde das mulheres; IV - melhoria da transversalidade de gênero nos equipamentos públicos; V - políticas de cuidados para redução da sobrecarga de responsabilidades concentradas nas mulheres, o que possibilitou a proposição de soluções para o desenvolvimento com autonomia financeira das jovens que vivem nos territórios.

Estudos e pesquisas socioeconômicas Conjuntura Econômica e Social

- Estudos publicados trimestralmente sobre os principais setores da economia do Piauí, destacando-se os segmentos de agricultura, comércio (varejista, SPC), comércio exterior, emprego formal, finanças públicas (ICMS, IPVA, FPE), IPC / Previdência Social, serviços públicos (abastecimento d'água, energia elétrica, esgotamento sanitário e matrícula veicular), transporte aéreo. Os estudos e pesquisas servem de base para as políticas públicas realizadas pelo Governo do Estado do Piauí. São ações, estratégias e instrumentos, bem como articulações necessárias trabalhadas pelo governo piauiense. Estes estudos e pesquisas servem como base para nortear as organizações não governamentais, focadamente das que lutam pelos direitos da mulher.

5.4 As organizações não governamentais e os movimentos de mulheres no Piauí

As ações apresentadas demonstram claramente a vontade política do Governo do Piauí em promover a igualdade de gênero. Entretanto, os movimentos de mulheres no Piauí, do ponto de vista de suas prioridades – violência, educação, renda, segurança alimentar, dentre outros, devem ser fomentados, pois a democracia também se fortalece a partir da participação social de mulheres, que são importantes para a dinâmica democrática.

Grupos organizados como, por exemplo, articulações feministas, de defesa dos direitos das mulheres, de organizações sindicais, associações de mulheres, coordenações específicas e movimentos de organizações comunitárias femininas contribuem de maneira expressiva para a construção das esferas públicas e são capazes de dar prosseguimento a um trabalho que promove políticas que visam eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais.

Para com estes grupos sugere-se estabelecer canais de diálogo público, promover cursos de capacitação, disponibilidade de infraestrutura e instrumentos públicos, informações transparentes, objetivas e qualificadas, oferta de editais, produção de eventos, apoio aos instrumentos próprios de comunicação e divulgação das organizações, além de outras ações necessárias. A seguir, Movimento de Mulheres, Organização Não Governamental, Coletivo e Associação de Mulheres são identificados:

Quadro 11 – Organizações Não Governamentais e os Movimentos de Mulheres no Piauí

Movimento de Mulheres/ Organização Não Governamental/ Coletivo/ Associação de Mulheres	Breve Descrição	Contato
Grupo Alternativo de Teatro das Oprimidas - Piauí (GAT-TO/PI)	O GAT/PI iniciou suas atividades em 1990 com apresentações do teatro denúncia. Desde 1998, o GAT já criou e apresentou mais de 300 esquetes, performances e peças sobre temas variados sobre a condição da mulher	Coordenadora Norma Soely Guimaraes Rocha https://normasoely.blogspot.com (Blog)
Gênero Mulher Desenvolvimento e Ações de Cidadania (GEMDAC)	É um coletivo feminista que se constitui em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Tem como missão contribuir para a democratização do Estado através da promoção da igualdade de gênero e justiça social.	@GEMDAC (Instagram)
AYABÁS - Instituto da Mulher Negra do Piauí	Fundada em 2009, o AYABÁS é uma organização política de mulheres negras que tem por missão lutar contra o racismo, sexismo, eliminação das desigualdades, valorização e promoção das mulheres negras. Atuam também na formação política das mulheres negras de terreiros e quilombolas.	Cel: 86 999029700 Ayabas.mulheres@gmail.com
Associação das Prostitutas do Piauí – APROSPI	É uma entidade que atua em defesa das mulheres trabalhadoras do sexo no Piauí. APROSPI é filiada à Central Única de Trabalhadoras do Sexo.	Célia Gomes (Fundadora e Coordenadora) APROSP (Página no Facebook)
Coletiva Lésbica Piauiense	É um coletivo de mulheres feministas que atuam na visibilização das pautas das lésbicas no Piauí. Promovem encontros online com debates sobre diversos temas como I Encontro Piauiense de Sapatonas.	Luara Dias (coordenadora) @coletivalesbicapi (Instagram)
Frente Popular de Mulheres contra o Feminicídio no Piauí	Criado em 2018 após o assassinato de cinco mulheres em uma semana no Piauí, o grupo é uma formado por feministas militantes de esquerda para cobrar ações do poder público no combate ao feminicídio. Organizam encontros online, atuam na articulação política e na formação de mulheres interessadas na temática	@Frentpopulardemulheres Piauí (Instagram)
Movimento Mulheres em Luta –Piauí (MML-PI)	Trata-se de movimento de mulheres classista e feminista, filiado à Central Sindical e Popular (CSL). As ações são voltadas para o fim da opressão das mulheres através da	Site/ Blog mmlpi.wordpress.com

	organização da classe trabalhadora.	
Associação Mulheres de Negócio do Piauí (AMNe-PI)	Grupo criado em 2017, a missão da AMNe PI é ajudar as piauienses a empreender, divulgando os produtos e serviços e criando redes de networking.	Portal Mulheres de Negócios PI. facebook.com/mulheresdenegociosdopiaui/ @mulheresdenegociosdopiaui
Associação Das Mulheres Agricultoras Familiares Artesas Do Povoado Alto Do Meio Zona Urbana E Rural De Campo Maior - Piauí	Atividades de associações de defesa de direitos sociais, Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	Comunidade Povoado Alto do Meio, SN, 64.280-000 Casa Sala - Zona Rural Campo Maior, PI Elizabetenasci2018@hotmail.com
Mulheres Empreendedoras do Piauí	Empreendedorismo e negócios. Plataforma digital, atualizada por mulheres que integram a Rede Mulheres Empreendedoras Pi.	www.mulheresempreendedoraspi.com.br
Associação das Mulheres do Bairro Parque Alvorada – AMPA	Organização de Utilidade Pública.	RUA PROFESSOR LUDOVICO SCHGWENNHAGEN, 2300BAIRRO: PARQUE ALVORADA - CEP:64004-410
Associação da Central de Compras das Bordadeiras de Teresina (ACCBT)	Reúne mulheres de vários bairros que resgataram o gosto pelo artesanato tradicional, trabalham em suas casas, mas se juntam três vezes por semana para organizar os pedidos, entregar as peças, trocar histórias e experiências	Av. Pedro Brito, 1915 Parque Alvorada - Teresina/PI - CEP 64004-480. • WhatsApp (86) 98828-7804 • Telefone (86) 98828-7804
Rede Feminina Estadual De Combate Ao Câncer De Piauí	Trabalho Assistencial	RUA OLAVO BILAC, 2137 - CENTRO SUL - Terezina
ASSOCIACAO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE SAO GONCALO DO PIAUI	Atividades de organizações sindicais	Telefone 86 3298-1118 E-MAIL profesor.cassiano@hotmail.com

Fonte: Elaboração dos autores do Diagnóstico.

5.5 Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha é um projeto vinculado entre a Polícia Militar do Piauí e o Tribunal de Justiça com objetivo de fiscalizar o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência⁵⁵ (MPU) deferidas pelo Sistema Judiciário às mulheres em situação de violência. Trata-se de uma ferramenta importante na diminuição da reincidência dos crimes de violência doméstica e familiar (PIAUI, 2020)⁵⁶.

⁵⁵ As Medidas Protetivas de Urgência (MPU) estão previstas pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) são uma forma de garantir o direito à vida das mulheres em situação de violência. Em 2018, a Lei 13.641/2018 tipificou o crime de descumprimento de medidas protetivas, como o único tipo penal previsto pela Lei Maria da Penha, com detenção de 3 meses a 2 anos (DIAS, 2018)

⁵⁶ Tribunal de Justiça do Piauí. Coordenadoria da Mulher. “Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Teresina e SSP-PI tratam de implementação do projeto “Patrulha Maria da Penha”. Fonte: <http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/tjpi/noticias-tjpi/juizado-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-de-teresina-e-ssp-pi-tratam-de-implementacao-do-projeto-patrulha-maria-da-penha/>

Desta forma, conforme destaca o juiz José Olindo Gil Barbosa da 5ª Vara Criminal da comarca de Teresina, o projeto consiste em visitas as mulheres atendidas pelo programa por policiais militares em uma viatura caracterizada periodicamente. A vítima também poderá acionar a Patrulha pelo telefone 190 da PM, caso se sinta ameaçada pelo agressor (CIDADE VERDE, 2020)⁵⁷

De acordo com o levantamento de dados cedidos pela CEPM, o número de mulheres que solicitaram MPU e recebem visitas ativas e inativas da Patrulha Maria da Penha foi de 307, entre fevereiro até o dia 05 de setembro de 2020 (Ver Quadro 12).

Quadro 12 – Acompanhamento de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) com visitas ativas e inativas pela Patrulha Maria da Penha

Mês	Acompanhamento de MPU (com visitas ativas e inativas)
Fevereiro e Março	42
Abril e Maio	69
Junho e Julho	98
Agosto e Setembro (até o dia 05/09/2020)	98
Total	307

Fonte: CEPM.

Neste mesmo levantamento, também se aponta que 31 mulheres deram entrada no pedido de MPU nas Delegacias Especializada de Atendimento as Mulheres (DEAM'S) e na Defensoria e já são assistidas pela Patrulha Maria da Penha. Além disso, cerca de 16 mulheres também são atendidas pela PMP mas não quiseram solicitar a MPU.

Compreende-se que a promoção do diálogo entre governo e as mulheres, no enfrentamento das desigualdades de gênero e garantia dos direitos, necessita do aprimoramento de metodologias de trabalho que possibilitam tal aproximação para a efetivação de políticas.

Neste sentido, o capítulo seguinte trata da Oficina Setorial Participativa, instrumento de diálogo com as mulheres a partir de metodologia específica. Por meio da oficina, foi possível sistematizar o que pensam e propõem as mulheres piauienses.

⁵⁷ Jornal da Cidade Verde. Patrulha Maria da Penha iniciará por Teresina e reforçará segurança das vítimas de violência. Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/317987/patrulha-maria-da-penha-iniciara-por-teresina-e-reforcara-seguranca-das-vitimas-de-violencia>.

6

O QUE PENSAM E PROPÕEM AS MULHERES PIAUIENSES

6 O QUE PENSAM E PROPÕEM AS MULHERES PIAUIENSES

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), conhecida como a Constituição Cidadã⁵⁸, representou um marco importante na transição democrática após vinte anos de regime militar. O texto constitucional representou avanços na consolidação de direitos e garantias fundamentais, assim como reconheceu a titularidade de direitos coletivos⁵⁹ (PIOVESAN, 2011).

Com relação aos direitos das mulheres, graças à ação articulada dos movimentos feministas e de mulheres⁶⁰, a CF/1988 incorpora diversos dispositivos que garantam a igualdade entre homens e mulheres em geral e no âmbito familiar, a proibição da discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo ou estado civil, o direito ao planejamento familiar, estabelecimento de direitos no campo e o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (CFEMEA, 2006)

No que tange à participação social⁶¹, a CF/1988 aprimorou os mecanismos de participação direta, tais como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular (PIOVESAN, 2011). E com relação à democracia participativa, há o estabelecimento dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas nas três esferas (municipal, estadual e federal) com a representantes tanto do Estado como da sociedade civil (ROCHA, 2008, p. 136).

Assim, observa-se que a criação dos espaços institucionais são parte dos esforços para o estabelecimento de uma democracia efetivamente mais participativa. Neste caso, podemos mencionar os conselhos setoriais de políticas públicas, os orçamentos participativos, as conferências (municipais/estaduais/ nacionais), os fóruns locais, regionais e nacionais.

⁵⁸ Câmara dos Deputados. Portal da Constituição Cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada. Acesso em: 04 jul. 2020.

⁵⁹ Conforme disposto no artigo 1º da Constituição Federal, dos Princípios Fundamentais são: a soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jul. 2020.

⁶⁰ Este movimento de participação das mulheres no processo de formulação da Constituição ficou conhecido como a “Lobby do Batom”. Em destaque, menciona a entrega do documento “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” por parte da presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher Jacqueline Pitanguy para o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães. Fonte: Senado Notícias Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 04 jul. 2020.

⁶¹ De acordo com Rocha (2008, p. 131), a participação social é definida como: “(...) a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado (...)”

6.1 A Oficina Setorial Participativa

A Oficina Setorial Participativa é um método de investigação e avaliação da realidade centrado na observação das mulheres piauienses, a partir de indicadores secundários, estabelecendo a relação entre fatos, processos sociais, sujeitos e referências conceituais, ao tempo que informa e oportuniza que as mulheres possam sugerir políticas públicas. Trata-se do componente qualitativo do Diagnóstico da Realidade de Mulheres no Estado do Piauí.

As diretrizes consideradas são o fortalecimento e a participação social da mulher, por meio do diálogo, de maneira que novas formas de conhecimento sejam produzidas a partir da visão da realidade da mulher, levantando seus problemas, as oportunidades, os riscos e as causas. Busca-se, desta forma, ouvir o que as mulheres pensam para, então, diagnosticar, conhecer, interpretar e propor ações públicas por meio de coleta de dados que possam proporcionar uma base para o sistema de avaliação da realidade e proposição de políticas públicas. Trata-se de uma oportunidade de aprendizagem para todas as mulheres envolvidas, pois, ao mesmo tempo que recebem informações úteis para o controle e proposição social, apresentam seus saberes, gerando conhecimentos para a construção de um diálogo comum que envolve mulheres da sociedade civil e governos.

As Oficinas foram previstas para ocorrer de forma presencial, nos 12 Territórios de Desenvolvimento, sendo sediadas nos municípios de Teresina (Entre Rios), Campo Maior (Carnaubais), Piripiri (Cocais), Parnaíba (Planície Litorânea), Valença do Piauí (Vale do Sambito), Oeiras (Vale do Canindé), Floriano (Vale dos Rios Piauí e Itaueiras), Uruçuí (Tabuleiros do Alto da Parnaíba), Bom Jesus (Chapada das Mangabeiras), São Raimundo Nonato (Serra da Capivara), Paulistana (Vale do Rio Itaim) e Picos (Vale do Rio Guaribas) no mês de março de 2020.

Adotou-se o critério de uma oficina por Território de Desenvolvimento com ampla mobilização das mulheres nos municípios de origem. Esta mobilização foi realizada tanto pelo Governo do Piauí como pela equipe de autores do Diagnóstico em seus municípios de origem. Além dos municípios previamente selecionados pelo Governo do Estado, as mulheres de outros municípios não selecionados e que se dispuseram a comparecer na Oficina também participaram e apresentaram suas contribuições.

Com o calendário e local das reuniões definidos, as representantes da sociedade civil, Organizações Não Governamentais, Sindicatos, líderes de movimentos sociais, servidoras dos governos estadual e das prefeituras, membros do poder Legislativo, foram convidadas para participar. Os Agentes de Desenvolvimento Territorial, ligados à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (Seplan) e dos Organismos de Políticas Públicas dos respectivos municípios desempenharam importante desempenho na mobilização.

As Oficinas foram realizadas nos territórios Entre Rios (Teresina), Carnaubais (Campo Maior) e Cocais (Piripiri), com ampla participação das mulheres piauienses. No entanto, com o avanço da COVID-19 e posteriormente com a publicação dos Decretos Estaduais (Decreto Nº 18.884 e Decreto nº 18.895)⁶² o trabalho em campo foi interrompido. Outrossim, diante do novo cenário, uma nova proposta de Oficina Setorial Participativa foi elaborada de forma on-line, com o intuito de manter a constância do trabalho sem que houvesse distorções nos resultados. Nesta metodologia, empregou-se como ferramenta tecnológica um aplicativo de administração e confecção de pesquisa.

Como Oficina on-line, foi possível contar com o efetivo apoio da equipe da Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres (CEPM), que encaminhou para as mulheres nos Territórios, tanto da sociedade civil como dos governos, um convite (ANEXO III) com *link* de acesso ao formulário. Importante destacar, novamente, a contribuição dos Agentes de Desenvolvimento nos Territórios na mobilização e socialização do convite para que mais mulheres pudessem participar das Oficinas. Neste momento, é importante frisar que todas as etapas da Oficina - respostas dos formulários e reunião virtual - foram devidamente esclarecidas às participantes⁶³.

⁶² De acordo com o artigo 4º do Decreto Estadual nº18.884, de 16 de março de 2020, cita-se que “ficam suspensas pelo prazo de quinze dias, as atividades coletivas ou eventos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta que impliquem: I em locais fechados, aglomeração acima de cinquenta pessoas; II – em locais públicos, aglomeração acima de cem pessoas”. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-18.884-de-16-03-2020.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

O Decreto Estadual nº 18.895 de 19 de março de 2020 declara o estado de calamidade pública no Piauí em razão da crise de saúde pública causada pela pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO-N%C2%BA-18.895-DE-19-DE-MAR%C3%87O-DE-2020.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

⁶³ A mobilização para preenchimento dos formulários ocorreu nos dias 17 de junho de 2020 até 21 de junho de 2020.

Posteriormente, as representantes de cada território de desenvolvimento foram convidadas para participar da reunião virtual com o suporte técnico da equipe da CEPM. Coube às consultoras a atuação como facilitadoras. Nesta reunião, além da devolutiva com os dados gerados a partir das respostas das mulheres, houve debate com as participantes para discutir as percepções e opiniões sobre os temas levantados nas três fases da Oficina.

Assim, as três fases da Oficina presencial (I - Posicionamento das Mulheres; II - Proposição e Validação dos Indicadores; e III – Identificação e Avaliação de Instrumentos e Serviços Públicos) foram adaptadas para o formato on-line, utilizando questionários com perguntas e as respostas curtas, parágrafos, seleção múltipla, caixas de verificação, entre outras questões. No Quadro 13 especificamos os objetivos referentes a cada fase da Oficina.

Quadro 13 – As três fases da Oficina, seus objetivos e a ferramenta utilizada

Fases da Oficina	Objetivo	Formulário utilizado
I – Posicionamento das Mulheres	-Abordar a percepção das mulheres sobre seus direitos, a partir da realidade em que vivem; -Possibilitar a melhora na compreensão da mulher sobre sua situação e seus direitos; -Identificar os problemas e obstáculos que impedem as mulheres de acessar seus direitos.	No formato de pergunta, na qual a participante pode dar respostas – sim ou não – e identificar somente um direito, e não elencar todos.
II – Proposição e Validação dos Indicadores	- Validar ou não os dados dos indicadores secundários, a partir da percepção das mulheres, considerando as ações públicas no município, ao tempo que este processo possibilita a proposição políticas por eixos. - Em seguida, as mulheres apresentam suas proposições de ações públicas no município por eixos temáticos de ação.	No formato de múltipla escolha, em que a participante só pode escolher uma opção. Em seguida, apresentação de proposições para cada eixo de ação das políticas públicas.
III – Identificação e Avaliação de Instrumentos e Serviços Públicos	-Identificar todos os instrumentos públicos instalados nos municípios; - Discutir a eficiência do funcionamento e qual o nível de conhecimento e satisfação com relação a estes instrumentos e serviços públicos.	No formato de caixas de seleção, nas quais a participante pode escolher mais de uma opção.

Fonte: Elaboração dos autores do Diagnóstico.

No tocante às diferenças de utilização de ambas as metodologias – Presencial e On-line, elaborou-se o Quadro 14, que ilustra as vantagens e desvantagens no emprego das metodologias on-line e presencial, para fins de elaboração do diagnóstico.

Quadro 14 – Vantagens e desvantagens nos processos on-line e presencial

	Oficina On-line	Oficina Presencial
Vantagens	✓ Visualização mais rápida dos resultados; ✓ Baixo custo na aplicação; ✓ Controle maior de respostas duplicadas ou sem respostas; ✓ Facilitação na tabulação dos resultados; ✓ Maior mobilização para participação do processo; ✓ Maior diversidade no público participante; ✓ Preenchimento no tempo que a mulher avaliar mais apropriado.	✓ Maior esclarecimento das dúvidas e questionamentos das usuárias sobre o formulário; ✓ Inclusão de pessoas que não tenham acesso à internet e/ou não tenham conhecimento informático; ✓ Maior espaço de diálogo em relação aos diferentes pontos de vista, com aporte técnico, científico e conceitual das facilitadoras para todo o grupo; ✓ Diálogo com atenção total na oficina, durante todo o tempo.
Desvantagens	✓ Menor detalhamento das instruções para as usuárias; ✓ Limitação de usuárias com acesso a internet; ✓ Inclusão de incentivos específicos na mobilização das usuárias para o preenchimento da pesquisa.	✓ Custo e tempo maior no deslocamento da equipe ao local; ✓ Tempo maior na tabulação e visualização dos resultados; ✓ Deslocamento das usuárias para o local pode ser barreira na participação; ✓ Maior influência da opinião de uma sobre a outra.

Fonte: Adaptado de Vasconcellos e Guedes (2007).

6.2 Distribuição de Participantes por Território

A partir da disponibilidade de mulheres que se dispuseram a participar do evento, elaboramos o quadro a seguir. Na distribuição das mulheres e do número de oficinas seguiu-se o critério de uma oficina por Território de Desenvolvimento, considerando os municípios selecionados pelo Governo do Estado do Piauí, e as mulheres de outros municípios não selecionados, mas que puderam participar e apresentar suas contribuições.

A grande maioria das mulheres presentes representava a sociedade civil, organizada ou não, e os governos Estadual e Municipal (poder executivo) e representantes da Câmara Municipal (poder legislativo). Importante destacar a presença de estudantes, assentadas, de partido político, e representante do conselho setorial.

No total, **177** formulários preenchidos foram considerados como válidos. No Quadro 15 demonstra-se a meta do projeto quanto ao número de mulheres esperadas para cada Oficina, com o número de participantes (on-line e presencial), e a distribuição de formulário preenchido por Território de Desenvolvimento. Na última coluna, registra-se a maior representatividade das instituições e/ou cargos públicos de mulheres que participaram das Oficinas. Vale destacar que muitas mulheres preencheram os formulários parcialmente, principalmente nas oficinas presenciais.

Quadro 15 – Distribuição por território e município pelo número de participantes esperado, número de formulários preenchidos nas oficinas válidos e número de pessoas participantes das oficinas e a sua representatividade

Território	Municípios Participantes	Nº. de Participantes Esperados	Nº. de Formulários Preenchidos nas Oficinas Presencial ou On-line válidos	Nº. de Pessoas participantes das Oficinas Presencial ou On-line	Representatividade
Entre Rios	Teresina, Altos, José de Freitas, União, Amarante, Água Branca, São Pedro do Piauí, Regeneração, Miguel Alves, Monsenhor Gil	20	13	16	Sociedade Civil Executivo Estudantes
Vale do Rio Guaribas	Picos, Itainópolis, Pio IX, e Fronteiras	08	35	24	Sociedade Civil Assentamentos Legislativo Executivo

					Estudantes Part. Político Sem dados
Vale do Rio Itaim	Paulistana, Patos do Piauí, Jaicós, Simões, Marcolândia	10	20	10	Sociedade Civil Executivo Sem dados
Planície Litorânea	Parnaíba, Buriti dos Lopes, Cocal, Luiz Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia	12	11	08	Sociedade Civil Executivo Part Político
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	Floriano, Canto do Buriti, Itaueira, Nazaré do Piauí e Flores do Piauí	10	4	09	Sociedade Civil Executivo Part Político
Chapadas das Mangabeiras	Corrente, Bom Jesus, Cristino Castro, Gilbués, Eliseu Martins e Cristalândia do Piauí	12	10	11	Sociedade Civil Executivo
Serra da Capivara	São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, e São Lourenço do Piauí	10	20	11	Sociedade Civil Executivo Legislativo Conselhos Sem dados
Tabuleiros do Alto Parnaíba	Uruçuí, Guadalupe, Porto Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Jerumenha e Marcos Parente	12	14	15	Sociedade Civil Executivo Estudante Partido Político Sem dados
Vale do Sambito	Valença do Piauí, Elesbão Veloso, Inhumas, Pimenteiras, Francinópolis, e Santa Cruz dos Milagres);	12	10	13	Sociedade Civil Executivo.

Carnaubais	Campo Maior, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Capitão de Campos, São João da Serra e Sigefredo Pacheco	12	17	18	Sociedade Civil Organizada ou não Legislativo Executivo
Cocais	Piripiri, Barras, Batalha, Esperantina, Luzilândia, Pedro II e Piracuruca	14	9	12	Sociedade Civil Organizada ou não Executivo
Vale do Canindé	Oeiras, Simplicio Mendes, Santa Cruz do Piauí e São João do Piauí)	08	14	13	Sociedade Civil Executivo Part Político Sem dados
Total			177	160	

Fonte: Elaboração equipe de pesquisa.

6.3 Resultados

Para apresentar os resultados do que pensam e propõem as mulheres, é importante destacar que nas Oficinas Presenciais foram computados os resultados dos questionários entregues⁶⁴ pelas participantes, visto que algumas mulheres assinaram a lista de presença obrigatória, mas não devolveram o material preenchido com as informações.

Na metodologia on-line foram desconsiderados os questionários respondidos em duplicidade e com municípios que não correspondem aos Territórios da fase on-line. Também foi necessário reagrupar alguns municípios aos territórios correspondentes, visto que algumas participantes sinalizaram o pertencimento do município, mas relacionaram a outro território⁶⁵. Esclarecidos os critérios, passamos a relatar os resultados, conforme segue:

⁶⁴ Nos formulários impressos em papel e distribuídos, algumas perguntas foram deixadas em branco pelas participantes que foram consideradas como válidas e registradas na tabulação como “Em Branco”. Estes dados são importantes para verificarmos o grau de interesse e/ou compreensão das mulheres que participaram da oficina acerca do tema.

⁶⁵ Para esta tarefa, utilizamos como referencial geográfico, a publicação “Compatibilização Entre Territórios de Desenvolvimento e Instâncias de Gestão Regionais” da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) de 2017.

6.3.1 Abordagem sobre a Realidade e Garantia de Direitos

Neste componente foram verificadas a perspectiva da mulher sobre seus direitos.

Quadro 16 - Levantamento dos principais direitos apresentados pelas mulheres nas oficinas presenciais e on-line

Territórios	Saúde	Educação	Trabalho	Liberdade	Part. política	Igualdade /respeito	Dignidade	Viver sem violência	Ser dona de casa
Entre Rios	06	03	06	03	03	01	02		
Vale do Rio Guaribas	03	01	07	04	06	03	01	01	
Vale do Rio Itaim	02	01	06	02	02	05		1	
Planície Litorânea	03		02		02	02		01	
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	02		01			01			
Chapada das Mangabeiras	04	01	02	01	01				
Serra da Capivara	01	03	03	03	05	02	01		
Tabuleiros do Alto Parnaíba	02	01	02	03	04	01			
Vale do Sãobrito			01	05	02	01			01
Carnaubais	01	01	03	07	02	01	01		
Cocais	01		02	02	01	01			
Vale do Canindé	02		03	03	02	01		01	
TOTAL	27	11	38	33	30	19	05	04	01

Fonte: Elaboração equipe de pesquisa.

Importante notar que, dentre as respostas deste componente da oficina:

- Três afirmaram que mulheres não têm direitos. Infere-se, desta forma, a necessidade de trabalhar o empoderamento, a informação para que a mulher possa se reconhecer como sujeito de direitos e ir à luta de forma consciente e com informações necessárias;

- Os direitos reconhecidos foram agrupados em: saúde, educação, trabalho, liberdade, participação política, igualdade/respeito, dignidade, viver sem violência e o direito de ser dona de casa;
- O direito ao trabalho, aqui incluídos os direitos sociais, como licença-maternidade, igualdade de salários e de cargos, foi tido como o direito de maior observação, enquanto que o direito à educação, que tem uma relação direta, foram identificados somente por 11 mulheres que preencheram e entregaram o formulário.

A participação política das mulheres, entendendo o direito de votar e ser votada e de exercer mandato eletivo, foi observada por 30 delas, o que denota a necessidade de fortalecer a democracia Paritária⁶⁶ (ONU MULHERES, 2014).

6.3.2 Proposição de Políticas Públicas a partir da avaliação de indicadores secundários

Neste segundo componente, é importante ressaltar que, ao longo das proposições de políticas públicas sugeridas pelas mulheres, pode-se observar sua necessidade de auto-organização, para que possam lutar por seus direitos. Ressalta-se, ainda, que neste componente da pesquisa não apresentamos os dados secundários, e sim a constatação da realidade da mulher piauiense, observada por elas.

A participação política das mulheres, bem como a proposição de leis que mudem a realidade da mulher piauiense, é ressaltada tanto na relação de direitos identificados como nas sugestões de ações estratégicas. Neste contexto, fazemos referência aos eixos, com objetivo de avançar à Democracia Paritária e à igualdade de resultados na América Latina e no Caribe, considerando as cinco áreas estratégicas, o que foram, inclusive, identificados por elas ao longo das sugestões propostas:

“i. Promoção da democracia paritária por meio de ações afirmativas; ii. Integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas e instituições; iii. Fortalecimento das lideranças das mulheres; iv. Compromisso dos partidos políticos com a igualdade substantiva entre homens e mulheres; v. Eliminação da discriminação e dos estereótipos sexistas, na mídia e nas

⁶⁶ Conforme ONU Mulheres este termo é “usado como referência pelos Paramentos nacionais da região para a implementação de reformas institucionais e políticas que promovam e assegurem a igualdade substantiva entre homens e mulheres em todas as esferas de tomada de decisão.” ONU Mulheres, 2014.

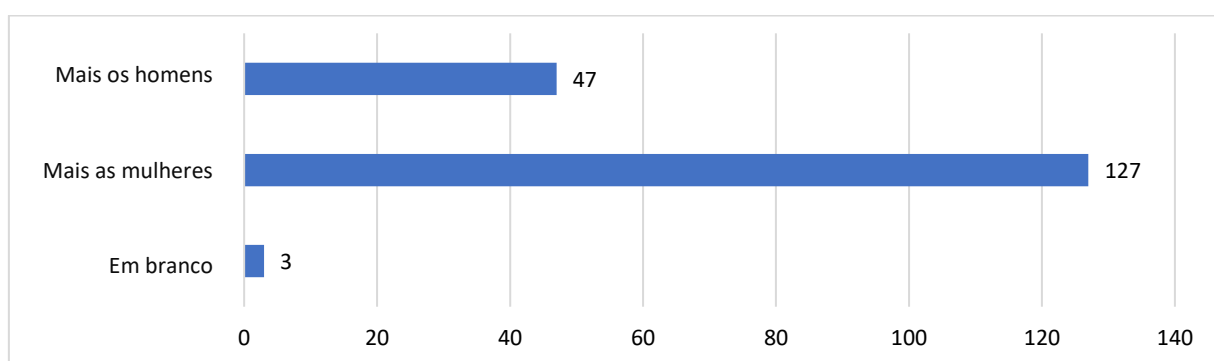
tecnologias de informação e comunicação e o enfrentamento à violência política (ONU MULHERES, 2014).

Observa-se, ainda, a necessidade de investimentos públicos para que as mulheres possam ter garantidos seus direitos ao esporte e à cultura, reservando-lhes espaços e equipamentos de qualidade, como prioridade no planejamento público, e não somente de forma itinerante. Quando analisados de acordo com os 10 eixos do PNPM, foram obtidos os seguintes resultados:

6.3.2.1 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica

No Gráfico 14, cerca de 71,75% (n=127) das mulheres apontam que existe mais mulheres como responsáveis ou chefes de família, contra 26,55% (n=47) que apontam mais os homens e 1,69% (n=3) que não responderam, denotando a necessidade de políticas de geração de renda.

Gráfico 14 - Percepção das mulheres com relação aos responsáveis ou chefe de família

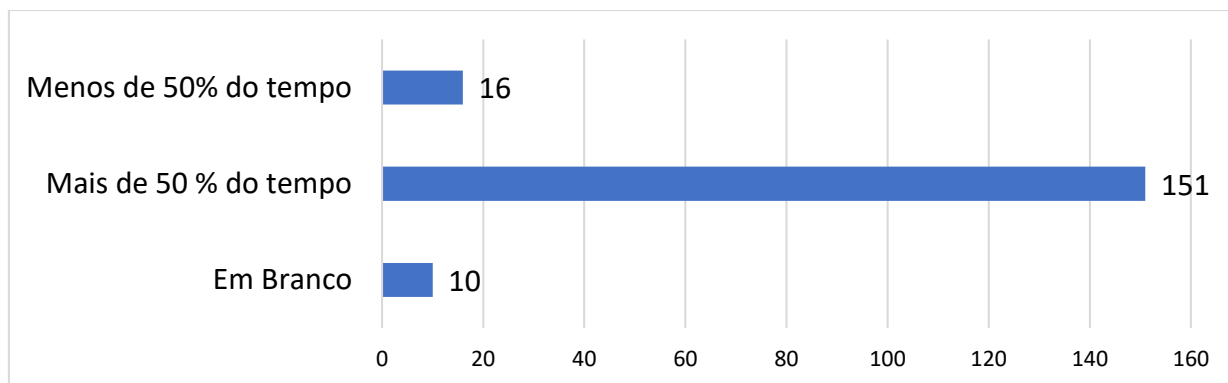


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

No Gráfico 15, cerca de 85,31 % (n=151) das mulheres responderam que gastam mais de 50 % do tempo em tarefas domésticas não remuneradas, e 9,03% (n=16) disseram que menos de 50% do tempo, e 5,64% (n=10) não responderam.

A divisão igualitária das tarefas do lar é um ponto importante para que a mulher usufrua o seu tempo em atividades que vão além da reprodução, da vida doméstica e do cuidado com filhos. Há que se mudar essa realidade para que a mulher possa, inclusive, ser protagonista de suas conquistas; desta forma, proposições na direção de sensibilizar toda a sociedade para a divisão de tarefas domésticas não remuneradas são esperadas pelas mulheres.

Gráfico 15 - Percepção das mulheres quanto ao tempo gasto pela mulher em trabalho doméstico não remunerado



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Como proposições de políticas públicas sugeridas pelas mulheres para este eixo, podem-se elencar:

1. Mais oportunidade de educação formal e qualificação para o trabalho;
2. Oportunidade de educação formal e informal, neste caso, aquela que ocorre fora da estrutura curricular, acumulando maior conhecimento e fortalecendo suas experiências diárias e a sua relação com o meio;
3. Ampliação de vagas em creches e berçários nas instituições públicas e privadas, possibilitando que as mulheres possam reduzir a jornada de trabalho doméstico;
4. Campanhas para redução de tempo das mulheres em serviços domésticos e roças, sem remuneração, sensibilizando a família para a divisão do trabalho;
5. Incentivos fiscais para investimentos em projetos econômicos voltado para as mulheres;
6. Mais mulheres no Poder Legislativo;
7. Estabelecimento de leis específicas, a exemplo de cotas para as mulheres no serviço público, inclusive em cargos com poder de decisão;
8. Redução de preconceito e mudanças de paradigmas por meio de palestras, seminários e campanhas em escolas e ambientes de trabalho;
9. Fortalecimento da Organização de Mulheres para que possam lutar por seus direitos;
10. Criação de mais sindicatos e associações de mulheres;

11. Maior equilíbrio de cargos e condições salariais, inclusive com o estabelecimento de cotas para as mulheres;
12. Políticas públicas inclusivas e compensatórias;
13. Campanhas para redução de preconceitos, com mudança de paradigma em relação ao gênero nos cargos de gestão e decisão.

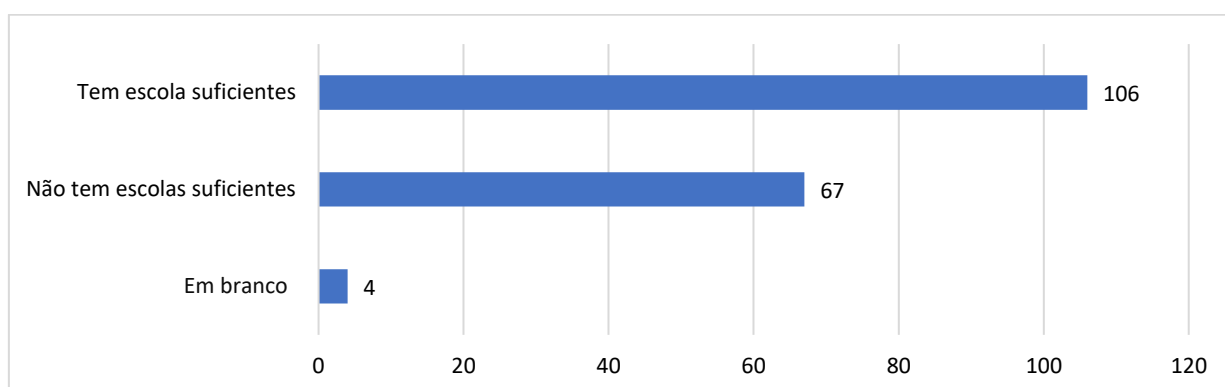
No dizer de uma representante do Município de Jaicós:

“O mercado de trabalho deve dar mais espaço para que as mulheres possam exercer atividades remuneradas, visto que grande parte se sobrecarrega com tarefas domésticas, por não terem o apoio de seus companheiros ou, no caso de mães solteiras, não conseguem deixar seus filhos para trabalhar. Dessa forma, é necessário que exista a divisão de tarefas em casa e vagas em creches para os filhos das mulheres que trabalham fora.

6.3.2.2 Educação para igualdade e cidadania

No Gráfico 16, cerca de 59,88% das mulheres (n=106) confirmam que há escolas e vagas suficientes no ensino médio, contra 37,85% (n=67) que apontaram que não há escolas suficientes, e 2,25% (n=4) não responderam. Ao longo das oficinas, as mulheres sinalizaram que há a necessidade de equipar de forma mais adequada as instalações escolares, a fim de garantir a qualidade do ensino. As que apontam como não tendo suficiente, referem-se à educação na zona rural, o que se trata de um desafio nacional.

Gráfico 16 - Quanto à disponibilidade de escolas de ensino médio no seu município, segundo as mulheres piauienses

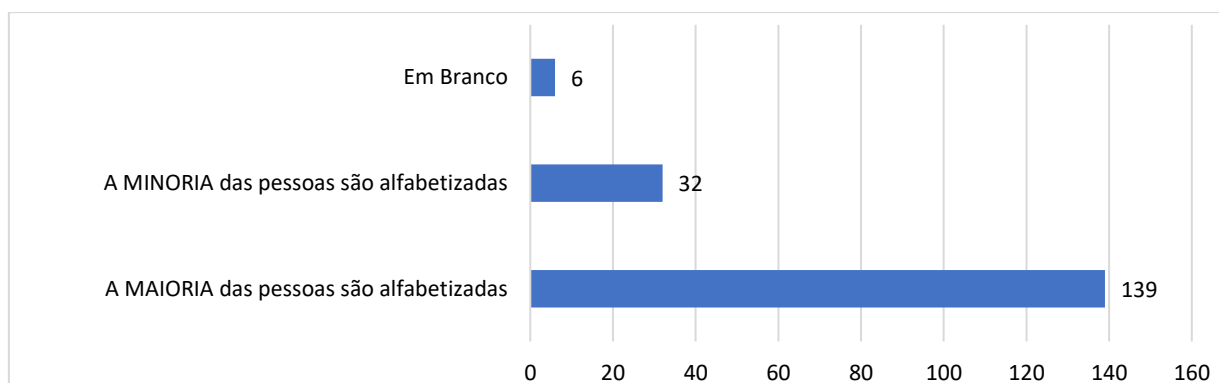


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Com relação ao Gráfico 17, próximo de 78,53% (n=139) das mulheres indicaram que a taxa de alfabetização é alta em seus respectivos municípios, contra

18,07% (n=32) que acreditam que uma minoria é alfabetizada, e 3,38% (n=6) que não responderam. É fato que para quebrar o ciclo de pobreza faz-se necessário maior investimento na educação, garantindo o regresso e a permanência da mulher na escola.

Gráfico 17 - Quanto à alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade no município, as mulheres avaliam que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para a promoção da educação para igualdade e cidadania, as mulheres propuseram:

1. Promover educação inclusiva e de qualidade com mais investimentos;
2. Escolas estruturadas, com acessibilidade em toda a estrutura escolar, com equipe multidisciplinar nas regionais de educação;
3. Enfoque na equidade de gênero na educação;
4. Formação continuada de professores e demais agentes escolares sobre a mulher;
5. Inclusão no currículo escolar de disciplina sobre a mulher;
6. Cursos profissionalizantes para mulheres pobres;
7. Mais vagas nas escolas e universidades;
8. Investimentos em mais políticas sociais;
9. Fortalecimento de lutas sociais;
10. Palestras, campanhas, rodas de conversas para quebrar preconceitos, considerando o “Dia das Mulheres”;
11. Melhor divisão de tarefas em casa;
12. Instituição de leis que protejam as mulheres;

13. Implantar comitês em instituições de ensino, saúde e assistência social com envolvimento da iniciativa pública e privada para discutir e socializar ações das mulheres para educação, geração de emprego e renda;
14. Valorização e incentivo para pequenos negócios de mulheres nos diferentes tipos de negócios.

“Incluir no currículo escolar disciplinas que abordem o tema da igualdade de gênero e da cidadania, refletindo com os estudantes sobre a realidade e a necessidade de transformação dessas relações hoje de supremacia machista.” **Representante de São João do Piauí.**

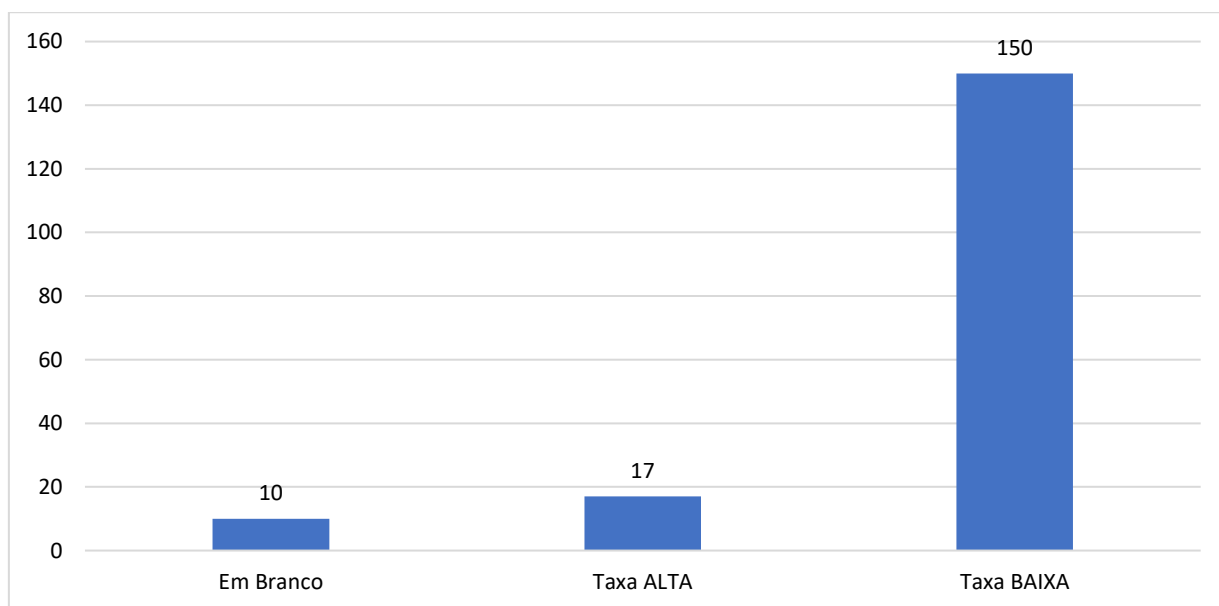
“Tem que começar desde a primeira infância” **Representante de Campo Maior.**

“Na Zona rural é muito predominante a cultura machista” **Representante de Marcolândia.**

6.3.2.3 Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

No Gráfico 18, observa-se que 84,74 % das mulheres (n=150) apontam para uma baixa taxa de Mortalidade Materna, ao passo que 9,60% (n=17) apontam para uma taxa alta, e 5,64% (n=10) não responderam. O primeiro percentual soa o alerta de que as mulheres necessitam observar mais o contexto de reivindicação dos direitos, uma vez que esta percepção não acompanha os índices oficiais.

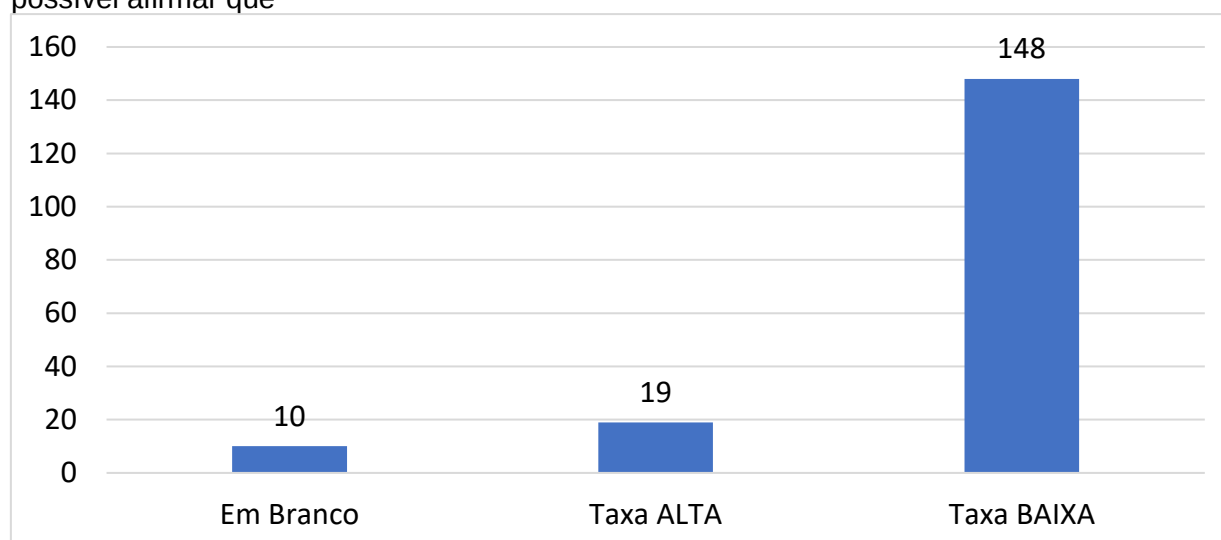
Gráfico 18 - O que pensam as mulheres sobre a taxa de mortalidade materna no seu município, é possível afirmar que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Com o Gráfico 19, a taxa de mortalidade neonatal é considerada baixa por cerca de 83,61% (n=148), de forma que 10,73% (n=19) consideram alta e 5,64% (n=10) não responderam a esta pergunta. Sobre o Gráfico 18, a mortalidade neonatal ocorre quando há morte do bebê antes de completar 28 dias de vida⁶⁷. A percepção de cerca de 83,61% das mulheres que responderam como baixa acompanha a evolução, tanto no Brasil quanto no Piauí, onde houve uma redução nos anos de 2009 a 2015, o que deve ter refletido na opinião das mulheres acerca deste assunto.

Gráfico 19 - Percepção das mulheres sobre a mortalidade neonatal no seu município é possível afirmar que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para a Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, de acordo com as mulheres piauienses, faz-se necessário:

1. Ampliação e implementação de políticas públicas voltadas à saúde e inclusão social das mulheres nos municípios, ampliando o acesso;
2. Mais atendimento da média e alta complexidade nos municípios;
3. Desenvolvimento de ações de orientações voltadas à educação sexual e planejamento familiar da juventude;
4. Socialização e compartilhamento de informações;
5. Redução do preconceito, para um atendimento à saúde sem discriminação, de gênero, raça, etnia, geração, classe social, orientação sexual e mulheres com deficiência;
6. Redução da burocracia nas políticas públicas de saúde;

⁶⁷ Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador322>

7. Formação continuada dos agentes públicos de saúde, garantindo o atendimento humanizado;
8. Promover o empoderamento das mulheres para garantir seus direitos à saúde e maior participação das mulheres nas lutas sociais;
9. Possibilitar ambientes de saúde livres de violência contra a mulher;
10. Ampliar as ações das equipes de saúde na família;
11. Busca ativa de mulheres com saúde fragilizada;
12. Fortalecimento da Rede de Atendimento e Atenção à saúde;
13. Promover a melhoria da condição de vida da mulher em todas as fases de vida;
14. Ter o direito de optar em fazer laqueadura e garantir a liberdade de decidir sobre seus corpos e suas vidas;
15. Atenção à saúde mental. Há muitas mulheres adoecidas que precisam de atenção.

Elas disseram também:

“Campanhas de divulgação de informações sejam massivamente divulgadas e colocadas em prática. Alguns espaços, como comunidades rurais, muitas vezes não possuem sequer uma UBS. Existe a necessidade que serviços sejam ofertados e acessíveis nos mais diversos espaços”. **Parnaíba / Planície Litorânea.**

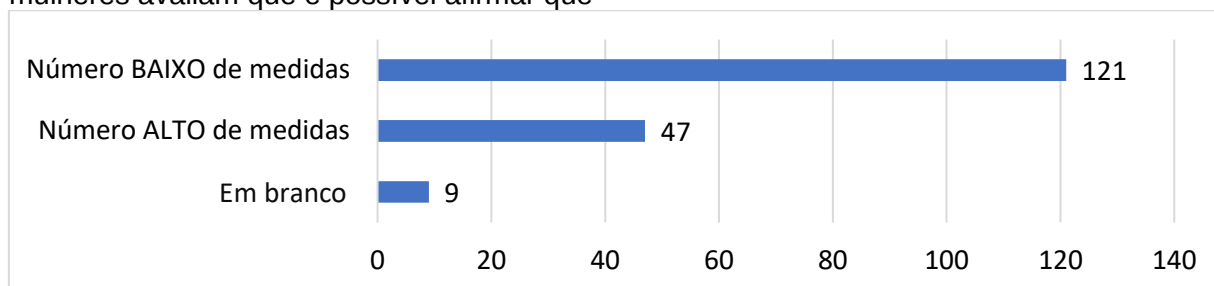
“É necessário que o gestor público desenvolva ações através das equipes de saúde da família, realizando busca ativa destas mulheres, e oferecendo todos os serviços disponíveis para a saúde da mulher” **Francinópolis/ Vale do Sambito.**

“Mulheres sofrem violências pelos próprios funcionários da saúde, principalmente vindo da Zona Rural. Eles perguntam de forma pejorativa: “Por que não pariu lá mesmo?” **Carvalho, Território das Mangabeiras.**

6.3.2.4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

No Gráfico 20, cerca de 68,36 % (n=121) das mulheres consideram que o número de medidas protetivas emitidas pelo Poder Judiciário é baixo, de forma que 26,55% (n=47) consideram como alto e 5,08 % (n=9) não responderam.

Gráfico 20 - Quanto ao número de medidas protetivas deferidas pelo Poder Judiciário, as mulheres avaliam que é possível afirmar que

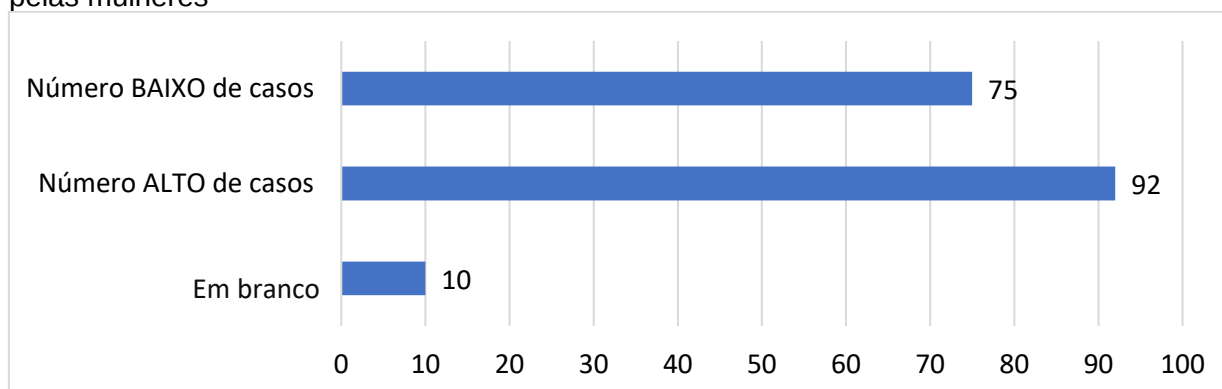


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

No Gráfico 21, cerca de 51,97 % (n=92) das mulheres participantes apontam para um número baixo de casos de feminicídio que chega ao Poder Judiciário, no tempo que 42,37% (n=75) consideram que o número é alto, e 5,64% (n=10) não responderam à pergunta.

Nas Oficinas, as mulheres sinalizaram informações importantes que as inibem a procurar ajuda, tais como o medo da denúncia e o descrédito na punição dos culpados, além da lentidão do processo judicial.

Gráfico 21 - Quanto aos casos novos de feminicídio que chegam ao Poder Judiciário, avaliado pelas mulheres



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para que haja o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, elas sugerem:

1. Maior participação das mulheres nas lutas sociais, e que tenham coragem de denunciar abusos e demais violências;
2. Implantação de delegacias de polícia nos municípios, com atendimento humanizado e agentes de segurança do sexo feminino, inclusive delegadas mulheres, para atender às mulheres vítimas de violência;
3. Viabilização do acesso de mulheres vítimas de violência aos canais de defesa, com fluxos estabelecidos e socializados;
4. Sensibilização dos profissionais que compõem a rede de proteção;
5. Fortalecimento da educação formal e de qualidade, garantindo inclusão e permanência das mulheres com aprendizagem na idade certa;
6. Apoio no enfrentamento à violência, com ações de combate;
7. Oficinas e palestras sobre a temática para a informação sobre seus direitos, divulgando a Lei Maria da Penha para mulheres e seus companheiros, principalmente nos bairros periféricos, no entorno da cidade e na zona rural, promovendo os conhecimentos de todas as formas de violência, principalmente as verbais, que levam à violência doméstica;
8. Legislação mais rigorosa;
9. Acompanhamento do Ministério Público;
10. Serviços de suporte e complementares ao fluxo de denúncia especializado no município, reduzindo a burocracia do processo;
11. Agressores denunciados e com punições severas e o acompanhamento do cumprimento das medidas;
12. Maior publicidade ao tema Violência Contra a Mulher;
13. Fortalecimento da Organização de Mulheres;
14. Poder Judiciário com mais atenção à causa da mulher, garantindo maior rapidez no processo de denúncia - responsabilização;
15. Garantir a imediata retirada do agressor de dentro de casa, e não mandar a mulher vítima de violência para o abrigo.

“Rede de apoio voltada para a garantia dos direitos da mulher, que assegure segurança, proteção e a punição adequada à pessoa que cometeu a violência. Órgãos especializados que garantam um atendimento humanizado, informativo e seguro” **Representante da Parnaíba.**

“Os homens deixem de nos violentar, simples. De nada adianta termos leis, medidas protetivas e amplo debate sobre violência contra as mulheres, e continuarmos sendo pensadas e tratadas como posse e objeto dos homens, e a eles dever obediência. Ou seja, numa sociedade patriarcal como a nossa,

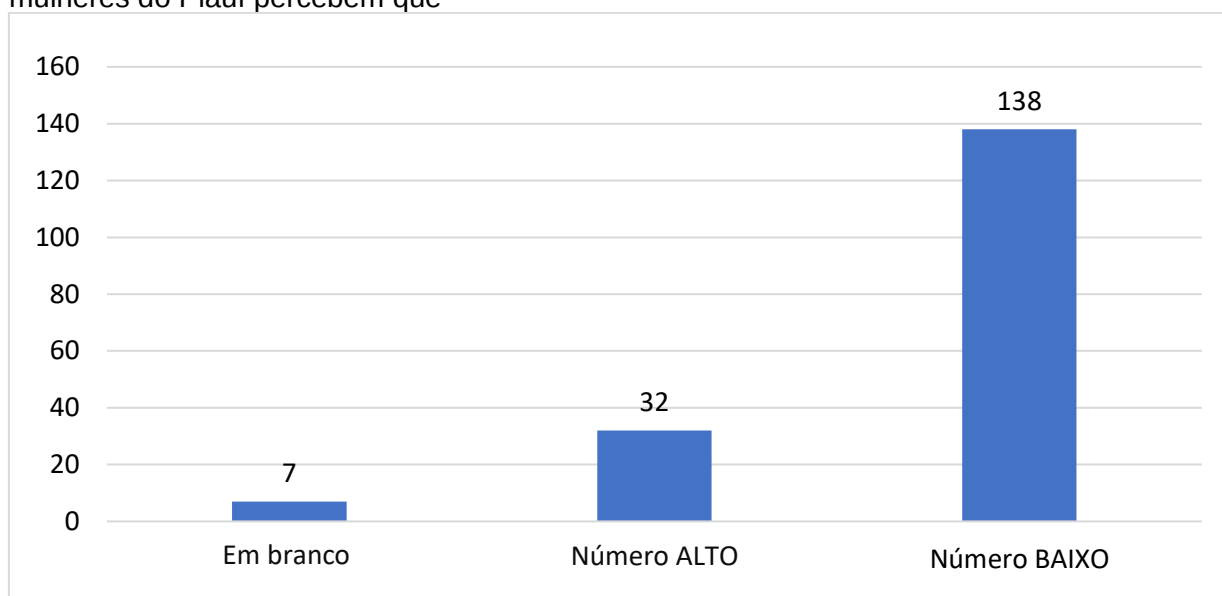
enquanto os homens se sentirem no direito de nos agredir, eles agredirão. Infelizmente nenhuma de nós está protegida da violência doméstica e familiar” **Representante da São João do Piauí**

“Efetividade e empenho das redes de instituições envolvidas na causa, garantindo os direitos básicos da mulher” **Representante da Teresina**

6.3.2.5 Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

No Gráfico 22, cerca de 77,96% (n=138) das respondentes apontaram que o número de mulheres em cargos de chefia é baixo; 18,07% (n=32) disseram que o número é alto, e 3,95% não responderam. As falas sinalizaram que o tempo gasto em trabalho doméstico e o preconceito que há em relação às mulheres fazem com que haja uma menor participação da mulher em espaços de poder e decisão.

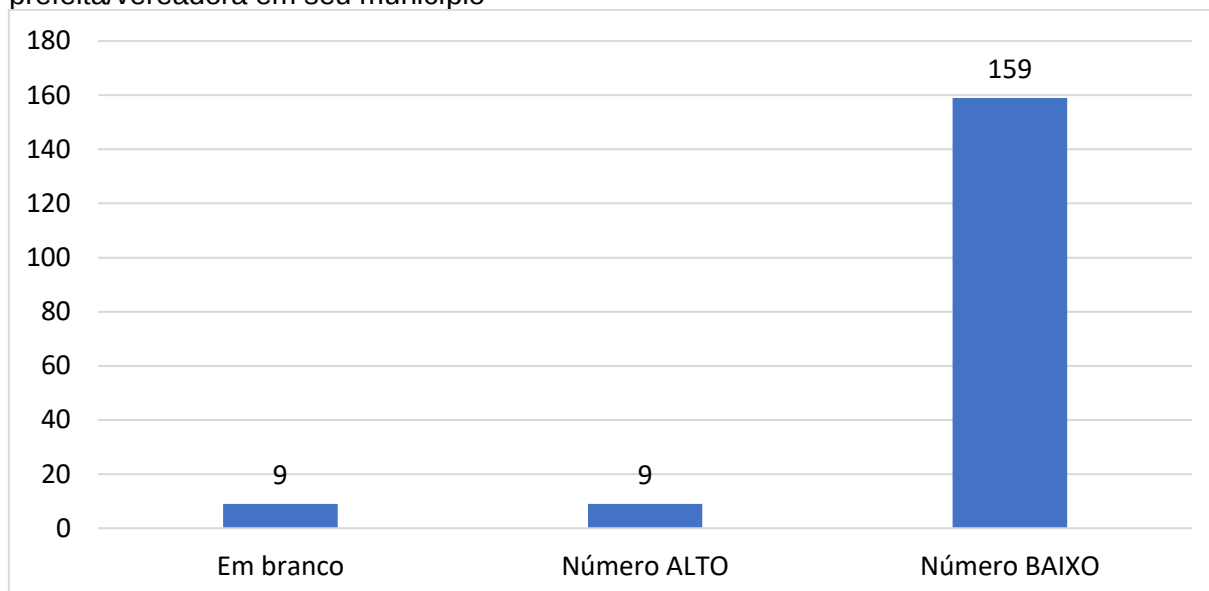
Gráfico 22 - Quanto ao número de mulheres em cargos de chefia no seu município, as mulheres do Piauí percebem que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Seguindo a lógica do anterior, no Gráfico 23 são cerca de 89,83% (n=159) das mulheres que consideram que o número de eleitas para os cargos de prefeita/ vereadora é baixo, contra 5,08% (n=9) que apontam para número alto e 5,08 % (n=9) que não responderam. As representantes dos partidos políticos e outras mulheres ao longo da oficina reconhecem que essa realidade tende a melhorar em função da melhor atenção e investimento na política, o que é uma tendência mundial.

Gráfico 23 - O que percebem as mulheres quanto ao número de mulheres eleitas para prefeita/vereadora em seu município



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para que haja o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, as mulheres propõem:

1. Maior participação nas lutas sociais para garantia de seus direitos;
2. Promoção de debates para dar visibilidade e competitividade às mulheres;
3. Maior participação das mulheres em movimentos sociais, como aprendizagem;
4. Que os partidos políticos possam fomentar mais mulheres no poder legislativo, bem como a democratização a esses espaços;
5. Cumprimento da Lei 12.034/09 e que sejam punidos os que a desrespeitam;
6. Promover a defesa do voto feminino nos espaços institucionais de poder e decisão e sensibilizar as mulheres para votar em mulheres;
7. Acesso da mulher à educação formal;
8. Fortalecer as secretarias estaduais e municipais de políticas públicas para mulheres.

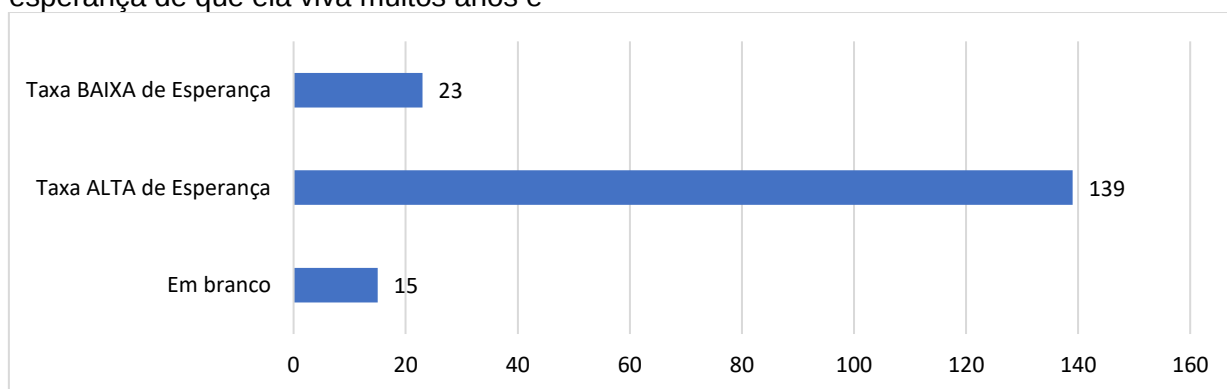
“Que se faça um trabalho de sensibilização, para que as mulheres utilizem o exercício da sororidade e valorizem as mulheres que se candidatam a cargos eletivos... Via de regra, percebe-se que mulheres não costumam apoiar outras mulheres que se candidatam a cargos públicos” **Representante do Município de Picos.**

“Não é fácil ocupar cargo de vereadora”. **Participante da reunião do Território do Rio Itaim**

6.3.2.6 Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social

Com relação à esperança de vida ao nascer, cerca de 78,53% (n=139), as mulheres esperam que uma criança recém-nascida possa chegar à terceira idade, contra 12,99% (n=23), que responderam o oposto, e 8,47% (n=15) não responderam. De acordo com o IBGE, entre 2013 até 2019, a esperança de vida ao nascer aumentou de 70,5 anos para 71,5 anos no Piauí.

Gráfico 24 - Quando uma criança nasce em seu município, as mulheres avaliam que a esperança de que ela viva muitos anos é



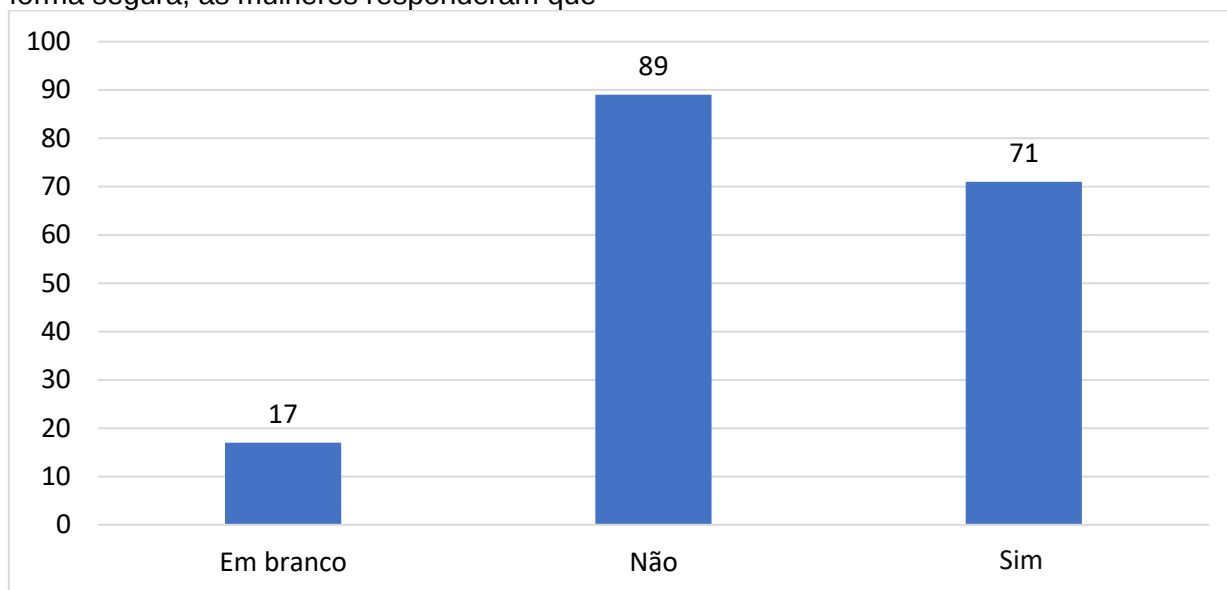
Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

A potabilidade da água ocorre quando não há nenhuma substância que faça mal ao ser humano ou aos animais. É esta água que deve ser consumida livremente, pois não há riscos de doenças. De acordo com a Lei 13.839 de 2019⁶⁸, o risco de escassez de água está inserido dentro do conceito de segurança alimentar. Esta lei acrescentou na Lei 11.346/06, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), ações para reduzir o risco de falta de água potável.

Conforme pode ser observado no Gráfico 25, cerca de 50,28 % (n=89) das mulheres avaliam que a água que consomem nos seus municípios não é potável; nesse meio tempo, 40,11% (n=71) avaliam como potável, e 9,60% (n=17) não responderam.

⁶⁸ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13839-4-junho-2019-788249-norma-pl.html>

Gráfico 25 - Perguntadas se a população utiliza os serviços de água potável gerenciados de forma segura, as mulheres responderam que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para que haja desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, elencam-se como sugestões das mulheres:

1. Maior participação nas lutas sociais;
2. Educação como base do desenvolvimento;
3. Reduzir a pobreza, fazendo com que a economia do município cresça;
4. Evitar a violência doméstica;
5. Ampliação, efetivação e garantia de políticas públicas sustentáveis para as mulheres;
6. Investimentos nas áreas da educação, trabalho, saúde e seguridade social que garanta igualdade e justiça social;
7. Maiores e melhores oportunidades de formação, informação, orientação e cursos profissionalizantes para as mulheres, gerando e socializando os direitos da mulher;
8. Mais leis e fiscalização, com punição aos que desrespeitam as leis;
9. Redução do preconceito contra a mulher;
10. Políticas de apoio à microempreendedora, fortalecendo os pequenos negócios gerenciados por mulheres;
11. Abertura de linhas de créditos para as mulheres com baixa taxa de juros;
12. Rever a burocracia do PRONAF, garantindo o acesso da mulher ao crédito. Há uma tendência de aprovação para os homens em detrimento das mulheres;
13. Garantir os direitos das comunidades tradicionais, com foco nas mulheres no campo, que precisam garantir o ofício que desenvolver e o espaço que ocupam;

14. Implantação de projetos, com planejamento estratégico, que assegurem a permanência das mulheres em suas áreas com geração de renda;
15. Conselhos de Mulheres atuantes e fortalecidos;
16. Maior investimento na agricultura familiar;
17. Analisar as origens das desigualdades e promover o acesso dos invisibilizados e marginalizados;
18. Trabalhar a auto-organização e a conscientização das mulheres sobre seus direitos e deveres.

“Implantar projetos de acordo com a realidade e necessidade de cada mulher ou entidade formada por mulheres” **Mulher de Valença do Piauí**

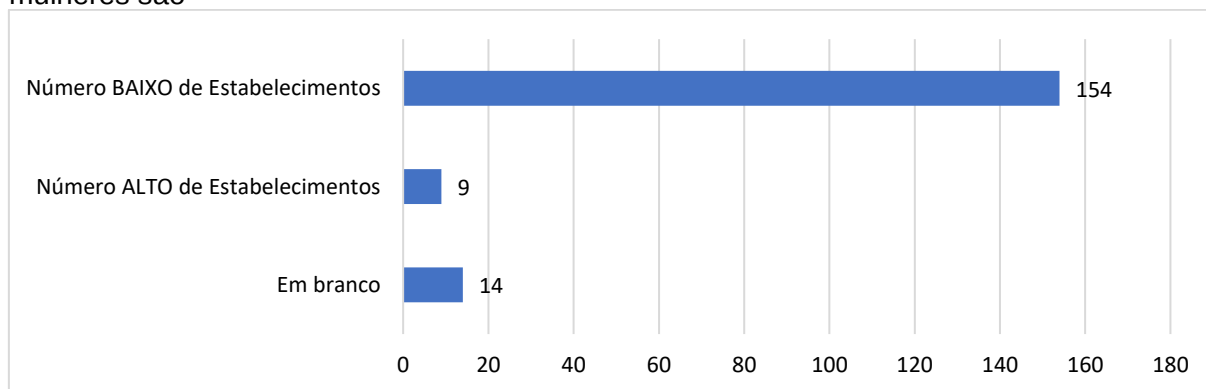
“Haja investimentos por parte dos poderes públicos em parceria com entidades e outras organizações que atuam no desenvolvimento sustentável e econômico dos territórios, com a criação ou apoio a espaços para produção, divulgação e comercialização dos diversos produtos (artesanatos, hortas, agricultura, cabeleireira e mais...) possam expor e obter reconhecimento, valorização e renda das suas potencialidades” **São Raimundo Nonato.**

6.3.2.7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta

No Gráfico 26, cerca de 87% (n=154) das respondentes assinalaram que há um número baixo de estabelecimentos rurais com proprietárias mulheres, contra 5,08% (n=9), que apontaram o oposto, e 7,90% (n=14) não responderam.

Esta percepção acompanha a pesquisa realizada pelo Censo Agropecuário do IBGE, em que cerca 21,6% das mulheres são proprietárias e os homens 78,9%. Há o desafio de identificar e superar essa realidade que limita a mulher.

Gráfico 26 - As mulheres avaliam que os estabelecimentos agropecuários de propriedade de mulheres são

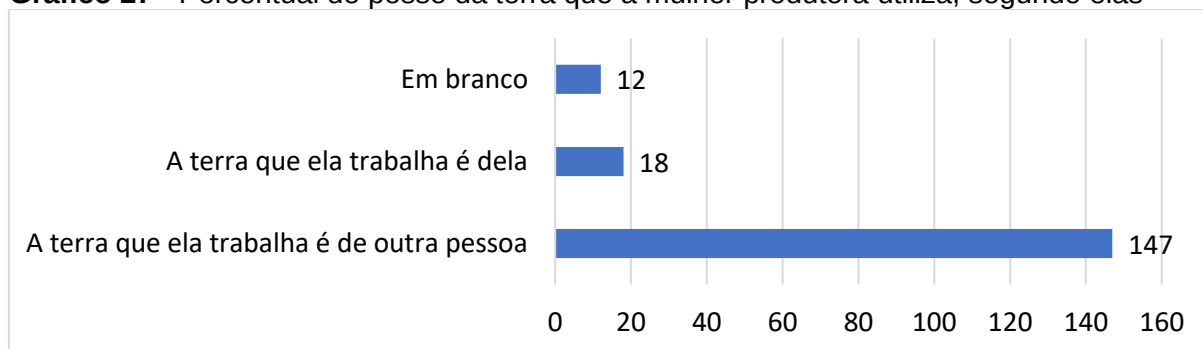


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

No que diz respeito à posse de terra, o Gráfico 27 aponta que 83,05% (n=147) das participantes acreditam que a terra que a mulher trabalha, produz e investe é de

outros, contra 10,16 % (n=18) que responderam que a terra é dela, e 6,77% (n=12) não responderam. Este percentual de 83,05% mostra a necessidade de redução na desigualdade da mulher do acesso a ter sua própria terra.

Gráfico 27 - Percentual de posse da terra que a mulher produtora utiliza, segundo elas



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para garantir o direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, elas avaliam que se faz necessário:

1. Maior participação das mulheres nas lutas sociais;
2. Políticas públicas descentralizadas com distribuição de terra, para que as mulheres possam produzir, tratando a questão fundiária com seriedade;
3. Que os governos possam fornecer assistência técnica, instrumentos, maquinários e incentivos ao trabalho no campo voltado para a produção e renda da mulher;
4. Fortalecimento do papel da trabalhadora rural como protagonista social;
5. Sensibilizar para o voto consciente e votar em quem pensa em igualdade social;
6. Buscar formas de distribuição de terra, uma vez que a maioria das terras em que a mulher trabalha pertence a terceiros.

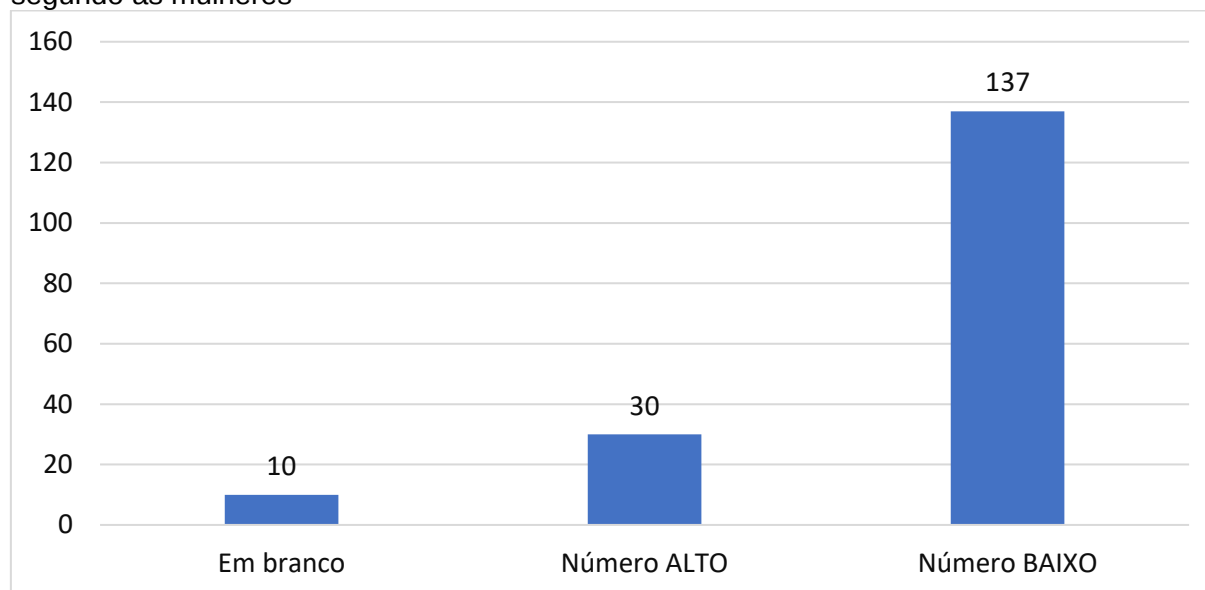
“Se avance mais, fazendo reunião nas escolas públicas e privada para debater a importância do papel e responsabilidade do direito da mulher ter acesso à terra, direito uma remuneração, educação e a saúde pública de qualidade” **Colônia do Piauí.**

“Políticas públicas específica para elas. Ações baseadas no cooperativismo, gerando produção não só financeira, mas de ideias e de acolhimento. Educação e capacitação para mulheres do campo é a chave para transformar alguns cenários” **Pio IX.**

6.3.2.8 Cultura, esporte, comunicação e mídia

No Gráfico 28, 77,40% (n=137) das mulheres que participaram das Oficinas acreditam que as escolas não têm instalações esportivas para os alunos, contra 16,94% (n=30) que disseram que sim, e 5,64%(n=10) não responderam.

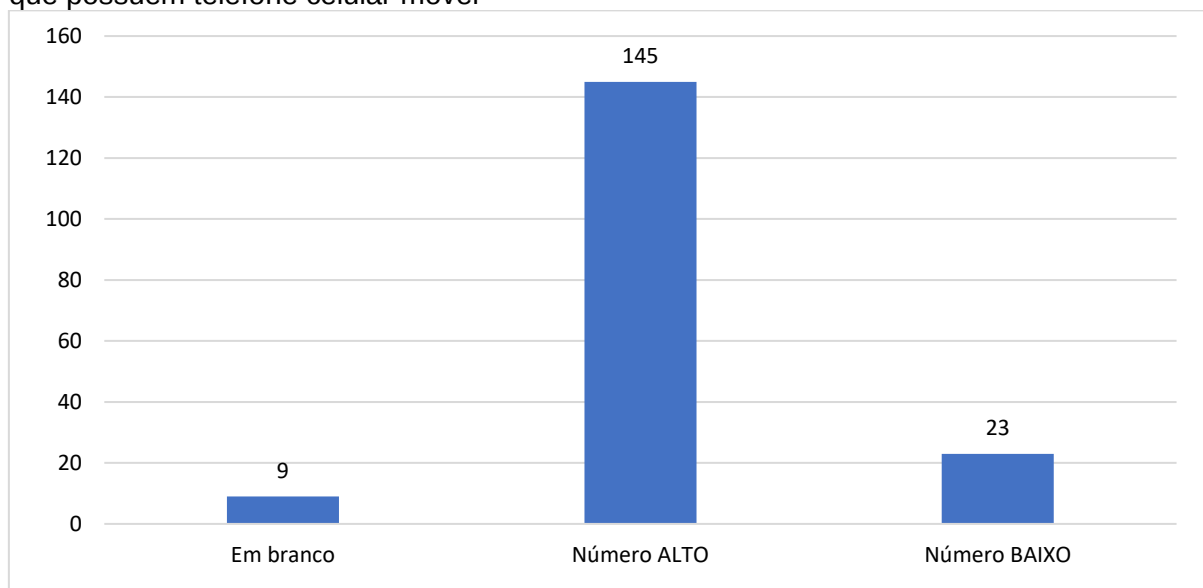
Gráfico 28 - Número de escolas públicas estaduais que possuem instalações esportivas, segundo as mulheres



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

No Gráfico 29, cerca de 81,92% (n=145) das mulheres assinalaram que o número de pessoas com acesso ao telefone celular é alto, contra 12,99% (n=23) que responderam que o acesso é baixo, e 5,08% (n=09) não responderam. O acesso às novas tecnologias de comunicação possibilita que as mulheres obtenham informações mais rápidas e conteúdos culturais e educativos. É importante ressaltar que, no Piauí, cerca de 81,2% das mulheres entre 30 a 49 anos possuem acesso ao telefone celular móvel (IBGE).

Gráfico 29 - Percepção das mulheres quanto a proporção de pessoas de 10 anos ou mais que possuem telefone celular móvel



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para a promoção da cultura, esporte, comunicação e mídia, elas propõem:

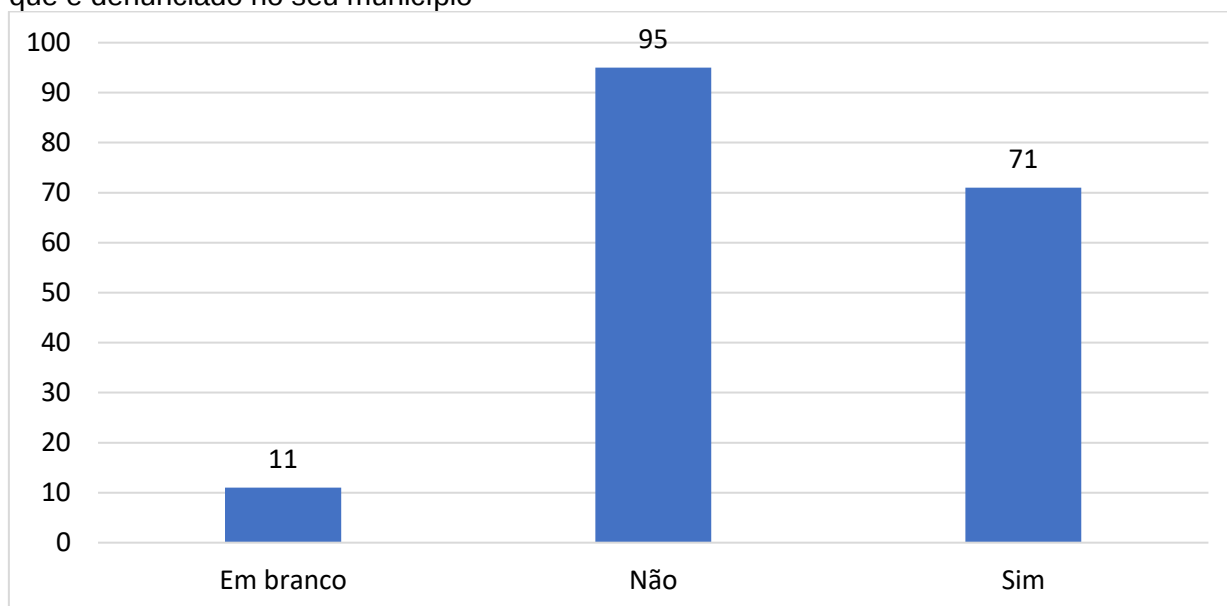
1. Maior participação das mulheres nas lutas sociais;
2. Desenvolver iniciativas de esportes para as mulheres por territórios, com implantação de academias ao ar livre;
3. Haja mais investimento nas políticas públicas de Esporte e Lazer nos municípios, garantindo espaços, instrumentos e instrutores;
4. Garantir mais oportunidade para as mulheres no âmbito da cultura por meio de festivais anuais, feira de artesanatos, dentre outras;
5. Capacitação das mulheres e espaços nas mídias para socialização de seus pontos de vista como forma de mobilização e sensibilização para a causa;
6. Redução da discriminação contra as mulheres;
7. Ter profissionais disponíveis com formação na área;
8. Apoio da mídia na desmistificação de que certos tipos de esportes ou culturas não possam ser praticados pela mulher;
9. A mulher precisa ter consciência do seu direito;
10. Que seja reduzida a carga de trabalho doméstico;
11. Que nos espaços públicos de esporte e cultura possa haver equipamentos em bom estado de conservação para a prática;
12. Maior investimento no resgate a cultura dos povos.

6.3.2.9 Enfrentamento do racismo, de sexismo e da lesbofobia

Com relação ao homicídio de mulheres negras no Piauí, cerca de 53,67% (n=95) das mulheres participantes registram que são poucas as denúncias efetuadas, contra 40,111% (n=71), que apontaram que sim, e 6,21% (n=11) não responderam.

De acordo com as falas das Oficinas, o medo propicia que as mulheres não procurem as autoridades responsáveis para fazer a denúncia. Há o fato, ainda, de que as delegacias quase não têm mulheres, e os homens nem sempre oferecem o acolhimento devido.

Gráfico 30 - O que pensam as mulheres sobre o número de homicídio de mulheres negras que é denunciado no seu município

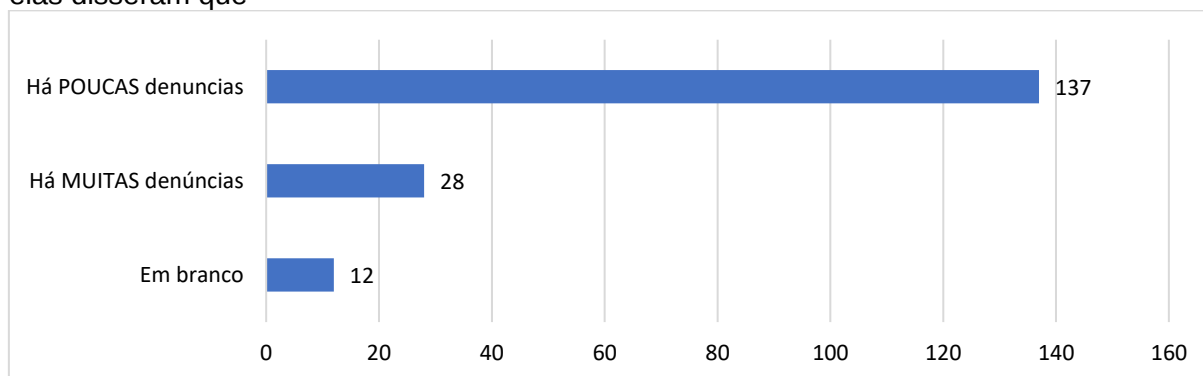


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Na mesma direção acima, o Gráfico 31 aponta que 77,40% (n=137) das mulheres consideram que há poucas denúncias referentes a discriminação da população LGBT, contra 15,81% (n=28) que disseram que há denúncias e 6,77% (n=12) não responderam.

Embora com taxas de denúncias no Piauí ainda pequenas, em 2018, o estado alcançou o quinto lugar no Brasil do ranking de denúncias, o que sugere caminhos com campanhas de incentivo e apoio às mulheres para denunciarem.

Gráfico 31 - Sobre as denúncias de discriminação apresentadas por LGBT no seu município, elas disseram que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para o enfrentamento do racismo, de sexismo e da lesbofobia, as mulheres propõem:

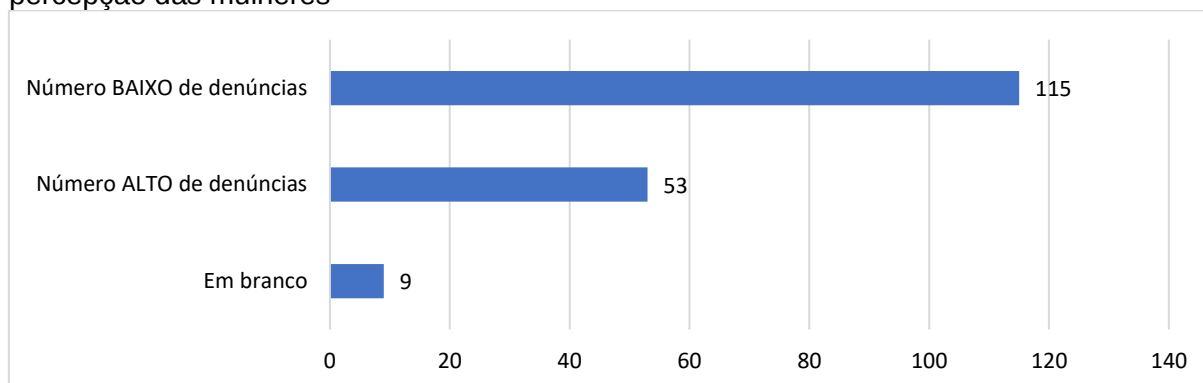
1. Mulheres devem lutar pelos seus direitos;
2. Tratar o tema da Mulher na escola;
3. Campanhas educativas para informar e sensibilizar para o combate e enfrentamento a todas as formas de preconceitos e discriminações;
4. Construção e fortalecimento de redes de atendimento e de cuidados voltados para as mulheres negras e LGBTs;
5. Leis rígidas e a garantia de punições para os culpados;
6. Investimentos em campanhas permanentes de educação, respeito e proteção, ampliando as discussões sobre essas pautas, atendendo tanto os adultos como as crianças;
7. Fortalecimento Escola x Família para conscientização da família e sociedade.

“Maior participação das mulheres nas lutas sociais” Agricultora do Município de Jaicós.

6.3.2.10 Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência

No Gráfico 32 são cerca de 64,97% (n=115) das mulheres assinalando que o número de denúncias de violência praticada contra a mulher idosa é baixo, contra 29,94% (53) que classificam como alto, e 5,08% (9) não responderam.

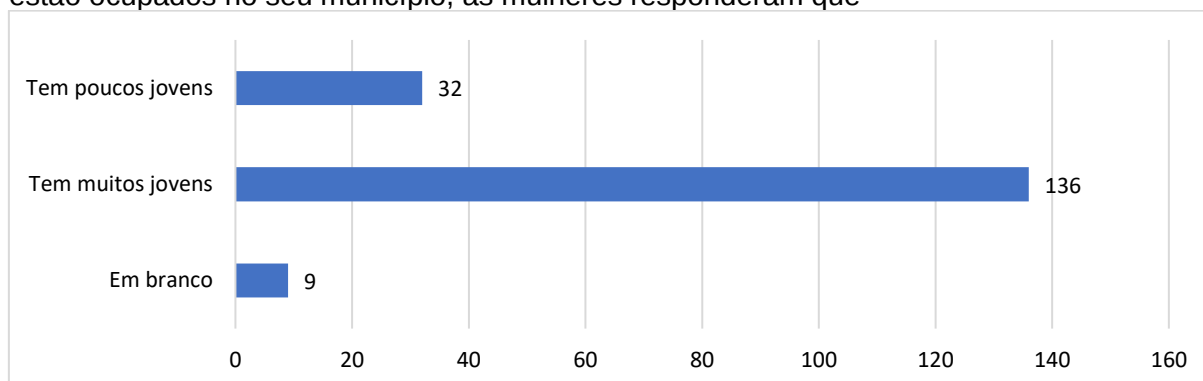
Gráfico 32 - Número de denúncias de violência praticada contra a mulher idosa, segundo a percepção das mulheres



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

No Gráfico 33, em torno de 76,83% (n=136) das mulheres apontam que há muitos jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam nem estão ocupados, contra 18,07% (n=32) que pontuaram negativamente, e 5,08% (n=9) não responderam. Esta percepção das mulheres sinaliza a necessidade de políticas públicas de educação e geração de renda voltadas a esta faixa da população.

Gráfico 33 - Quanto aos jovens de 15 a 29 anos de idade que não estão estudando e não estão ocupados no seu município, as mulheres responderam que



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Para que haja igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, as mulheres sugerem:

1. Mulheres para que possam lutar por seus direitos;
2. Elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para jovens, idosas e mulheres com deficiência;

3. Que sejam feitos fóruns, seminários, campanhas, palestras educativas para informação sobre o tema e despertar na sociedade a necessidade de viver em uma cultura de respeito, de tolerância e igualdade;
4. Sensibilização da população para a redução do preconceito com mobilização política para a causa, e garantir o respeito ao ser humano;
5. Cumprimento da Lei e punições aos culpados;
6. Democratização dos espaços e o acesso, trabalhando uma mudança de cultura;
7. Capacitação nas escolas para conscientização das pessoas no que desrespeito a homofobia, lesbofobia e ao sexismo;
8. A luta antirracista deve ser amplamente difundida em todos os meios de comunicação, lugares e ambientes do país;
9. Implementação de uma Rede para atenção específica a jovens, idosas e mulheres com deficiência;
10. Garantir o acesso das mulheres jovens, idosas e com deficiência a políticas, equipamentos e serviços públicos;
11. Políticas de educação, saúde e emprego, garantindo investimento em infraestrutura para reabilitação de pessoas com deficiência e com disposição de órteses/próteses e afins para melhoria da qualidade de vida;
12. Criação de políticas públicas compensatórias de proteção e espaços que acolham todas;
13. Fortalecimento da relação escola/família, visando a conscientização de todos.

“Um grande desafio...não saberia responder...participo há anos da rede de atendimento as mulheres PCDs (reabilitação) e atuo também há anos como voluntária junto às pessoas idosas...e mesmo com o avanço nas legislações protetivas (Estatuto da Pessoa Idosa e Lei Brasileira de Inclusão), verificamos cotidianamente a violação dos direitos sociais desses segmentos”
Representante da Sociedade Civil de Picos.

“Tem que ter mais programas de acesso, de esclarecimento às pessoas, tantos aos adultos como as crianças” **Sindicalista do município Cristino Castro**

“Aprofundar nos debates nas escolas, principalmente nas creches, onde teremos que buscar e trabalhar a mente das crianças desde o berçário para que elas cresçam sabendo que não se pode alimentar o preconceito e o racismo diante de uma sociedade machista que vivemos.” **Sindicalista do município Colônia do Piauí.**

6.3.3 Identificação e avaliação de instrumentos e serviços públicos

Neste último componente da oficina, as mulheres puderam se posicionar quanto ao agrupamento humano identificado nos municípios onde viviam. Neste sentido, a planilha abaixo aponta que a grande maioria reconhece os assentados como o maior agrupamento, seguido de comunidade quilombolas, povos indígenas e ciganos, dentre outros. É importante destacar que as mulheres puderam identificar mais de um agrupamento humano.

Quadro 17 - Identificação da quantidade de agrupamentos humanos existentes no Piauí pelas participantes das Oficinas

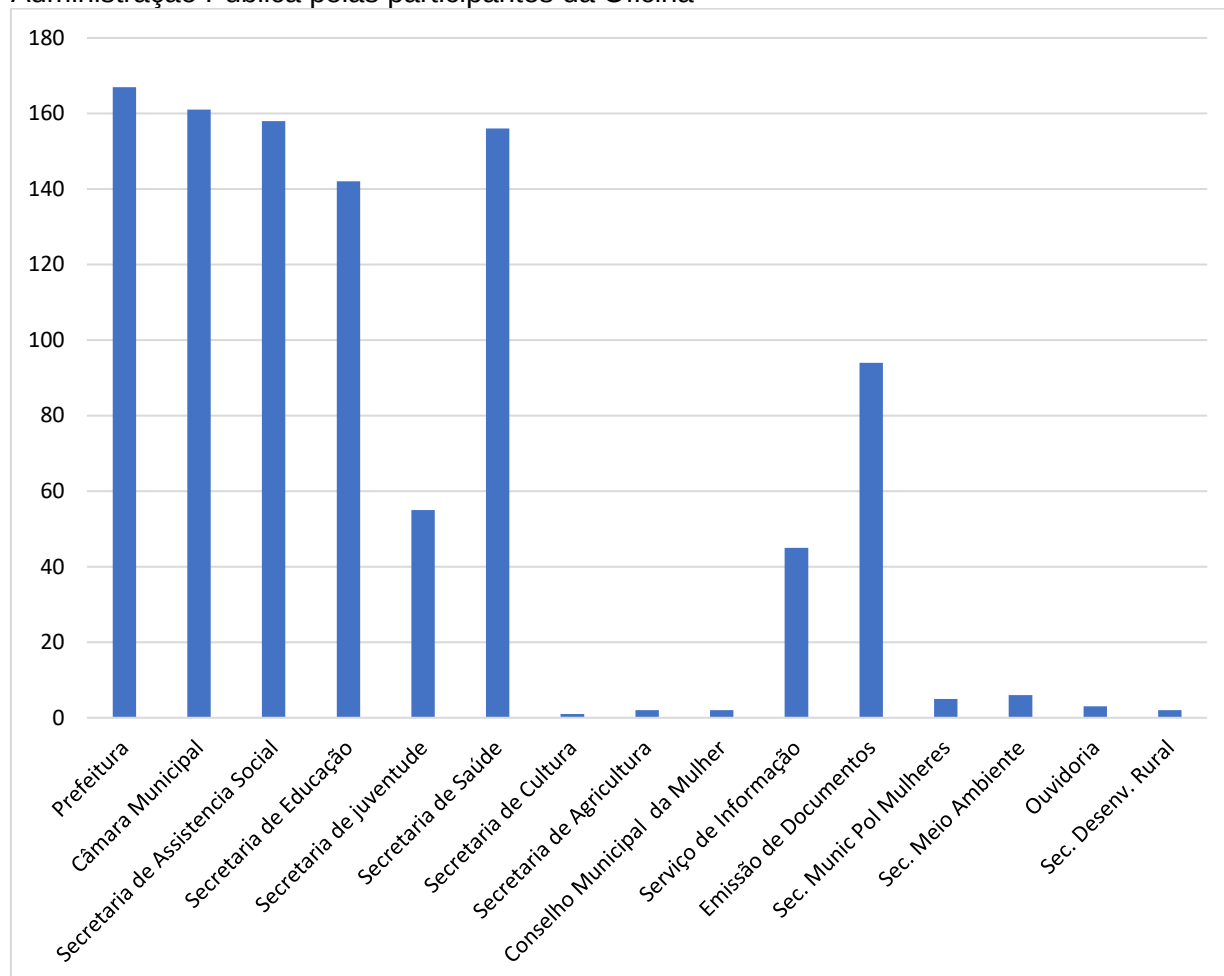
Agrupamentos Humanos	Quantidade
Assentamentos	140
Comunidade Quilombola	46
Povos Indígenas	17
Pescadores	3
Refugiados	2
Extrativistas	1
Agricultores	2
Ciganos	9

Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Ainda neste componente, foi perguntado às mulheres sobre os principais instrumentos e serviços públicos. Embora os formulários já apontassem alguns deles, em todas as opções foi dada a oportunidade de identificar outro que as mulheres achavam relevante. Nesta etapa, foram identificados:

I – Na Administração Pública

Gráfico 34 - Identificação de órgãos e serviços públicos municipais que compõem a Administração Pública pelas participantes da Oficina

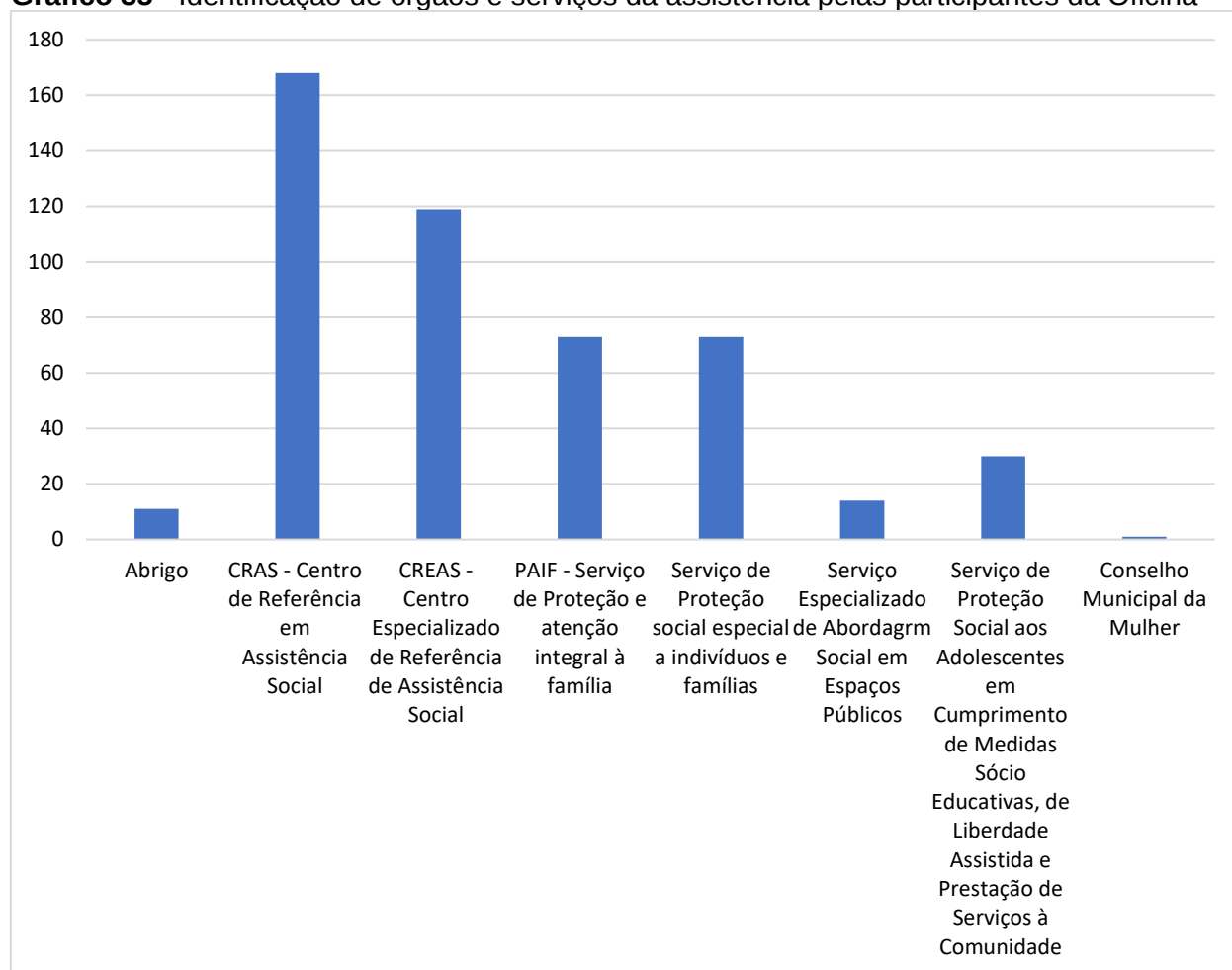


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres ainda não está implementada em muitos municípios do estado do Piauí. A Secretaria Municipal de Cultura foi identificada somente por uma mulher.

II – Instrumentos da Assistência Social

Gráfico 35 - Identificação de órgãos e serviços da assistência pelas participantes da Oficina

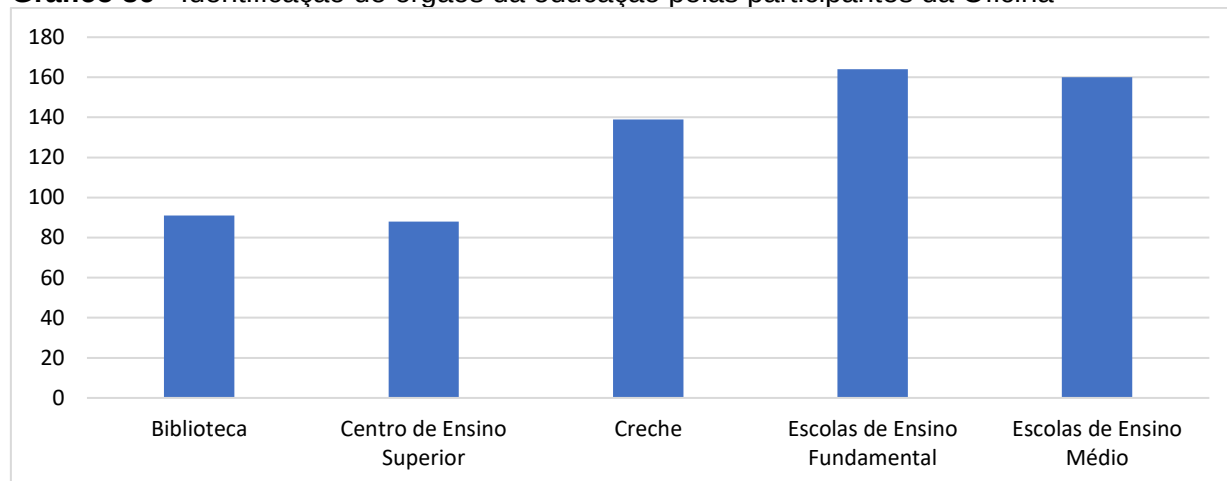


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

A implantação e o funcionamento do Conselho Municipal da Mulheres foram identificados por somente uma mulher, inferindo a necessidade de fortalecer este importante espaço de controle social e proposição de políticas públicas. Durante a pesquisa não foi possível identificar quanto conselhos municipais da mulher estão implantados e funcionando no estado. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) foi identificado pela maioria das mulheres.

III – Educação

Gráfico 36 - Identificação de órgãos da educação pelas participantes da Oficina

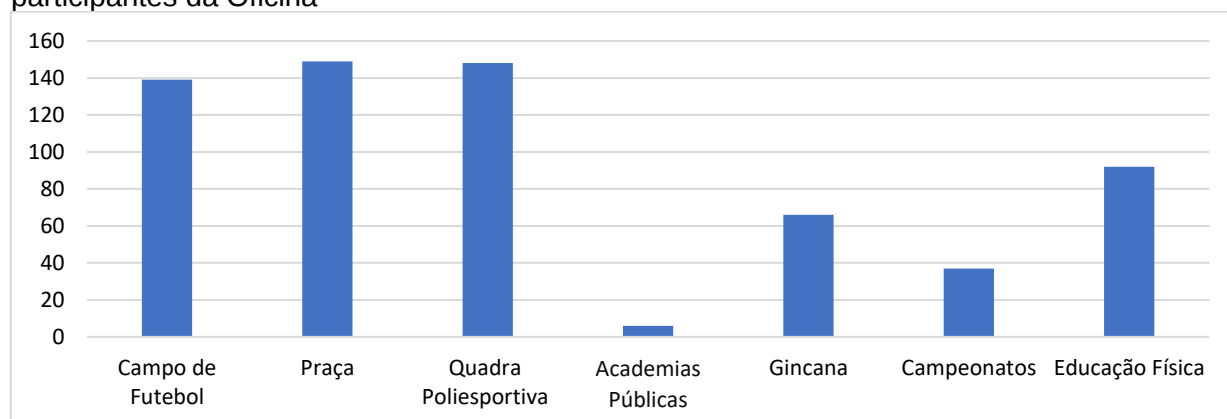


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Na educação, as escolas de ensino fundamental e médio são as que têm maiores destaques, embora tenha sido observado que faltam, dentro das escolas, equipamentos como bibliotecas, quadras de esportes, laboratórios, dentre outros. Em função de muitos municípios ainda não terem Centros de Ensino Superior, as mulheres encerram os estudos no ensino médio.

IV – Esporte e Lazer

Gráfico 37 - Identificação de equipamentos e políticas públicas de esporte e lazer pelas participantes da Oficina

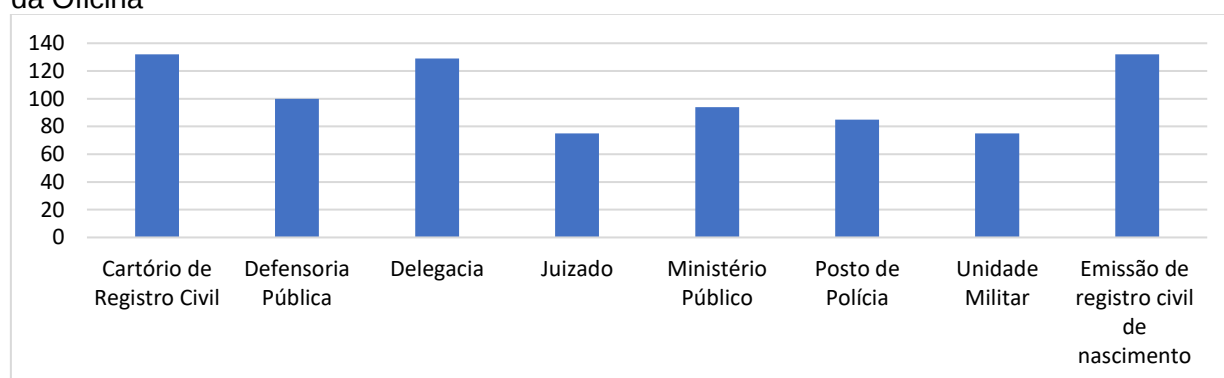


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Na área de esporte e lazer, embora observada a existência de quadras poliesportivas e campo de futebol, na maioria dos eventos, estes são direcionados para o público masculino. Foram relatados preconceitos quanto ao futebol feminino. Às academias públicas foram sugeridas a implantação em outros municípios, já que ainda estão restritas a poucos deles.

V- Justiça e Segurança

Gráfico 38 - Identificação de instituições de justiça e segurança pública pelas participantes da Oficina

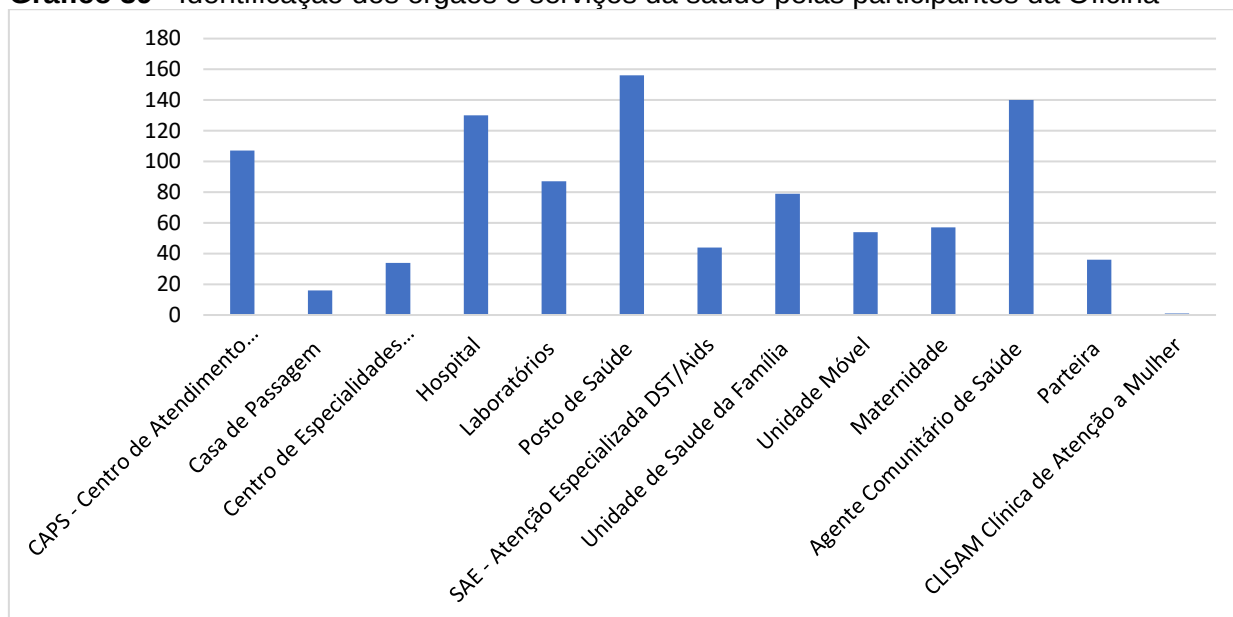


Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Quanto às delegacias identificadas, muitas delas não conseguem atender às mulheres em função de todos os agentes públicos serem do sexo masculino, o que inibe a mulher de fazer a queixa, pois, muitas vezes, não conseguem dialogar com tais servidores sobre suas violências sofridas.

VI – Saúde

Gráfico 39 - Identificação dos órgãos e serviços da saúde pelas participantes da Oficina



Fonte: Formulários preenchidos nas oficinas e trabalhados pelos autores.

Na área de saúde, as mulheres avaliam a necessidade de mais maternidades, pois, muitas vezes, faz-se necessário o deslocamento para outros municípios para que a mulher possa parir. Os dados oficiais sobre a saúde reforçam essa necessidade sentida pelas mulheres.

Como conclusão, pode-se afirmar que a realização da Oficina Setorial Participativa responde à necessidade de estabelecer diálogo permanente entre as mulheres e os governos, de forma exitosa, atinentes aos temas que interferem nas suas vidas e da comunidade local. Representa uma conquista social que não se deve perder de vista. Há uma troca de saberes, com informações importantes para o fortalecimento de lutas por políticas para as mulheres.

Com a COVID-19, que trouxe o isolamento social como parte da realidade das brasileiras e brasileiros, fez-se necessária a adoção de estratégias que utilizam metodologias em ambientes 100% on-line. A adaptação da metodologia que ocorreu em um primeiro momento presencial e foi transposto para o ambiente on-line representou um ganho para todas as mulheres piauienses, pois estas foram capazes de mostrar suas capacidades para com uma tecnologia que desponta e caminha na direção de um mundo globalizado, mantendo seus posicionamentos a partir de seus locais de trabalho ou residências.

7

A REALIDADE DAS
MULHERES PIAUIENSES:
Resultado da Pesquisa
Primária

7 A REALIDADE DAS MULHERES PIAUIENSES: Resultado da Pesquisa

Primária

7.1 Métodos

A pesquisa realizada em campo investigou a realidade da mulher piauiense, por meio de análises quantitativas e qualitativas, residentes em 70 municípios, divididos em 12 territórios do Estado. Para o levantamento de dados, foi aplicado um questionário estruturado, com amostras das áreas urbana e rural. O estudo ocorreu em duas fases distintas: na primeira, entre os dias 11 a 22 de março de 2020, foi iniciado o levantamento de campo com 60% das entrevistas realizadas, fase interrompida em função da pandemia da COVID-19, cujo agravamento pôs em risco as condições de biossegurança e saúde das pessoas, impondo o afastamento social regulamentado pelo Governo do Piauí como alternativa para frear a disseminação do novo Coronavírus, causador da doença; a segunda etapa ocorreu entre 06 e 16 outubro de 2020, havendo a continuidade das entrevistas diretas, sendo possível porque algumas normas de controle à pandemia foram flexibilizadas, mas obedecendo às medidas sanitárias necessárias para evitar a contaminação com vírus, a fim de garantir bem-estar e saúde de pesquisadores e participantes.

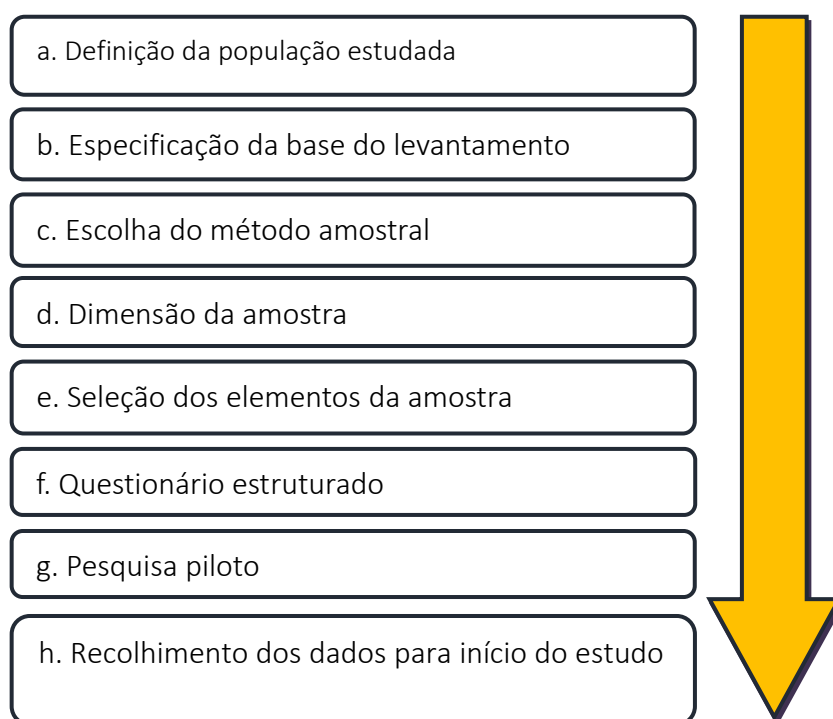
Foi estabelecido como critérios de inclusão mulheres com idade a partir de 15 anos, residentes em áreas rurais e urbanas do Piauí, conforme apontado no projeto. As variáveis foram divididas em: sexo, faixa etária, municípios e territórios, entre outras.

É importante ressaltar que o estudo foi realizado com a participação do Governo do Estado do Piauí, na construção do formulário de pesquisa, e da equipe do consórcio responsável pela área técnica formado por pesquisadores, coordenadores, entre outros, com o intuito de construir um instrumento de coleta capaz de responder às necessidades da construção do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, cuja elaboração será a partir dos resultados apresentados neste Diagnóstico. Essas parcerias criam um ambiente propício para a análise e apresentação de variáveis que possam corroborar de forma eficiente para o alcance dos objetivos do projeto.

7.2 Participantes

O plano amostral teve como objetivo estimar, a partir da escolha dos participantes, um universo e, assim, representá-lo. Implementar o plano é responder a várias perguntas relacionadas aos critérios de inclusão e exclusão de participantes, que resultam, ou não, em dados pertinentes. A figura 1 apresenta, esquematicamente, o plano de amostragem que foi implementado. Esse plano se desenrolou em seis etapas, abrangendo a concepção - etapas (a) a (d) - e a implementação - etapas (e) e (f).

Figura 2 – Etapas realizadas do Plano Amostral



Fonte: Vicente (2012).

A escolha da amostra inicia-se com a identificação dos participantes, passando para as fases intermediárias que contemplam um levantamento de informações disponíveis acerca do conjunto selecionado, que possam ajudar a organizar o processo de seleção (b) e (c).

O desenho do plano amostral inclui, também, o dimensionamento da amostra (etapa d). A execução de etapas anteriores construiu-se na seleção de elementos (etapa e).

Já na obtenção da sua colaboração para o estudo (etapa f), iniciam-se as fases de testes para verificar conformidades no questionário e analisar o tempo e dinamismo no levantamento (etapa g).

7.3 As fases de escolha da amostra

a. Definição da População Estudada

A definição da população estudada e das variáveis que compuseram o estudo foi fundamental para o sucesso da pesquisa. Por isso, foi elaborada em consonância com o questionário estruturado. Os critérios de inclusão são relativos ao sexo, à idade, ao mercado de trabalho, à classe social, à educação, à saúde, às condições sociais, à cultura, entre outros. Em termos geográficos e demográficos, devido à especificidade da abrangência do Estado do Piauí, a amplitude envolveu territórios, municípios, vilas, povoados áreas metropolitanas, bairros, distritos urbanos e rurais.

b. Especificação da Base do Levantamento

A base de sondagem é uma representação da população-alvo, que tem como características servir de alicerce para a seleção amostral. No caso específico das mulheres piauienses, a seleção foi baseada nas informações do banco de dados do SUS, o DATA SUS, Censo do IBGE 2010 e do governo federal, que traçaram perfis etários, geográficos e entre outras informações. O levantamento foi feito em duas etapas: a primeira, a partir de informações secundárias; e a segunda etapa, a partir de dados coletado por meio de um questionário estruturado.

c. Escolha do Método Para Selecionar Amostra

A escolha de um método amostral é de fundamental importância para responder à questão de como selecionar os elementos da amostra. Trata-se de dispor um procedimento para selecionar os elementos da amostra e representação da população pesquisada. O método utilizado neste estudo foi o de amostragem aleatória estratificada. Para Vicente (2012), a amostra aleatória estratificada da população-alvo não deve ser comparada como um grupo de elementos únicos, e sim como a soma das subpopulações envolvidas no processo.

d. Dimensão da Amostra

Diversos fatores podem influenciar na dimensão amostral; o mais decisivo está relacionado às características da população-alvo. Entre os fatores-chave que podem influenciar, estão: características da população-alvo, nível de heterogeneidade, rigor estatístico na metodologia, necessidade de contemplar subgrupos na análise dos dados, orçamento e tempo do estudo. O tamanho da amostra definido para a pesquisa de campo foi calculado admitindo erros máximos de 2%, para um grau de confiança de 95%. Para que isso fosse alcançado, foram aplicados questionários e distribuídos em 12 territórios no estado do Piauí.

Indicadores da amostra:

- a) Sexo feminino.
- b) 70 municípios selecionados.
- c) Zona urbana e rural.
- d) Estado do Piauí.
- e) Mulheres economicamente ativas e donas de casa.
- f) Faixa etária a partir de 15 anos de idade (entrevistas concedidas com a presença e autorização dos responsáveis).
- g) Proporcionalidade condicionada a bairros rurais e urbanos da população feminina residente no estado do Piauí.
- h) Quando a população pesquisada supera 100.000 elementos, a fórmula para cálculo do tamanho da amostra passa a ser a seguinte, onde:

$$n = \frac{\sigma^2 * p * q}{e^2}$$

n: tamanho da amostra.

σ: nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão.

P: Percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

q: percentagem complementar.

e: Erro máximo permitido.

- i) No cálculo amostral considerando o erro máximo **de 2%**, há um nível de confiança de **95%**, perfazendo uma amostra de **3.575** questionários.

e) Seleção dos Elementos da Amostra

As etapas de seleção e de contato com os participantes constituem a operacionalização do processo de amostragem anteriormente planejado, pois se trata de pôr em prática os procedimentos de seleção definidos anteriormente. Elas foram definidas a partir do universo de mulheres no estado do Piauí, em regiões pré-determinadas a partir de aspectos etários, geográficos e demográficos. A composição da amostra foi realizada em áreas devidamente selecionadas a partir de análises demográficas e logísticas, buscando identificar os entrevistados a partir das características definidas no plano amostral.

f) Questionário Estruturado

Na construção do instrumento de coleta, foram usadas como base as linhas de ação do plano nacional e o Termo de Referência (TR) da contratação da consultoria. As variáveis e indicadores foram definidos para contemplar o PEPM em sua plenitude.

g) Pesquisa Piloto

A priori, para o estudo, foi necessário fazer um levantamento prévio e preventivo, testando o questionário a ser aplicado, o que levou a identificações e correção de erros, inconsistências e incoerências. Além disso, o tempo médio de entrevista pôde ser revisto e novas perguntas foram inseridas ao questionário, a fim de melhor desempenho.

h) Recolhimento dos Dados Para Início do Estudo

Para a coleta de dados, o mais importante é prezar pela qualidade da informação vindas de campo. Nesse sentido, foram realizados treinamentos e capacitações com os pesquisadores de campo e coordenadores, além de sondagens-piloto. Os responsáveis pela aplicação foram selecionados a partir de uma experiência

prévia na aplicação do instrumento de pesquisa e similaridade com o tema referente à situação das mulheres. Entre as orientações repassadas, destacam-se: apresentar-se como interessado em conhecer as opiniões e os comportamentos das mulheres e suas respectivas regiões; solicitar a colaboração voluntária das pessoas, após esclarecer as condições de participação na pesquisa; deixar claro que não há respostas certas ou erradas e que estas devem descrever a verdade dos fatos questionados; informar aos participantes que é assegurado o anonimato das suas respostas e que elas serão tratadas de forma geral, ou seja, em conjunto.

Todos os pesquisadores e coordenadores de campo foram treinados e preparados para desenvolver habilidades de preenchimento e uso do software de pesquisa, intitulado QuestionPro.

7.4 Metodologia para Processamento de Dados

A coleta dos dados de pesquisa foi realizada a partir do Software QuestionPro implantado em Smartphone, tablet e demais aparelhos celulares, com tecnologia Android. Depois do questionário testado, foi inserido na plataforma do QuestionPro, na base de dados do sistema. Em seguida, foi armazenado em cada dispositivo via celular ou tablet, com tecnologia Android com alta precisão, e sendo disponibilizado uma senha pessoal para cada envolvido, dando segurança e confiabilidade no processo. Este software é de alta precisão e segurança e foi ajustado para acolher as informações do questionário sobre a realidade da mulher piauiense.

Para a realização da entrevista, não foi necessário conectar o dispositivo via internet. Chegando em local seguro, os dados puderam ser armazenados via web, para melhor aplicação e segurança. Com os dados armazenados, foi possível fazer o backup e transportá-los para o software estatístico SPSS 22.0. Assim, foi possível fazer até três cruzamentos de variáveis ao mesmo tempo e otimizar as tabelas, construir gráficos e fazer análises mais apuradas, dinamizando o tempo.

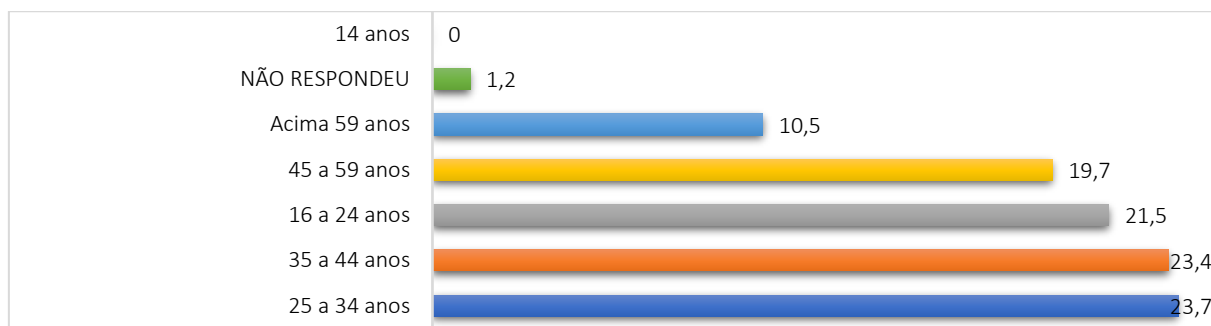
Quadro 18 – Distribuição dos Territórios por Municípios - Áreas Urbana e Rural

TERRITÓRIOS	ZONA		TOTAL
	URBANA	RURAL	
CARNAUBAIS	104	62	166
	62,7%	37,3%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	71	51	122
	58,2%	41,8%	100,0%
COCAIS	278	122	400
	69,5%	30,5%	100,0%
ENTRE RIOS	1503	183	1686
	89,1%	10,9%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	283	85	368
	76,9%	23,1%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	88	21	109
	80,7%	19,3%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	49	26	75
	65,3%	34,7%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	80	59	139
	57,6%	42,4%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	124	51	175
	70,9%	29,1%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	66	20	86
	76,7%	23,3%	100,0%
VALE DO SAMBITO	59	48	107
	55,1%	44,9%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	105	37	142
	73,9%	26,1%	100,0%
TOTAL	2810	765	3575
	78,6%	21,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

7.5 Perfil das Mulheres Entrevistadas

Gráfico 40 – Faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima mostram a faixa etária das mulheres entrevistadas no Estado do Piauí. A maioria tem entre 25 e 44 anos (47,1%). A faixa de jovens, 16 a 24 anos,

corresponde a 21,5%. Logo em seguida, vem a faixa de idade de 45 a 59 anos, com 19,7%. Acima de 59 anos somaram apenas 10,5%. Há um índice de 1,2% que não quis responder.

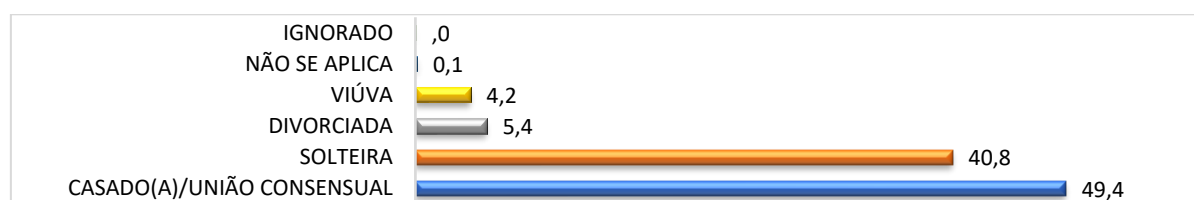
Tabela 142 – Faixa etária por territórios

TERRITÓRIOS	NS/SR	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 59 anos	Total
CARNAUBAIS	2,9%	19,3%	21,6%	24,6%	25,7%	5,8%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS		14,8%	18,0%	19,7%	25,4%	22,1%	100,0%
COCAIS	1,0%	21,8%	26,5%	23,3%	15,8%	11,4%	100,0%
ENTRE RIOS	1,3%	23,8%	22,5%	22,8%	19,3%	10,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	1,1%	19,4%	32,0%	22,8%	20,4%	4,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA		17,4%	17,4%	27,5%	22,0%	15,6%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	1,3%	15,8%	22,4%	31,6%	15,8%	13,2%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	,7%	24,3%	18,6%	23,6%	20,7%	12,1%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	,6%	22,7%	26,1%	21,6%	19,3%	9,7%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM		15,1%	22,1%	25,6%	22,1%	15,1%	100,0%
VALE DO SAMBITO	2,7%	18,2%	18,2%	27,3%	19,1%	14,5%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	1,4%	16,0%	27,1%	22,9%	20,8%	11,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

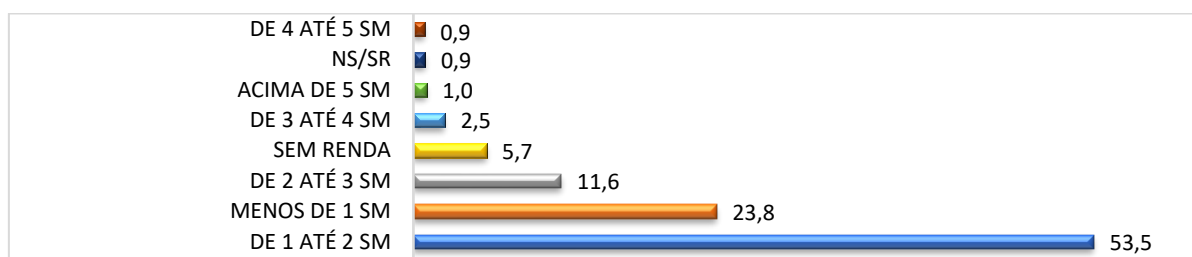
No cruzamento por territórios, percebe-se que o Vale do Canindé (24,3%), Entre Rios (23,8%), Rio Guaribas (22,7%) e Cocais (21,8%) concentram os maiores índices de mulheres jovens - 16 a 24 anos. Nos territórios Chapada das Mangabeiras (22,1%), Serra da Capivara (15,6) e Vale do Rio Itaim (15,1%) estão os maiores percentuais de mulheres acima de 59 anos.

Gráfico 41 - Estado civil (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Ao se tratar do estado civil das mulheres, a maioria, 49,4%, são casadas/União consensual. No entanto, o percentual de mulheres solteiras chega ao patamar de 40,8%. As divorciadas são apenas 5,4% e as viúvas, 4,2%.

Gráfico 42 – Renda familiar (%)

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à renda, a predominância é de quem ganha de 1 até 2 salários mínimos, correspondendo a 53,5% das mulheres. Há um percentual de 23,8% que disseram que têm renda abaixo de 1 salário mínimo. De 2 até 3 salários mínimos somam 11,6%; de 3 até 5 salários mínimos correspondem a 2,5%; de 4 até 5 salários, 0,9%; acima de 5 salários, 1,0%. Observa-se um percentual de 5,7% de mulheres sem renda.

Tabela 143 - Renda familiar por Territórios

TERRITÓRIOS	SEM RENDA	MENOS DE 1 SM	DE 1 ATÉ 2 SM	DE 2 ATÉ 3 SM	DE 3 ATÉ 4 SM	DE 4 ATÉ 5 SM	ACIMA DE 5 SM	NS/SR	TOTAL
CARNAUBAIS	12,1%	25,5%	50,3%	7,9%	1,8%		2,4%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	9,0%	26,2%	52,5%	8,2%	2,5%	,8%	,8%		100,0%
COCAIS	4,0%	39,4%	46,5%	6,3%	1,3%	,8%	1,3%	,5%	100,0%
ENTRE RIOS	4,9%	16,3%	55,8%	16,2%	2,8%	1,1%	1,3%	1,7%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	6,5%	23,2%	54,8%	8,4%	3,8%	1,1%	1,4%	,8%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	4,6%	22,2%	64,8%	5,6%	2,8%				100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	4,0%	22,7%	65,3%	6,7%	1,3%				100,0%
VALE DO CANINDÉ	9,4%	53,2%	33,8%	2,9%		,7%			100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	4,6%	26,6%	55,5%	9,8%	2,9%	,6%			100,0%
VALE DO RIO ITAIM	4,8%	31,0%	47,6%	10,7%	2,4%	3,6%			100,0%
VALE DO SAMBITO	11,2%	40,2%	43,9%	3,7%	,9%				100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	4,2%	20,4%	59,9%	12,7%	2,8%				100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A análise cruzada da renda por territórios aponta as diferenças de rendas das mulheres. As que autodeclararam não ter nenhum tipo de renda estão mais concentradas nos territórios de Carnaubais (12,1%), Vale do Sambito (11,2%) e Vale

do Canindé (9,4%). Quando se trata de renda menor que um salário mínimo, o Vale do Canindé tem 53,2% de mulheres nesta condição, seguido de Vale do Sambito (40,2%) e Cocaís (39,4%).

Tabela 144 – Renda familiar por zonas urbana e rural

ZONA	SEM RENDA	MENOS DE 1 SM	DE 1 ATÉ 2 SM	DE 2 ATÉ 3 SM	DE 3 ATÉ 4 SM	DE 4 ATÉ 5 SM	ACIMA DE 5 SM	NS/SR	TOTAL
URBANA	4,9%	18,5%	56,7%	13,7%	2,9%	1,0%	1,1%	1,1%	100,0%
RURAL	8,8%	43,3%	41,8%	4,2%	,9%	,3%	,7%	,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao analisar o cruzamento de renda familiar por zona, infere-se que na zona rural estão concentradas 52,1% das mulheres mais pobres (sem renda e com renda menor de 01 SM).

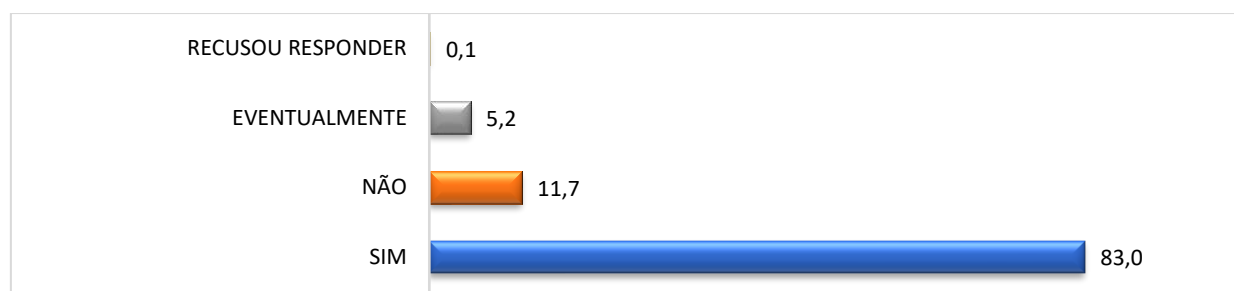
7.5.1 Análise por Eixo

Neste item, serão apresentados dados e informação considerando os Eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. É importante ressaltar que a análise das tabelas e gráficos focam e dialogam com a necessidade de política públicas de forma sistêmica e integrada. Assim, sugere-se que possa servir de base para a construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Piauí.

7.5.1.1 EIXO I: Igualdade No Mundo Do Trabalho e Autonomia Econômica

Gráfico 43 – Trabalho doméstico não remunerado na sua própria residência

(%) *Você trabalha em serviços domésticos (não remunerado) em sua própria casa?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico mostra o percentual de mulheres que realizam serviços domésticos (não remunerado) em sua própria casa, chegando ao patamar de 83,0% de mulheres.

Tabela 145 - Trabalho doméstico não remunerado na sua própria residência por zona

ZONA	SIM	NÃO	EVENTUALMENTE	RECUSOU-SE A RESPONDER	Total
URBANA	81,7%	12,2%	5,9%	0,1%	100,0%
RURAL	87,7%	9,7%	2,6%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento de dados destaca a zona por trabalho doméstico não remunerado. Observa-se que na zona rural há o maior índice de mulheres que fazem serviços domésticos na própria residência, chegando a 87,7%, enquanto na zona urbana esse índice é de 81,7%.

Tabela 146 - Trabalho doméstico não remunerado na sua própria residência por renda

RENDA	SIM	NÃO	EVENTUALMENTE	Total
SEM RENDA	85,8%	9,8%	3,9%	100,0%
MENOS DE 1 SM	87,5%	10,5%	1,9%	100,0%
DE 1 ATÉ 2 SM	82,6%	12,4%	4,9%	100,0%
DE 2 ATÉ 3 SM	76,1%	11,4%	12,6%	100,0%
DE 3 ATÉ 4 SM	77,3%	11,4%	11,4%	100,0%
DE 4 ATÉ 5 SM	77,4%	19,4%	3,2%	100,0%
ACIMA DE 5 SM	75,7%	16,2%	8,1%	100,0%
NS/SR	87,9%	3,0%	3,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Destaca-se, neste cruzamento, que as mulheres que realizam serviços domésticos não remunerados em suas residências possuem as menores rendas oriundas de outras.

Tabela 147 - Trabalho doméstico não remunerado na sua própria residência por renda por benefício social

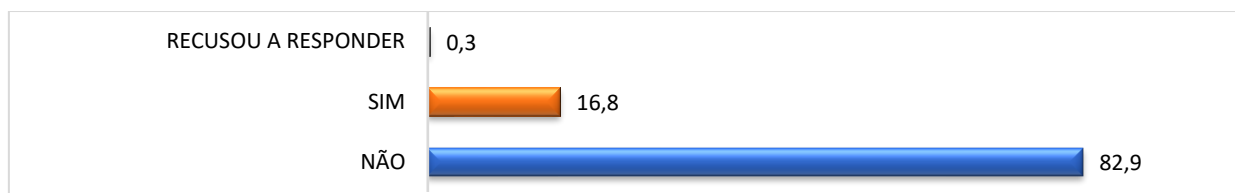
BENEFÍCIO SOCIAL	SIM	NÃO	EVENTUALMENTE
SR	0,2%	0,2%	
APOSENTADORIA	9,2%	13,9%	5,4%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,1%	0,5%	1,1%
AUXÍLIO EMERGENCIAL	1,1%	0,5%	1,6%
BOLSA ESTUDANTIL	0,1%		
BOLSA FAMÍLIA	30,5%	21,9%	13,5%
BPC	0,7%	1,2%	
INSS		0,2%	
NÃO POSSUO	56,8%	61,1%	76,8%
NÃO RESPONDEU	0%		
PENSÃO	0,8%	0,2%	1,1%
PROUNI			0,5%
SEGURO ACIDENTE	0%		
SEGURO DEFESO	0%		
SEGURO-DESEMPREGO	,5%	0,2%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Do total de mulheres que fazem trabalho doméstico sem remuneração, 56,8% não possuem benefício social e somente 30,5% recebem o Bolsa Família.

Gráfico 44 – Trabalho remunerado (*HOME OFFICE*) na residência

(%) *Você trabalha como home office / exerce atividade remunerada em casa?*



Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres que trabalham em suas residências com alguma atividade remunerada somam 16,8%. Já as mulheres que não exercem atividade remunerada são 82,9%.

Tabela 148 – Trabalho remunerado na residência por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	RECUSOU-SE A RESPONDER	TOTAL
CARNAUBAIS	20,0%	80,0%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	13,9%	86,1%		100,0%
COCAIS	14,3%	85,2%	0,5%	100,0%
ENTRE RIOS	20,2%	79,6%	0,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	18,3%	80,7%	1,1%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	12,0%	88,0%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	10,7%	89,3%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	15,8%	82,7%	1,4%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	5,8%	94,2%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	8,3%	91,7%		100,0%
VALE DO SAMBITO	8,4%	91,6%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	10,6%	89,4%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os territórios em que as mulheres entrevistadas apresentam os maiores percentuais de trabalho remunerado em residência foram: Entre Rios, 20,2%, Carnaubais, 20,0%, e Planície Litorânea, 18,3%. Já os com maiores percentuais de mulheres que não trabalham nesta situação são Vale do Rio Guaribas, 94,2%; Vale do Rio Itaim, 91,7% e Vale do Sambito, 91,6%.

Tabela 149 – Trabalho remunerado na residência por renda

CONDIÇÃO DA RENDA	SIM	NÃO	RECUSOU-SE A RESPONDER	TOTAL
SEM RENDA	12,3%	86,3%	1,5%	100,0%
MENOS DE 1 SM	19,3%	80,5%	0,1%	100,0%
DE 1 ATÉ 2 SM	15,3%	84,6%	0,1%	100,0%
DE 2 ATÉ 3 SM	20,3%	79,0%	0,7%	100,0%
DE 3 ATÉ 4 SM	13,6%	86,4%		100,0%
DE 4 ATÉ 5 SM	12,9%	87,1%		100,0%
ACIMA DE 5 SM	24,3%	75,7%		100,0%
NS/SR	21,2%	72,7%	6,1%	100,0%

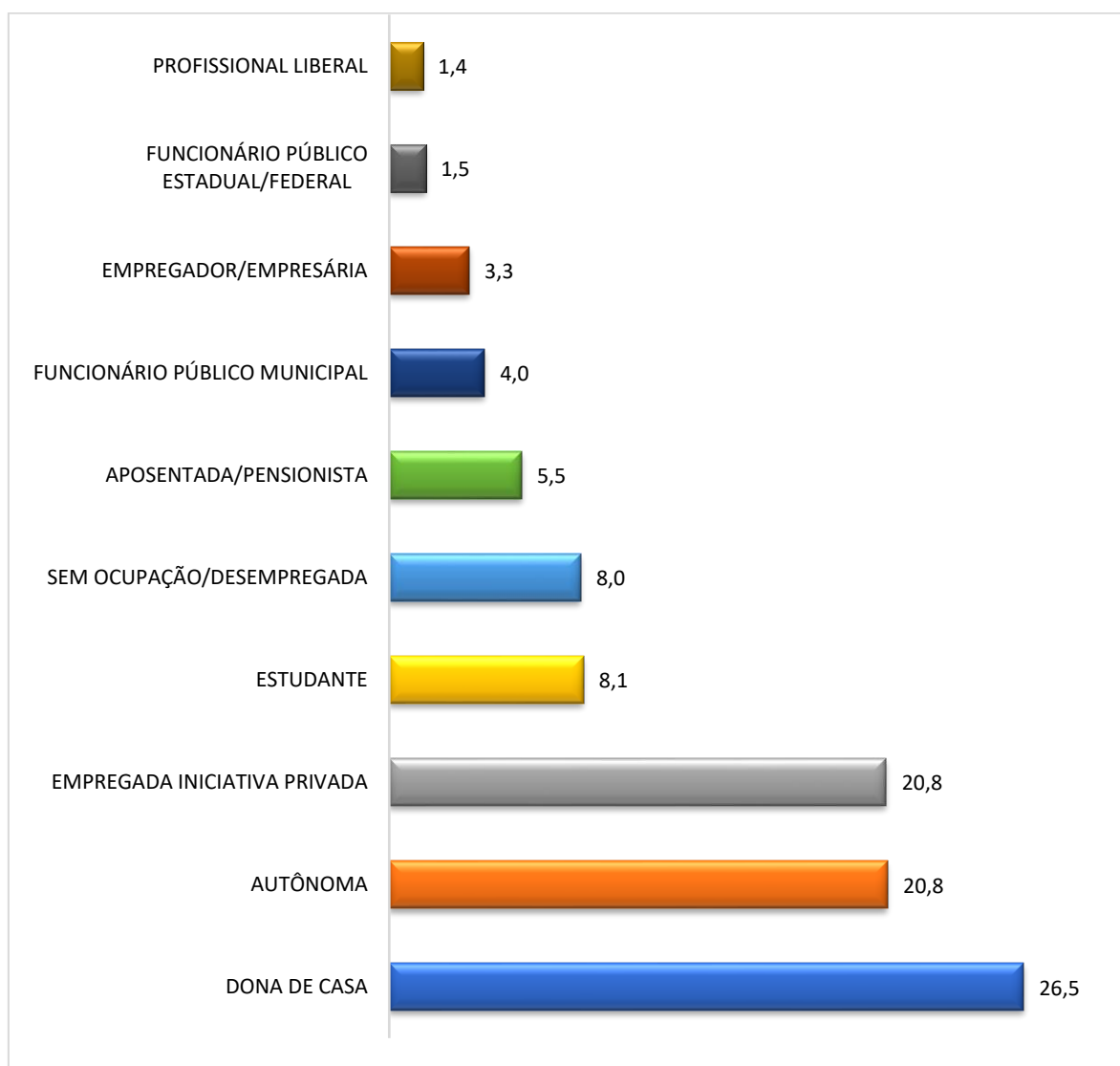
Fonte: Pesquisa de campo.

Esse cruzamento mostra as mulheres que trabalham de forma remunerada em suas residências. Destacam-se as mulheres que mesmo dizendo que são

remuneradas, não possuem renda (12,3%). As que declaram ter renda recebem menos de um salário mínimo (19,3%). Ressaltam-se as mulheres com renda acima de cinco salários mínimos, que apresentam um percentual de 24,3%.

Gráfico 45 – Principal ocupação.

(%) Qual sua principal ocupação?



Fonte: Pesquisa de campo.

A maioria das mulheres entrevistadas é dona de casa (26,5%). As mulheres autônomas e as empregadas da iniciativa privada apresentam mesmo índice (20,8%) do total de mulheres.

Tabela 150 - Principal ocupação por território

Ocupação	Caraubais	Chapada das Mangabeiras	Cocais	Entre Rios	Planície Litorânea	Serra da Capivara	Tabuleiros do Alto Parnaíba	Vale do Canindé	Vale do Rio Guaribas	Vale do Rio Itaim	Vale do Sambito	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras
SEM OCUPAÇÃO/DESEMPREGADA	9,1%	2,5%	6,5%	8,7%	13,1%	2,8%	1,3%	13,7%	4,0%	7,1%	8,4%	1,4%
EMPREGADA INICIATIVA PRIVADA	15,2%	9,0%	18,6%	20,7%	23,4%	17,6%	26,7%	14,4%	34,1%	15,5%	18,7%	31,0%
AUTÔNOMA	18,8%	21,3%	17,6%	21,8%	21,8%	23,1%	24,0%	9,4%	21,4%	14,3%	14,0%	33,8%
PROFISSIONAL LIBERAL	1,8%	4,9%	1,8%	1,1%	1,6%	2,8%	1,3%	2,2%		3,6%		
EMPREGADOR/EMPRESÁRIA	3,0%	2,5%	1,0%	3,8%	4,1%	7,4%		3,6%	4,0%	7,1%	1,9%	
APOSENTADA/PENSIONISTA	1,8%	13,1%	2,5%	5,2%	2,2%	13,9%	14,7%	6,5%	8,1%	14,3%	3,7%	5,6%
ESTUDANTE	6,7%	4,1%	8,3%	10,7%	5,4%	5,6%	2,7%	7,9%	5,2%	6,0%	5,6%	0,7%
DONA DE CASA	30,9%	32,0%	39,2%	24,5%	19,6%	16,7%	22,7%	36,7%	18,5%	21,4%	43,0%	21,8%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL	10,9%	6,6%	3,3%	2,0%	7,1%	9,3%	1,3%	5,0%	4,0%	8,3%	3,7%	5,6%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL/FEDERAL	1,8%	4,1%	1,3%	1,5%	1,6%	0,9%	5,3%	0,7%	0,6%	2,4%	0,9%	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela acima mostra, a partir do cruzamento, que os territórios Vale do Canindé (13,7%) e Planície Litorânea (13,1%) apresentam os maiores índices de mulheres sem ocupação/desempregadas. Na Serra da Capivara, estão os maiores índices de empregadoras/empresárias (7,4%), seguindo de Vale do Itaim (7,1%). Mulheres na iniciativa privada estão concentradas no Vale do Rio Guaribas (34,1%) e no Vale do Rio Piauí e Itaueiras, (31%). No Vale dos Rios Piauí e Itaueiras estão as mulheres autônomas, com 33,8%, e Serra da Capivara, 24%.

Tabela 151 – Principal ocupação por zonas urbana e rural

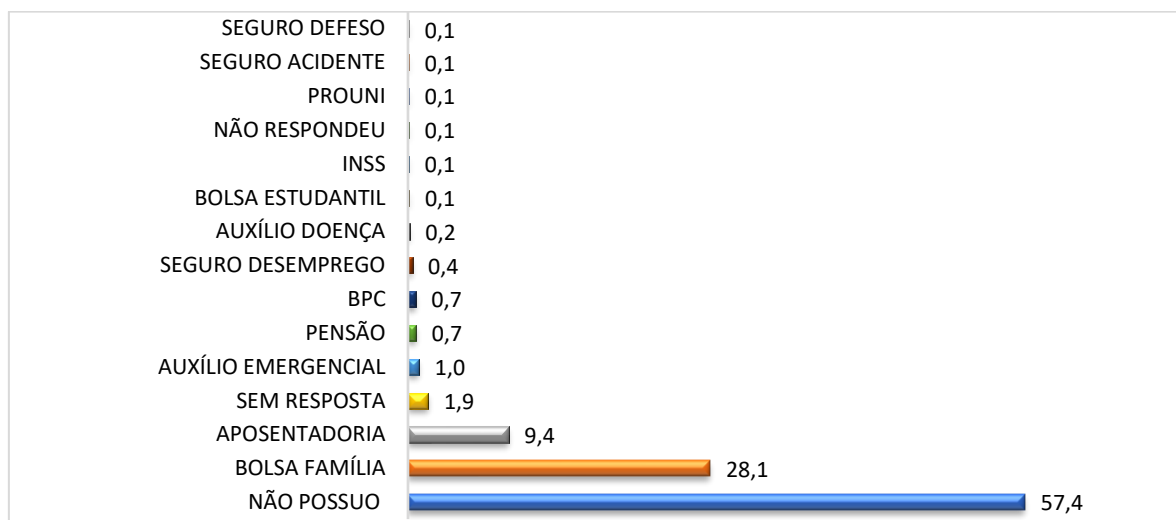
PRINCIPAL OCUPAÇÃO	URBANA	RURAL
SEM OCUPAÇÃO/DESEMPREGADA	8,3%	6,8%
EMPREGADA INICIATIVA PRIVADA	23,9%	9,2%
AUTÔNOMA	21,3%	19,0%
PROFISSIONAL LIBERAL	1,5%	1,0%
EMPREGADOR/EMPRESÁRIA	4,1%	0,7%
APOSENTADA/PENSIONISTA	5,1%	7,2%
STUDANTE	8,8%	5,5%
DONA DE CASA	21,0%	46,7%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL	4,2%	3,3%
FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL/FEDERAL	1,8%	0,7%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à ocupação das mulheres por zonas, observa-se que na zona rural estão concentradas as donas de casa (46,7%) e na urbana as empregadas da iniciativa privada (23,9%) e as autônomas (21,3%).

Gráfico 46 – Tipo de benefício social

(%) Que tipos de benefícios sociais você possui?



Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação aos benefícios sociais que as mulheres piauienses possuem, o Bolsa Família é o mais citado (28,1%). Depois vem a aposentadoria (9,4%). Destaca-se que 57,4% das mulheres afirmaram não possuir nenhum tipo de benefício social.

Importante destacar, ainda, que a opção do⁶⁹ Auxílio Emergencial foi integrado somente na segunda fase da pesquisa.

Tabela 152 – Tipo de benefício social por territórios

TERRITÓRIO	APOSENTADORIA	AUXÍLIO-DOENÇA	AUXÍLIO EMERGENCIAL	BOLSA FAMÍLIA	BPC	NÃO POSSUI	PENSÃO	NS/SR	TOTAL
CARNAUBAIS	8,80%	0,60%	2,30%	36,30%	0,60%	45,60%	1,80%	4,00%	100%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	18,90%	0,80%	2,50%	29,50%	0,80%	45,10%	0,80%	1,60%	100%
COCAIS	10,90%		1,50%	38,10%	0,20%	44,80%	1,50%	3,00%	100%
ENTRE RIOS	7,70%	0,10%	0,30%	22,80%	0,90%	65,20%	0,40%	2,60%	100%
PLANÍCIE LITORÂNEA	4,80%	0,30%		29,80%	0,50%	60,80%	1,10%	2,70%	100%
SERRA DA CAPIVARA	17,40%		0,90%	33,00%		47,70%		1,00%	100%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	11,80%			39,50%	1,30%	46,10%		1,30%	100%
VALE DO CANINDÉ	12,10%		2,90%	37,10%	1,40%	45,00%	0,70%	0,80%	100%
VALE DO RIO GUARIBAS	9,70%	0,60%	3,40%	27,80%	0,60%	55,70%	0,60%	1,60%	100%
VALE DO RIO ITAIM	15,10%		3,50%	33,70%		41,90%	2,30%	3,50%	100%
VALE DO SAMBITO	15,50%		4,50%	36,40%	1,80%	38,20%	0,90%	2,70%	100%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	10,40%			19,40%		68,10%	0,70%	1,40%	100%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela com o cruzamento dos principais benefícios recebidos pelas mulheres nos territórios apresenta a aposentadoria tendo a maior incidência nos territórios de Chapada das Mangabeiras (18,9%), Serra da Capivara (17,4%), Vale do Sambito (15,5%) e Vale do Rio Itaim (15,1%). Já o Bolsa Família tem a maior incidência nos territórios Tabuleiro do Alto Parnaíba (39,5%) e Cocais (38,1%). Os maiores percentuais de mulheres que não recebem nenhum tipo de benefício social estão

⁶⁹ Neste sentido, embora 1,0% das mulheres tenham dito que tem o auxílio emergencial, este número reflete apenas o segundo momento da pesquisa, com 40% dos formulários preenchidos.

concentrados no Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (68,1%), Entre Rios (65,2%) e Planície Litorânea (60,8%).

Tabela 153 – Benefício social por renda

BENEFÍCIO SOCIAL	SEM RENDA	MENOS DE 1 SM	DE 1 ATÉ 2 SM	DE 2 ATÉ 3 SM	DE 3 ATÉ 4 SM	DE 4 ATÉ 5 SM	ACIMA DE 5 SM
SR		0,4%	0,2%				
APOSENTADORIA	2,9%	5,1%	12,9%	7,7%	5,7%	6,5%	13,5%
AUXÍLIO-DOENÇA		0,2%	0,2%	0,2%			
AUXÍLIO EMERGENCIAL	1,0%	1,5%	0,8%	1,0%	3,4%		
BOLSA ESTUDANTIL		0,1%	0,1%		1,1%		
BOLSA FAMÍLIA	55,9%	56,8%	19,9%	8,5%	4,5%		2,7%
BPC	1,0%	0,8%	0,8%				
INSS			0,1%				
NÃO POSSUO	37,7%	34,6%	63,9%	79,7%	83,0%	87,1%	83,8%
NÃO RESPONDEU		0,1%					
PENSÃO	1,0%	0,2%	0,7%	1,9%	1,1%	3,2%	
PROUNI	0,5%						
SEGURO ACIDENTE			0,1%				
SEGURO DEFESO			0,1%				
SEGURO-DESEMPREGO		0,1%	0,4%	1,0%	1,1%	3,2%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Destaca-se, nesse cruzamento, que 37,7% das mulheres que declararam não ter renda, também não possuem nenhum tipo de benefício. Vale ressaltar que das mulheres sem renda (55,9%) estão inseridas no Bolsa Família. daquelas que declararam ganhar menos de 1 salário mínimo, 56,8% recebem bolsa Família.

Tabela 154 – Benefício social por áreas urbana e rural

ZONA	APOSENTADORIA	AUXÍLIO EMERGENCIAL	BOLSA FAMÍLIA	BPC	NÃO POSSUO	PENSÃO
URBANA	7,6%	1,1%	23,2%	0,6%	65,1%	0,8%
RURAL	16,5%	0,9%	47,8%	1,0%	32,3%	0,5%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em se tratando das zonas urbana e rural, com a análise da variação percentual, constatou-se que as mulheres residentes na zona rural recebem 106% a mais o Bolsa Família em comparação às da zona urbana. Quanto às aposentadas, a variação percentual é ainda maior, 117% para as residentes na zona rural.

Tabela 155 – Benefício social por ocupação

BENEFÍCIO	SEM OCUPAÇÃO/DE SEMPREGADA	EMPREGADA INICIATIVA PRIVADA	AUTÔNOMA	PROFISSIONAL LIBERAL	EMPREGADOR/ EMPRESÁRIA	APOSENTADA/ PENSIONISTA	ESTUDANTE	DONA DE CASA	FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL	FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL/FED
SR	0,4%		0,1%		0,8%			0,3%		
APOSENTADORIA	2,5%	1,1%	4,0%	8,0%	5,0%	82,2%	1,4%	12,3%	0,7%	1,9%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,4%		0,1%			,5%	,3%	,1%	0,7%	
AUXÍLIO EMERGENCIAL	1,4%	0,8%	0,9%	4,0%	2,5%	,5%	,3%	1,4%		
BOLSA ESTUDANTIL							,7%	,2%		
BOLSA FAMÍLIA	34,7%	18,8%	35,8%	30,0%	10,1%	,5%	23,9%	43,2%	6,3%	1,9%
BPC	1,1%		1,2%			,5%		1,4%		
INSS									0,7%	
NÃO POSSUO	57,2%	78,9%	56,3%	56,0%	79,8%	14,2%	70,9%	40,2%	90,1%	94,4%
NÃO RESPONDEU	0,4%									
PENSÃO	0,4%	0,4%	0,9%		0,8%	1,0%	1,4%	0,7%	0,7%	1,9%
PROUNI							0,3%			
SEGURO ACIDENTE			0,1%							
SEGURO DEFESO			0,1%							
SEGURO DESEMPREGO	1,8%		0,3%	2,0%	0,8%	0,5%	0,7%	0,2%	0,7%	
TOTAL	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Fonte: Pesquisa de campo.

A partir do cruzamento entre benefício social e a ocupação, pode-se verificar que 57,2% das mulheres sem ocupação ou desempregada não possuem qualquer tipo de auxílio, além do que somente 34,7% dessas possuem Bolsa Família.

Tabela 156 – Benefício social por trabalho doméstico (não remunerado)

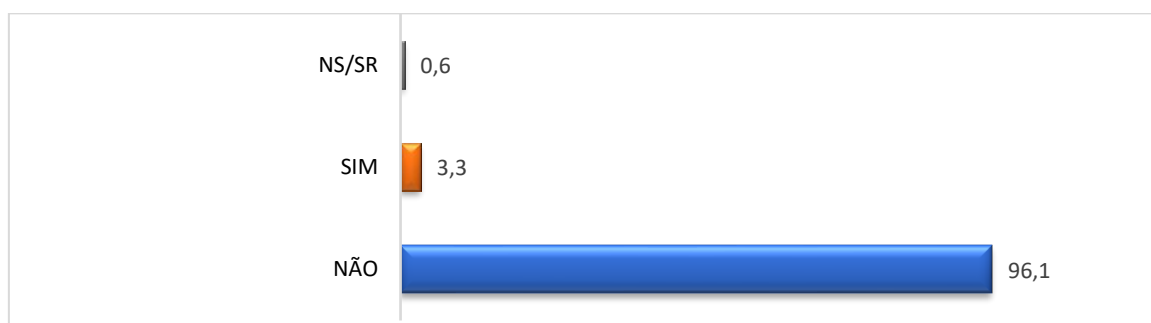
BENEFÍCIO SOCIAL	SIM	NÃO	EVENTUALMENTE
SR	0,2%	0,2%	
APOSENTADORIA	9,2%	13,9%	5,4%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,1%	0,5%	1,1%
AUXÍLIO EMERGENCIAL	1,1%	0,5%	1,6%
BOLSA ESTUDANTIL	0,1%		
BOLSA FAMÍLIA	30,5%	21,9%	13,5%
BPC	0,7%	1,2%	
INSS		0,2%	
NÃO POSSUO	56,8%	61,1%	76,8%
NÃO RESPONDEU	0%		
PENSÃO	0,8%	0,2%	1,1%
PROUNI			0,5%
SEGURO-DESEMPREGO	0,5%	0,2%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota-se, no cruzamento acima, que das mulheres que trabalham em suas residências sem remuneração, 56,8% não possuem nenhum benefício social e 30,5% possuem Bolsa Família.

Gráfico 47 – Acesso ao crédito rural⁷⁰

(%) Você tem acesso ao crédito rural?



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico mostra que 3,3% das mulheres pesquisadas têm acesso ao crédito rural, enquanto 96,1% não têm esse acesso.

⁷⁰ Criado pela Lei Federal 4.829/1965 e regulamentado pelo Decreto Federal 58.380/1966, O Crédito Rural financia custos e investimentos em atividades agropecuárias, estimulando a produção e a fixação da população no campo.

Tabela 157 – Acesso ao crédito rural por renda

ACESSO AO CRÉDITO	SEM RENDA	MENOS DE 1 SM	DE 1 ATÉ 2 SM	DE 2 ATÉ 3 SM	DE 3 ATÉ 4 SM	DE 4 ATÉ 5 SM	ACIMA DE 5 SM	NS/SR
SIM	3,4%	5,3%	2,9%	1,7%		6,5%		
NÃO	95,6%	94,2%	96,5%	97,6%	98,9%	90,3%	100,0%	93,9%
NS/SR	1,0%	0,5%	0,5%	0,7%	1,1%	3,2%		6,1%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

No cruzamento acima, destaca-se que a grande maioria das mulheres não tem acesso ao crédito rural, ficando, conforme tabela, em média 96,16% das mulheres.

Tabela 158 – Acesso ao crédito rural por posse de terra

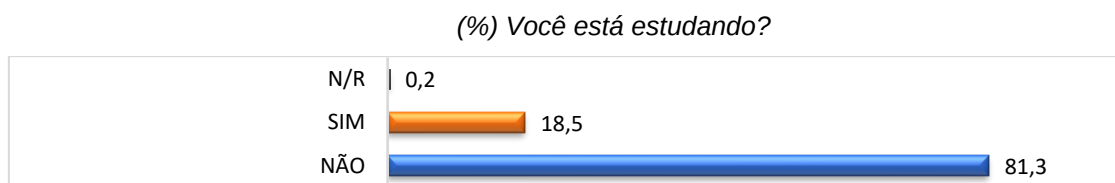
POSSE DA TERRA	SIM	NÃO	NS/SR	TOTAL
Título da terra meeira	13,3%	1,8%		2,2%
Arrendatária	4,8%	,6%	5,6%	0,8%
Comodatária	13,3%	1,4%		1,8%
Posseira	2,4%	0,3%	5,6%	0,4%
Assentada da Reforma Agrária/INCRA	13,3%	0,6%		0,9%
Não tenho acesso à terra	38,6%	86,8%	61,1%	85,3%
NR	14,5%	8,4%	27,8%	8,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com esse cruzamento, observa-se que das mulheres que disseram ter crédito rural, 38,6% não têm acesso à posse da terra.

7.5.1.2 EIXO II: Educação Para Igualdade e Cidadania

Gráfico 48 – Está estudando



Fonte: Pesquisa de campo.

Das mulheres pesquisadas 81,3% declararam que não estão estudando.

Tabela 159 – Está estudando por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	N/R	Total
CARNAUBAIS	15,1%	84,9%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	10,7%	89,3%		100,0%
COCAIS	19,5%	80,3%	0,3%	100,0%
ENTRE RIOS	22,4%	77,3%	0,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	16,0%	84,0%		100,0%
SERRA DA CAPIVARA	11,0%	89,0%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	2,7%	94,7%	2,7%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	17,3%	82,7%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	20,0%	79,4%	0,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	14,0%	86,0%		100,0%
VALE DO SAMBITO	9,3%	90,7%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	9,9%	90,1%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando analisado por territórios, o cruzamento aponta uma média elevada de mulheres que não estão frequentando a escola (85,70%). O destaque vai para os que estão muito acima da média: Tabuleiros do Alto Parnaíba (94,7%), Vale do Sambito (90,7%) e Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (90,1%). As que estão estudando têm os maiores percentuais nos territórios de Entre Rios (22,4%) e Vale do Rio Guaribas (20%).

Tabela 160 – Está estudando por zonas urbana e rural

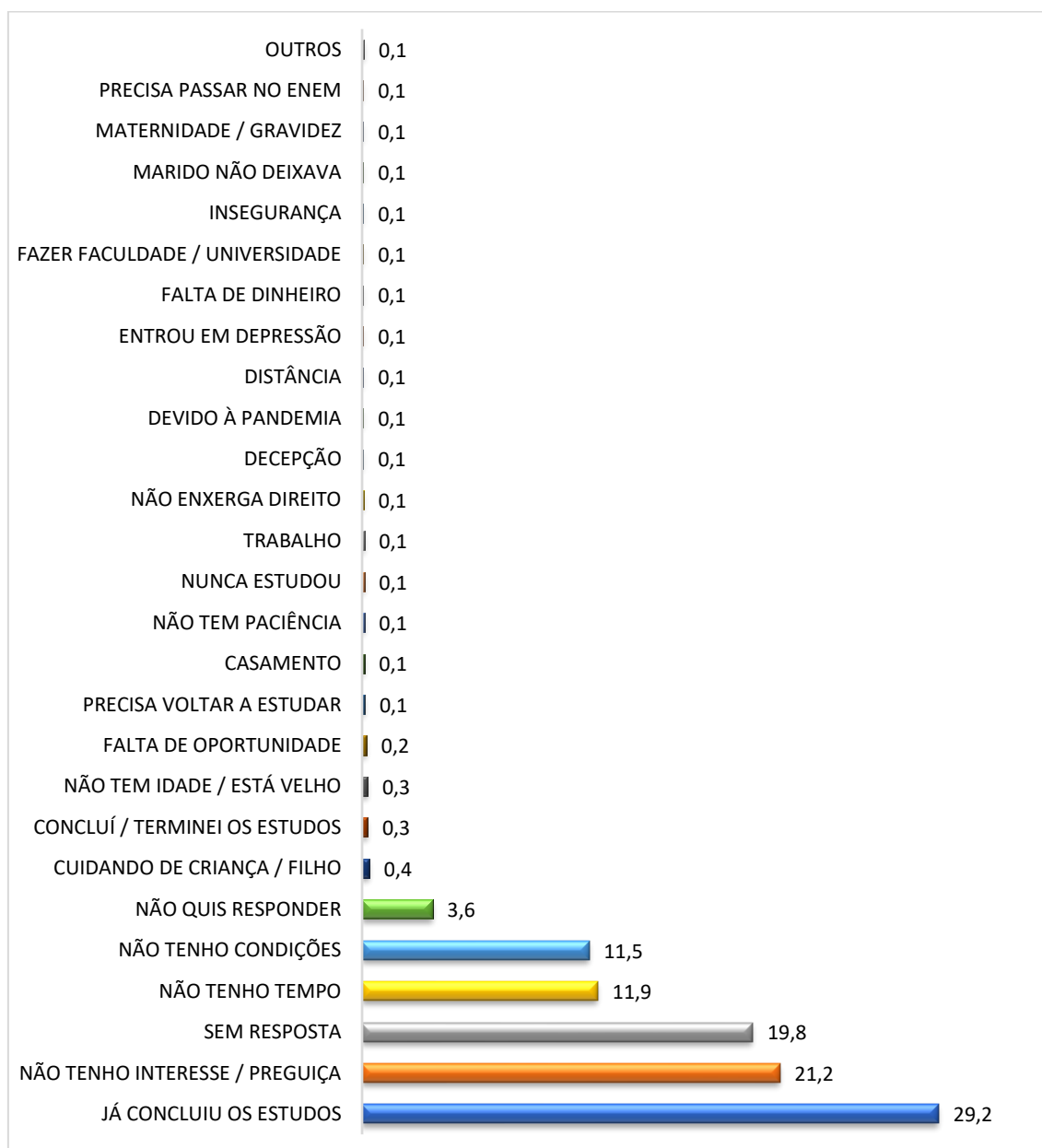
ZONA	SIM	NÃO	N/R	Total
URBANA	20,4%	79,4%	,2%	100,0%
RURAL	11,5%	88,2%	,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao analisar por zona, é possível identificar que o maior índice das mulheres que não estão estudando se concentra na zona rural (88,2%), enquanto na urbana ele é de 79,4%.

Gráfico 49 – O porquê de não estudar

(%) Por que você não está estudando?



Fonte: Pesquisa de campo.

A maioria das mulheres entrevistadas declarou que não está estudando atualmente devido ter concluído os estudos (29,2%), não ter interesse/preguiça (21,2%), não ter tempo (11,9%) e não ter condições para prosseguir nos estudos (11,5%).

Tabela 161 – Porque não tem condições de estudar

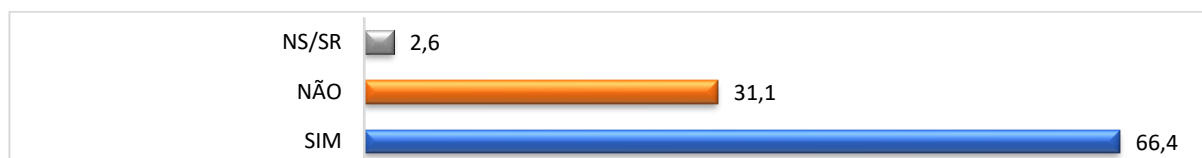
NÃO TER CONDIÇÕES DE ESTUDAR - MOTIVOS	Frequência	%
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA/MATERNIDADE/CUIDAR DE FILHO	140	33,8
DEVIDO TER QUE TRABALHAR	111	26,8
NÃO TEM DINHEIRO PARA PAGAR	42	10,1
NÃO TEM ESCOLA PRÓXIMA DA RESIDÊNCIA	26	6,3
LIMITAÇÕES FÍSICAS/VISUAL/AUDITIVA/COGNITIVA/DOENÇAS GRAVES	22	5,3
DIFICULDADE DE TRANSPORTE/ACESSO	16	3,9
NÃO CONSEGUIU VAGA/POUCAS ESCOLAS	12	2,9
DESINTERESSE/NÃO QUER ESTUDAR	8	1,9
NÃO TEM CONDIÇÕES DE PAGAR O TRANSPORTE/PASSAGEM	5	1,2
EM TRATAMENTO MÉDICO / DOENÇA	4	1,0
ANALFABETO	3	0,7
CONSTANTES REPROVAÇÕES/DÉFICIT DE APRENDIZAGEM	2	0,5
IDADE AVANÇADA / IDOSA	2	0,5
CONCLUIU O ENSINO MÉDIO	1	0,2
CRIAR OS IRMÃOS	1	0,2
CUIDAR DA AVÓ	1	0,2
CUIDAR DA CASA	1	0,2
CUIDAR DE PARENTE	1	0,2
CUIDAR DO NETO	1	0,2
CUIDAR DO PAI	1	0,2
CUIDAR DOS FILHOS	1	0,2
ENVOLVIMENTO COM DROGAS/CRIMES	1	0,2
ESPOSO DOENTE	1	0,2
MARIDO NÃO DEIXA	1	0,2
NÃO CONSEGUE APRENDER MAIS	1	0,2
NÃO TEM CURSO SUPERIOR	1	0,2
NÃO TEM TEMPO	1	0,2
NÃO TEVE ORIENTAÇÃO DOS PAIS	1	0,2
PERDEU OS DOCUMENTOS	1	0,2
PRETENDE VOLTAR EM BREVE	1	0,2
PROBLEMA DE VISTA	1	0,2
TRANCOU A MATRÍCULA	1	0,2
TUDO PARADO	1	0,2
VIAGEM	1	0,2
TOTAL	414	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Na Tabela anterior, é importante observar as principais condições declaradas que levam a mulher a não retornar à escola: Gravidez na Adolescente/Maternidade/Cuidar de Filho (33,8%), ter que trabalhar (26,8%), não tem dinheiro para pagar (10,1%) e não tem escola próxima da residência (6,3%).

Gráfico 50 – Gostaria de retomar os estudos

(%) *Você gostaria de retomar seus estudos?*



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando analisada a perspectiva de retorno ao estudo, 66,4% demonstram interesse em dar continuidade, 31,1% não gostariam de retornar e 2,6% não sabem responder.

Tabela 162 – Gostaria de retomar os estudos por zonas urbana e rural

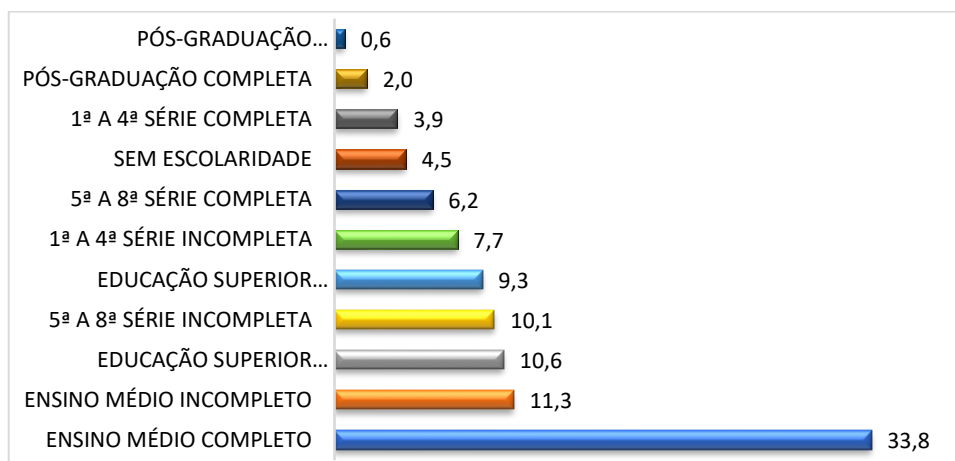
ZONA	SIM	NÃO	NS/SR	Total
URBANA	69,1%	28,5%	2,4%	100,0%
RURAL	57,7%	39,2%	3,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Na zona urbana, há maior interesse das mulheres retornarem aos estudos (69,1%), enquanto na zona rural esse interesse diminui (57,7%). Importante destacar que 39,2% das mulheres da zona rural não têm interesse no estudo.

Gráfico 51 – Grau de escolaridade

(%) *Qual o seu grau de escolaridade?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O percentual de mulheres com ensino superior completo é de 10,6%, já as com pós-graduação completa são apenas 2%. As que completaram o ensino médio correspondente a 33,8%. Assim, pode-se concluir que quando afirmam ter concluído o ensino, na verdade estão se referindo à conclusão do ensino médio.

Tabela 163 – Grau de escolaridade por territórios

TERRITÓRIO	NÃO TEM	1ª A 4ª SÉRIE INCOMP.	1ª A 4ª SÉRIE COMP.	5ª A 8ª SÉRIE INCOMP.	5ª A 8ª SÉRIE COMP.	ENSINO MÉDIO INCOMP.	ENSINO MÉDIO COMP.	EDUCAÇÃO SUPERIOR INCOMP.	EDUCAÇÃO SUPERIOR COMP.	PÓS GRADUAÇÃO COMP.	PÓS GRADUAÇÃO INCOMP.	Total
CARNAUBAIS	3,0%	12,0%	7,2%	10,8%	5,4%	12,0%	26,5%	8,4%	11,4%	3,0%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	10,7%	15,6%	4,1%	10,7%	4,9%	6,6%	27,9%	4,1%	10,7%	4,1%	0,8%	100,0%
COCAIS	5,3%	9,5%	5,8%	10,5%	5,5%	13,0%	28,5%	10,3%	8,5%	2,8%	0,5%	100,0%
DE ENTRE RIOS	2,7%	6,3%	3,0%	9,5%	6,8%	13,1%	35,4%	10,9%	10,5%	1,0%	0,8%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	4,4%	6,5%	4,1%	11,2%	7,1%	10,1%	34,6%	9,0%	7,9%	3,8%	1,4%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	6,5%	12,0%	2,8%	6,5%	5,6%	4,6%	34,3%	3,7%	20,4%	3,7%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	5,3%	8,0%	4,0%	16,0%	6,7%	10,7%	34,7%	4,0%	10,7%			100,0%
VALE DO CANINDÉ	6,5%	12,2%	3,6%	10,1%	3,6%	9,4%	28,1%	10,1%	10,8%	4,3%	1,4%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	6,9%	2,9%	3,4%	8,0%	3,4%	8,0%	40,8%	10,9%	13,2%	2,3%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	10,6%	5,9%	2,4%	11,8%	7,1%	4,7%	35,3%	1,2%	20,0%	1,2%		100,0%
VALE DO SAMBITO	6,5%	14,0%	6,5%	12,1%	2,8%	8,4%	29,0%	4,7%	11,2%	4,7%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	8,5%	5,6%	6,3%	10,6%	7,7%	7,7%	39,4%	6,3%	7,7%			100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os números acima mostram o cruzamento entre o grau de escolaridade das mulheres por territórios. Em relação às mulheres que declararam que não têm escolaridade, o território da Chapada das Mangabeiras tem o maior percentual (10,7%), seguido de Vale do Rio Itaim (10,6%). No ensino médio, em que a maioria

das mulheres informam finalizar os estudos, os menores percentuais foram em Carnaubais (26,5%) e Chapada das Mangabeiras (27,9%).

Tabela 164 – Grau de escolaridade por zonas urbana e rural

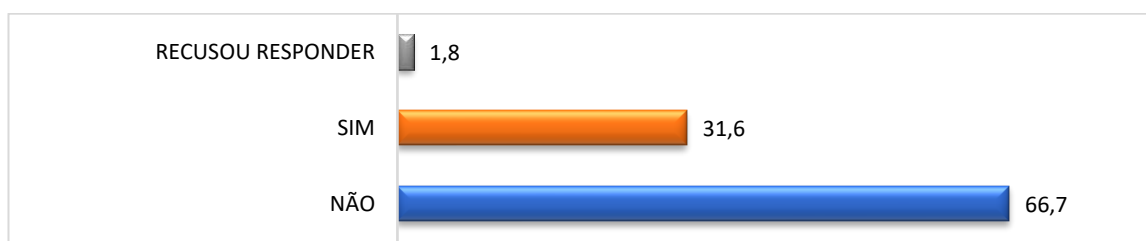
ESCOLARIDADE	URBANA	RURAL	Total
SEM ESCOLARIDADE	2,6%	11,4%	4,5%
1ª A 4ª SÉRIE INCOMPLETA	5,5%	15,8%	7,7%
1ª A 4ª SÉRIE COMPLETA	3,3%	6,2%	3,9%
5ª A 8ª SÉRIE INCOMPLETA	8,8%	14,5%	10,1%
5ª A 8ª SÉRIE COMPLETA	6,1%	6,4%	6,2%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	11,8%	9,3%	11,3%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	36,0%	25,7%	33,8%
EDUCAÇÃO SUPERIOR INCOMPLETO	10,6%	4,6%	9,3%
EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPLETO	12,2%	4,8%	10,6%
PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA	2,2%	1,2%	2,0%
PÓS-GRADUAÇÃO INCOMPLETA	0,8%	0,1%	0,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa revela os níveis de escolaridade nas zonas rural e urbana. Pode-se destacar que os menores níveis se encontram na zona rural, enquanto os maiores estão concentrados na zona urbana

Gráfico 52 – Formação profissional

(%) *Você tem alguma formação profissional?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico acima mostra que 66,7% das mulheres pesquisadas não têm nenhuma formação profissional. As que disseram que possuem alguma formação somam 31,6%.

Tabela 165 – Formação profissional

FORMAÇÃO	Frequência	%
PEDAGOGA	185	16,5
AGRICULTORA	127	11,3
PROMOTORA DE VENDAS	55	4,9
TÉCNICA DE ENFERMAGEM	47	4,2
ADMINISTRADORA	38	3,4
CABELEIREIRA	35	3,1
COSTUREIRA	32	2,9
ENFERMEIRA	29	2,6
COMERCIANTE	28	2,5
ASSISTÊNCIA SOCIAL	20	1,8
TÉCNICA EM INFORMÁTICA	20	1,8
MANICURE	20	1,8
CONTADORA	18	1,6
BACHAREL EM DIREITO	18	1,6
LICENCIADA EM LETRAS (PORTUGUÊS)	14	1,25
ASSISTENTE SOCIAL	14	1,25
TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO	14	1,25
TÉCNICA EM CULINÁRIA	13	1,2
PESCADORA	12	1,1
ARTESÃ	11	1,0
PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	11	1,0
DOMÉSTICA	10	0,9
ATENDENTE	9	0,8
MAGISTÉRIO	8	0,7
FARMACÊUTICA	7	0,6
AGENTE DE SAÚDE	6	0,5
BIÓLOGIA	6	0,5
PROFISSIONAL EM LOGÍSTICA	6	0,5
MAQUIADORA	6	0,5
OPERADORA DE CAIXA	6	0,5
OUTROS	295	26,3
TOTAL	1120	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela anterior mostra as principais ocupações das entrevistadas. As mais citadas foram pedagoga e agricultora. Embora a formação em pedagogia seja a mais citada, há o desafio da escolarização das mulheres.

Tabela 166 – Formação profissional por territórios

TERRITÓRIOS	NÃO	RECUSOU-SE A RESPONDER	SIM	TOTAL
CARNAUBAIS	46,3%	0,6%	53,1%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	68,0%	0,8%	31,1%	100,0%
COCAIS	58,9%	2,3%	38,8%	100,0%
ENTRE RIOS	71,0%	2,7%	26,3%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	60,8%	0,5%	38,7%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	71,3%	0,9%	27,8%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	67,6%		32,4%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	56,2%		43,8%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	68,8%	0,6%	30,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	70,7%		29,3%	100,0%
VALE DO SAMBITO	55,8%	1,0%	43,3%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	83,8%	0,7%	15,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse cruzamento, os territórios com os maiores percentuais de mulheres que não possuem formação profissional são: Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (83,8%), Serra da Capivara (71,3%), Entre Rios (71%), Vale do Rio Itaim (70,7%), Vale do Rio Guaribas (68,8%) e Chapada das Mangabeiras (68%).

Tabela 167 – Formação profissional por zonas urbana e rural

ZONAS	NÃO	RECUSOU-SE A RESPONDER	SIM	TOTAL
URBANA	65,3%	2,1%	32,7%	100,0%
RURAL	72,0%	0,5%	27,5%	100,0%

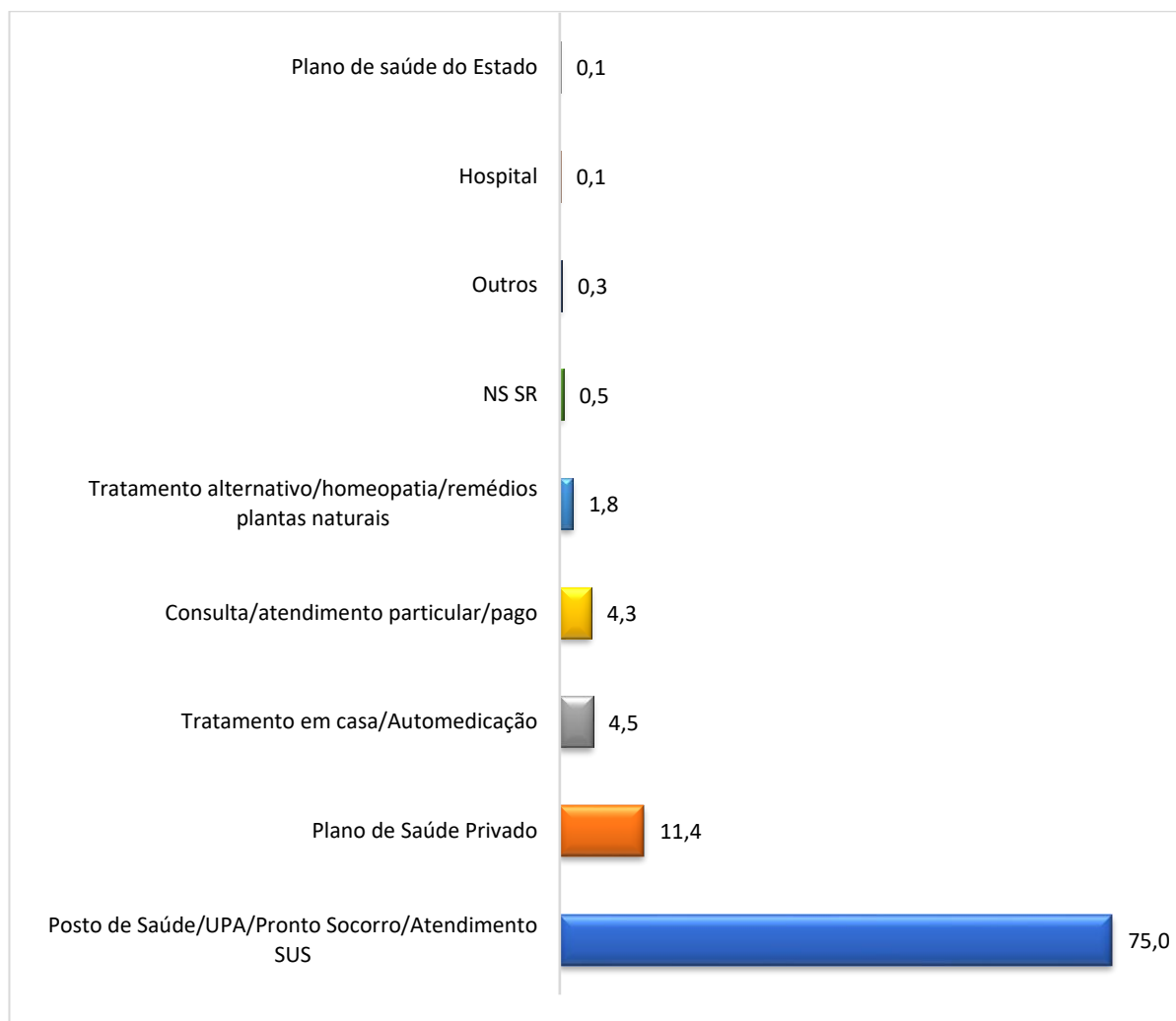
Fonte: Pesquisa de campo.

Na zona rural está concentrado o maior número de mulheres que declararam não ter formação profissional (72%). Ou seja, em cada 10 mulheres, 07 não têm formação.

7.5.1.3 EIXO III: Saúde integral das mulheres, direitos sexuais, direitos reprodutivos

Gráfico 53 – Problemas de saúde, onde recorre

(%) Quando você tem algum problema de saúde para onde você recorre?



Fonte: Pesquisa de campo.

Os serviços públicos, como Posto de saúde, UPA e Pronto socorro, são os locais mais procurados pelas mulheres quando precisam de tratamento de saúde, correspondendo a 75,0% das respostas. As que recorrem ao plano de saúde privado são 11,4%. Há um percentual de 4,5% que fazem tratamento em casa com automedicação (4,5%) e outras (4,3%) que fazem consulta em clínicas particulares e pagas.

Tabela 168 – Onde recorre quando tem problema de saúde por territórios

ONDE RECORRE	Carnaubais	Chapada das Mangabeiras	Cocais	Entre Rios	Planície Litorânea	Serra do Capivara	Tabuleiros do Alto Parnaíba	Vale do Canindé	Vale do Rio Guaribas	Vale do Rio Itaim	Vale do Sambito	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras
SR	3,5%		3,1%	2,3%	1,6%	0,9%	2,6%	0,7%	2,9%	2,3%	2,7%	1,4%
Consulta/ atendimento particular/pago	7,0%	5,7%	7,2%	1,9%	5,9%	10,1%	2,6%	2,9%	11,9%	9,3%	2,7%	2,8%
Hospital							2,6%		0,6%			0,7%
Médico da comunidade				0,1%								
Médico vem em casa										1,2%		
NS SR	0,6%	0,8%	0,7%	0,5%	0,3%							2,1%
Plano de saúde do Estado			0,2%	0,1%			1,3%					
Plano de Saúde Privado	5,8%	5,7%	5,0%	17,3%	7,3%	7,3%	6,6%	4,3%	5,1%	8,1%	5,5%	9,7%
Posto de Saúde/ UPA/Pronto Socorro/ Atendimento SUS	76,0%	79,5%	76,7%	72,4%	77,4%	75,2%	73,7%	82,9%	73,9%	75,6 %	82,7 %	77,8 %
Público e particular											0,9%	
Homeopatia/ plantas naturais	1,8%	1,6%	1,0%	1,9%	1,6%	2,8%	1,3%	3,6%		1,2%	2,7%	2,8%
Tratamento em casa/ Automedicação	5,3%	6,6%	5,9%	3,6%	5,9%	3,7%	9,2%	5,7%	5,7%	2,3%	2,7%	2,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100, 0%	100,0 %

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento dos dados apresentados acima revela que, em média, 76,9% das mulheres recorrem para os Posto de Saúde/UPA/Pronto Socorro/Atendimento SUS quando têm problemas de saúde, com destaque para o Canindé (82,9%) e o Vale do Sambito (82,7%), que estão bem acima da média.

Tabela 169 – Onde recorre quando tem problema de saúde por zonas urbana e rural

ONDE RECORRE QUANDO TEM PROBLEMAS DE SAÚDE?	URBANA	RURAL
SR	0,8%	0,7%
Consulta/atendimento particular/pago	4,6%	3,5%
Hospital	0,1%	
Médico da comunidade		0,1%
Médico vem em casa		0,1%
NS SR	0,6%	0,1%
Plano de saúde do estado	0,1%	0,3%
Plano de saúde Privado	14,1%	2,5%
Posto de saúde/UPA/Pronto socorro/Atendimento SUS	73,6%	84,4%
Público e particular		0,1%
Homeopatia/remédios plantas naturais	1,3%	3,7%
Tratamento em casa/Automedicação	4,6%	4,4%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados cruzados por zona apontam que as mulheres da zona rural quando procuram atendimento têm os Postos de saúde/UPA/Pronto socorro/Atendimento SUS como a principal referência (84,4%), acima do percentual na zona urbana (73,6%). Já as que procuram o plano de saúde privado estão, a maioria, na zona urbana (14,1%). Outro ponto a destacar nos dados da tabela acima é o percentual das que declararam tratamento em casa, com automedicação: zona urbana (4,6%); rural (4,4%).

Tabela 170 – Exames periódicos

(%) Quais Exames Periódicos que Você Costuma Fazer?

EXAMES	FREQUÊNCIA	%
CHECKUP DE ROTINA	1636	28,0
PREVENTIVO/PCU	1258	21,5
HEMOGRAMA	1103	18,9
TRANSVAGINAL	678	11,6
MAMOGRAFIA	562	9,6
NENHUM EXAME	612	10,5
TOTAL	5849	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A tabela acima aponta os principais exames periódicos que a mulheres afirmam fazer. A maioria afirmou fazer checkup de rotina (28%) e preventivo /PCU (21,5%). Destaca-se, entretanto, o número de mulheres que não fazem qualquer tipo de exame (10,5%).

Tabela 171 – Tipos de exames por território

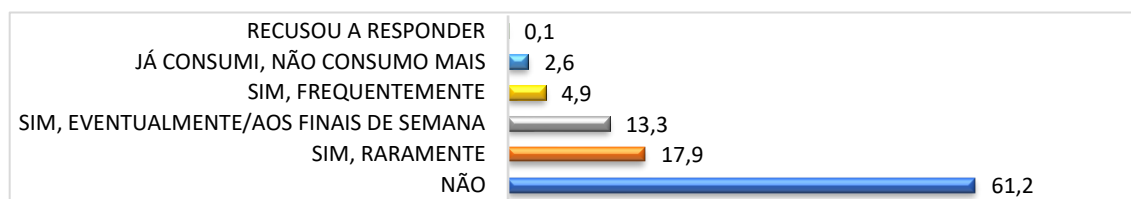
TIPOS DE EXAMES	CARNAUBAIS	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	COCAIS	ENTRE RIOS	PLANÍCIE LITORÂNEA	SERRA DA CAPIVARA	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	VALE DO CANINDÉ	VALE DO RIO GUARIBAS	VALE DO RIO ITAIM	VALE DO SAMBITO	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS
CHECKUP DE ROTINA	21,8	19,6	19,5	33,5	23,6	14,4	32,5	21,0	27,5	18,4	17,9	36,3
MAMOGRAFIA	5,8	17,3	3,1	10,7	6,3	16,1	13,5	8,3	11,0	13,9	5,6	11,4
PREVENTIVO/PCU	29,0	24,3	31,1	15,5	22,9	25,9	22,2	31,4	28,6	32,9	35,2	16,5
HEMOGRAMA	25,3	11,2	25,0	19,0	22,2	12,6	11,1	21,4	12,1	10,1	22,8	10,5
TRANSVAGINAL	10,9	19,6	8,9	11,6	8,6	21,3	14,3	8,7	11,4	15,2	8,6	12,7
NENHUM	7,2	7,9	12,5	9,7	16,4	9,8	6,3	9,2	9,5	9,5	9,9	12,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Os números acima mostram os tipos de exames declarados pelas entrevistadas por territórios. Ao analisar os exames de mamografia, nota-se que Cocais possui o menor percentual de exames realizados (3,1%), seguidos pelo Vale do Sambito (5,6%) e Carnaubais (5,8%). Já em relação ao exame preventivo, 15,5% das mulheres do Entre Rios declararam realizar esse exame, seguido por Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (16,5%). Um dado que chama atenção é que na Planície Litorânea, 16,4% disseram não fazer qualquer exame periódico, seguido do Vale do Itaueiras (12,7%) e Cocais (12,5%).

Gráfico 54 – Consumo de bebida alcoólica

(%) Você consome algum tipo de bebida alcóolica?



Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres que declararam beber frequentemente foram 4,9% das entrevistadas.

Tabela 172 – Consumo de bebida alcoólica por territórios

TERRITÓRIOS	SIM, FREQUENTEMENTE	SIM, EVENTUALMENTE / AOS FINAIS DE SEMANA	SIM, RARAMENTE	NÃO	JÁ CONSUMI, NÃO CONSUMO MAIS	RECUSOU-SE A RESPONDER	Total
CARNAUBAIS	1,8%	9,6%	19,9%	67,5%	1,2%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	4,1%	6,6%	24,6%	63,9%	0,8%		100,0%
COCAIS	2,0%	3,3%	23,1%	70,2%	1,3%	0,3%	100,0%
ENTRE RIOS	6,6	18,7%	15,9%	54,8%	4,0%		100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	1,1%	10,9%	20,2%	67,0%	0,5%	0,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	2,8%	9,3%	13,0%	74,1%	0,9%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	12,0%	16,0%	10,7%	61,3%			100,0%
TER. VALE DO CANINDÉ	3,6%	6,5%	24,5%	64,0%	1,4%		100,0%
TER. VALE DO RIO GUARIBAS	5,7%	7,5%	13,8%	70,7%	2,3%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	1,2%	14,3%	8,3%	75,0%	1,2%		100,0%
VALE DO SAMBITO	1,9%	3,7%	35,5%	57,9%	0,9%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	9,2%	16,2%	12,0%	57,7%	4,9%		100,0%
TOTAL	4,9%	13,3%	17,9%	61,2%	2,6%	0,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Fazendo referência às mulheres que informam beber frequentemente, destacam-se os territórios: Tabuleiros do Alto Parnaíba (12%), Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (9,2%) e Entre Rios (6,6%).

Tabela 173 – Consumo de bebida alcoólica por zonas urbana e rural

ZONA	SIM, FREQUENTEMENTE	SIM, EVENTUALMENTE/A OS FINAIS DE SEMANA	SIM, RARAMENTE	NÃO	JÁ CONSUMI, NÃO CONSUMO MAIS	RECUSOU-SE A RESPONDER	TOTAL
URBANA	4,9%	15,1%	18,5%	58,6%	2,8%	0,1%	100,0%
RURAL	5,0%	6,7%	15,7%	70,7%	2,0%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa identificou que 70,7% das mulheres entrevistadas que vivem na zona rural não consomem bebida alcoólica.

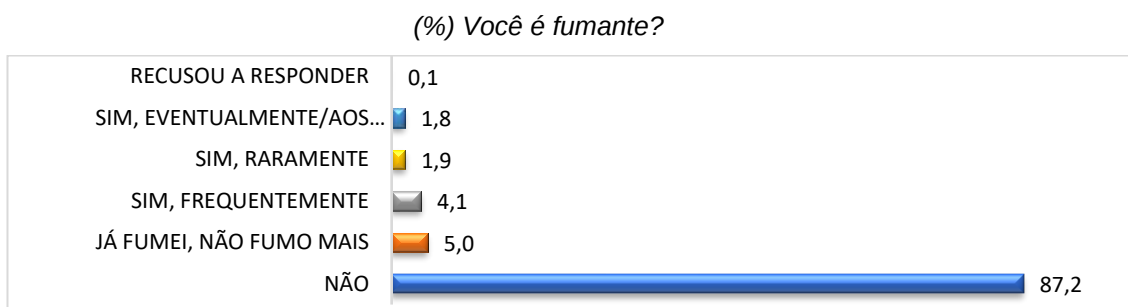
Tabela 174 – Consumo de bebida alcoólica por faixa etária

IDADE	SIM, FREQUENTEMENTE	SIM, EVENTUALMENTE/AOS FINAIS DE SEMANA	SIM, RARAMENTE	NÃO	JÁ CONSUMI, NÃO CONSUMO MAIS	RECUSOU-SE A RESPONDER	TOTAL
16 a 24 anos	7,1%	16,8%	18,9%	55,7%	1,5%		100,0%
25 a 34 anos	7,0%	17,2%	21,8%	52,1%	1,9%		100,0%
35 a 44 anos	5,2%	13,9%	19,5%	58,9%	2,3%	0,2%	100,0%
45 a 59 anos	1,8%	9,0%	16,9%	68,7%	3,7%		100,0%
Acima de 59 anos	,5%	3,9%	5,8%	84,2%	5,5%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento acima mostra que as mulheres na faixa etária de 16 a 34 anos são as que mais consomem bebida alcóolica frequentemente e eventualmente.

Gráfico 55 – Fumante



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto a utilização de fumo, 87,2%, das mulheres revelaram não ser fumantes.

Tabela 175 – Fumante por zonas urbana e rural

ZONA	SIM, FREQUENTEMENTE	SIM, EVENTUALMENTE/A OS FINAIS DE SEMANA	SIM, RARAMENTE	NÃO	JÁ FUMEI, NÃO FUMO MAIS	RECUSOU-SE A RESPONDER	Total
URBANA	4,1%	2,2%	1,6%	87,2%	4,8%	0,1%	100,0%
RURAL	3,9%	0,5%	2,7%	87,2%	5,6%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Para a análise entre as zonas e o uso do fumo de cigarros, percebe-se, pelos dados acima, que o índice das mulheres que fumam frequentemente foi próximo entre as da zona urbana e da zona rural. Sobre as mulheres que fumam raramente, as da zona rural se destacam (2,7%). Em relação às mulheres que não fumam, os percentuais são iguais nas duas zonas, urbana e rural.

Tabela 176 – Fumante por faixa etária

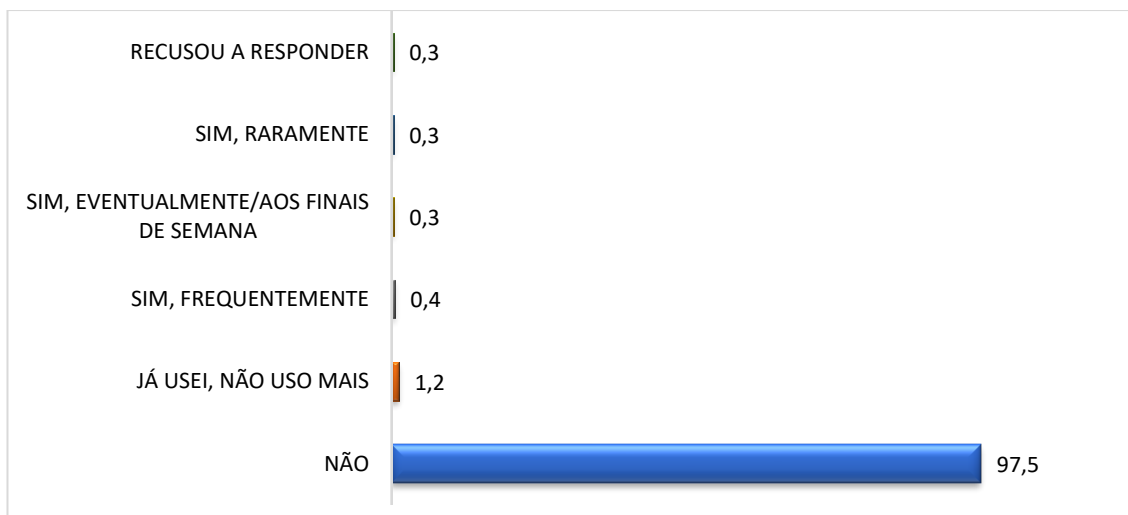
FAIXA ETÁRIA	SIM, FREQUENTEMENTE	SIM, EVENTUALMENTE/ AOS FINAIS DE SEMANA	SIM, RARAMENTE	NÃO	JÁ FUMEI, NÃO FUMO MAIS	RECUSOU-SE A RESPONDER	Total
16 a 24 anos	2,4%	2,3%	2,1%	91,0%	2,2%		100,0%
25 a 34 anos	2,9%	2,3%	2,2%	89,0%	3,5%		100,0%
35 a 44 anos	5,0%	1,3%	1,2%	89,5%	2,7%	0,2%	100,0%
45 a 59 anos	5,8%	1,4%	2,1%	83,7%	7,0%		100,0%
Acima 59 anos	4,7%	1,6%	1,8%	76,6%	15,3%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa mostra que as mulheres acima de 35 anos são as que mais fumam, enquanto as jovens são as que menos fumam.

Gráfico 56 – Uso de drogas

Você faz uso de algum tipo de droga?



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao consumo de drogas, a pesquisa aponta que 97,5% das mulheres disseram não utilizar nenhum tipo.

Tabela 177 – Drogas por faixa etária

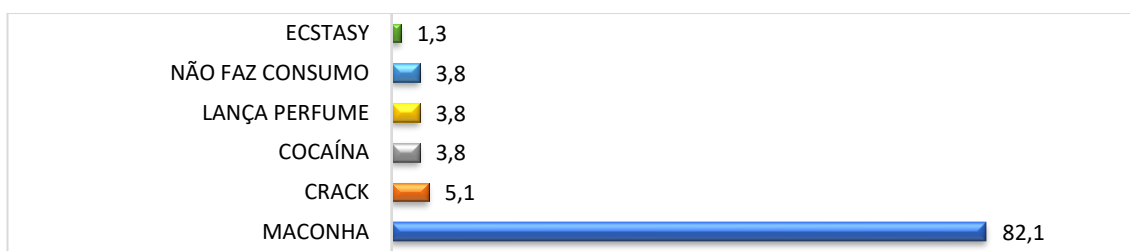
CONSUMO DE DROGAS	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 59 anos
SIM, FREQUENTEMENTE	0,9%	0,6%	0,4%	0,1%	
SIM, EVENTUALMENTE/AOS FINAIS DE SEMANA	0,8%	0,5%	0,1%		
SIM, RARAMENTE	0,8%	0,5%			
NÃO	95,0%	96,7%	98,3%	99,4%	99,2%
JÁ USEI, NÃO USO MAIS	2,2%	1,5%	0,8%	0,3%	0,5%
RECUSOU-SE A RESPONDER	0,4%	0,2%	0,4%	0,1%	0,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à faixa etária das mulheres que fazem uso de algum tipo de droga, os dados mostram que as jovens entre 16 e 24 anos afirmaram usar frequentemente, com o maior índice (0,9%). Algumas jovens disseram já terem usado, mas não usam mais (2,2%).

Gráfico 57 – Tipo de droga

(%) Qual o tipo de droga que mais usa?

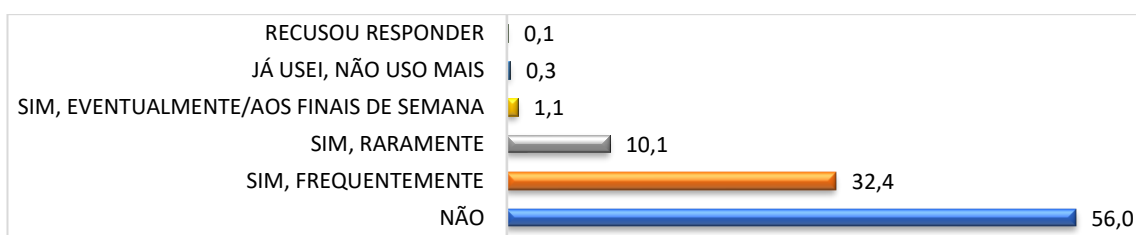


Fonte: Pesquisa de campo.

Entre as drogas utilizadas, a maconha lidera (82,1%), seguida por crack (5,1%). Cocaína, e Lança Perfume aparecem com o mesmo percentual de uso (3,8%). O ecstasy tem índice de consumo menor (1,3%).

Gráfico 58 – Usa medicamento

(%) Você faz uso de algum tipo de medicamento?

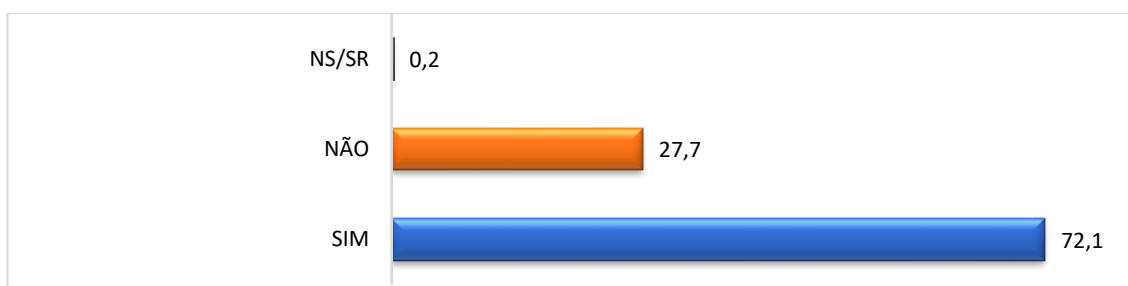


Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico anterior identifica o percentual de mulheres que fazem uso de medicamento, chegando a: 32,4% o uso frequente; 10,1%, raramente; 1,1% eventualmente; 0,3% já usaram e não usam mais, 0,1% não responderam; e 56% não usam medicamentos.

Gráfico 59 – Se sim, há acompanhamento médico para medicação

(%) Se sim: você faz acompanhamento médico para a medicação?

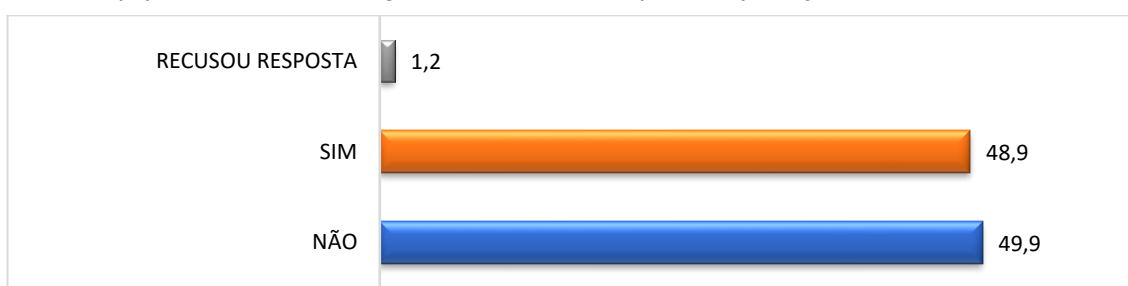


Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico identifica que 72,1% das mulheres fazem uso de medicamento com acompanhamento médico, 27,7% não têm acompanhamento e 0,2% não souberam informar.

Gráfico 60 – Método contraceptivo ou proteção de IST's

(%) Você faz uso de algum método contraceptivo ou proteção de ISTs?



Fonte: Pesquisa de campo.

Há uma tímida diferença entre as mulheres que usam algum método contraceptivo e as que não usam. A pesquisa mostra que 48,9% disseram que utilizam estes métodos; outras 49,9% afirmaram que não usam.

Tabela 178 – Método contraceptivo ou proteção de IST's por território

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
CARNAUBAIS	55,2%	44,8%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	36,9%	63,1%		100,0%
COCAIS	49,2%	50,3%	0,5%	100,0%
ENTRE RIOS	47,6%	50,0%	2,4%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	45,8%	53,7%	0,5%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	43,9%	56,1%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	44,6%	55,4%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	65,5%	34,5%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	50,9%	49,1%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	64,3%	35,7%		100,0%
VALE DO SAMBITO	60,4%	39,6%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	43,7%	56,3%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Três territórios têm os maiores números de mulheres que usam métodos contraceptivos: Vale do Canindé (65,5%), Vale do Rio Itaim (64,3%) e Vale do Sambito (60,4%).

Tabela 179 – Método contraceptivo ou proteção de IST's por zonas urbana e rural

ZONAS	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
URBANA	48,6%	49,8%	1,5%	100,0%
RURAL	49,7%	50,1%	0,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando cruzada por zonas urbana e rural, a pesquisa também mostra índices próximos entre as mulheres que usam algum método contraceptivo e as que não usam, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Tabela 180 – Método contraceptivo ou proteção de IST's por faixa etária

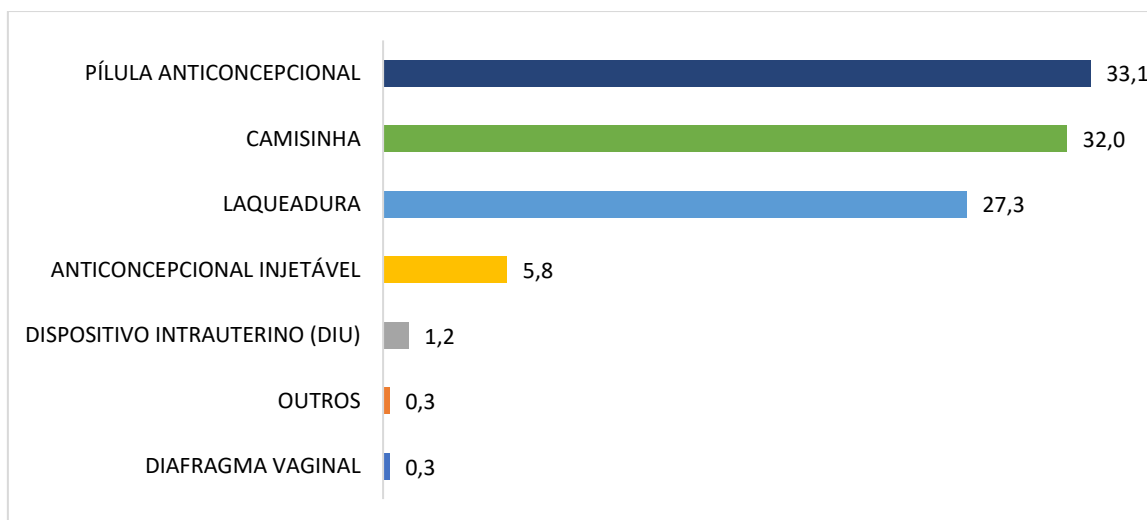
FAIXA ETÁRIA	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
16 a 24 anos	50,5%	48,0%	1,5%	100,0%
25 a 34 anos	61,6%	37,4%	1,1%	100,0%
35 a 44 anos	53,2%	45,6%	1,2%	100,0%
45 a 59 anos	39,5%	59,7%	0,7%	100,0%
Acima 59 anos	25,3%	72,6%	2,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres de 25 a 34 anos são as que mais usam métodos contraceptivo (61,6%), seguido da de faixa etária de 35 a 44 anos (53,2%). Um dado que chama atenção é que das mulheres que disseram não usar método de proteção a ISTs, estão nas faixas etárias mais elevadas, acima de 45 anos.

Gráfico 61 – Qual o método

(%) Para quem usa: qual o método contraceptivo que utiliza?

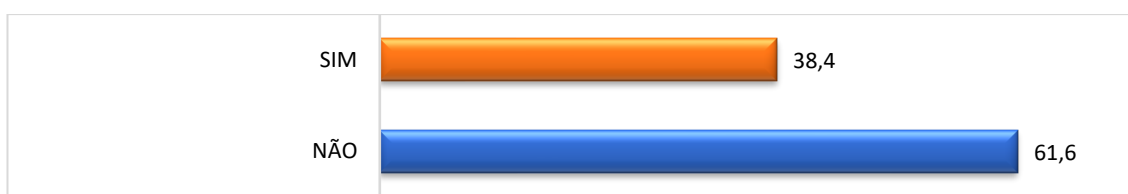


Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os métodos mais usados, destacam-se a pílula anticoncepcional (33,1%), camisinha, (32,0%) e laqueadura (27,3%).

Gráfico 62 – Conhece alguém que já abortou

(%) Você conhece alguém que já abortou?



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico mostra um percentual de 38,4% das mulheres que disseram conhecer alguém que já fez aborto.

Tabela 181 – Conhece alguém que já abortou por territórios

(%) *Você conhece alguém que já abortou?*

TERRITÓRIOS	NÃO	SIM	Total
CARNAUBAIS	62,4%	37,6%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	65,6%	34,4%	100,0%
COCAIS	70,3%	29,7%	100,0%
ENTRE RIOS	55,0%	45,0%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	63,5%	36,5%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	58,9%	41,1%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	71,6%	28,4%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	68,3%	31,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	76,0%	24,0%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	69,0%	31,0%	100,0%
VALE DO SAMBITO	78,5%	21,5%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	62,0%	38,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação aos territórios, Entre Rios (45,0%) e Serra da Capivara (41,1%) são os territórios com o maior número de mulheres que declararam conhecer alguém que já fez aborto.

Tabela 182 – Conhece alguém que já abortou por zonas urbana e rural

ZONA	NÃO	SIM	Total
URBANA	58,6%	41,4%	100,0%
RURAL	72,5%	27,5%	100,0%

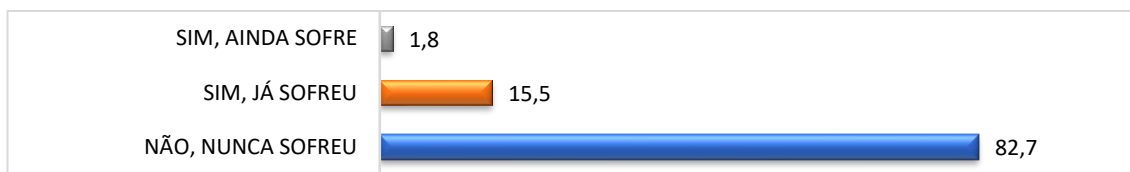
Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa identificou que é na zona urbana que se apresenta o maior percentual de mulheres que conhecem quem já abortou (41,4%). Já na zona rural, o maior índice é entre as que não conhecem (72,5%).

7.5.1.4 EIXO IV: Enfretamento de todas as formas de Violência Contra as Mulheres

Gráfico 63 – Sofre/sofreu violência física ou psicológica

(%) *Você sofre ou já sofreu algum tipo de violência física ou psicológica?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O percentual de mulheres que declaram sofrer ou ter sofrido algum tipo de violência é de 17,3%.

Tabela 183 – Sofre/sofreu violência física ou psicológica por territórios

TERRITÓRIO	SIM, AINDA SOFRE	SIM, JÁ SOFREU	NÃO, NUNCA SOFREU	TOTAL
CARNAUBAIS	4,9%	10,4%	84,8%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	1,6%	18,0%	80,3%	100,0%
COCAIS	1,5%	13,9%	84,6%	100,0%
ENTRE RIOS	1,6%	17,2%	81,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	3,5%	16,9%	79,6%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	1,9%	16,7%	81,5%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	2,7%	18,7%	78,7%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	0,7%	9,4%	89,9%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	0,6%	14,5%	85,0%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	1,2%	13,1%	85,7%	100,0%
VALE DO SAMBITO	0,9%	2,8%	96,3%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	1,4%	15,5%	83,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

As informações acima revelam as violências sofridas pelas mulheres por territórios. Destacam-se os territórios em que as mulheres relatam ainda sofrer violências: Carnaubais (4,9%) e Planície Litorânea (3,5%). As que dizem que já sofreram, os maiores percentuais estão em Tabuleiros do alto Parnaíba (18,7%), Chapada das Mangabeiras (18%) e Entre Rios (17,2%).

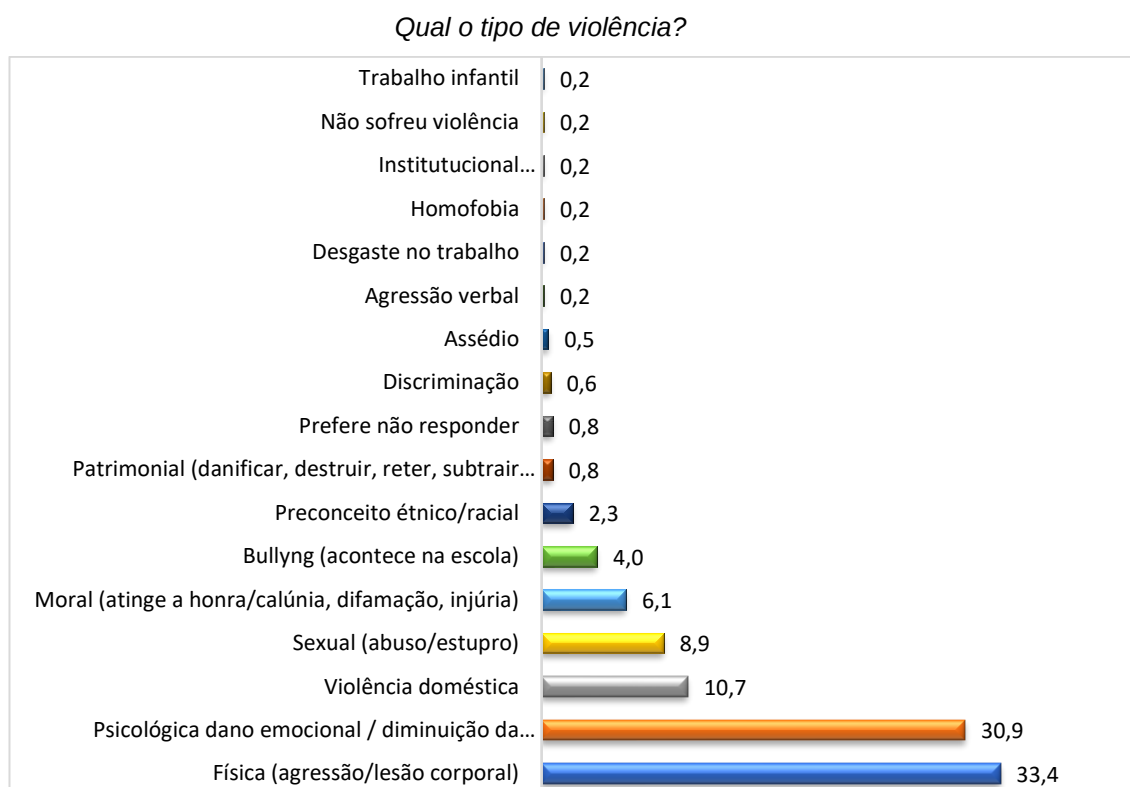
Tabela 184 – Sofre/sofreu violência física ou psicológica por zonas urbana e rural

ZONA	SIM, AINDA SOFRE	SIM, JÁ SOFREU	NÃO, NUNCA SOFREU	TOTAL
URBANA	2,0%	16,5%	81,5%	100,0%
RURAL	1,3%	11,9%	86,7%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa identificou que é na zona urbana o maior índice de mulheres que afirmaram sofrer ou ter sofrido mais violências (18,5%).

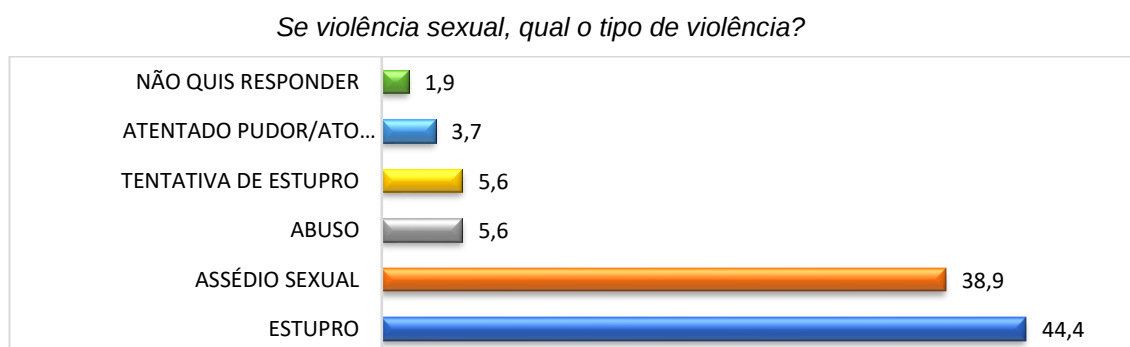
Gráfico 64 – Qual tipo de violência



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico acima aponta para os principais tipos de violência sofridos pelas mulheres. Destacam-se: Física - agressão/lesão corporal – (33,4%); seguida de violência psicológica - dano emocional/diminuição da autoestima (30,9%); a violência doméstica é citada por 10,7% das mulheres; abuso sexual por 8,9%; violência moral (atinge a honra/calúnia, difamação, injúria) é sofrida por 6,1%; Bullying aparece com índice de 4,0%; entre outros.

Gráfico 65 – Se sexual, qual tipo de violência



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando perguntado sobre o tipo de violência sexual, destacam-se o estupro (44%), seguido de assédio sexual (38,9%).

Gráfico 66 – Vínculo ou parentesco com o agressor

Há relação/vínculo ou parentesco com o agressor?



Fonte: Pesquisa de campo.

Identificando qual o vínculo, 72,4% revelam que reconhecem o agressor e 27,6% identificam o agressor como um desconhecido.

Tabela 185 – Vínculo ou parentesco com o agressor por territórios

TERRITÓRIOS	TEM VÍNCULO/PARENTESCO	É UM DESCONHECIDO	Total
CARNAUBAIS	64,0%	36,0%	100,0%
TCHAPADA DAS MANGABEIRAS	80,0%	20,0%	100,0%
COCAIS	79,0%	21,0%	100,0%
ENTRE RIOS	73,4%	26,6%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	68,0%	32,0%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	65,0%	35,0%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	68,8%	31,3%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	71,4%	28,6%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	53,8%	46,2%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	58,3%	41,7%	100,0%
VALE DO SAMBITO	75,0%	25,0%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	91,7%	8,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres que declararam ter vínculo ou parentesco com o agressor estão, na maioria, nos seguintes territórios: Vale do Rio Piauí e Itaueira (91,7%), Chapada das Mangabeiras (80%) e Cocais (79%).

Tabela 186 – Vínculo ou parentesco com o agressor por zonas urbana e rural

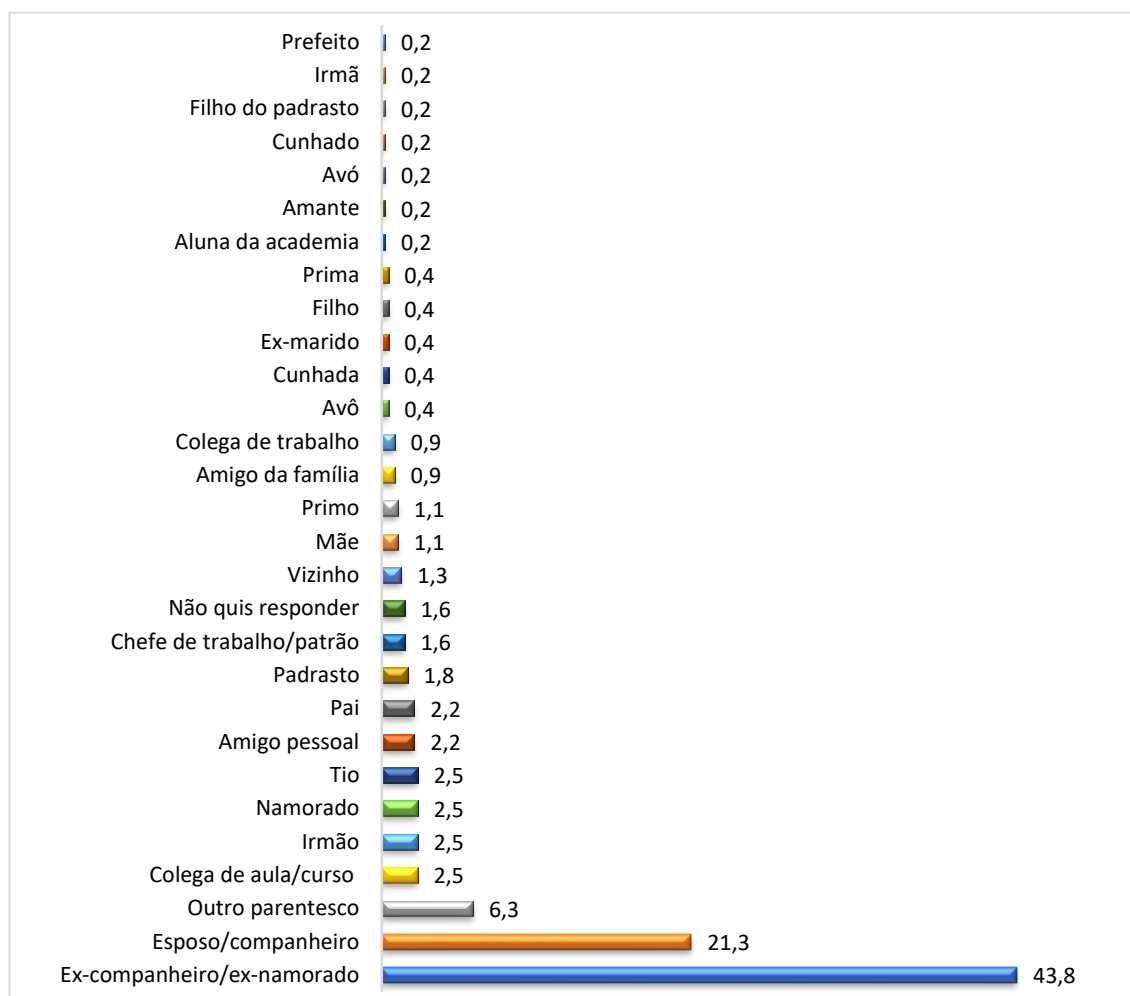
ZONA	SIM	NÃO, É UM DESCONHECIDO	Total
URBANA	72,1%	27,9%	100,0%
RURAL	73,5%	26,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em se tratando de análise por zona, o percentual é muito aproximado quando o assunto é vínculo ou parentesco com o agressor: zona urbana 72,1%; e na rural, 73,5%.

Gráfico 67 – Qual vínculo ou parentesco?

(%) Qual vínculo ou parentesco com o agressor?

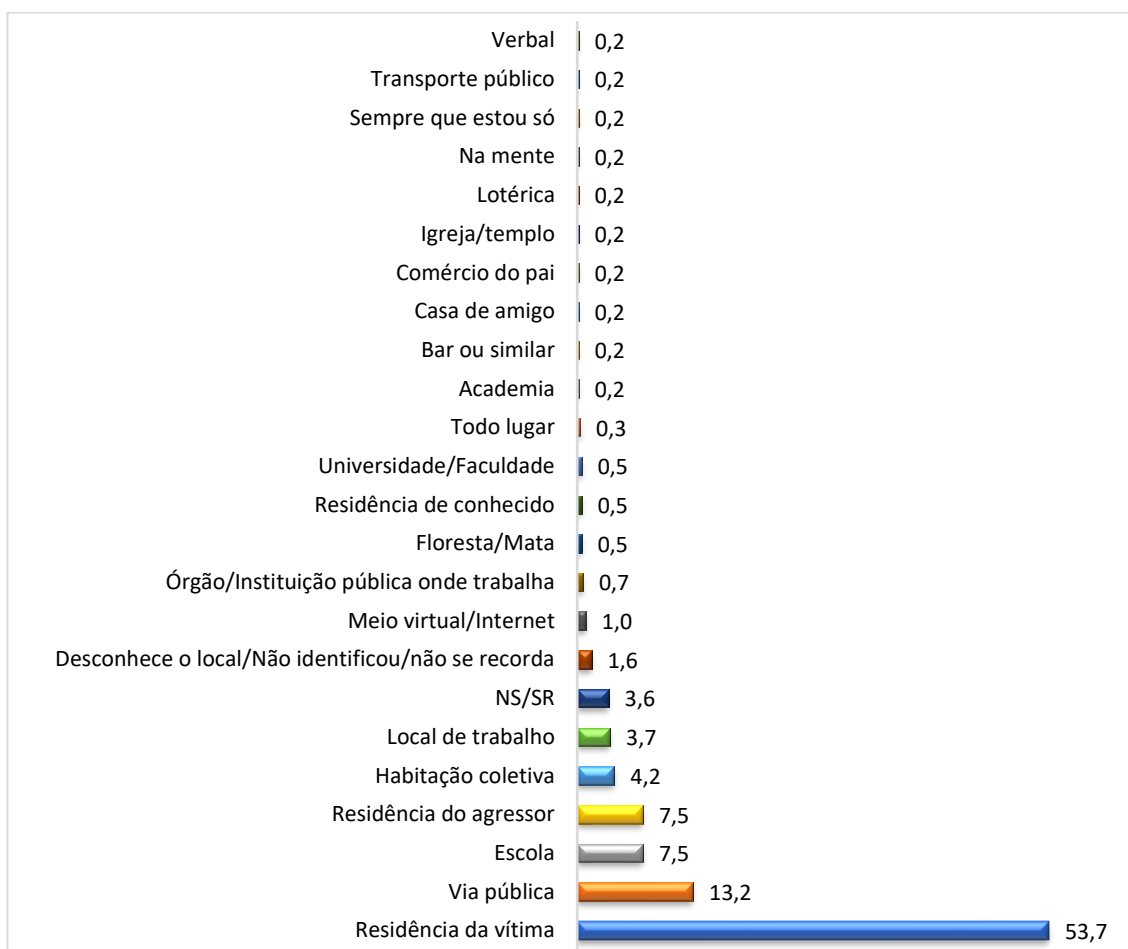


Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao vínculo e/ou parentesco, as maiores incidências recaem nos ex-companheiros ou ex-namorados (43,8%), esposos ou companheiros (21,3%), outros parentes (6,3%), seguindo de colega de aula, irmão, namorado e tio (2,5%). Amigo e pai vêm em seguida, com 2,2%, e padrasto, com 1,8%.

Gráfico 68 – Onde sofreu a violência

(%) Onde sofreu a violência?

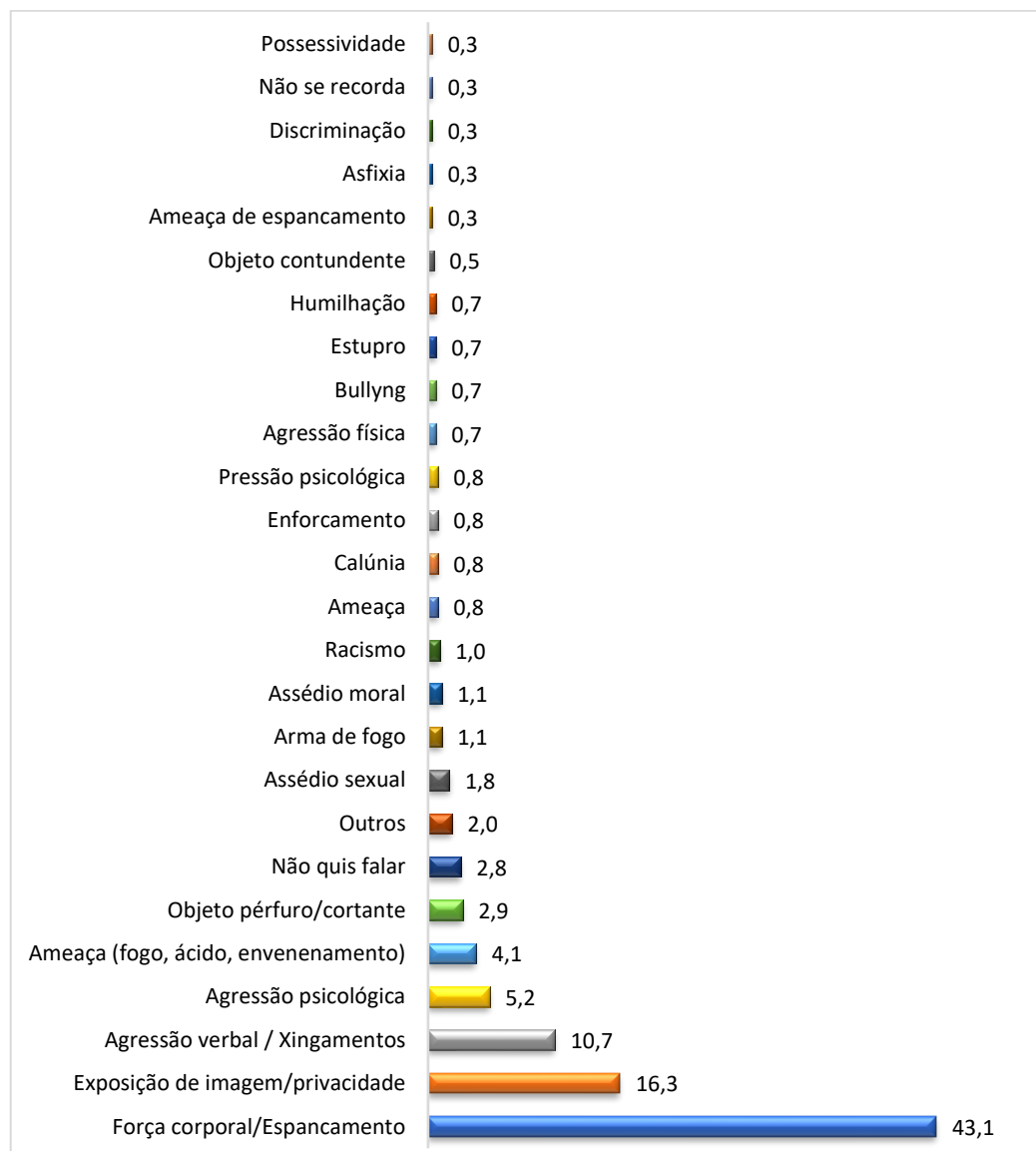


Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa mostra que a residência da vítima é o local onde mais ocorre a violência (53,7%), seguida por Via Pública (13,2%), dentre outros.

Gráfico 69 – Meio da agressão sofrida

(%) *Qual foi o meio da agressão sofrida?*



Fonte: Pesquisa de campo.

Sobre os meios de agressão mais relatados pelas entrevistadas, destacam-se: Força corporal/espancamento (43,1%), exposição de imagem/privacidade (16,3%) e agressão verbal/xingamento (10,7%).

Quadro 19 – Tempo que sofreu a violência

(%) *Por quanto tempo você sofre/sofreu esse tipo de agressão?*

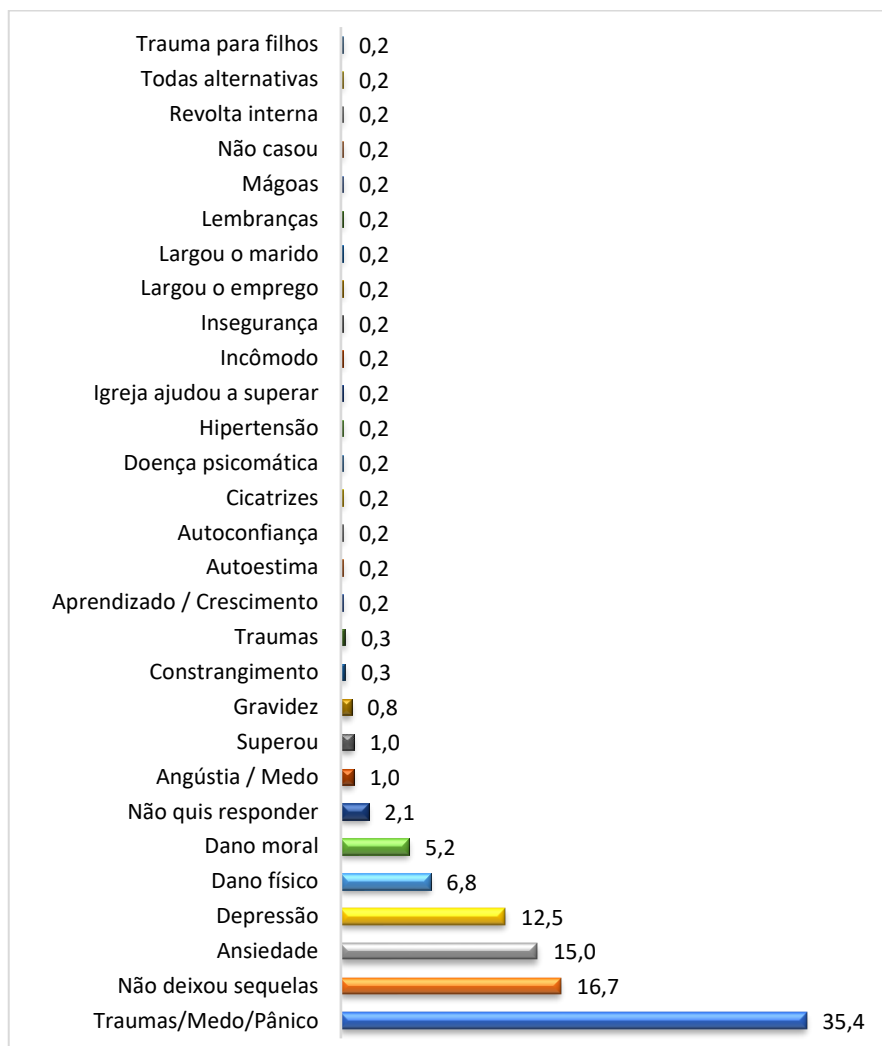
TEMPO	%	TEMPO	%	TEMPO	%	TEMPO	%
NS/SR	36,4	6 anos	1,6	11 anos	0,3	2 semanas	0,2
1 ano	5,2	8 anos	1,6	13 anos	0,3	21 anos	0,2
3 anos	4,9	2 meses	1,3	14 anos	0,3	23 anos	0,2
1 vez	4,6	3 meses	1,3	17 anos	0,3	25 anos	0,2
2 anos	4,4	6 meses	1,3	18 anos	0,3	26 anos	0,2
1 mês	3,7	Durante a infância	1,0	3 anos 6 meses	0,3	27 anos	0,2
5 anos	2,9	Pouco tempo	1,0	5 meses	0,3	28 anos	0,2
4 anos	2,8	20 anos	0,8	7 meses	0,3	3 vezes	0,2
Regularmente	2,6	Durante o período escolar	0,8	8 meses	0,3	33 anos	0,2
10 anos	2,4	22 anos	0,7	9 anos	0,3	45 anos	0,2
Vários anos	2,3	1 semana	0,5	Não acontece mais	0,3	Alguns minutos	0,2
7 anos	2,1	16 anos	0,5	1 ano 6 meses	0,2	Na adolescência	0,2
12 anos	2,0	2 vezes	0,5	10 vezes	0,2	No início do casamento	0,2
15 anos	2,0	Algumas vezes	0,5	19 anos	0,2		
1 dia	1,6	Mais de 1 ano	0,5	2 dias	0,2		

Fonte: Pesquisa de campo.

O quadro revela que por muito tempo as mulheres sofrem ou sofreram violências. Destacam-se as mulheres que ainda sofrem com periodicidade regular (2,6%) e as que responderam sofrer ou estar sofrendo por 15 anos (2,0%).

Gráfico 70 – Sequelas ou consequências da violência sofrida

(%) A violência sofrida deixou em você algum tipo de sequela ou consequências?

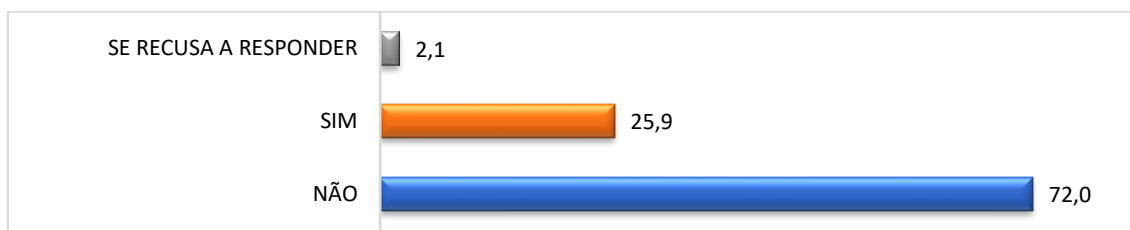


Fonte: Pesquisa de campo.

As principais sequelas deixadas pela violência sofrida foram: trauma/medo/pânico (35,4%); ansiedade (15,0%); depressão (12,5%); dano físico (6,8%); dano moral (5,2%); outros.

Gráfico 71 – Denúncia da violência sofrida

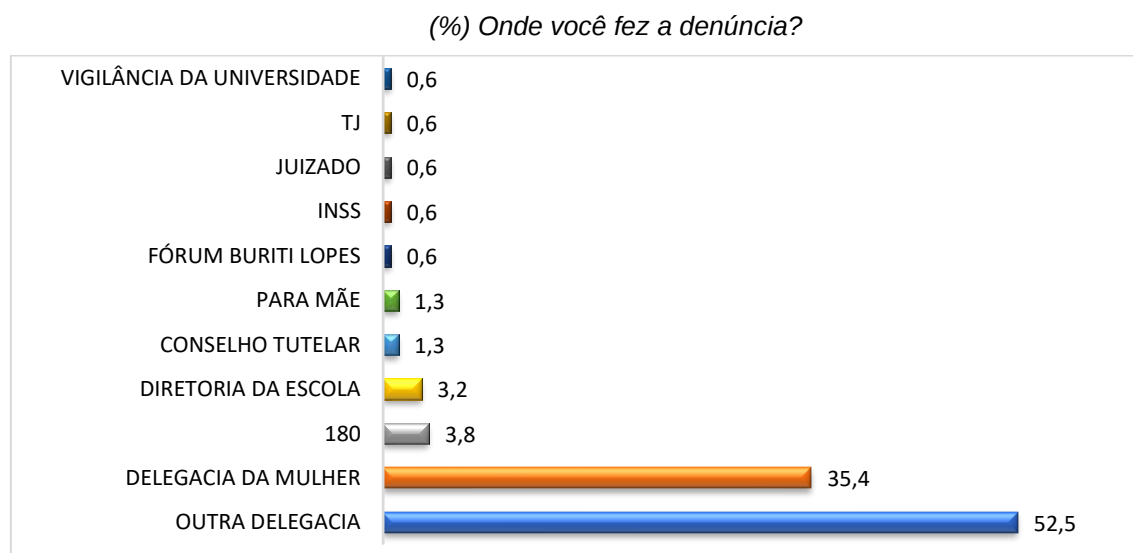
(%) Você fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida?



Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa revela um elevado índice de mulheres que não apresentaram denúncias contra seus agressores (72%), contra uma parcela bem menor das que denunciaram (25,9%).

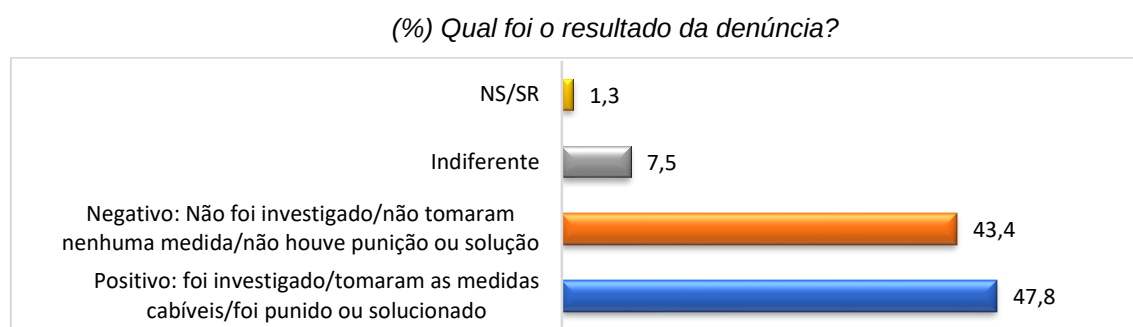
Gráfico 72 – Feita a denúncia da violência sofrida, qual local/meio



Fonte: Pesquisa de campo.

Do total de mulheres que denunciaram a violência sofrida, a maioria (87,9%) formalizou nas delegacias, sendo menor o registro na delegacia especializada, que é a da Mulher (35,4%), e maior (52,5%) em outras delegacias. O 180 e a diretoria da escola vêm em seguida (3,8% e 3,2%, respectivamente).

Gráfico 73 – Resultado da denúncia da violência sofrida



Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa identifica que das denúncias de violências sofridas, 47,8% tiveram resultado positivos com o processo com investigação e punição dos acusados, e 43,7% negativos. Para 7,5%, o resultado foi indiferente e 1,3% não soube responder.

Quadro 20 – Se não fez, o porquê de não ter feito a denúncia

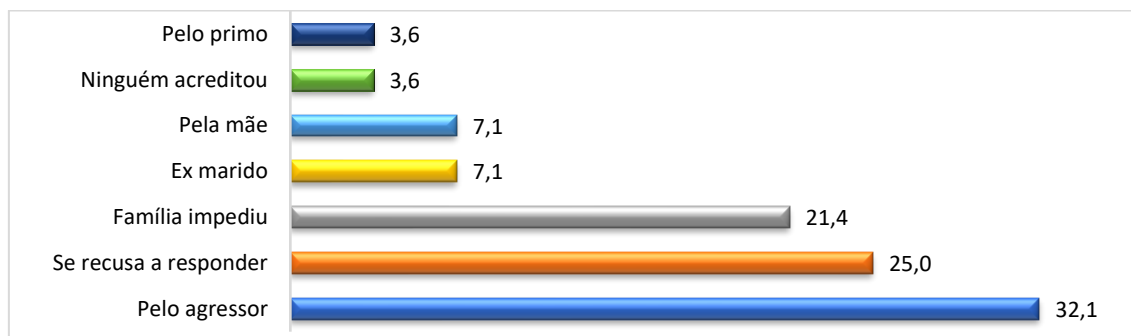
MOTIVO	%	MOTIVO	%	MOTIVO	%	MOTIVO	%
Medo do agressor	21,2	Por causa da família	0,5	Eu sempre era a culpada	0,2	Não tinha delegacia aberta	0,2
Se recusa a responder	18,3	separação resolveu	0,5	Falou ao padre	0,2	Ninguém acreditou	0,2
Falta de informação/orientação	18,1	Vergonha	0,5	Falta de acesso para denunciar	0,2	Pai do meu filho	0,2
Não achou necessário / Não quis	12,0	A mãe não deixou	0,2	Falta de provas	0,2	Percebeu que os liderados também eram racistas	0,2
Foi impedida	6,3	Ainda pensa em fazer a denúncia	0,2	Fechado em greve	0,2	Policial orientou um diálogo e resolveu	0,2
Gostava da pessoa	1,8	Alienação parental com os filhos	0,2	Ficou sem ação	0,2	Por causa dos filhos	0,2
Era criança	1,1	Apenas um problema	0,2	Filho com o agressor	0,2	Por conta da pensão	0,2
Não iria adiantar	1,1	Assédio na delegacia	0,2	Foi coisa do momento	0,2	Por receio de contar para mãe	0,2
Não sabia o que fazer	0,9	Coisa de adolescente	0,2	Foi só uma vez	0,2	Por respeito à família	0,2
Não vale a pena	0,9	Cooperativos	0,2	Isso é coisa de relacionamentos	0,2	Por ser pessoa da família	0,2
Separação resolveu	0,9	Demorou para reconhecer a agressão	0,2	Justiça de Deus resolveu	0,2	Porque ainda vive com ele	0,2
Esperança de melhora	0,7	Depressão	0,2	Mãe do vizinho tomou as providencias	0,2	Porque foi casada	0,2
Na época não existia	0,7	É coisa de pai	0,2	Não acredita na lei	0,2	Proteger filhos	0,2
O agressor era doente	0,7	É o marido	0,2	Não encontrou o promotor	0,2	Quer paz	0,2
Briga de família	0,5	É o meu filho	0,2	Não existiu	0,2	Revoltada	0,2
Conseguiu resolver	0,5	Era considerado normal	0,2	Não gosto de polícia	0,2	Se tornou minha amiga	0,2
Ficou com medo	0,5	Era só quando estava bêbado	0,2	Não levou a sério	0,2	Só percebeu que foi agressão depois	0,2
Não gosta de confusão	0,5	Estava bêbada	0,2	Não queria envolver a família	0,2		
Não pensou em denunciar	0,5	Eu ameacei denunciar e ele parou	0,2	Não queria o mal do meu namorado	0,2		

Fonte: Pesquisa de campo.

O conjunto de informações revela que 57,6% dos principais motivos que levaram as mulheres a não responderem foram: medo do agressor (21,2%), recusa a responder (18,3%) e falta de informação (18,1%).

Gráfico 74 – Se foi impedida de fazer a denúncia, quem impediu

(%) Por quem você foi impedida de fazer a denúncia?

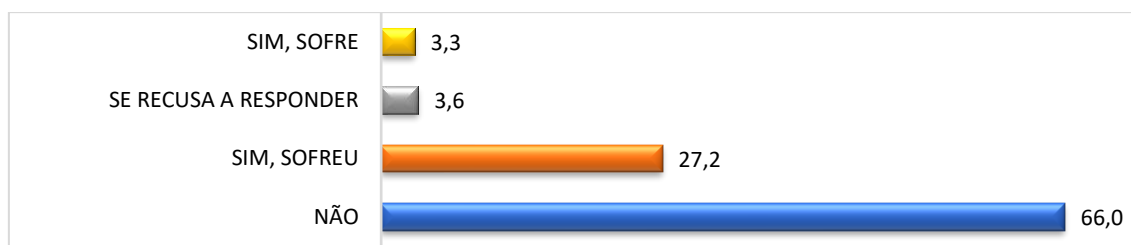


Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico aponta que 32,1% foram impedidas pelo próprio agressor, 25,0% se recusaram a responder, enquanto 21,4% disseram que a família impediu, dentre outros.

Gráfico 75 – Ameaça de morte

(%) Você sofre ou sofreu ameaça de morte?

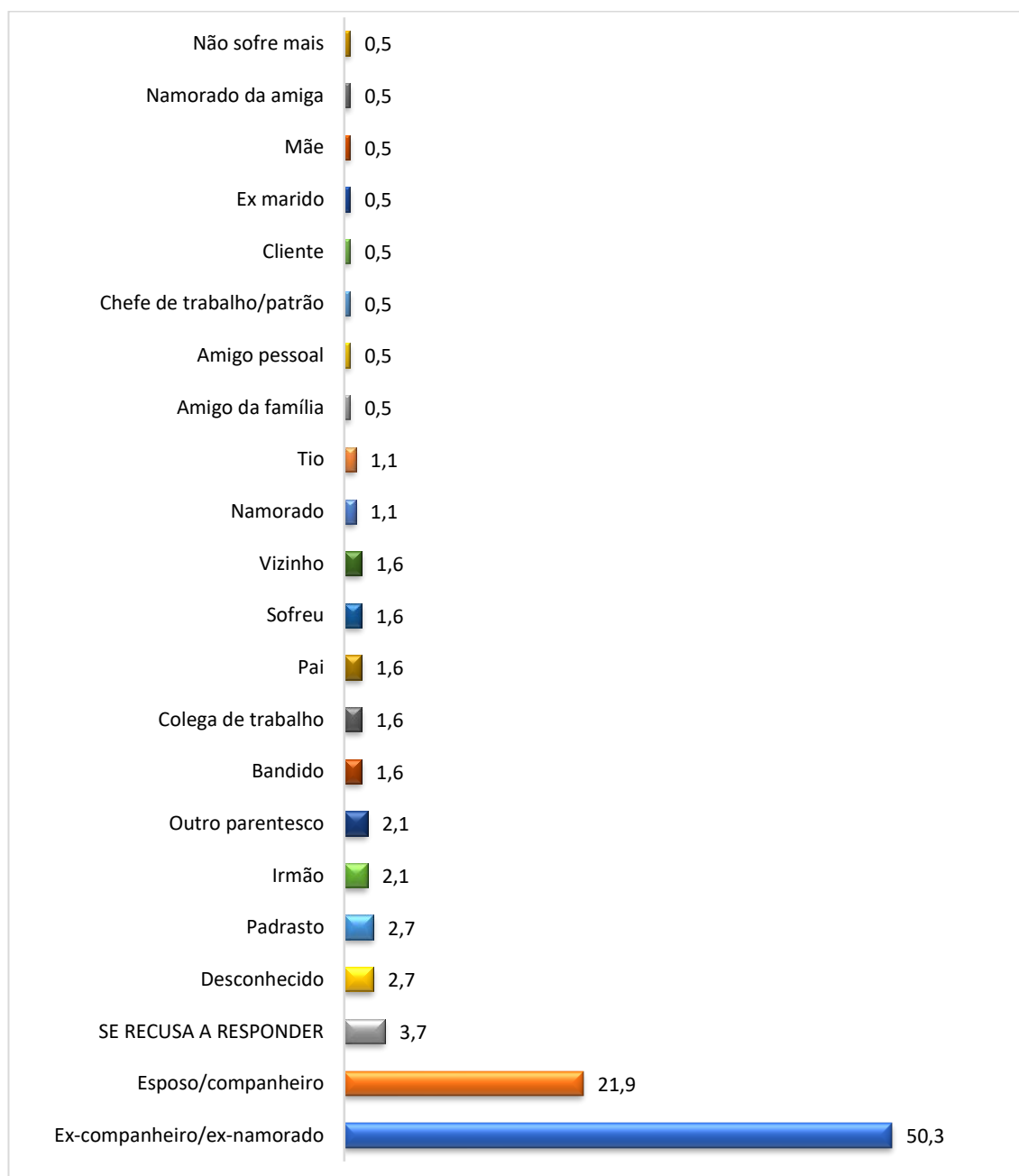


Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres que sofreram ou sofrem ameaças de morte somam 30,5% das entrevistadas.

Gráfico 76 – Quem ameaça/ameaçou a mulher de morte

(%) Por quem está sofrendo ameaça ou foi ameaçada?



Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa demonstra que 50,3% das ameaças vieram do ex-companheiro/ex-namorado; outras 21,9% disseram vir do esposo/companheiro, totalizando nestes vínculos 72,2%.

Quadro 21 – Número de vezes que foi agredida

(%) *Quantas vezes você foi agredida/sofreu violência?*

TEMPO / QUANTIDADE	%	TEMPO / QUANTIDADE	%
NS/SR	54,1	6 anos	0,3
1 vez	13,7	8 anos	0,3
Muitas / Várias vezes	13,7	8 vezes	0,3
2 vezes	3,3	Não teve agressão / Nunca	0,3
3 vezes	2,9	1 mês	0,2
Regularmente / Sempre	1,5	2 anos	0,2
Não sabe / Não tem conta	1,1	2 dias	0,2
4 vezes	1,0	25 vezes	0,2
10 vezes	0,7	35 anos	0,2
1 ano	0,5	50 vezes	0,2
12 anos	0,5	7 anos	0,2
3 anos	0,5	8 meses	0,2
4 anos	0,5	Desconhecido	0,2
5 anos	0,5	Desde o início	0,2
6 meses	0,5	Durante a bebida	0,2
Algumas vezes	0,5	Durante o ensino médio	0,2
1 dia	0,3	Raramente	0,2
15 anos	0,3	Somente com palavras	0,2
5 vezes	0,3	Tempo de casada	0,2

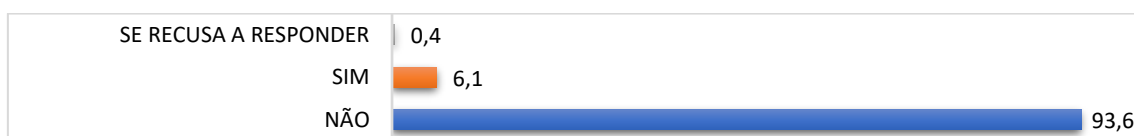
Fonte: Pesquisa de campo.

As informações apresentadas de forma espontânea pelas entrevistadas revelam que 54,1% não têm a dimensão de quantas vezes e/ou quanto tempo a violência ocorreu, naturalizando o fenômeno da violência.

7.5.1.5 EIXO V: Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

Gráfico 77 – Ocupação de cargo ou chefia ou político

(%) *Você já ocupou algum cargo de chefia ou cargo eletivo/político em alguma fase da sua vida?*



Fonte: Pesquisa de campo.

Outro campo que o presente estudo investigou foi relativo aos cargos de chefia ou eletivos políticos, sendo que a grande maioria (93,6%) disse que não ocupou nenhum cargo.

Quadro 22 – Qual o cargo?

CARGO	%	CARGO	%
Diretoria/Gerência	56,7	Em substituição ao chefe na gerência do dep. de pessoal	0,5
Exerceu cargo político municipal	20,9	Embaixadora do Núcleo de cidadania	0,5
Cargo de presidência	5,1	Empresa	0,5
Exerceu cargo eletivo político estadual	1,9	Exerceu cargo eletivo político federal	0,5
Na igreja	0,9	Já foi líder de grupo da igreja	0,5
Não	0,9	Líder na escola	0,5
Proprietária	0,9	Líder sindical	0,5
Cargo.na igreja não remunerado	0,5	Município e Estado	0,5
Coordenação pedagógica	0,5	Presidente de centro acadêmico. Líder de jovens na igreja.	0,5
Coordenadora da liturgia na igreja	0,5	Presidente do sindicato	0,5
Coordenadora de setor (igreja)	0,5	Secretaria de odontologia	0,5
Coordenadora grupo jovens	0,5	Secretaria de educação	0,5
Coordenadora de escola	0,5	Secretaria Executiva	0,5
Diretora de escola	0,5	Somente filiada ao partido	0,5
Dona da lanchonete	0,5	Supervisora	0,5
Dona de empresa	0,5	Vereadora	0,5
Dona do estabelecimento	0,5	Vice Delegada do Conselho dos Idosos	0,5

Fonte: Pesquisa de campo.

Das que ocuparam, destacam-se: Diretoria/Gerentes (56,7%) e cargos políticos municipais (20,9%), que somam 77,6% dos cargos.

Tabela 187 – Ocupação de cargo de chefia/político por zonas urbana e rural

OCUPA CARGO DE CHEFIA?	URBANA	RURAL
SIM	6,8%	3,4%
NÃO	92,8%	96,4%
SE RECUSA A RESPONDER	,4%	,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao avaliar o cruzamento por zona, verifica-se que na urbana o percentual de mulheres que ocupam cargo de chefia é 50% superior ao da zona rural.

Tabela 188 – Ocupação de cargo de chefia/político por território

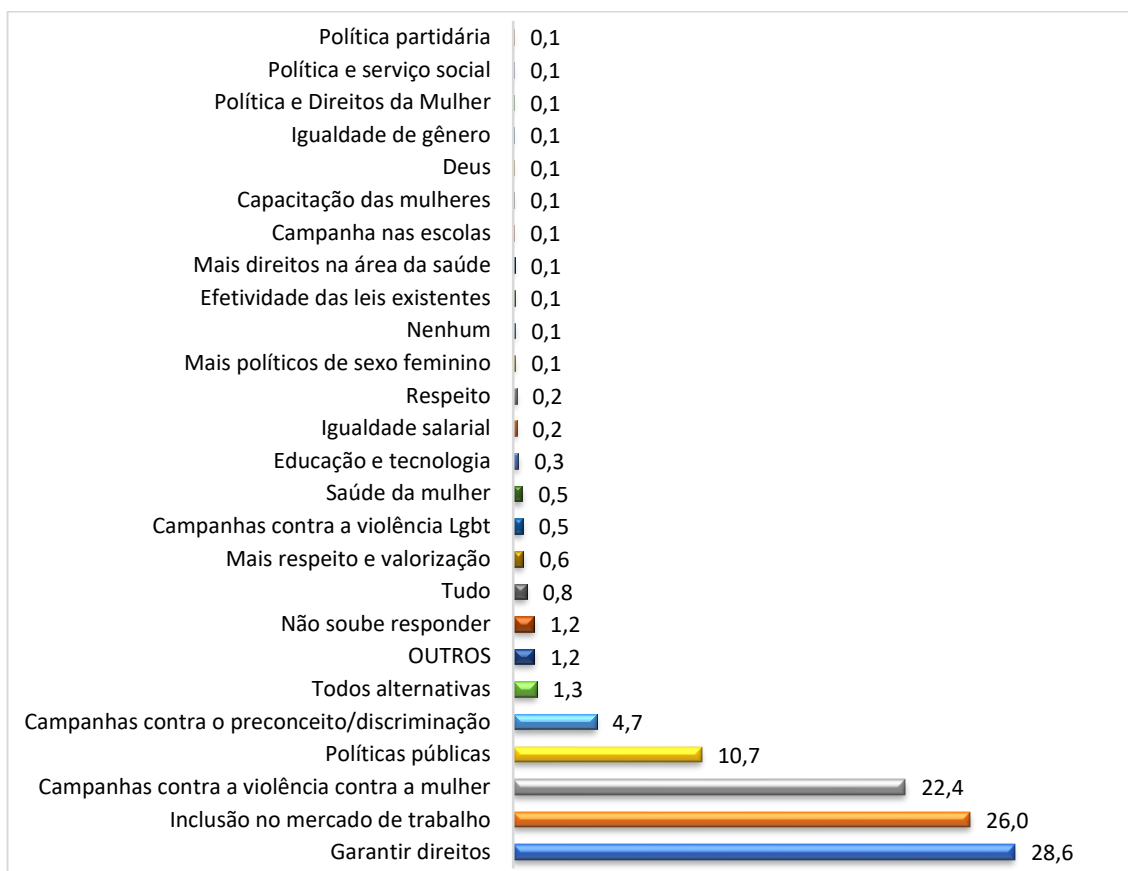
TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	SR	TOTAL
CARNAUBAIS	6,1%	93,9%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	4,9%	95,1%		100,0%
COCAIS	4,1%	95,4%	0,5%	100,0%
ENTRE RIOS	7,3%	92,3%	0,4%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	8,4%	91,3%	0,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	5,6%	94,4%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	5,3%	94,7%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	2,2%	97,8%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	2,3%	97,7%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	4,8%	95,2%		100,0%
VALE DO SAMBITO	2,8%	97,2%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	4,2%	93,7%	2,1%	100,0%
TOTAL	6,1%	93,6%	0,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela acima apresenta o cruzamento dos cargos de chefia/por territórios. É importante ressaltar que os territórios Vale do Canindé e Vale do Rio Guaribas têm os piores resultados referentes à não ocupação de cargos de chefia/políticos (97,8% e 97,7%, respectivamente).

Gráfico 78 – Como a condição feminina pode ser respeitada na sociedade?

(%) De que forma você acha que a sua condição feminina deve ser mais bem reconhecida na sociedade no seu meio em geral?



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando se trabalha o ideário do reconhecimento da condição feminina, os números revelam que 28,6% buscam a garantia de direitos, 26% inclusão no mercado de trabalho, 22,4% campanhas contra a violência, 10,7% políticas públicas e 4,7% campanhas contra o preconceito e discriminação, entre outros.

Tabela 189 – Como a condição feminina pode ser respeitada na sociedade por zonas

CONDIÇÃO FEMININA RESPEITADA	URBANA	RURAL
Garantir direitos	27,8%	29,7%
Inclusão no mercado de trabalho	25,7%	25,4%
Campanhas contra a violência contra a mulher	22,1%	21,7%
Políticas públicas	10,9%	9,5%
Campanhas contra o preconceito/discriminação	4,2%	6,5%
Outras informações declaradas	9,4%	7,20%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Avaliando o cruzamento apresentado na tabela anterior, conclui-se que, tanto na zona urbana como na rural, a perspectiva da mulher para que a condição feminina possa ser melhor reconhecida apresenta-se com dados bem próximos, como pode ser visto na tabela acima.

Tabela 190 – Como a condição feminina pode ser respeitada na sociedade por territórios

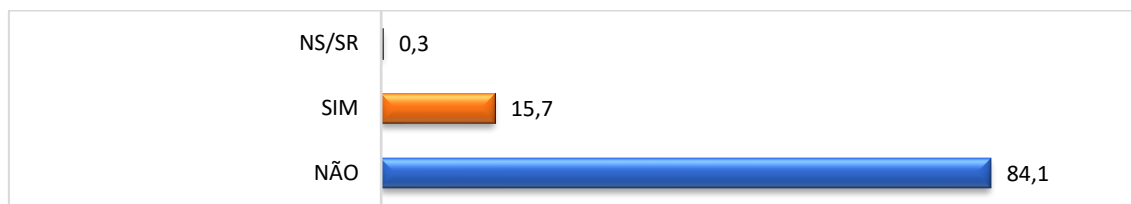
CONDIÇÃO O FEMININA RESPEITA DA	CARNAUBAIS	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	COCAIS	ENTRE RIOS	PLANÍCIE LITORÂNEA	SERRA DA CAPIVARA	TABULEIROS DO ALTO	VALE DO CANINDÉ	VALE DO RIO GUARIBAS	VALE DO RIO ITAIM	VALE DO SAMBITO	VALE DOS RIOS PIAUÍ E
Garantir direitos	11,1%	42,6%	22,5%	29,6%	12,1%	39,4%	52,6%	28,6%	36,4%	36,0%	21,8%	36,8%
Inclusão no mercado de trabalho	35,1%	11,5%	33,2%	24,0%	33,1%	9,2%	17,1%	35,0%	15,3%	9,3%	37,3%	19,4%
Campanhas de violência contra a mulher	21,1%	32,8%	15,6%	23,9%	11,6%	27,5%	18,4%	22,9%	21,6%	26,7%	22,7%	23,6%
Políticas públicas	11,7%	8,2%	8,9%	7,8%	28,0%	12,8%	2,6%	3,6%	13,6%	17,4%	9,1%	2,8%
Campanhas contra o preconceito/discriminação	6,4%		10,1%	3,7%	2,4%	7,3%	2,6%	6,4%	4,0%	3,5%	2,7%	6,9%
Outras informações declaradas	14,6%	4,9%	9,7%	10,9%	12,9%	3,7%	6,6%	3,6%	9,1%	7,0%	6,4%	10,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse cruzamento, as mulheres de Tabuleiros do Alto Parnaíba têm na garantia dos direitos a perspectiva da melhoria da condição da mulher (52,6%), seguida da Chapada das Mangabeiras (42,6%) e Serra da Capivara (39,4%), dentre outros. No Vale do Sambito, a concepção de melhoria da condição passa pela inclusão no Mercado de Trabalho (37,3%), seguida do Carnaubais, com 35,1%, e Vale do Canindé (35%). Na Chapada das Mangabeiras, as mulheres compreendem que as Campanhas de Violência contra a mulher podem oferecer uma melhor condição, seguido da Serra da Capivara (27,5%) e Vale do Rio Itaim (26,7%). No Planície Litorânea, 28% das mulheres avaliam a necessidade de mais políticas públicas. Quanto à necessidade de campanhas contra o preconceito/discriminação, Cocais, quando comparado com outros territórios, apresenta a maior perspectiva.

Gráfico 79 – Participação em movimento social

(%) *Você participa de algum movimento social?*



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando se trata de participação em movimento social, a pesquisa demonstra que 84,1% das mulheres não participam de organizações da sociedade e 15,7% participam.

Tabela 191 – Participação em movimento social por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	NS/SR	Total
CARNAUBAIS	21,8%	78,2%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	18,9%	81,1%		100,0%
COCAIS	13,7%	85,8%	0,5%	100,0%
ENTRE RIOS	16,1%	83,7%	0,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	12,5%	87,2%	0,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	19,4%	79,6%	0,9%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	18,7%	81,3%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	16,5%	83,5%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	11,0%	88,4%	0,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	23,8%	76,2%		100,0%
VALE DO SAMBITO	12,1%	87,9%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	12,7%	87,3%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os territórios com maiores incidências de participação de mulheres em Movimentos Sociais são Vale do Rio Itaim (23,8%), Carnaubais (21,8%), Serra da Capivara (19,4%) e Tabuleiros do Alto da Parnaíba (18,7%).

Tabela 192 – Participação em movimento social por zonas urbana e rural

(%) *Você participa de algum movimento social?*

ZONAS	SIM	NÃO	NS/SR	Total
URBANA	14,5%	85,2%	0,3%	100,0%
RURAL	19,9%	79,9%	0,1%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à participação das mulheres em movimento social por zona, destaca-se a participação de 19,9% das mulheres da zona rural.

Quadro 23 – Qual tipo de movimento social

MOVIMENTO	%	MOVIMENTO	%
Movimento religioso	54,8	Grupo Esperança Garcia	0,2
Associações / Sindicatos	21,8	Grupo mulheres de março	0,2
Movimento feminista	6,7	Higiene bucal em comunidades	0,2
Movimento político	4,1	Igreja	0,2
Fóruns comunitários	3,1	Individual ajuda as pessoas	0,2
Movimento LGBTs+	1,8	JC	0,2
Se recusa a responder	1,4	Movimento de mulheres, jogo futebol	0,2
Grupo de jovens	0,5	Movimento estudantil	0,2
Movimento Afro	0,5	Movimento social, riso terapia, faz visitas a hospitais	0,2
Alcoólicos Anônimos (AA)	0,5	Movimento Todos por Um	0,2
Centro de convivência da terceira idade	0,2	Nenhum	0,2
Centro de referência da mulher	0,2	Núcleo de cidadania de adolescentes	0,2
Clube do Idoso UNAT	0,2	ONG - Defesa Animais	0,2
Doações de dinheiro	0,2	Projeto Criança Feliz	0,2
Dos animais	0,2	Projeto voz ativa da juventude	0,2
Facebook	0,2	Radio comunitário	0,2
Fundeb escola	0,2	Teatro, dança	0,2
Ginástica	0,2	Trabalho voluntario CVV	0,2

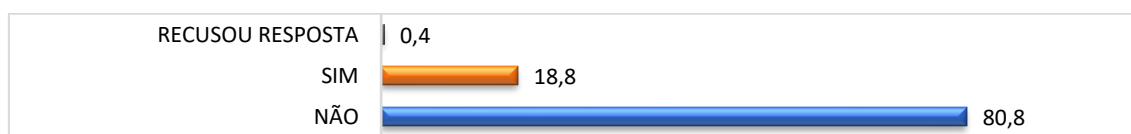
Fonte: Pesquisa de campo.

Das mulheres que disseram participar de movimentos sociais, 54,8% estão inseridas em movimentos religiosos, seguido de 21,8% em associações/sindicatos. Seguem: 6,7% movimentos feministas, 4,1% movimentos políticos e 3,1% fóruns comunitários, embora esta última espacialidade não se constitua em movimentos sociais, a reposta é espontânea.

7.5.1.6 EIXO VI: Desenvolvimento Sustentável com igualdade econômica e social

Gráfico 80 – Atividades relacionadas ao Meio Ambiente

(%) *Você faz alguma atividade relacionada ao meio ambiente ou sustentabilidade em sua casa, trabalho, comunidade, escola?*



Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os números relativos à participação das mulheres em ações em defesa do meio ambiente, estes revelam que 80,8% não participaram de atividades referentes ao meio ambiente.

Tabela 193 – Atividade relacionada ao Meio Ambiente por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
CARNAUBAIS	15,2%	84,8%		100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	33,6%	66,4%		100,0%
COCAIS	7,1%	92,6%	0,3%	100,0%
ENTRE RIOS	18,6%	80,8%	0,6%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	19,9%	79,8%	0,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	33,6%	65,4%	0,9%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	42,7%	57,3%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	12,9%	87,1%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	22,1%	77,9%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	21,4%	78,6%		100,0%
VALE DO SAMBITO	2,8%	97,2%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	31,7%	67,6%	0,7%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao cruzar os dados de atividades relacionadas por território, observa-se que quatro territórios apresentam maiores índices de mulheres que fazem alguma atividade relacionada ao meio ambiente, sendo eles: Tabuleiros do Alto Parnaíba, com 42,7%; Chapada das Mangabeiras e Serra da Capivara, com 33,6%; e Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, com 31,7%.

Tabela 194 – Atividade relacionada ao Meio Ambiente por zonas urbana e rural

ZONA	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
URBANA	19,7%	79,8%	0,5%	100,0%
RURAL	15,7%	84,3%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A zona rural apresenta o maior índice de mulheres que não fazem atividades relacionadas ao meio ambiente (84,3%).

Tabela 195 – Atividade relacionada ao Meio Ambiente por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	SIM	NÃO	RECUSOU RESPOSTA	Total
16 a 24 anos	16,8%	82,7%	0,5%	100,0%
25 a 34 anos	16,8%	83,1%	0,1%	100,0%
35 a 44 anos	19,2%	80,3%	0,5%	100,0%
45 a 59 anos	21,5%	78,2%	0,3%	100,0%
Acima de 59 anos	21,6%	77,6%	0,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

No cruzamento das atividades relacionadas ao meio ambiente e faixa etária, verifica-se que, das que fazem atividades, destacam-se as mulheres com idade a partir de 35 anos. Entretanto, a grande maioria não realiza tais atividades, conforme tabela.

Quadro 24 – Qual atividade participa

ATIVIDADE	%	ATIVIDADE	%
Seleciona/separa o seu próprio lixo/coleta seletiva	65,1	Encontro de casais	0,1
Horta familiar, sem uso de agrotóxico/produtos orgânicos	11,8	Encontro de jovens	0,1
Faz reciclagem de objetos/reutilização	11,2	Grupo de jovens	0,1
Participação em eventos socioambientais (corridas, fóruns, trilhas ecológicas, debates ambientais, entre outros)	4,6	Horta comunitária	0,1
Diminui/controla consumo de vestuário	1,6	Igreja	0,1
NS SR	0,7	Ações com os moradores	0,1
Voluntariado	0,4	Não faz trabalho ambiental	0,1
A empresa onde trabalha promove	0,1	Orienta no hospital a cuidar do lixo	0,1
Ação com crianças	0,1	Pastoral do batismo	0,1
Economia de Água	0,2	Planejamento de ações no trabalho	0,1
Ajudar em caso de vítima de enchente e outras e evangelizar	0,1	Plantação e cuidado gerais na praça	0,1
AMOR DE TIA: Voltado para crianças e mães	0,1	Plantar	0,1
Cuida de animais de rua	0,1	Plantio de mudas de árvores	0,1
Cuidado com o meio ambiente	0,1	Plantação na praça	0,1
Bazar da Igreja (reciclagem)	0,1	Projeto comunitário para limpeza da lagoa	0,1
Diminui o consumo de descartáveis	0,1	Projetos de construções sustentáveis	0,1
Doação de alimento palestras, orientando famílias	0,1	Reunião sobre meio ambiente	0,1

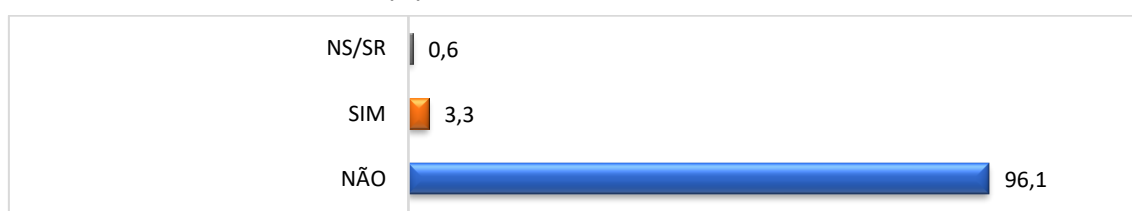
Fonte: Pesquisa de campo.

Das atividades relatadas, as maiores participações em atividades relacionadas ao meio ambiente foram seleção/separação do seu próprio lixo/coleta seletiva (65,1%), horta familiar sem agrotóxico e produtos orgânicos (11,8%), além de participações em eventos (4,6%).

7.5.1.7 EIXO VII: Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta

Gráfico 81 – Acesso ao Crédito Rural

(%) Você tem acesso ao crédito rural?



Fonte: Pesquisa de campo.

Os números mostram que 96,1% das mulheres não possuem acesso ao crédito rural.

Tabela 196 – Acesso ao Crédito Rural por territórios

TERRITÓRIO	SIM	NÃO	NS/SR	Total
CARNAUBAIS	6,1%	93,3%	0,6%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	7,4%	91,0%	1,6%	100,0%
COCAIS	5,1%	93,9%	1,0%	100,0%
ENTRE RIOS	1,4%	98,1%	0,5%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	2,7%	96,2%	1,1%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	4,6%	95,4%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	5,3%	94,7%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	5,8%	93,5%	0,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	4,0%	95,4%	0,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	9,5%	88,1%	2,4%	100,0%
VALE DO SAMBITO	8,4%	91,6%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	2,1%	97,9%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima apontam a relação entre os territórios e o acesso ao crédito para a mulher piauiense. A análise deles revela que os territórios com maiores índices de mulheres com acesso são: Vale do Rio Itaim (9,5%), Vale do Sambito (8,4%) e

Chapada das Mangabeiras (7,4%). A grande maioria das mulheres não tem acesso ao crédito rural.

Tabela 197 – Acesso ao Crédito Rural por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	SIM	NÃO	NS/SR	Total
16 a 24 anos	1,3%	98,2%	0,5%	100,0%
25 a 34 anos	3,2%	95,9%	0,9%	100,0%
35 a 44 anos	3,7%	95,6%	0,7%	100,0%
45 a 59 anos	4,4%	95,1%	0,6%	100,0%
Acima 59 anos	4,7%	95,0%	0,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

As mulheres com idade acima de 45 anos têm mais acesso ao crédito rural do que as de menor faixa de idade.

Tabela 198 – Acesso ao Crédito Rural por renda

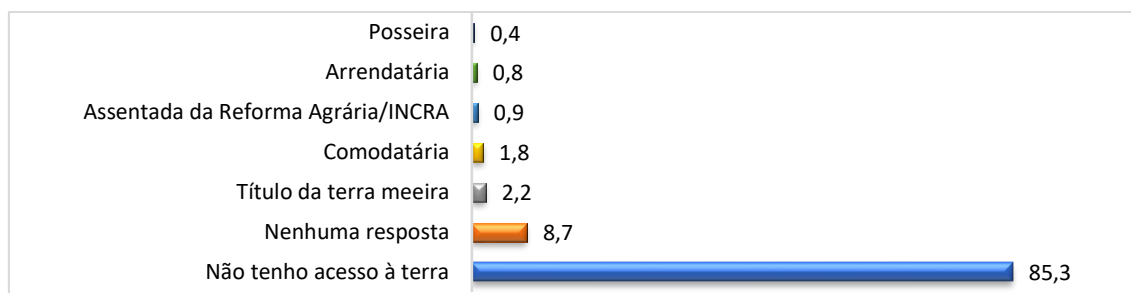
RENDA	SIM	NÃO	NS/SR	TOTAL
SEM RENDA	3,4%	95,6%	1,0%	100,0%
MENOS DE 1 SM	5,3%	94,2%	0,5%	100,0%
DE 1 ATÉ 2 SM	2,9%	96,5%	0,5%	100,0%
DE 2 ATÉ 3 SM	1,7%	97,6%	0,7%	100,0%
DE 3 ATÉ 4 SM		98,9%	1,1%	100,0%
DE 4 ATÉ 5 SM	6,5%	90,3%	3,2%	100,0%
ACIMA DE 5 SM		100,0%		100,0%
NS/SR		93,9%	6,1%	100,0%
TOTAL	3,3%	96,1%	0,6%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

No cruzamento crédito rural por renda, destacam-se as mulheres com renda entre quatro a cinco salários mínimos com maior acesso ao crédito rural (6,5%), seguido das mulheres com renda de menos de um salário mínimo (5,3%).

Gráfico 82 – Tipo de acesso à terra

(%) Que tipo de acesso você tem a terra?



Fonte: Pesquisa de campo.

Em se tratando de acesso à terra, 85,3% das mulheres não têm acesso a ela.

Tabela 199 – Tipo de acesso à terra por territórios

INSTRUMENTO	CARNAUBAIS	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	COCAIS	ENTRE RIOS	PLANÍCIE LITORÂNEA	SERRA DA CAPIVARA	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	VALE DO CANINDÉ	VALE DO RIO GUARIBAS	VALE DO RIO ITAIM	VALE DO SAMBITO	VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS
Título da terra meeira	6,7%	2,0%	3,3%	0,6%	0,7%	1,2%	5,2%	10,4%	2,6%	5,6%	9,8%	
Arrendatária	2,2%	2,0%	0,7%	0,5%	0,4%	2,4%				2,8%	1,2%	1,8%
Comodatária		12,2%		0,3%		7,2%	1,7%	3,8%	6,6%	18,3%		0,9%
Posseira	0,7%			,5%	0,4%			0,9%		1,4%		
Assentada da Reforma Agrária/INCRA	2,2%		4,0%	,3%	0,4%	1,2%		1,9%	1,3%	1,4%	1,2%	
Não tenho acesso à terra	69,6%	78,6%	85,1%	91,0%	71,7%	88,0%	87,9%	78,3%	84,8%	70,4%	74,4%	93,6%
NR	18,5%	5,1%	6,9%	6,9%	26,5%		5,2%	4,7%	4,6%		13,4%	3,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima mostram a relação do tipo de acesso à terra por territórios. Destacam-se as mulheres assentadas pela reforma agrária, sendo em maior percentual no território de Cocal (4%), seguido de Carnaubais (2,2%) e Vale do Canindé (1,9%).

Tabela 200 – Tipo de acesso à terra por zonas urbana e rural

ZONAS	Título da terra meeira	Arrendatária	Comodatária	Posseira	Assentada da Reforma Agrária/INCRA	Não tenho acesso à terra	NR	Total
URBANA	1,0%	0,4%	0,8%	0,3%	0,3%	88,9%	8,3%	100,0%
RURAL	7,7%	2,6%	6,3%	0,8%	4,1%	67,6%	10,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento dos dados na tabela anterior mostra o tipo de acesso à terra por zona, sendo que o acesso maior ocorre na zona rural (32,4%). Na zona rural, destacam-se o título de terra de meeira (7,7%), comodatária (6,3%) e assentadas da reforma agrária/Incra (4,1%).

Tabela 201 – Tipo de acesso à terra por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	Título da terra meeira	Arrendatária	Comodatária	Posseira	Assentada da Reforma Agrária/INCRA	Não tenho acesso à terra	NR	Total
16 a 24 anos	1,2%	0,5%	0,8%	0,4%	0,7%	86,1%	10,2%	100,0%
25 a 34 anos	1,8%	0,8%	1,8%	0,3%	1,3%	86,3%	7,8%	100,0%
35 a 44 anos	2,0%	0,9%	1,7%	0,4%	1,0%	85,8%	8,1%	100,0%
45 a 59 anos	3,8%	1,2%	2,2%	0,4%	0,8%	83,6%	8,1%	100,0%
Acima de 59 anos	3,5%		4,7%	0,6%	0,6%	80,7%	9,9%	100,0%
TOTAL	2,2%	0,8%	1,8%	0,4%	0,9%	85,3%	8,7%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O estudo também apresenta o cruzamento por tipo de acesso à terra e faixa etária das mulheres. Em relação ao título de meeira, as mulheres de 45 a 59 anos têm a maior acesso ao título de terra meeira (3,8%), seguido das mulheres acima de 59 anos (3,5%) e as com idade entre 35 a 44 anos (2,0%). Já entre as comodatárias, destacam-se as mulheres acima de 59 anos (4,7%), e em relação aos assentamentos da reforma agrária destacam-se as mulheres de 25 a 34 anos (1,3%).

Tabela 202 – Tipo de acesso à terra por renda

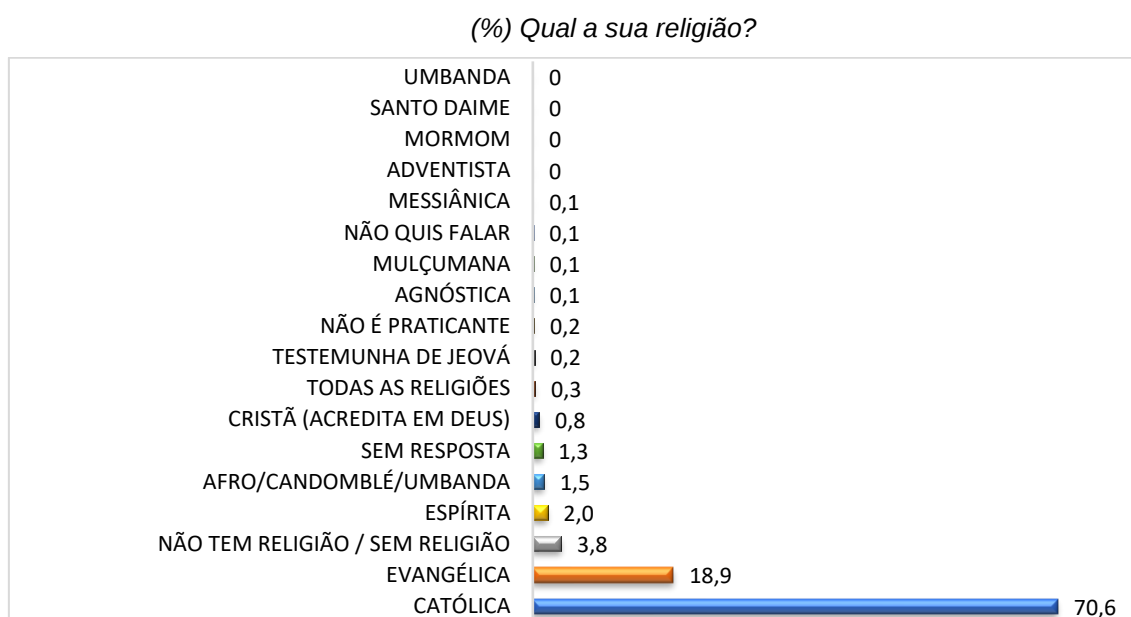
RENDA	Título da terra meeira	Arrendatária	Comodatária	Posseira	Assentada da Reforma Agrária/INCRA	Não tenho acesso à terra	NR	Total
SEM RENDA	2,1%	,7%	1,4%		1,4%	81,3%	13,2%	100,0%
MENOS DE 1 SM	2,4%	1,6%	2,3%	,3%	2,1%	85,2%	6,0%	100,0%
DE 1 ATÉ 2 SM	2,1%	,6%	1,6%	,4%	,8%	86,9%	7,6%	100,0%
DE 2 ATÉ 3 SM	1,6%	,3%	1,3%	,5%		84,3%	12,0%	100,0%
DE 3 ATÉ 4 SM	1,2%		2,5%			81,5%	14,8%	100,0%
DE 4 ATÉ 5 SM	6,9%		6,9%	3,4%		55,2%	27,6%	100,0%
ACIMA DE 5 SM	2,9%					77,1%	20,0%	100,0%
NS/SR	4,5%					81,8%	13,6%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento acima mostra a relação entre a renda das entrevistadas e o tipo de acesso à terra. Para as mulheres que disseram possuir título de meeira, é importante destacar que 9,8% ganham renda acima de quatro salários mínimos. Em relação às comodatárias, 9,4% são as que ganham acima de três salários mínimos.

7.5.1.8 EIXO VIII: Cultura, esporte, comunicação e mídia

Gráfico 83 – Religião



Fonte: Pesquisa de campo.

A maioria das mulheres entrevistadas declararam ser católicas (70,6%). As evangélicas vêm em seguida (18,9%). Um dado importante é que 3,8% delas disseram não possuir religião.

Tabela 203 – Religião por territórios

TERRITÓRIOS	CATÓLICA	ESPÍRITA	EVANGÉLICA	NÃO TEM RELIGIÃO / SEM RELIGIÃO	OUTRAS	TOTAL
CARNAUBAIS	78,4%	1,8%	11,7%	3,5%	4,7%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	74,6%	0,8%	23,8%		0,8%	100,0%
COCAIS	75,2%		16,8%	3,2%	4,7%	100,0%
ENTRE RIOS	65,6%	3,3%	20,8%	4,2%	6,0%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	71,2%	1,1%	15,6%	5,6%	6,5%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	73,4%		22,0%	3,7%	0,9%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	80,3%	1,3%	11,8%	3,9%	2,6%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	75,7%	0,7%	17,9%	5,0%	0,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	76,7%	2,3%	17,6%	1,1%	2,3%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	74,4%		22,1%	3,5%		100,0%
VALE DO SAMBITO	82,7%		8,2%	5,5%	3,6%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	72,2%		25,0%	1,4%	1,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A Tabela acima mostra um conjunto de dados cruzados por território e religião das mulheres entrevistadas. Analisando as que se declararam católicas, os maiores percentuais encontram-se nos territórios do Vale do Sambito (82,7%) e Tabuleiros do Alto Parnaíba (80,3%). Já para as que se declararam evangélicas, os maiores índices foram os do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (25%) e Chapada das Mangabeiras (23,8%). Entre as mulheres que se apresentaram sem religião, destacam-se Planície Litorânea (5,6%) e Vale do Sambito (5,5%).

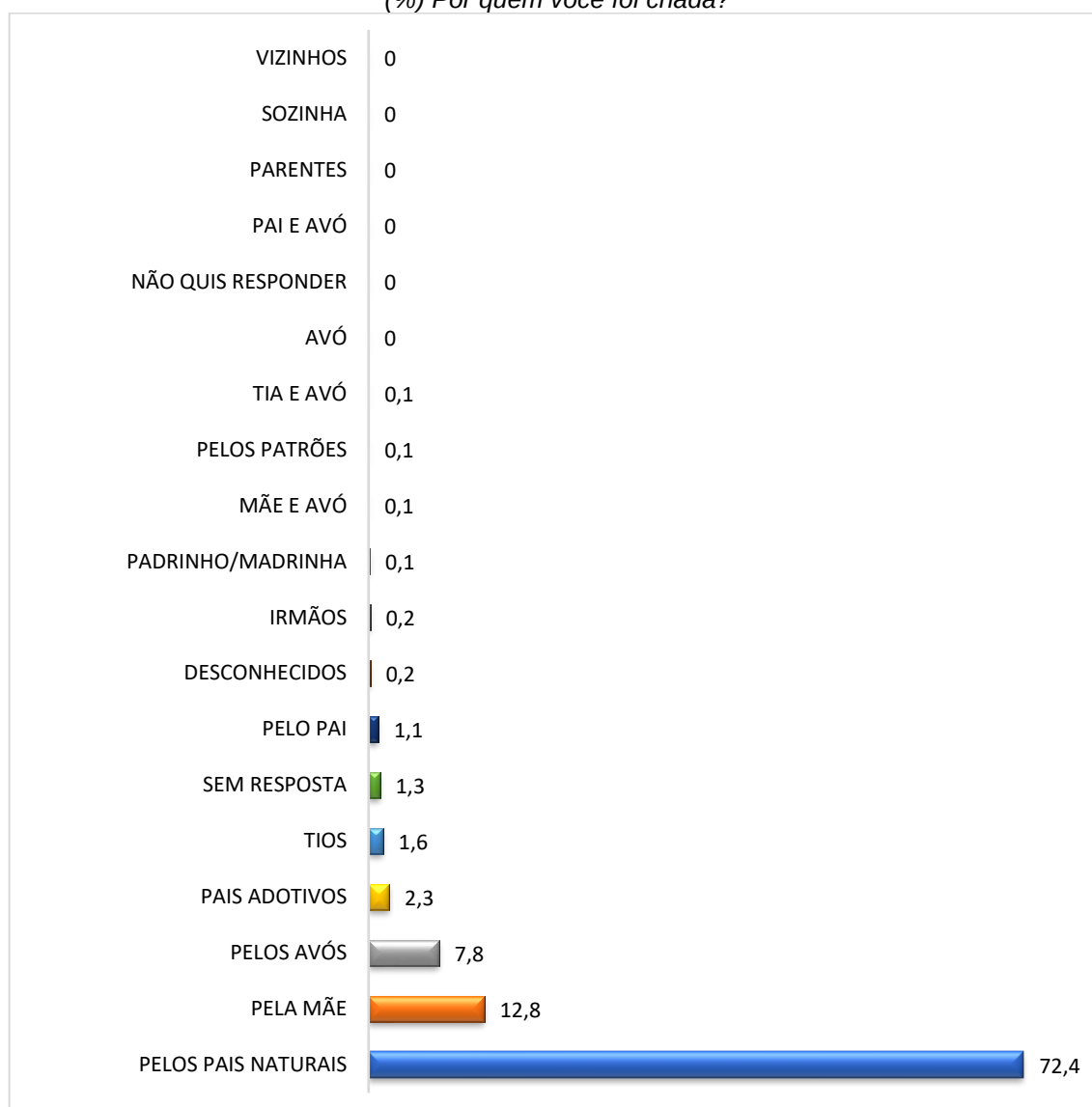
Tabela 204 – Religião por zonas urbana e rural

ZONA	CATÓLICA	CRISTÃ (ACREDITA EM DEUS)	ESPÍRITA	EVANGÉLICA	NÃO TEM RELIGIÃO / SEM RELIGIÃO	OUTRAS	TOTAL
URBANA	70,4%	0,9%	2,5%	19,2%	3,8%	3,2%	100,0%
RURAL	75,7%	0,5%	0,3%	18,8%	3,9%	0,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima mostram o cruzamento entre as zonas e a religião das entrevistadas. O que chama a atenção é que tanto na zona urbana quanto na rural os índices de católicas, evangélicas e sem religião são bem próximos, não havendo muitas diferenças significativas.

Gráfico 84 – As mulheres foram criadas por quem
(%) *Por quem você foi criada?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico apresenta que a maioria das mulheres (72,4%) foi criada por seus pais naturais, 12,8% somente pelas suas mães, 7,8% por avós, 2,3% pais adotivos, 1,6% tios, entre outros.

Tabela 205 – Responsável pela criação das mulheres por territórios

Territórios	PAIS ADOTIVOS	PELA MÃE	PELO PAI	PELOS AVÓS	PELOS PAIS NATURAIS	TIOS	OUTROS	Total
CARNAUBAIS	1,2%	11,7%	1,8%	8,8%	72,5%	1,2%	2,9%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	0,8%	8,2%	2,5%	7,4%	76,2%	1,6%	3,3%	100,0%
COCAIS	3,7%	8,2%	1,2%	5,0%	78,5%	1,0%	2,5%	100,0%
ENTRE RIOS	2,0%	17,2%	0,7%	8,3%	67,6%	2,1%	2,2%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	1,6%	10,2%	0,5%	10,8%	74,5%	0,8%	1,6%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	1,8%	11,9%	4,6%	9,2%	71,6%	0,9%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	1,3%	9,2%	1,3%	9,2%	72,4%	2,6%	3,9%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	4,3%	12,1%	2,9%	5,7%	72,1%	2,1%	0,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	1,7%	5,1%	0,6%	6,3%	84,7%		1,7%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	1,2%	7,0%		4,7%	86,0%	1,2%		100,0%
VALE DO SAMBITO	5,5%	5,5%	0,9%	5,5%	78,2%	1,8%	2,7%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	2,8%	7,6%	1,4%	7,6%	77,8%	1,4%	1,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando o cruzamento dos responsáveis pela criação das mulheres por territórios, nota-se que os maiores percentuais de mulheres criadas pelas mães estão nos territórios de Entre Rios (17,2%), Vale do Canindé (12,1%) e Serra da Capivara (11,9%). Já os maiores percentuais das que foram criadas pelo pai estão nos territórios da Serra da Capivara (4,6%) e Vale do Canindé (2,9%). Em relação às criadas pelos avós, o destaque fica por conta de Planície Litorânea (10,8%), Serra da Capivara e Tabuleiros do Alto Parnaíba (ambos com 9,2%).

Tabela 206 – Responsável pela criação das mulheres por zonas urbana e rural

Zona	PAIS ADOTIVOS	PELA MÃE	PELO PAI	PELOS AVÓS	PELOS PAIS NATURAIS	TIOS	OUTROS	Total
URBANA	2,4%	14,2%	1,0%	8,1%	71,8%	1,7%	0,7%	100,0%
RURAL	1,8%	8,4%	1,4%	7,2%	78,7%	1,2%	1,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao cruzamento dos responsáveis pela criação das mulheres por zona, têm-se na zona urbana a maioria das mulheres criadas pela mãe (14,2%), em seguida, pelos avós (8,1%) e tios (1,7%). Na zona rural, as criadas pelos pais naturais somam 78,7% e pelo pai 1,4%.

Tabela 207 – Responsável pela criação das mulheres por raça/cor

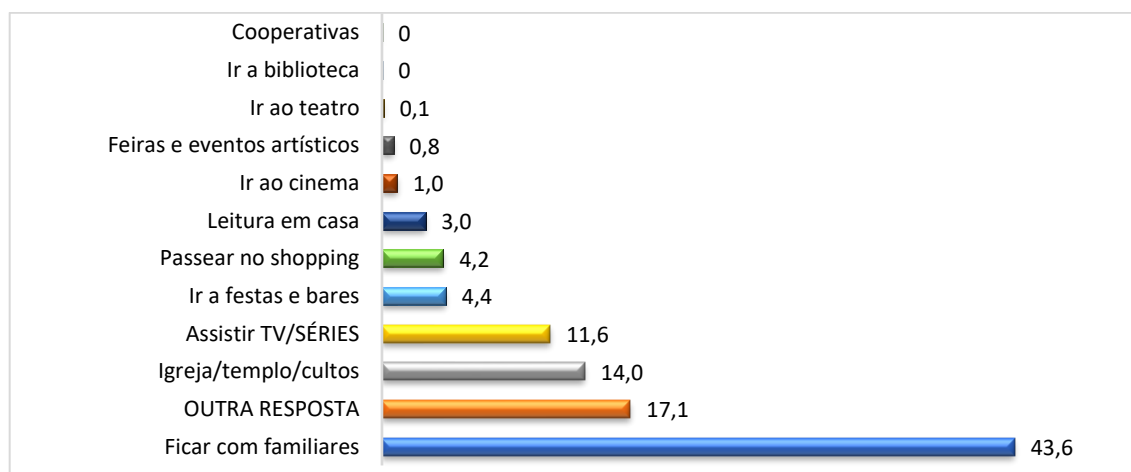
RELAÇÃO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
DESCONHECIDOS		0,2%		0,2%	0,3%
IRMÃOS		0,3%		0,1%	0,3%
MÃE E AVÓ	0,9%			0,0%	
NÃO QUIS RESPONDER					0,1%
PADRINHO/MADRINHA				0,1%	0,3%
PAI E AVÓ					0,1%
PAIS ADOTIVOS	,9%	1,5%	10,0%	2,4%	2,7%
PELA MÃE	20,6%	11,6%	20,0%	11,1%	17,5%
PELO PAI	1,9%	1,2%		0,7%	1,8%
PELOS AVÓS	5,6%	6,4%	15,0%	8,9%	6,8%
PELOS PAIS NATURAIS	69,2%	77,3%	55,0%	74,8%	67,1%
PELOS PATRÕES					0,3%
TIA E AVÓ		0,2%			0,1%
TIOS	0,9%	1,4%		1,4%	2,6%
VIZINHOS					,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

No que diz respeito ao cruzamento dos responsáveis pela criação por cor/raça, vale ressaltar: com relação às criadas somente pela mãe, são, na maioria, as amarelas (20,6%), indígenas (20%) e pretas (17,5%). As mulheres brancas apresentam o maior percentual quando se trata de criação por pais naturais (77,3%).

Gráfico 85 – Horas de lazer / folga

(%) Como você costuma preencher o tempo nas horas de lazer ou de folga?



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico acima mostra a maneira como as mulheres piauienses preenchem o tempo nas horas de lazer ou folga. Ficar com seus familiares (43,6%), ir às igrejas/templos/cultos (14%) e assistir à TV/Séries (11,6%) destacam-se entre as preferências.

Tabela 208 – Horas de lazer / folga por zonas urbana e rural

ZONA	Academia / Exercícios físicos	Assistir TV/Séries	Costurar / Fazer crochê / Bordar	Ficar com familiares	Ficar em casa	Ficar no celular	Igreja/templo/ cultos	Ir a festas e bares	Ir à piscina / praia / rio	Ir ao cinema	Leitura em casa	Passear no shopping	OUTROS	Total
URBANA	1,1%	12,2%	0,4%	40,4%	0,9%	0,4%	13,9%	4,9%	1,0%	1,2%	3,5%	5,2%	15,1%	100,0%
RURAL	1,0%	9,0%	1,2%	54,1%	2,4%	1,0%	13,7%	2,5%	0,8%	0,4%	1,2%	0,7%	12,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

No cruzamento de horas de folga e lazer por zona, tem-se a maior opção das mulheres em ficar com os familiares na zona rural (54,1%). A ida à igreja/templo ou culto é a segunda opção nas duas zonas.

Gráfico 86 – Você tem acesso à internet

(%) Você tem acesso à internet?



Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa demonstra que 81,8% das mulheres pesquisadas possuem acesso à internet e 18,2% não têm acesso. Portanto, de cada 10 mulheres, oito possuem acesso.

Tabela 209 – Você tem acesso à internet por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	Total
CARNAUBAIS	81,8%	18,2%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	81,1%	18,9%	100,0%
COCAIS	76,9%	23,1%	100,0%
ENTRE RIOS	85,3%	14,7%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	74,1%	25,9%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	77,6%	22,4%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	79,7%	20,3%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	76,3%	23,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	88,4%	11,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	84,5%	15,5%	100,0%
VALE DO SAMBITO	77,6%	22,4%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	77,5%	22,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela acima mostra a relação entre as mulheres que têm acesso à internet e os territórios. Existe predominância do acesso em todos os territórios, com destaque para Vale do Rio Guaribas (88,4%) e Entre Rios (85,3%). Dos que não têm acesso à internet, destacam-se a Planície Litorânea (25,9%) e o Território do Vale do Canindé (23,7%).

Tabela 210 – Acesso à internet por zonas urbana e rural

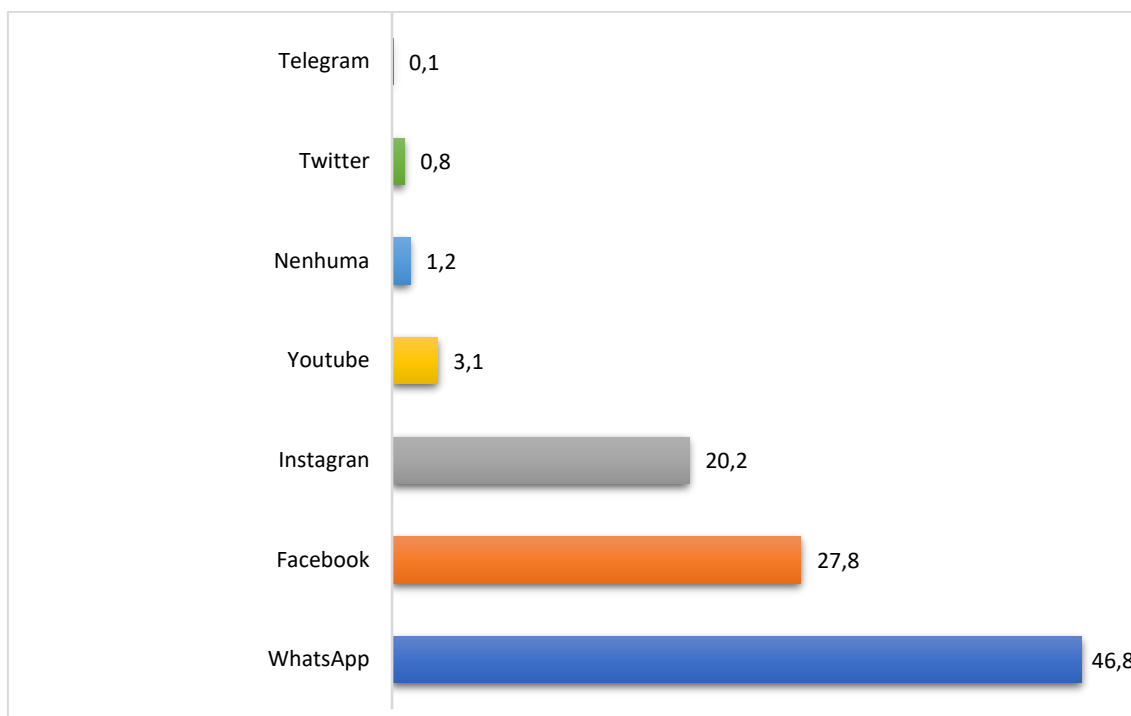
ZONA	SIM	NÃO	Total
URBANA	86,2%	13,8%	100,0%
RURAL	65,5%	34,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Ao cruzar a localização (zona) com as mulheres que têm acesso à internet, a zona rural tem o menor percentual de acesso (34,5%).

Gráfico 87 – Redes sociais mais acessadas

(%) *Quais são as redes sociais mais acessadas?*



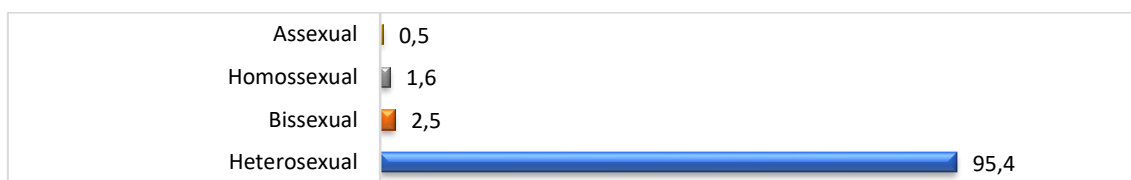
Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa revela que a maioria das mulheres entrevistadas acessa em maior número as seguintes redes sociais: WhatsApp (46,8%), seguidos de Facebook (27,8%), Instagram (20,2%), entre outras. As que não acessam nenhuma rede somam 1,2%.

7.5.1.9 EIXO IX: Enfrentamento do racismo, do sexismo e lebofobia

Gráfico 88 – Orientação sexual

(%) *Qual a sua orientação sexual?*



Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação à orientação sexual, as mulheres se autodeclararam como: heterossexuais (95,4%), bissexuais (2,5%), homossexuais (1,6%) e assexuadas (0,5%).

Tabela 211 – Orientação sexual por territórios

TERRITÓRIOS	Assexual	Bissexual	Heterossexual	Homossexual	Total
CARNAUBAIS			97,0%	3,0%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	0,8%		98,4%	0,8%	100,0%
COCAIS	0,8%	0,8%	98,5%		100,0%
ENTRE RIOS	0,2%	4,3%	92,9%	2,5%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	1,6%	1,4%	94,3%	2,7%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA		0,9%	99,1%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA		1,3%	98,7%		100,0%
VALE DO CANINDÉ			100,0%		100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	1,1%		98,3%	0,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM		1,2%	98,8%		100,0%
VALE DO SAMBITO		0,9%	99,1%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	0,7%	2,1%	97,2%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento da orientação sexual por territórios revela que a maioria das mulheres se declarou heterossexual em todos os territórios, com média de 97,7%. Mulheres com orientação bissexual estão mais presentes no território Entre Rios (4,3%) e no Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (2,1%). Já as mulheres que se autodeclararam homossexuais estão mais presentes no território carnaubais (3,0%) e Planície Litorânea (2,7%) e Entre Rios (2,5%).

Tabela 212 – Orientação sexual por Zonas urbana e rural

ZONA	Assexual	Bissexual	Heterossexual	Homossexual	Total
URBANA	0,6%	3,0%	94,6%	1,9%	100,0%
RURAL	0,1%	0,5%	98,6%	0,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento das informações acima refere-se à divisão por zona e a orientação sexual das mulheres entrevistadas. É importante destacar que na zona urbana está a maioria das mulheres que se autodeclararam bissexual e homossexual (respectivamente, 3% e 1,9%).

Tabela 213 – Orientação sexual por faixa etária

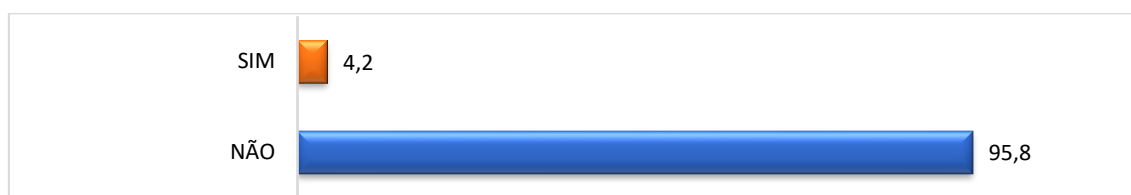
Faixa etária	Assexual	Bissexual	Heterossexual	Homossexual	Total
16 a 24 anos	0,1%	5,3%	91,2%	3,4%	100,0%
25 a 34 anos	0,1%	3,4%	94,5%	2,0%	100,0%
35 a 44 anos	0,7%	1,0%	97,7%	0,6%	100,0%
45 a 59 anos	0,8%	1,1%	97,3%	0,7%	100,0%
Acima 59 anos	0,8%		97,9%	1,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse cruzamento, pode-se verificar que as mulheres acima de 35 anos foram as que mais se autodeclararam heterossexual. Em relação às mulheres jovens, de 16 a 24 anos, embora a maioria tenha se declarado heterossexual (91,2%), destacam-se os percentuais de mulheres bissexuais (5,3%) e homossexuais 3,4%.

Gráfico 89 – Preconceito/discriminação por orientação sexual

(%) Já sofreu discriminação/preconceito pela sua orientação sexual?



Fonte: Pesquisa de campo.

Perguntadas sobre o preconceito sexual/discriminação, a grande maioria (95,8%) disse não ter sofrido e o percentual menor respondeu ter sofrido (4,2%).

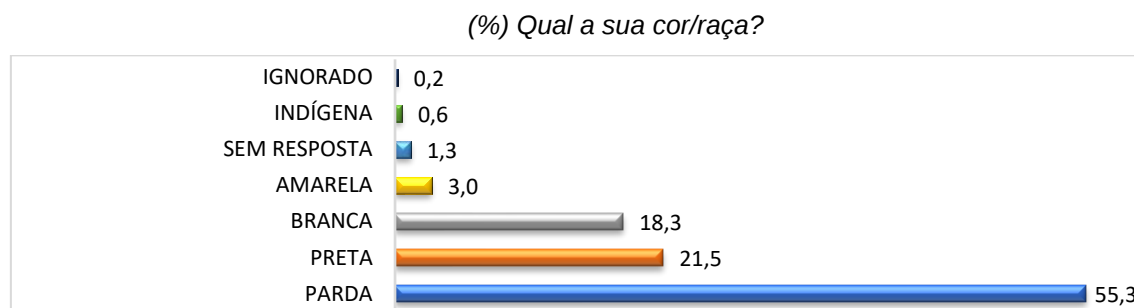
Tabela 214 – Preconceito/discriminação por orientação sexual por territórios

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	Total
CARNAUBAIS	4,2%	95,8%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	0,8%	99,2%	100,0%
COCAIS	3,3%	96,8%	100,0%
ENTRE RIOS	5,4%	94,6%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	6,8%	93,2%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	0,9%	99,1%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA		100,0%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	0,7%	99,3%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	0,6%	99,4%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	1,2%	98,8%	100,0%
VALE DO SAMBITO	0,9%	99,1%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	5,6%	94,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima revelam a relação entre as mulheres que disseram sofrer preconceito sexual/discriminação por territórios. As que disseram que sofrem estão localizadas em sua maioria nos territórios da Planície Litorânea (6,8%), seguido do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (5,6%) e Entre Rios (5,4%).

Gráfico 90 – Cor/raça



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico aponta que a maioria das mulheres entrevistadas se autodeclararam negras (76,8%).

Tabela 215 – Cor/raça por escolaridade

ESCOLARIDADE	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
SEM ESCOLARIDADE	1,9%	2,6%		3,7%	8,6%
1ª A 4ª SÉRIE INCOMPLETA	4,7%	5,6%		7,4%	10,9%
1ª A 4ª SÉRIE COMPLETA	1,9%	3,0%		4,2%	4,5%
5ª A 8ª SÉRIE INCOMPLETA	5,6%	6,1%	5,3%	11,5%	10,4%
5ª A 8ª SÉRIE COMPLETA	3,7%	7,0%		6,5%	5,1%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	14,0%	9,7%	10,5%	10,9%	13,0%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	34,6%	35,5%	42,1%	35,2%	28,4%
EDUCAÇÃO SUPERIOR INCOMPLETO	19,6%	13,2%	10,5%	8,4%	7,1%
EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPLETO	12,1%	13,5%	26,3%	10,0%	9,5%
PÓS GRADUAÇÃO COMPLETA		3,0%		2,0%	1,7%
PÓS GRADUAÇÃO INCOMPLETA	1,9%	0,9%	5,3%	0,5%	0,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela acima mostra a relação entre a cor/raça e a escolaridade das entrevistadas. As mulheres pretas detêm os piores percentuais em níveis de escolaridade: no ensino médio completo (28,4%), educação superior (9,5%), sem escolaridade (8,6%), com destaque para o último percentual. Por outro lado, observa-se as mulheres indígenas com maior percentual na educação superior completo (26,3%) e ensino médio completo (42,1%).

Tabela 216 – Cor/raça por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
16 a 24 anos	29,0%	23,1%	50,0%	21,1%	20,6%
25 a 34 anos	23,4%	24,1%	30,0%	24,5%	22,5%
35 a 44 anos	20,6%	17,9%	10,0%	26,4%	22,4%
45 a 59 anos	20,6%	20,7%	10,0%	19,2%	21,4%
Acima 59 anos	6,5%	14,2%		8,8%	13,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima mostram a relação entre a COR /RAÇA e FAIXA ETÁRIA das entrevistadas. Nota-se que as mulheres indígenas são com os maiores índices de jovens (50%). As mulheres negras (pretas e pardas) se destacam na faixa etária de 35 a 44 anos (48,8%).

Tabela 217 – Cor/raça por territórios

TERRITÓRIOS	SR	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	TOTAL
CARNAUBAIS	3,1%	1,8%	11,7%		70,8%	11,7%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS		5,7%	10,7%		45,1%	38,5%	100,0%
COCAIS	1,0%	1,7%	19,6%		64,6%	13,1%	100,0%
ENTRE RIOS	1,4%	3,7%	18,0%	0,6%	54,6%	21,7%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	1,6%	1,3%	23,1%	1,1%	58,1%	14,8%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA		3,7%	19,3%	0,9%	50,5%	25,7%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	1,3%		15,8%		44,7%	38,2%	100,0%
VALE DO CANINDÉ	0,7%	2,9%	5,7%	2,1%	61,4%	27,1%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	2,3%	5,1%	30,7%	0,6%	42,6%	18,8%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM		2,3%	20,9%		50,0%	26,7%	100,0%
VALE DO SAMBITO	2,7%	1,8%	8,2%		67,3%	20,0%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	1,4%		23,6%		34,7%	40,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando os dados cruzados por cor/raça e territórios, as mulheres pardas estão em maior percentual em Carnaubais (70,8%), seguida do Vale do Sambito (67,3%) e Cocais (64,6%). As mulheres autodeclaradas pretas estão, na maioria, no

Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (40,3%), seguido da Chapada das Mangabeiras (38,5%) e Tabuleiros do Alto Parnaíba (38,2%). Já as brancas estão no Vale do Rio Guaribas (30,7%), Vale dos Rios Piauí e Itaueiras (23,6%). Importante ressaltar que as indígenas estão, em sua maioria, no Vale do Canindé (2,1%) e Planície Litorânea (1,1%).

Tabela 218 – Cor/raça por renda familiar

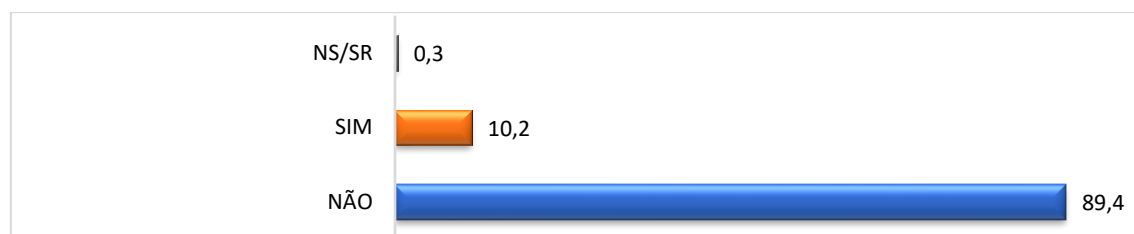
CONDIÇÃO DA RENDA	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
SEM RENDA	4,7%	2,9%	21,1%	5,9%	7,0%
MENOS DE 1 SM	16,8%	13,7%	21,1%	26,5%	26,7%
DE 1 ATÉ 2 SM	56,1%	58,7%	47,4%	52,4%	51,8%
DE 2 ATÉ 3 SM	18,7%	17,0%	5,3%	10,3%	9,7%
DE 3 ATÉ 4 SM	0,9%	4,2%		2,4%	1,6%
DE 4 ATÉ 5 SM	1,9%	1,2%		1,0%	0,3%
ACIMA DE 5 SM	0,9%	1,4%	5,3%	0,8%	1,3%
NS/SR		0,9%		0,7%	1,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima mostram o cruzamento entre COR/RAÇA com RENDA FAMILIAR. Destacam-se as mulheres negras (pardas e pretas). As pretas sem renda somam 7%; as que ganham menos de 1 salário mínimo, 26,7%. As pardas sem renda somam 5,9%; as que ganham menos de 1 salário mínimo, 26,5%. As mulheres indígenas sem renda somam 21,1%; e as que ganham menos de 1 salário mínimo, 21,1%.

Gráfico 91 – Discriminação racial

(%) Já sofreu discriminação racial?



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico acima mostra que 10,2% das entrevistadas declararam ter sofrido algum tipo de discriminação racial.

Tabela 219 – Discriminação racial por território

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	NS/SR	Total
CARNAUBAIS	7,8%	91,6%	0,6%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	10,7%	89,3%		100,0%
COCAIS	7,5%	92,0%	0,5%	100,0%
ENTRE RIOS	11,8%	87,9%	0,3%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	9,5%	90,5%		100,0%
SERRA DA CAPIVARA	9,2%	90,8%		100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	6,7%	93,3%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	8,6%	90,6%	0,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	7,4%	92,6%		100,0%
VALE DO RIO ITAIM	9,3%	90,7%		100,0%
VALE DO SAMBITO	9,3%	89,7%	0,9%	100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	12,7%	85,9%	1,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados acima apresentam o cruzamento entre as mulheres que disseram sofrer discriminação racial por territórios. Entre as mulheres que disseram sofrer, destacam-se as residentes nos territórios do Vale do Sambito (12,7%), Entre Rios (11,8%) e Chapada das Mangabeiras (10,7%).

Tabela 220 – Discriminação racial por cor/raça

JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO RACIAL?	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
SIM	9,3%	4,1%	50,0%	5,0%	28,2%
NÃO	90,7%	95,6%	50,0%	94,8%	71,0%
NS/SR		0,3%		0,2%	0,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

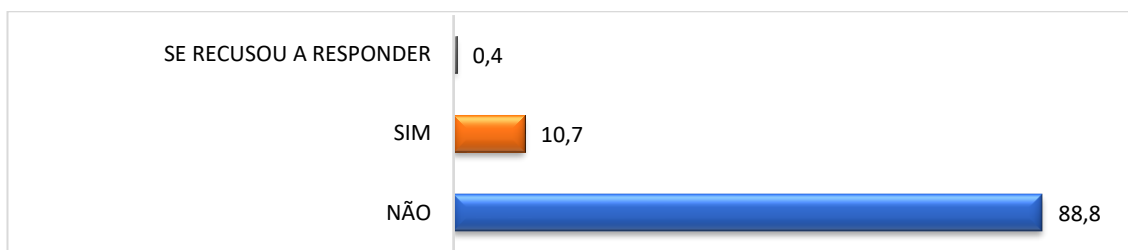
Fonte: Pesquisa de campo.

Nesse cruzamento, as mulheres indígenas (50%) e pretas (28,2%) foram as que mais sofreram discriminação racial.

7.5.1.10 EIXO X: igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência

Gráfico 92 – Possui algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno

(%) *Você possui algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno?*

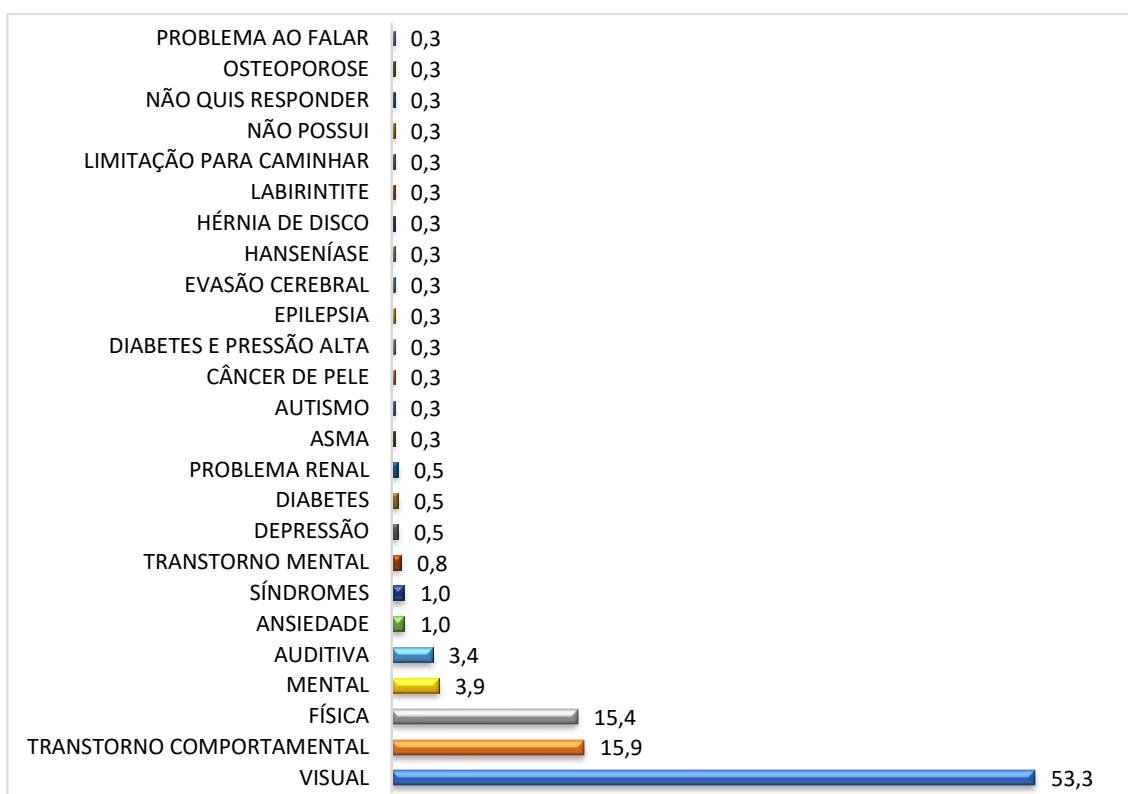


Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico aponta que 10,7% das entrevistadas disseram apresentar algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno.

Gráfico 93 – Tipo de deficiência, limitação ou transtorno

(%) *Qual o seu tipo de deficiência, limitação ou transtorno?*



Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico acima mostra a relação dos maiores índices de deficiência, limitação ou transtorno relacionados pelas mulheres piauienses com destaque para as

deficiências visuais (53,3%), transtorno comportamental (15,9%) e deficiência física (15,4%).

Tabela 221 – Algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno por território

SE TEM DEFICIÊNCIA?	CARNAUBAIS	CHAPADA DAS MANGABEIRAS	COCAIS	ENTRE RIOS	PLANÍCIE LITORÂNEA	SERRA DA CAPIVARA	TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	VALE DO CANINDE	VALE DO RIO GUARIBAS	VALE DO RIO ITAIM	VALE DO SAMBITO	VALE DOS RIOS PIAUI E ITAUEIRAS
SIM	2,4%	32,0%	3,8%	10,9%	3,3%	37,0%	8,0%	5,0%	19,0%	32,9%	3,7%	7,7%
NÃO	97,6%	68,0%	95,8%	88,3%	96,5%	63,0%	92,0%	95,0%	81,0%	67,1%	96,3%	92,3%
RECUSOU-SE A RESPONDER			0,5%	0,8%	0,3%							
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento acima detalha alguns tipos de deficiência, limitação ou transtorno declarados pelas mulheres piauienses por território. Das que disseram sim, destacam-se as residentes nos territórios da Serra da Capivara (37%), Vale do Rio Itaim (32,9%) e Chapada das Mangabeiras (32%).

Tabela 222 – Faixa etária por algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno

RESPOSTAS	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima 59 anos
SIM	7,1%	5,0%	8,3%	13,7%	30,8%
NÃO	92,7%	94,5%	91,1%	86,0%	68,4%
RECUSOU-SE A RESPONDER	0,3%	0,5%	0,6%	0,3%	0,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O cruzamento entre as faixas etárias por deficiência/limitação ou transtorno mostra que o maior índice é observado nas mulheres acima de 59 anos (30,8%). Um ponto importante é que a partir da faixa etária de 35 anos há uma tendência de crescimento nos percentuais de mulheres que registraram haver algum tipo de deficiência/limitação ou transtorno.

Tabela 223 – Algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno por zonas urbana e rural

ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA, LIMITAÇÃO OU TRANSTORNO	URBANA	RURAL
SIM	10,7%	11,0%
NÃO	88,8%	88,7%
SR	0,5%	0,3%
TOTAL	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Os números acima relacionam as mulheres que declararam ter algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno por zona. É importante ressaltar que todos os índices das zonas são bem próximos, não tendo diferenças significativas.

Tabela 224 – Faixa etária por escolaridade

ESCOLARIDADE	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 59 anos
SEM ESCOLARIDADE	0,1%	0,1%	2,0%	6,3%	25,3%
1ª A 4ª SÉRIE INCOMPLETA	0,3%	2,7%	7,5%	14,3%	22,6%
1ª A 4ª SÉRIE COMPLETA	0,8%	2,0%	4,1%	8,0%	6,8%
5ª A 8ª SÉRIE INCOMPLETA	5,6%	8,8%	13,3%	13,7%	7,9%
5ª A 8ª SÉRIE COMPLETA	3,7%	5,0%	8,4%	6,5%	8,2%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	24,6%	10,2%	8,3%	5,9%	2,6%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	37,1%	42,9%	35,8%	26,6%	15,3%
EDUCAÇÃO SUPERIOR INCOMPLETO	20,9%	12,0%	5,8%	2,2%	0,5%
EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPLETO	6,2%	13,7%	11,7%	11,8%	8,4%
PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA	0,3%	1,8%	2,4%	3,8%	2,1%
PÓS-GRADUAÇÃO INCOMPLETA	0,4%	0,8%	0,7%	0,8%	0,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela cima detalha o cruzamento entre as faixas etárias e a escolaridade das mulheres piauienses que foram entrevistadas. Destacam-se as mulheres idosas, acima de 59 anos, que declararam não ter escolaridade (25,3%), as com baixa escolaridade - 1ª a 4ª série incompleta que apresentaram um percentual alto (22,6%) e as que concluíram o curso superior (8,4%). Em relação às mulheres jovens, até 24 anos, destacam-se as que concluíram o ensino médio (37,1%) e as que ainda estão cursando o nível superior (20,9%).

Tabela 225 – Faixa etária X está estudando

ESTÁ ESTUDANDO	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima 59 anos	TOTAL
SIM	51,0%	17,5%	9,0%	4,6%	1,3%	18,5%
NÃO	49,0%	82,2%	90,8%	95,1%	98,2%	81,3%
N/R		0,2%	0,2%	0,3%	0,5%	0,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Esse cruzamento mostra a condição da mulher em relação aos estudos relacionados com a faixa etária. Um dado que chama atenção é para as mulheres jovens até 24 anos que estão fora da escola (49%). Por outro lado, em relação às mulheres idosas, esse mesmo índice é muito alto (98,2%).

Tabela 226 – Acessibilidade/mobilidade adaptada onde reside por território

TERRITÓRIOS	SIM	NÃO	NS/SR	
CARNAUBAIS	12,7%	86,7%	0,6%	100,0%
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	7,4%	92,6%		100,0%
COCAIS	2,0%	97,0%	1,0%	100,0%
ENTRE RIOS	14,0%	84,5%	1,5%	100,0%
PLANÍCIE LITORÂNEA	8,2%	91,6%	0,3%	100,0%
SERRA DA CAPIVARA	6,5%	90,7%	2,8%	100,0%
TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA	12,0%	88,0%		100,0%
VALE DO CANINDÉ	2,2%	97,1%	0,7%	100,0%
VALE DO RIO GUARIBAS	4,6%	90,8%	4,6%	100,0%
VALE DO RIO ITAIM	14,3%	79,8%	6,0%	100,0%
VALE DO SAMBITO		100,0%		100,0%
VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS	19,7%	80,3%		100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

Neste cruzamento, a média de mulheres que declararam não ter qualquer tipo de ACESSIBILIDADE/MOBILIDADE adaptada onde reside é de 89,9%, com destaque para os seguintes territórios, que se encontram acima da média: Sambito (100%), Vale do Canindé (97,1%) e Cocais (97%).

Tabela 227 – Faixa etária por acessibilidade/mobilidade adaptada onde reside

RESPOSTAS	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima 59 anos
SIM	10,7%	8,0%	10,8%	11,5%	11,8%
NÃO	87,8%	90,9%	87,2%	87,3%	87,6%
NS/SR	1,5%	1,2%	2,0%	1,1%	,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo.

O dado acima apresenta o cruzamento entre as faixas etárias das entrevistas por acessibilidade/mobilidade adaptada. A média percentual de mulheres que responderam que não há acessibilidade/mobilidade adaptada em suas cidades é de 88,16%.

Na riqueza das informações apresentadas, a pesquisa de campo mostrou a singularidade da mulher piauiense, com seus desafios e necessidades, a partir de um trabalho minucioso e sistemático, baseado nos 10 eixos já apontados no PNPM. Mulheres piauienses, de norte a sul do estado, apontaram caminhos para a construção de políticas públicas inclusivas para as mulheres a partir de suas realidades.

As mulheres entrevistadas são, predominantemente, pobres no sentido que defende Crespo e Gurovitz: “Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (2002, p. 11).

Nas análises, foram aplicadas várias formas de cruzamento de dados para melhor subsidiar o planejamento de políticas públicas para as mulheres, com foco no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. A seguir, é apresentada uma parte dos dados e informações consideradas relevantes a partir do que as mulheres declararam na pesquisa. Entretanto, isso não esgota a informação.

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, observam-se melhorias nas condições de vida e de acesso aos direitos das mulheres em todo o Brasil. Prova disso é o aumento da participação no mercado de trabalho, a elevação da média de anos de estudos, a promulgação da Lei Maria da Penha para combater e erradicar a violência doméstica e familiar e a aprovação da Lei contra a Importunação Sexual. No entanto, não se pode negar a necessidade de maiores avanços nas áreas sociais, que precisam ser debatidos e, assim, incorporados nas políticas para que as conquistas sejam ampliadas no estado do Piauí e em todo o território nacional.

As conquistas devem nascer de uma luta de todas e todos. Apenas com um esforço conjunto entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e sociedade civil pode-se levar à redução das desigualdades frequentes na vida das mulheres. A incorporação da noção de gênero de forma transversal nas políticas públicas nas áreas da saúde, educação e segurança pública é um caminho possível para superar desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres. Além disso, os recortes de gênero e raça são fundamentais na construção das políticas públicas, visto que as desigualdades e vulnerabilidades sociais atingem as mulheres negras de forma mais contundente, conforme demonstrado neste Diagnóstico.

Ao analisar a realidade das mulheres piauienses, a partir da pesquisa secundária, alguns pontos importantes merecem destaques e precisam ser relembrados, pois retratam as desigualdades e avanços em diversas áreas questão, sendo:

a) **Na educação**, o cenário é de desafios a serem superados e avanços conquistados. No Piauí, a taxa de analfabetismo de mulheres de 15 ou mais anos de idade ficou, em média, em 14,8% dessa população, no período 2016-2018. Pode-se considerar essa taxa alta, o que remete à urgência da adoção de boas práticas na educação formal para estimular a permanência das mulheres na escola e oferecer melhores condições na estrutura escolar, sobretudo para as mulheres que estão no campo. Entretanto, as mulheres piauienses avançaram em relação à média de anos de estudo, com cerca de 8,9 anos contra 7,9 dos homens. Em relação à frequência escolar, as mulheres também tiveram melhor desempenho que os homens, sendo a média das mulheres 76% e a dos homens de 69% (PNAD, 2018);

b) **No quesito emprego e renda** é importante observar que, em 2018, segundo dados do IBGE, as mulheres possuíam rendimentos 9,8% menores que os dos homens, às vezes ocupando as mesmas funções. Neste caso, o tema da **desigualdade salarial** deve ser pauta de discussão no meio empresarial e governamental, gerando, concretamente, políticas de valorização da mulher, a fim de equilibrar esse quadro entre os gêneros no mundo do trabalho. Promover o protagonismo das mulheres e democratizar os rendimentos podem ser a via para se alcançar os resultados desejados. No **acesso aos cargos públicos em governos locais**, em 2016, o Piauí ocupou o 4º lugar no ranking dos que mais elegeram mulheres para a câmara de vereadores (IBGE, 2016). Destaca-se, entretanto, a iniciativa do Governo do Estado ‘Selo Atitude Mulher’ que sensibiliza e motiva empresas e organismos públicos e privados, e organizações não governamentais no combate nas dinâmicas de discriminação e desigualdade praticadas, visando à igualdade de gênero e ocupação de cargos de direção pelas mulheres;

c) **No âmbito da saúde**, a análise do indicador ‘atendimento à gestante nos serviços de saúde’ que mostra a proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe, indicou avanços importantes para o Piauí e o Brasil, no período 2013-2018. Nesse estudo, o Piauí, apesar de sempre aparecer abaixo da média nacional, destacou-se em relação aos crescimentos anuais e melhoras nesses indicadores passando de uma proporção de 50% em 2013 para 64% em 2018. Como direito básico, é necessário melhorar ainda mais esse indicador, já que ele tem influência direta na qualidade de vida da gestante.

Ainda no campo saúde, **a taxa de câncer** de mama por 100 mil habitantes no Piauí avançou no período 2011-2018. Em 2011, registrou 10,1 e 11,3 em 2018, o que representa um crescimento de 11,9%. Os dados revelam a necessidade de políticas focadas na prevenção da doença, por meio de mídias explicativas; exames de mamografia em massa, principalmente para as mulheres com idade na faixa etária mais atingida; e investimento em tecnologias que possam melhorar o tratamento e aparelhamento do estado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018);

d) Com relação à **expectativa de vida** da mulher piauiense, de 2013 a 2019, os índices registrados foram superiores aos dos homens, com média de 75,3 anos, enquanto que a média masculina foi de 66,9 anos (IBGE, 2019). Nas oficinas setoriais 78,53% das mulheres têm grande esperança de que uma criança possa chegar à terceira idade, indo ao encontro dos dados oficiais que apontam que entre

2013 até 2019, a esperança de vida ao nascer aumentou de 70,5 anos para 71,5 anos no Piauí (IBGE);

e) Quanto a desigualdade que a mulher enfrenta com relação à **violência**. Os dados revelaram que as mulheres piauienses estão muito vulneráveis em vários aspectos. No período de janeiro 2015 a abril de 2020 foram registradas 27.919 ocorrências de **violência doméstica** no estado do Piauí, crescimento de 37,9% quando comparados ao número verificado entre 2015-2019 (SSP-PI, 2020). No que se refere ao aplicativo Salve Maria foram registradas 1.260 denúncias de violência no período de janeiro de 2019 a julho de 2020, uma elevação de 19,4% nas denúncias quando comparados os períodos de janeiro a julho de 2019/2020.

Houve elevação de **45,5%** de 2007 a 2017 nos **homicídios** envolvendo mulheres no estado do Piauí (IPEA, 2019). Quando envolvendo **mulheres negras**, o aumento de homicídios foi de 50% de 2007 a 2017 (IPEA, 2019). Sobre **feminicídios** no Piauí, entre os anos 2017-2018, os índices permaneceram estáveis, sem modificações. Porém, conforme demostramos nesta publicação, nos meses de isolamento social (março e julho de 2020) houve um crescimento de 200% nos feminicídios quando comparados com o mesmo período de 2019. Analisando os assassinatos dentro das residências em relação à proporção de raça ou cor, no período de 2015-2018, no Piauí, as mulheres negras foram as maiores vítimas, com taxa de 81,9% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

f) **Quanto às Medidas protetivas de urgência para as mulheres piauienses**, observa-se elevação no indicador por 100 mil mulheres de 49,2% no período 2016-2019 (CNJ, 2020). Entretanto, nas oficinas setoriais participativas, as mulheres relataram que ainda têm medo de fazer as denúncias, pois não se sentem seguras na continuidade do processo até a emissão da medida e no possível apoio que deveria ser dado pela Rede de Serviços. Sugere-se, desta forma, maior monitoramento do processo até o judiciário para melhor resultados para as mulheres.

g) **Com relação à taxa de denúncia de racismo**, no Disque 100 houve um crescimento de 433% de 2015 a 2018, o que pode demonstrar que é preciso investir mais em ações que promovam a igualdade racial.

Neste contexto, conforme Capítulo 5, observa-se que no Piauí existem boas iniciativas na área de segurança pública de combate à violência contra mulher, como o Aplicativo SALVE MARIA, e adoção do protocolo específico de condução dos casos

de feminicídio, conforme registramos neste presente trabalho. Porém, há espaços para melhorar a qualidade de atendimento às mulheres em situação de violência, como expansão e fortalecimento da rede de enfrentamento e atendimento à mulher e melhorar na disponibilização e socialização de informações sobre os serviços ofertados pela rede.

É importante ressaltar a necessidade de um atendimento humanizado na saúde e na segurança pública por meio da sensibilização e formação continuada do servidor público, do fortalecimento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM), bem como do funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, pois são importantes instâncias de controle social e posição de políticas públicas.

Observa-se, ainda, a necessidade da amplitude das políticas para as mulheres para todos os municípios que compõem o estado do Piauí, fazendo com que todas as mulheres piauienses possam ser atendidas em todos os seus direitos. Há excelentes políticas para as mulheres limitadas, muitas vezes, em poucos municípios. Nesse sentido, formulou-se o presente estudo com uma proposta de fornecer ferramentas para o diagnóstico da realidade das mulheres piauienses, com base em dados secundários coletados a partir de diversas fontes de pesquisa.

A partir dos indicadores apresentados e analisados são propostos debates envolvendo representantes da sociedade civil e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que gerem ações práticas e informações para elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades da mulher piauiense. Estas discussões devem atravessar o campo teórico e ser base para a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades da mulher piauiense.

Embora sejam observadas e sistematizadas neste Diagnóstico ações no sentido de realizar políticas e estudos voltados para atenção à mulher, revela-se a necessidade de avanços em políticas de valorização da mulher; sistemas de proteção que possam amparar as mulheres em vulnerabilidade social; apoio à criação de creches; projetos voltados à saúde mental e familiar; políticas frente ao agressor; construção de uma base de dados estadual integrada; e enfrentamento das principais formas de violência (física, psicológica e sexual), com a colaboração da sociedade, mídia e todas as estruturas de poder. Vale ressaltar, ainda, a necessidade de um atendimento humanizado na saúde, por meio da sensibilização e formação continuada

do servidor público, assim como o fortalecimento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM), e o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e as OPMs, já que são importantes instâncias de controle social e posição de políticas públicas e de capilaridade das ações. Para essas políticas, deve-se considerar a sustentabilidade e a abrangência das ações, bem como o monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Há, ainda, uma série de proposições das mulheres piauienses que foram externalizadas durante a oficina setorial participativa e devidamente sistematizadas e devem ser consideradas nas políticas estaduais. É importante frisar que a voz dessas mulheres deve ser ouvida e levada em consideração na formulação de políticas públicas. No capítulo sobre as Oficinas Setoriais Participativas, mostra-se a forma como as mulheres pensam e quais os caminhos devem ser tomados para que haja mudanças dos indicadores que não estão satisfatórios a partir da visão delas. A adoção da metodologia on-line, realizada em um segundo momento das Oficinas por conta da pandemia da COVID -19, abriu novos horizontes de integração social com as mulheres piauienses, de modo a melhorar a participação delas no debate público.

Nestas Oficinas ficou evidente a necessidade de promover a auto-organização das mulheres, discutindo ideais e proposições na direção da igualdade de gênero, trazendo para o debate expressões e conceitos como empoderamento, sororidade e democracia paritária a partir da vivência de cada uma. Foi trabalhada também a compreensão do homem que oprime em função de um passado colonial e uma sociedade patriarcal e capitalista que denigre a mulher e privilegia o homem; desvaloriza a mulher trabalhadora, reduzindo a média de salário de toda a classe, e deixa o homem, muitas vezes, naturalizando a ação do opressor e negando direitos às mulheres.

Para o complemento do estudo foi realizado um levantamento primário das mulheres piauienses. A partir de um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas com o intuito de saber mais sobre a realidade dessas mulheres.

Desta forma, seguem os principais resultados gerados pela pesquisa de campo com seus desafios e necessidades, a partir de um trabalho minucioso e sistemático, baseado nos 10 Eixos já apontados no PNPM.

Quanto à renda, do total das mulheres pesquisadas, 77,3% delas vivem com até 2 salários mínimos, sendo 23,8% com renda abaixo de 1 salário mínimo e 53,5%

de 1 até 2 salários mínimos. Há, ainda, 5,7% de mulheres que declararam não ter renda e, destas, 37,7% não possuem nenhum tipo de benefício.

Há, ainda, as que declaram ter renda em função de trabalhos remunerados realizados em sua residência, mas recebem menos de um salário mínimo (19,3%), fortalecendo o ciclo da pobreza e a negação de seus direitos. A situação de vulnerabilidade fica mais agravada quando essas mulheres são as únicas responsáveis pelo orçamento familiar.

As mulheres autodeclaradas sem renda estão mais concentradas nos territórios de Carnaubais, seguido de Vale do Sambito e Vale do Canindé. Quando se trata de renda menor de um salário mínimo, o Vale do Canindé tem 53,2% de mulheres nesta condição, seguido de Vale do Sambito (40,2%) e Cocaís (39,4%).

No Vale do Canindé e na Planície Litorânea, está concentrada a maioria as mulheres sem ocupação/desempregadas. Importante ressaltar que 57,2% das mulheres sem ocupação ou desempregada não possuem qualquer tipo de benefício do Estado.

Em relação aos benefícios sociais, o programa Bolsa Família é o mais citado, seguido da aposentadoria. Entretanto, das mulheres que fazem trabalho doméstico e sem remuneração, 56,8% disseram não possuir qualquer benefício social. Os maiores percentuais de mulheres que não recebem nenhum tipo de benefício social estão concentrados no Vale dos Rios Piauí e Itauéiras (68,1%), Entre Rios (65,2%) e Planície Litorânea (60,8%).

Em se tratando das zonas urbana e rural, a variação percentual de mulheres que recebem o Bolsa Família é de 106% maior na zona rural. Na aposentadoria, a variação percentual é ainda maior (117%), sendo que na zona rural é de 16,5%, enquanto na zona urbana é de 7,6%.

A partir do que propõe Azeredo (2010, pag. 586), “o que poderia de fato gerar impacto na perspectiva de gênero e no enfrentamento das condições de pobreza, sobretudo nas famílias cuja responsabilidade econômica não é compartilhada, é o acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escola em tempo integral, serviço de saúde, entre outros que poderiam aliviar a carga de trabalhos domésticos e gerar melhores oportunidades de vida, emprego e rendimentos”. Conclui-se que a pesquisa apresenta dados relevantes para que o Governo do Estado

do Piauí possa fortalecer o trabalho que já vem realizando quando se trata de políticas intersetoriais voltadas para as mulheres, como a da educação, crédito, emprego e renda, saúde, entre outras.

Na educação formal, as informações trazem à tona o desafio da promoção de políticas educacionais que sejam capazes de promover o retorno e permanência das mulheres na escola. Das mulheres pesquisadas, 81,3% declararam que não estão estudando. Maior atenção tem que ser dada para as mulheres jovens de até 24 anos, pois 49% disseram estar fora da escola. Ainda nessa faixa etária, destacam-se as que concluíram o ensino médio (37,1%) e as que ainda estão cursando o nível superior (20,9%). O percentual de mulheres com ensino superior completo é de 10,6%, pós-graduadas 2% e as que estão com ensino médio completo correspondente a 33,8%. Conclui-se, desta forma, que quando afirmam ter concluído os estudos, na verdade estão se referindo à conclusão do ensino médio. Um outro dado importante refere-se às mulheres acima de 59 anos que declararam não ter escolaridade (25,3%), as com baixa escolaridade - 1ª a 4ª série incompleta, que são consideráveis (22,6%), e as que concluíram o curso superior (8,4%).

Analisando por territórios, a pesquisa aponta que as mulheres que não estão frequentando a escola estão mais concentradas nos territórios Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Sambito e Vale dos Rios Piauí e Itaueiras. Observa-se que a zona rural tem o maior percentual de mulheres que não estudam. Já as mulheres que declararam não ter escolaridade, estão mais concentradas nos territórios das Chapadas das Mangabeiras e Vale do Rio Itaim.

Quando são analisados os motivos que levam as mulheres a não estudar, a pesquisa revela que muitas ficam limitadas à conclusão do ensino médio. Essa situação contribui significativamente para reforçar a desigualdade de oportunidade. Elas justificam suas ausências à escola em função da falta de interesse e de tempo, além de não ter condições.

Entre as principais condicionantes que levam a mulher a abandonar a escola estão a gravidez na adolescência, a necessidade de cuidar dos filhos, ter que trabalhar, não ter dinheiro para arcar com as despesas da educação escolar e não ter escola próximo da residência. Entretanto, quando analisada a perspectiva de retorno à escola, 66,4% das mulheres demonstram interesse em dar continuidade aos

estudos, apontando, assim, oportunidade para a construção de políticas públicas educacionais que possam atender às necessidades apresentadas.

A política de formação profissional pode impactar na qualificação das mulheres para a competitividade. Assim, foram levantadas a situação da mulher em relação à formação profissional, sendo revelado que das mulheres pesquisadas, 66,7% não têm nenhuma formação profissional. Na zona rural está concentrado o maior número de mulheres que declararam não ter formação profissional: em cada 10 mulheres, 07 não têm formação. Os territórios com os maiores percentuais de mulheres que não possuem formação profissional são Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Entre Rios, Vale do Rio Itaim, Vale do Rio Guaribas e Chapada das Mangabeiras.

Sobre a saúde da mulher piauiense, esta questão foi vista, neste estudo, de forma ampla. As repostas das mulheres, quando analisadas de forma cruzada, resultam na amplitude do olhar em fatores biológicos, sociais e econômicos. Nesse sentido, ao abordar questões sobre a saúde da mulher, na promoção e atenção integral, tendo em vista questões de gênero e dimensão da desigualdade social, as mulheres apontaram oportunidades de políticas públicas por territórios, a exemplo de instalação de postos de saúde, ampliação de oportunidades de realização de exames, inclusive mamografia, atenção à assistência humanizada e qualificada, possibilitando maior acesso aos serviços públicos de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde.

A grande maioria das mulheres disse que quando tem problemas de saúde recorre, principalmente, para os serviços públicos como Posto de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Socorro em busca de tratamento. Nos territórios de Canindé e Vale do Sambito, está concentrado o maior número de mulheres que buscam estes espaços públicos.

Outro ponto de atenção refere-se ao fato de muitas mulheres declararem que fazem tratamento em casa, com uma prática preocupante, que é a automedicação. A concentração de mulheres nessa situação foi percebida no território Tabuleiros do Alto Parnaíba (9,2%) e Chapada das Mangabeiras (6,6%). Paulo Sérgio D. Arrais et al (1997) alertam que “o consumo de medicamentos sem prescrição tem se tornado uma prática comum na população brasileira em todos os grupos etários”. E, fazendo relação com as infecções sexualmente transmissíveis, o Ministério da Saúde adverte que “Isso, associado ao alto índice de automedicação, torna o problema ainda maior,

já que muitos dos casos não recebem orientação e tratamento adequados, tornando-se subclínicos, permanecendo transmissores e mantendo-se como elos fundamentais na cadeia de transmissão das infecções (BRASIL, 2004). Entretanto, é possível que a automedicação ocorra em função da falta de equipamentos públicos.

É fato que a vulnerabilidade feminina frente às doenças pode estar relacionada, ainda, com a situação de desigualdade da mulher. Na abordagem sobre os exames periódicos, o checkup de rotina e o preventivo /PCU são os mais realizados e a mamografia, que na atenção ao câncer de mama é indispensável para se chegar a um diagnóstico precoce, é o que as mulheres menos realizam, de acordo com o que informaram. Há que se destacar, ainda, que do total de mulheres pesquisadas, 10,5% não fazem qualquer tipo de exame. Um dado que chama atenção é que na Planície litorânea 16,4% disseram não fazer qualquer exame periódico, seguido do Vale do Itaueiras (12,7%) e Cocais (12,5%).

A pesquisa aponta, ainda, a necessidade de atenção à saúde sexual, com foco na prevenção e tratamento das infecções sexualmente transmissíveis, assim como as doenças ginecológicas. O uso de métodos contraceptivos ou proteção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é uma prática de 48,9% das mulheres pesquisadas. Três territórios têm maior número de mulheres que usam métodos contraceptivos: Vale do Canindé (65,5%), Vale do Rio Itaim (64,3%) e Vale do Sambito (60,4%). Ainda sobre as mulheres que buscam proteção, 27,3% disseram ter sido laqueadas.

Considerando o planejamento reprodutivo e a atenção ao abortamento, a pesquisa aponta muitas mulheres laqueadas. Quando perguntadas se conheciam alguém que já praticou o aborto, as que disseram conhecer residem, principalmente, nos territórios Entre Rios e Serra da Capivara, principalmente na zona urbana, apresentando, assim, oportunidades de políticas públicas nesses territórios. A antropóloga Débora Diniz (2012) descreve: “As características mais comuns das mulheres que fazem um primeiro aborto é idade de até 19 anos, cor negra e com filhos. No segundo aborto, predominam mulheres com atributos semelhantes, cor negra e idade até 19 anos”.

Quanto à bebida alcoólica, mais da metade das mulheres afirmou que não consome, tendo 4,6 % que consomem frequentemente. Entre os territórios onde vivem essas mulheres, destacam-se: Tabuleiros do Alto Parnaíba (12%), Vale dos Rios Piauí

e Itaueiras (9,2%) e Entre Rios (6,6%). Das que fumam, 4,1% declararam fazer isso frequentemente, concentrando na faixa etária de 35 a 59 anos. O uso de Drogas foi declarado por 1,0% das mulheres, sendo 0,4% de forma frequente, 0,3% eventualmente e 0,3% raramente, sendo a maconha como a mais utilizada.

Embora a Coordenaria de Estado de Políticas para as Mulheres venha desenvolvendo uma série de políticas para a redução da violência, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer essas ações, considerando que do total de mulheres abordadas, 17,3% sofrem ou já sofreram algum tipo de violência, dentre os quais: violência física (agressão/lesão corporal), seguida de violência psicológica dano emocional/diminuição da autoestima, violência doméstica, abuso sexual, violência moral (atinge a honra/calúnia, difamação, injúria), bullying e preconceito étnico/racial. Quanto ao tipo de violência sexual, destaca-se: o estupro, com 44%; assédio sexual, com 38,9%; dentre outros.

Das que informaram sofrer violência física ou psicológica, observou-se que estão mais concentradas nos territórios de Carnaubais e Planície Litorânea. As que disseram que já sofreram, os maiores percentuais estão no Tabuleiros do /alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Entre Rios, com maior ocorrência na residência da vítima e em via pública, dentre outros.

Quanto ao vínculo e ou parentesco, as maiores incidências recaem nos: ex-companheiros ou ex-namorados, esposos ou companheiros, outros parentes, colegas de aula, irmãos, namorados, tios, amigos, pais e padrastos. Essas mulheres estão majoritariamente nos territórios: Vale do Rio Piauí e Itaueira, Chapada das Mangabeiras e Cocais.

No que diz respeito à realização de denúncias, a pesquisa revela que 72% das entrevistadas não apresentaram denúncias contra seus agressores. Entretanto, as que formalizaram, fizeram, principalmente, nas delegacias, por meio do '180' e para a diretoria da escola.

Importante destacar que das mulheres que denunciaram, 47,8% avaliaram que o resultado das denúncias foi positivo, havendo processo de investigação e punição dos acusados. Entretanto, nem todas tiveram o mesmo processo e, dessa forma, 43,7% das entrevistas disseram que a denúncia ficou limitada no relato das vítimas. As mulheres que não denunciaram foram motivadas, principalmente, por medo do

agressor e falta de informação. Há, ainda, as que foram impedidas pelo próprio agressor ou pela família.

Visando políticas públicas para o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a pesquisa revela que quando se trata os dados relativos aos cargos de chefia ou eletivos políticos, 93,6% revelam que não ocuparam nenhum cargo, sendo que os territórios Vale do Canindé e Vale do Rio Guaribas têm os piores resultados referentes à não ocupação de cargos de chefia/político, o que sugere serem necessárias políticas públicas educacionais e empoderamento para que as mulheres possam acessar tais cargos.

Quando se trata de participação em movimento social, a pesquisa mostra que 84,1% das mulheres não participam de organizações da sociedade. Das que disseram participar, 54,8% estão inseridas em movimentos religiosos, seguido de associações/sindicatos (21,8%), movimentos feministas (6,7%) e movimentos políticos (4,1%). Os territórios com maior incidência de participação de mulheres em Movimentos Sociais são Vale do Rio Itaim, Carnaubais, Serra da Capivara e Tabuleiros do Alto da Parnaíba.

A consciência para o cuidado com o meio ambiente é indispensável para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, de acordo com os números relativos à participação das mulheres em ações ao meio ambiente, 80,8% não participaram de atividades referentes ao meio ambiente. A zona rural apresenta o maior índice de mulheres que não fazem atividades relacionadas ao meio ambiente.

Ao cruzar os dados de atividades relacionadas por território, observa-se que quatro territórios apresentam maiores índices de mulheres que fazem alguma atividade relacionada ao meio ambiente, sendo: Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Serra da Capivara e Vale dos Rios Piauí e Itaueiras.

Como forma de alcance da autonomia econômica das mulheres rurais, com a promoção do desenvolvimento que seja capaz de quebrar o ciclo da pobreza, as políticas de crédito rural são apresentadas como alternativas. Entretanto, os resultados da pesquisa mostram os limites e distanciamentos do impacto desta política para que ocorram as mudanças nas relações de gênero, isso porque apenas 3,3% das mulheres pesquisadas declararam ter acesso ao crédito rural, deixando à margem da política 96,1% das mulheres. Os dados também apontam que 38,6% das mulheres que disseram ter crédito rural não têm acesso à terra.

É importante observar que as mulheres com idade acima de 45 anos e renda entre 4 a 5 salários mínimos são as que têm maior acesso ao crédito rural, seguido das mulheres com renda de menos de 01 salário mínimo. No recorte geográfico, faz-se referência às assentadas da reforma agrária em maior percentual no território de Cocal (4%), seguido de Carnaubais (2,2%) e Vale do Canindé (1,9%), o que também denota espaços de realização de políticas de atenção à mulher.

Como subsídio necessário para políticas públicas de cultura, esporte, comunicação e mídia, a pesquisa abordou a religiosidade, família, horas de folgas e lazer e acesso à internet. Sobre isso, a pesquisa revela que a maioria das mulheres entrevistadas se declararam católicas, seguidas de evangélicas e as que disseram não possuir religião. Analisando as que se declararam católicas, os maiores valores percentuais aparecem nas residentes nos territórios do Vale do Sambito e Tabuleiros do Alto Parnaíba. Já para as que se declararam evangélicas, os maiores índices foram entre as do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras e Chapada das Mangabeiras. Das Mulheres que se disseram sem religião, destacam-se as que estão na Planície Litorânea e Vale do Sambito. O que chama atenção é que tanto na zona urbana e rural os índices de católicas, evangélicas e sem religião são bem próximos, não havendo diferenças significativas.

Com relação à família, a maioria das mulheres, 72,4% foram criadas por seus pais naturais, 12,8% somente pelas suas mães, 7,8% por avós, 2,3% pais adotivos, 1,6% tios, dentre outros. Analisando o cruzamento dos responsáveis pela criação das mulheres por territórios, nota-se que os maiores percentuais de mulheres criadas pelas mães estão nos territórios de Entre Rios, seguidos de Vale do Canindé e Serra da Capivara, e das criadas pelo pai, destacam-se os territórios da Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras. Em relação às criadas pelos avós, Planície Litorânea, Serra da Capivara e Tabuleiros do Alto Parnaíba, sendo na zona urbana a maioria criadas pela mãe, pelos avós e tios, e na zona rural as criadas pelos pais naturais e uma minoria (1,4%) somente pelo pai. Com relação às criadas somente pela mãe, são, na maioria, as amarelas, indígenas e pretas. As mulheres brancas apresentam o maior percentual quando se trata de criação por pais naturais (77,3%).

A pesquisa apontou, ainda, como as mulheres piauienses preenchem o tempo nas horas de lazer ou folga. A preferência ficou em ficar com seus familiares, seguido de ir às igrejas, templos, cultos e assistir à televisão. Por zonas, tem-se a maior opção

das mulheres que preferem ficar com os familiares na zona rural (54,1%). A ida à igreja/templo ou culto é a segunda opção nas duas zonas.

A utilização de rede sociais é bastante utilizada pelas mulheres. Nesse campo, observou-se que 81,8% das mulheres pesquisadas possuem acesso à internet. Portanto, de cada 10 mulheres, oito possuem acesso, o que pode se constituir em excelente instrumento para as políticas de atenção à mulher. Há a predominância do acesso à internet em todos os territórios, com destaque para Vale do Rio Guaribas e Entre Rios. Das que tem menor acesso à internet, destaca-se a Planície Litorânea com e o Território do Vale do Canindé. Na zona rural se tem o menor percentual de acesso. A pesquisa revela, ainda, que a maioria das mulheres entrevistadas acessa em maior número as seguintes redes sociais: WhatsApp, Facebook e Instagram.

Para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, o estudo procurou conhecer a orientação sexual das mulheres. Os dados revelam que as mulheres se autodeclararam como: heterossexuais (95,4%), bissexuais (2,5%), homossexuais (1,6%) e assexuadas (0,5%). Para o cruzamento da orientação sexual por território, a maioria das mulheres se declararam heterossexuais em todos os territórios, com média 97,7%. Mulheres com orientação bissexual estão mais presentes no território de Entre Rios e no Vale dos Rios Piauí e Itaueiras. Já as mulheres que se autodeclararam homossexuais estão mais presentes no território Carnaubais, seguida da planície litorânea e Entre Rios. É importante destacar que na zona urbana estão a maioria das mulheres que se autodeclararam bissexuais e homossexuais. Perguntadas sobre o preconceito sexual, a grande maioria das mulheres (95,8%) declararam não ter sofrido preconceitos. As que disseram sofrer preconceitos estão localizadas, em sua maioria, nos territórios da Planície Litorânea, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras e Entre Rios.

No que diz respeito à cor/raça, a maioria das mulheres entrevistadas se autodeclararam negras (pretas e pardas), 76,8%. As mulheres pretas detêm os piores percentuais em níveis de escolaridade: ensino médio completo, 28,4%; educação superior, 9,5%; sem escolaridade, 8,6%. Faz-se destaque para este último percentual. Por outro lado, observa-se as mulheres indígenas com maior percentual na educação superior completa (26,3%) e no ensino médio completo (42,1%). Observam-se nesses dados, grandes possibilidades de políticas públicas com foco, principalmente, por territórios. Assim, a pesquisa revela que as mulheres pardas estão em maior

percentual em Carnaubais, seguida do Vale do Sambito e Cocais. As mulheres autodeclaradas pretas estão, na maioria, no Vale do Sambito, Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros do Alto Parnaíba. Já as brancas estão no Vale do Rio Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras. Importante ressaltar que as indígenas estão em sua maioria no Vale do Canindé e Planície Litorânea.

Quando a abordagem é sobre discriminação racial, 10,2% das entrevistadas declararam ter sofrido algum tipo de discriminação racial. As mulheres indígenas e pretas foram as que mais sofreram discriminação, sendo as indígenas 50% e as pretas 28,2%, e residem, principalmente, nos territórios do vale do Sambito, Entre Rios e Chapada das Mangabeiras.

Para melhor proposição de políticas públicas que podem resultar em igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, a pesquisa aponta que 10,7% das entrevistadas disseram sofrer algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno, sendo as deficiências visuais 53,3%, transtorno comportamental 15,9%, Deficiência física 15,4%, dentre outras. Urge, dessa forma, a implementação de políticas voltadas para essas deficiências, principalmente nos territórios da Serra da Capivara, seguidos do vale do Rio Itaim e Chapada das Mangabeiras. Para o cruzamento entre as faixas etárias por deficiência/limitação ou transtorno, o maior índice é observado nas mulheres acima de 59 anos, 30,8%. Uma observação importante é que a partir da faixa etária de 35 anos há uma tendência de crescimento nos percentuais de mulheres que registraram haver algum tipo de deficiência/limitação ou transtorno.

Quanto à acessibilidade, mobilidade adaptada onde a mulher reside, a pesquisa informa que neste cruzamento, a média de mulheres que declararam não ter qualquer tipo de acessibilidade/mobilidade adaptada é de 89,9%, com destaque para os seguintes territórios que se encontram acima da média: Sambito (100%), Vale do Canindé (97,1%) e Cocais (97%). Quanto à faixa etária, a média percentual de mulheres que responderam que não há acessibilidade/mobilidade adaptada em suas cidades é de 88,16%.

Estas discussões devem atravessar o campo teórico e ser base para a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades da mulher piauiense, que deve ser ouvida nesse processo de construção coletiva de um cenário positivo a ela, em todos as áreas. Devem mostrar de que forma as mulheres pensam; quais os

caminhos e de que maneira devemos refletir para que haja mudanças necessárias que possam alterar a história dos indicadores que não forem satisfatórios? São opções que precisam ser pautadas sem dúvida alguma no cotidiano dos poderes e da sociedade de um modo geral.

Pode-se concluir que os dados apresentados contribuirão significativamente para a construção de um plano estadual de políticas para as mulheres capaz de mudar a realidade.

Espera-se que este Diagnóstico possa contribuir para o fortalecimento das políticas para as mulheres no Piauí.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatórios do Anuário Brasileiro de segurança Pública**. Fórum de Segurança Pública. Brasília, 2019.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a09n103.pdf>.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.

BARSTED, L. L. Lei Maria da Penha: Uma Experiencia Bem-Sucedida de Advocacy Feminista. In: CAMPOS, C. H de (Org.) **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Lumen Juris, Edição: 1, 2011.

_____. O Feminismo e o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B; TAVARES, M.S (Org.) **Violência de Gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. EDUFBA, v. 19, 2016.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio - Disponível em: **Relatório Parametrizado de unidade de conservação do ministério do Meio Ambiente**. 2011. Disponível em: http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.relatorio_Ficha. Acesso em: 24 maio 2020.

_____. CNES. **Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://saude.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. DATASUS. **Relatório da população residente no Brasil**. Disponível em <https://datasus.saude.gov.br/populacao-residente/.2018>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. Ministério da Cidadania. **Relatórios gerais do Bolsa Família**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____. Ministério da Economia Indústria e Comércio. **Relatórios da balança comercial brasileira**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/>. Acesso em: 22 mai. 2020.

_____. MMFDH. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório Nacional de Revisão do Estado Brasileiro da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim**. Brasil – 2020.

_____. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. **O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS DIREITOS DE LGBT:** conceitos e legislação/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. - Brasília: MPF, 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Assistência integral à saúde da mulher:** bases de ação programática. Brasília – DF: Ministério da Saúde, 1984. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **"Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2014"**. Curadoria ENAP. Disponível em: www.spm.gov.br/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam-completo.pdf

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a Saúde no Brasil:** conceitos e aplicações/ Rede Interagencial de Informações para a Saúde – Ripsa. 2ª Edição, Brasília, 2008.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Guia para construção e implementação de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2012.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Orientações para a Constituição de Secretarias de Políticas para as Mulheres.** 2013. Disponível em:

http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/OrientacaoparaConstituicaodeSecretariasdePoliticaspaaasMulheres_2012.pdf.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico-HIV/AIDS-2019**. Brasília, número especial, dez. 2019.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. **Norma Técnica de Padronização Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Brasília 2006.

_____. **Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS**. Disponível em: <https://saude.gov.br/2019>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. **Texto Base da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://www.cedim.rj.gov.br/anexos/4a%20CNPM-Texto%20Base-versao%20integral.pdf>.

_____. **Lei nº 11.340/2006**. Presidência da República. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei 13.104/2015**. Presidência da República. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em 20 de ago. 2020

CAMPOS, C. H. de. Desafios na Implementação da Lei da Penha. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 391-406, 2015.

CARNEIRO, S. **Mulheres Negras e Violência Doméstica**: decodificando os números. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CASOTECA. **Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres**: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – Casoteca FBSP 2018 / Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. – (Série Casoteca FBSP, v. 2). 212p. Disponível em: <http://casoteca.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/04/CASOTECA2018site.pdf>.

CEPIA. **Pesquisa Violência contra a Mulher e Acesso à Justiça. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório Final, 2013**. Disponível em: http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2017/02/pesquisa_out.pdf. Acesso em: 25 mai. 2020.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**/Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Almira Rodrigues [Org], Iáris Cortés [Org]. Brasília: Letras Livres, 2006.

CIDADE VERDE. **Aplicativo Salve Maria: isolamento social aumenta as denúncias em 83%** Disponível em: <https://cidadeverde.com/coronavirus/108472/aplicativo-salve-maria-isolamento-social-aumenta-denuncias-em-83>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CIDADE VERDE. **Aplicativo Salve Maria ganha maior prêmio nacional do setor público.** Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/277491/aplicativo-salve-maria-ganha-maior-premio-nacional-do-setor-publico>. Acesso em: 28 ago. 2020.

COLLINS, P. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York: Routledge, 1991.

CNJ. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Anexo II Justiça Estadual Módulo de Produtividade Mensal.** SIESPJ, Justiça em Números, 2015.

_____. Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2020. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo

_____. **O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha.** DF: CNJ, 2018. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/06/5514b0debf866190c20610890849e10_1c3f3d621da010274f3d69e6a6d6b7e6.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

CPMI. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. **Relatório Final.** Senado Federal. Brasília, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos do Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, 171, 2002.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-11, jul.-dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça.** 5. Ed rev- Salvador: Editora JusPodivm, 2018, 348 p.

DINIZ, Debora & Medeiros, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(7):1671-1681, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n7/02.pdf>.

DRYZEK, J. **Foundations and frontiers of deliberative governance.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

EVANGELISTA, I. S. Os Fios que Tecem: Reflexões sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Estado do Piauí. REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA), 5 e XIV REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE (ABANNE), 14, 2015, MACEIO (AL). **Anais Eletrônicos...** Maceió (AL): EDUFAL. p. 1-16, 2015.

_____. "CÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM". Rotas Críticas de Mulheres que romperam o ciclo da violência. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Piauí, 2018 197f.

FREBASGO. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. **Organização Mundial da Saúde – OMS – lança 56 recomendações para tentar diminuir as cesáreas**. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/402-organizacao-mundial-da-saude-oms-lanca-56-recomendacoes-para-tentar-diminuir-as-cesareas/2018>. Acesso em: 16 jun. 2020.

G1. Portal G1 de Notícias. **Presença da mulher no agronegócio é uma realidade no cerrado piauiense**. 14/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/06/presenca-da-mulher-no-agronegocio-e-uma-realidade-no-cerrado-piauiense.html>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Diretrizes do Programa do Governo**. Coligação “A vitória com a força do povo”. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2015/10/23/propostagoverno1404599479781.pdf>.

_____. **Pilares de Crescimento e Inclusão Social**. Avaliação Ambiental e Social. Teresina, Piauí, 2015. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201612/SEP20_d18ba7568f.pdf.

_____. Relatório “**As Linhas que Traçam nosso Desenvolvimento**”. Governo do Piauí, 2016”.

_____. **O IDHM dos municípios do PIAUÍ por Território de Desenvolvimento**. Teresina, 2016 - Série Inclusão Social Nº 1. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf.

_____. Relatório “**Uma Vida Melhor Para Nossa Gente**”. Governo do Piauí, 2017. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201803/SEP09_79614a2c_51.pdf.

_____. **Termo de Referência Para Elaboração de Diagnóstico sobre o Perfil da Mulher Piauiense no Contexto Atual e a Elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí**. Piauí, 2017.

_____. Relatório “**Um Estado que Cuida da Vida da Gente**”. Balanço Piauí, 2018. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201902/SEP15_dace0fde3b.pdf.

_____. **Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas e Aspectos da Participação dos Movimentos Sociais**. 2018. Série Relatório de Pesquisa. Disponível em: CEPRO08_86ce52eead.pdf.

_____. **O Índice de Vulnerabilidade Social no Piauí por Territórios de Desenvolvimento**. Teresina, 2018. Série Inclusão Social Nº 3. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201802/CEPRO08_365efb6de8.pdf.

_____. **Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres**. Disponível em: <http://www.cepm.pi.gov.br/>.

_____. **Plano Plurianual - 2016 a 2019: Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Segurança e Sustentabilidade**. Disponível em: http://www.antigoseplan.pi.gov.br/upe/PPA/PPA_2016_2019/anexo_i.pdf

_____. **Plano Plurianual 2020-2023 – Fazer AGORA Construir o FUTURO.** Disponível em: http://www.antigoseplan.pi.gov.br/upe/PPA/PPA_2020_2023/anexo-i.pdf.

_____. Superintendência CEPRO. Relatório de Conjuntura econômica e Social. **Boletim analítico terceiro trimestre.** Teresina, Piauí, 2019.

_____. Relatório “**Um Estado que Cresce Junto com sua gente**”. Governo do Piauí, 2019. disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/202002/SEP18_8b1505d75b.pdf.

_____. **A 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres,** Decreto Estadual nº 18.793 de 23/01/2020.

_____. SSP-PI. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. **Banco de dados das delegacias de Polícia Civil.** Estado do Piauí, 2020.

_____. SSP-PI. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.** Estado do Piauí, 2018

_____. **Estudos sobre Desenvolvimento Humano e Política Social no Piauí.** Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/edhps.php>. 17.04.2019. Estudo do IETS sobre Desenvolvimento Humano e Política Social no Piauí - Apostila Educação; Apostila Inclusão Produtiva; Apostila IDH e Distribuição de Renda; Apostila Saúde; Slides; Relatório Final.

_____. Plano Estadual de Saúde do Piauí. **Relatório Plano Estadual de Saúde.** Governo Estado do Piauí. Teresina, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/CENSO>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. **Estatística do Registro Civil.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/2018>. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. **Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

_____. **Relatório de estimativa da população residente,** 2017a.

_____. **Relatório do Censo Agropecuário.** 2017b.

_____. PNAD/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Características gerais dos domicílios e dos moradores.** 2017.

_____. PNAD/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Características gerais dos domicílios e dos moradores.** 2018.

_____. PNAD/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Características gerais dos domicílios e dos moradores.** 2019.

_____. IBGE. Síntese de indicadores sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. **Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica**, n. 39 134p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>.publicações. Acesso em: ago. 2020.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Conceito e Magnitude do câncer de mama**. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/conceito-e-magnitude.2018>. Acesso em: 22 jun. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística de Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020.

IPEA. **Atlas da Violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>. Acesso em: 21 maio 2020.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. [org. Instituto Alziras]. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

_____. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. CEDEPS, 2009. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=indicadores-sociais-na-formulacao-e-avaliacao-de-politicas-publicas>> [Acessado em 29 de agosto de 2020]

_____. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. RAP. Rio De Janeiro, 36 (1):51-72, 2002

MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150302_nt_diest_13.pdf.

MARTIN, W. C. J. Das Disposições transitórias e finais – artigos 33 a 40. In: CAMPOS, C.H de (Org.) **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Lumen Juris, Edição: 1, 2011

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídio: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 30-77, 2017.

MINAYO, M. C. de S. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 33 (1 Supl. 1): 83-91,2009.
MIRANDA, C. M.; PARENTE, T. G. Plataforma de Ação de Pequim, Avanços e Entraves ao Gender Mainstreaming. **OPIS**, Catalão – GO, v. 14, n.1, 2014

NUNES, A. C. A. S. **Análise de Arranjos de Implementação de Políticas Públicas de Combate à Violência contra Mulheres em Municípios de Pequeno Porte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo (SP), 2017.

OBSERVATÓRIO PELA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA (OBSERVE). **Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal: Relatório Final.** Salvador, 2010.

ONU. **Guia de Orientação das Nações Unidas no Brasil para Denúncias de Discriminação Étnico – Racial.** Brasília, 2011.

ONU MULHERES. **Guía Estratégica:** Empoderamiento político de las mujeres: marco para una acción estratégica en América Latina y el Caribe 2014-2017. 2014. Disponível em: <http://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2014/9/empoderamiento-politico-de-las-mujeres>.

_____. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher,** 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf

_____. **Marco normativo para consolidar a democracia paritária,** 2014. Publicação da versão em português: 2018. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Normativo-Democracia-Paritaria_FINAL.pdf.

PASINATO, W. Femicídio: e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu** (37), p. 219-246, 2011.

_____. Oito Anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos, Cíveis e Políticos: A Conquista da Cidadania Feminina. In: BARSTED, L.L; PITANGUY, J. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PNUD. **Mulheres resilientes = Cidades resilientes Região Metropolitana de Teresina (PI).** PNUD. 2019. – Brasília. – Disponível em: <http://www.cepm.pi.gov.br/download/202001/CEPM31d5b6a0e475.pdf>.

Q EDU. Fundação Lemman. **Relatórios sobre Ideb, Censos educacionais e outras informações.** 2017. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/sobre>. Acesso em: 13 mai. 2020.

_____. **Relatórios sobre Ideb, Censos educacionais e outras informações.** 2018. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/sobre>. Acesso em: 12 mai. 2020.

RAGO, M. **Epistemologia, Gênero e História.** 2012. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/179824/Margareth%20Rago%20G%C3%AAnero%20e%20Hist%C3%B3ria.pdf>.

RIBAS, M. F. Mecanismos Institucionais para o avanço da mulher. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_h_mecanismos_institucionais_para_o_avanco_da_mulher.pdf.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. dos (Coords). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008.

SANTOS, C. M. Curto Circuito, Falta de Linha ou na Linha? Redes de Enfrentamento à violência contra as mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 23, n. 2,, p. 352, maio/ago. 2015.

_____. Para uma Abordagem Interseccional da Lei Maria da Penha. In: MACHADO, I. V. (Org.) **Uma década de Lei Maria da Penha: percursos, práticas e desafios**. Curitiba: CRV, 2017

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório de Empreendedorismo no Brasil - SEBRAE NACIONAL (2019)**. Disponível em: <https://empreendedor.com.br/noticia/mulheres-negras-sao-metade-das-empreendedoras-brasileiras/> Acesso em: 20 ago. 2020.

SOARES, V. **Não medem a felicidade, mas são importantes no acompanhamento das políticas públicas. Estatísticas e Indicadores de Gênero**. Programa Igualdade, Gênero e Raça. Brasília: Unifem, 2004.

SOUZA, L. T. **Da Expectativa à Realidade: a aplicação das sanções na Lei Maria da Penha**. 1.ed, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

UN WOMEN. **Progress of the World's Women 2019-2020**. Families in a Changing World, 2019. Disponível em: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf?la=en&vs=3512>. Acesso em: 25 mai. 2020.

UNFPA. **Situação da População Mundial 2019 – Um Trabalho Inacabado: a busca por direitos e escolhas para todas e todos**, 2019.

VASCONCELLOS, L.; GUEDES, L. **E-surveys: Vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica**. X SEMEAD – Seminários em Administração. Programa de Pós- Graduação em Administração, 2007.

VICENTE, P. Estudos de mercado e de opinião pública. **Edições Sílabo**. 1 edição. Lisboa, 2012.

VIGITEL. BRASIL/Ministério da Saúde. **Vigilância de fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, 2019.

VILLA, E. N. R. M.; MACHADO, B. A. **O mapa do feminicídio na Polícia Civil do Piauí: uma análise organizacional-sistêmica**. Revista Opinião Jurídica. Fortaleza, ano 16, n. 22, p. 86-107, 2018.

WHITE, E. O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2002.

ANEXOS

ANEXO I

Quadros, matrizes dos 10 eixos propostos no estudo

Eixo 1	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica	1. (%) Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo no Piauí.	Expressa o percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar divididos por trimestres em 2019.	PNADc/ IBGE
	2. (%) taxa de desocupação por sexo no estado do Piauí.	Expressa o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho divididos por trimestres em 2019.	PNADc/ IBGE
	3. (%) Taxa de desocupação pela faixa etária no estado do Piauí.	Expressa o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho desagregado por faixa etária dividida por trimestres em 2019.	PNADc/ IBGE
	4. Rendimento médio do trabalho principal, por sexo, no estado do Piauí em (reais).	Expressa o rendimento bruto nominal médio habitualmente recebido no trabalho principal das pessoas ocupadas, na semana de referência divididos por trimestres em 2019.	PNADc/ IBGE
	5. (%) Evolução da distribuição dos domicílios por sexo do responsável segundo espécie de unidade doméstica - feminino -Piauí.	Expressa a distribuição percentual de domicílios por sexo feminino da pessoa que é considerada como responsável pelo domicílio pelos demais moradores no período de 2015-2019.	PNADc/ IBGE
	6. (%) Evolução da distribuição dos domicílios por sexo do responsável segundo espécie de unidade doméstica - masculino -Piauí.	Expressa a distribuição percentual de domicílios por sexo masculino da pessoa que é considerada como responsável pelo domicílio pelos demais moradores no período de 2015-2019.	PNADc/ IBGE
	7.(%)Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça – Brasil/Piauí.	Expressa a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, cor ou raça em 2016-2017.	PNADc/ IBGE

	8.(%)Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por grupo de idade, sexo, Brasil, Piauí,	Expressa a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade em 2016 e 2017.	PNADc/ IBGE
	9. (%)Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas em ocupações formais na semana de referência, por sexo e localização no Brasil, Piauí e Teresina.	Expressa a proporção de pessoas ocupadas na semana de referência, por sexo e localização. São classificadas como ocupadas, as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro em 2018.	PNADc/ IBGE
	10. (%) Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, na semana de referência no Piauí, Grande Teresina e Teresina.	Expressa o percentual de pessoas que estão fora da força de trabalho na semana de referência, ou seja, que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana por sexo e localização por trimestres do ano em 2019.	PNADc/ IBGE
	11. (%) Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola/creche-2011-2017, por Brasil, região nordeste e Piauí.	Esse indicador mostra o percentual de crianças que estão matriculadas em, escola-creche, com idade até 3 anos.	PNADc/ IBGE

Eixo 2	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
	1. (%) Taxa de analfabetismo para o sexo feminino, segundo, faixa de idades, Brasil, Piauí e Região Nordeste.	Expressa o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado local, no período 2016-2018.	PNADc/IBGE
	2. Número médio de anos de estudo por ano, por sexo e segundo faixa etária no Piauí- feminino .	Expressa a escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupos de idade, feminino no período de 2016-2018.	PNAD/IBGE
	3. Número médio de anos de estudo por ano, por sexo e segundo faixa etária no Piauí, masculino .	Expressa a escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculado por grupos de idade, masculino no período de 2016-2018.	PNAD/IBGE

Educação para Igualdade e Cidadania	4. (%) Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo e por faixa etária ideal por curso- feminino .	Expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino no período de 2016-2018.	PNAD/IBGE
	5. (%) Taxa ajustada de frequência escolar líquida por sexo e por faixa etária ideal por curso- masculino .	Expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino no período de 2016-2018.	PNAD/IBGE
	6. (%) de matrículas da educação básica, por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados na Educação Básica por sexo, cor e raça.	INEP/MEC
	7. (%) de matrículas da creche regular, por sexo, cor e raça no Piauí.	Expressa o percentual de crianças matriculadas na creche por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	8. (%) de matrículas do ensino da pré-escola, por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de crianças matriculadas na pré-escola por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	9. (%) de matrículas do ensino fundamental (anos iniciais), por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculadas no ensino fundamental (anos iniciais) por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	10. (%) de matrículas do ensino fundamental (anos finais), por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculadas no ensino fundamental (anos finais) por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	11. (%) de matrículas do ensino médio, por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculadas no ensino médio dividido por sexo, cor e raça no ano de 2019.	INEP/MEC
	12. (%) de Matrículas da educação de Jovens e adultos (EJA) por sexo e cor/raça no Piauí, 2019.	Expressa o percentual de alunos matriculados na educação de Jovens e adultos (EJA), por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	13. (%) de matrículas do ensino profissional, por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados no ensino profissional por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	14. (%) de matrículas da educação especial em classes exclusivas, por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados na educação especial em classes exclusivas, por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC
	15. (%) de matrículas do educação especial em classes comuns por sexo e cor/raça no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados na educação especial em classes comuns, por sexo, cor e raça em 2019.	INEP/MEC

	16. (%) de matrículas em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), por sexo no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados no ensino profissional, dividido por sexo em 2019.	INEP/MEC
	17. (%) de alunos concluintes em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), por sexo no Piauí.	Expressa o percentual de alunos matriculados em cursos de graduação presencial por categoria administrativa das instituições de ensino superior (IES), por sexo em 2019.	INEP/MEC

Eixo 3	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Saúde Integral, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	1. Razão da Mortalidade Materna (RMM) para cada 100.000 nascidos vivos no Brasil e no Piauí.	Expressa o número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em um determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos. Trata-se de um indicador importante pois reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher de forma que taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas a baixa qualidade na prestação de serviços de saúde as mães, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal até a assistência ao parto e ao puerpério no período de 2013-2018.	Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema Nacional de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
	2. (%) Mortalidade materna, total e distribuição por grupo de idades no Piauí.	Expressa o percentual de óbitos de mulheres registrados no ano da ocorrência, por faixa etária no Estado do Piauí no período de 2011-2018.	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	3. (%) Distribuição da mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica direta, segundo os grupos de idade no Piauí.	Expressa a distribuição percentual do número de óbitos maternos de mulheres segundo o grupo de idade, em decorrência de causas diretas, ou seja, resultante de complicações obstétricas na gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções, omissões, tratamento	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

		incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de quaisquer das causas acima mencionadas no período de 2011-2018.	
	4. (%) Distribuição de mortalidade materna, por tipo de causa obstétrica indireta, segundo o grupo de idade no Piauí.	Expressa a distribuição percentual do número de óbitos maternos de mulheres segundo o grupo de idade, em decorrência de causas indiretas, ou seja, resultante de doenças que se desenvolveram durante a gravidez não devidas a causas obstétricas diretas, mas que foram agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez no período de 2011-2018.	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	5. (%) proporção da mortalidade materna, por cor ou raça no Piauí .	Esse indicador detalha a proporção da mortalidade materna a partir da cor ou raça da vítima em percentuais (2015-2018).	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
	6. Taxa de Mortalidade Neonatal no Brasil e Piauí.	Expressa o número de óbitos de 0 a 6 dias de vida completos, por mil nascidos vivos em determinado espaço geográfico, no ano considerado no período de 2009-2015.	Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Projeto Busca Ativa.
	7. (%) Proporção de partos cesárea por ano no Piauí e no Brasil.	Expressa a proporção de partos do tipo cesárea sobre o total de partos do ano, em determinado limite geográfico no período de 2013-2018.	Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
	8. Proporção de nascidos vivos, cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por local de residência da mãe no Piauí e no Brasil.	Expressa o percentual de nascidos vivos de mães residentes que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, em determinado município e período, em relação ao total de nascidos vivos de mães residentes no mesmo município e período. Este indicador mede a cobertura do atendimento pré-natal de gestantes, identificando situações de desigualdades e tendências que	Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

		demandam ações e estudos específicos no período de 2013-2018.	
	9. Taxa de Detecção (por 100.000 hab.) de casos de AIDS notificados, por sexo e por ano de diagnóstico no Brasil e no Piauí.	Expressa o número de casos de aids em um determinado ano de diagnóstico e local de residência dividido sobre o número da população de residentes nesse mesmo local, no mesmo ano de notificação multiplicado por 100.000. Utiliza-se para medir o risco de ocorrência de casos novos, confirmados de aids na população, segundo ano e local de residência no período de 2013 -2018.	MS/SVS/DCCI- Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis
	10. Coeficiente bruto de mortalidade por AIDS (por 100.000 hab.) bruto e padronizado no Brasil e no Piauí.	Expresso pelo número de óbitos por aids (causa básica) em determinado ano e local de residência dividido pela população de residentes nesse mesmo local, no mesmo ano, multiplicado por 100.000. Utiliza-se para medir o risco de óbitos em consequência da aids na população geral no período de 2013-2018.	SIM- SVS/MS. Base de dados demográfica fornecida pelo IBGE
	11. Taxa de detecção (por 1.000 nascidos vivos) de gestantes com sífilis, segundo UF e região de residência por ano de diagnóstico.	Expressa o número de casos de sífilis em gestantes, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência dividido pelo número total de nascidos vivos, de mães residentes no mesmo local, no mesmo ano. Utiliza-se para medir a frequência anual de casos de sífilis na gestação e orientar adoções de vigilância epidemiológica da doença no local no período de 2010-2018.	MS/SVS/DCCI- Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis
	12. Taxa de mortalidade de câncer de mama por 100 mil habitantes no Piauí.	Expresso pelo número de óbitos por câncer de mama em determinado ano e local de residência dividido pela população de residentes nesse mesmo local, no mesmo ano, multiplicado por 100.000 mil habitantes no período de 2011-2018.	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	Proporção de óbitos causados por câncer de mama por cor ou raça no Piauí (população feminina) no Piauí.	Esse indicador detalha a proporção dos óbitos causados por câncer de mama a partir da cor ou raça da vítima em percentuais (2015-2019).	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

	13. (%) Prevalência de óbitos de doenças hipertensivas por sexo e por ano no Piauí.	Expressa o percentual de óbitos registrados por doenças hipertensivas, por sexo e por ano no Piauí.	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	14. (%) Prevalência de óbitos de Diabetes Melitus por sexo e por ano no Piauí.	Expressa o percentual de óbitos registrados por Diabetes Melitus (Diabetes mellitus insulino-dependente, Diabetes mellitus nao-insulino-dependente, Diabetes mellitus relac c/a desnutr, Outr tipos) por sexo e por ano no Piauí no período de 2011-2018.	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	15. Taxa de mortalidade de câncer de colo do útero por 100 mil habitantes.	Expresso pelo número de óbitos por câncer do colo do útero em determinado ano e local de residência dividido pela população de residentes nesse mesmo local, no mesmo ano, multiplicado por 100.000 mil habitantes no período de 2011-2018.	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
	16. Proporção de mortalidade de câncer de colo do útero por cor ou raça no Piauí (população feminina).	Esse indicador detalha a proporção dos óbitos causados por câncer do colo do útero partir da cor ou raça da vítima em percentuais (2015-2018).	MS/ SVS/ CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Eixo 4	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
	1. Taxa de homicídios de Mulheres por 100 mil habitantes no Brasil e Piauí.	Expressa o número de homicídios na Unidade da Federação na residência obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população no período de 2007-2017.	Atlas da Violência / IPEA e fonte oriundas do Ministério da saúde
	2. Número de inquéritos policiais novos registrados por ano em relação a violência contra mulheres no Brasil e Piauí.	Este dado contabiliza o número de novos inquéritos policiais registrados anualmente em relação a violência contra mulher no período de 2018-2018.	Conselho Nacional de Justiça-CNJ

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	3. Taxas de medidas protetivas, por 100mil habitantes/ mulheres residentes no Brasil e Piauí.	Este indicador calcula o número de medidas protetivas por 100 mil habitantes mulheres no período de 2016-2019.	Conselho Nacional de Justiça-CNJ
	4. Taxa de registros de lesão corporal dolosa por 100 mil habitantes (violência doméstica) no Piauí e Brasil	Expressa o número de registros de Lesão Corporal dolosa - violência doméstica (Art.129º, §9º do Código Penal) divididos por 100 mil habitantes mulheres no período de 2017-2018.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
	5. Taxas de Estupros por 100 mil habitantes no Brasil, Piauí e Teresina.	Expressa o número de registros de estupros (inclui estupros de vulneráveis) no período de 2017 e 2018.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
	6. Taxas de Estupros por 100 mil habitantes no Piauí (somente mulheres)	Expressa o número de registros de estupros somente em mulheres no período 2017-2018.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
	7. Taxas de tentativa de estupro por 100 mil habitantes no Brasil e Piauí.	Expressa o número da tentativa de estupro por 100 mil habitantes incluindo a tentativa de atentado violento ao pudor no período 2017-2018.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
	8. Taxas de feminicídio por 100 mil habitantes no Brasil e Piauí.	Expressa o número de homicídio de mulheres por violência doméstica por 100 mil mulheres em 2016-2018.	Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Eixo 5	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
	1. (%) Distribuição de eleitores por sexo e faixa etária no estado do Piauí.	Expressa o percentual de eleitores dividido por sexo e faixa etária no estado do Piauí em 2018	Tribunal Superior Eleitoral/TSE
	2. (%) Distribuição de eleitores por sexo e por grau de instrução no estado do Piauí.	Expressa o percentual de eleitores dividido por sexo e grau de instrução no estado do Piauí em 2018 .	Tribunal Superior Eleitoral/TSE

Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	3. (%)Distribuição de Mulheres prefeitas eleitas em regiões do Brasil.	Expressa a distribuição percentual de mulheres eleitas para o cargo das prefeituras de grandes regiões do Brasil em 2016.	Instituto Alzirias/2018
	4. (%) Proporção de assentos ocupados por mulheres em governos locais das últimas eleições no Brasil.	Proporção de assentos ocupados por mulheres nas câmaras de vereadores municipais do Brasil em 2016.	IBGE / Estatística de Gênero
	5. (%) de Candidatos (as) eleitos (prefeitos e vereadores) por sexo (as) nos 12 territórios no estado do Piauí	Percentual de candidatos eleitos para os cargos de prefeitos e vereadores por sexo em 2016.	Tribunal Regional eleitoral TRE e Fundação CEPRO
	6. Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo e faixa de idades no Brasil e Piauí.	Expressa ao total de mulheres ou homens ocupados (as) em cargos gerenciais dividido pelo total de pessoas ocupadas em cargos gerenciais. Os cargos gerenciais são correspondentes as categorias 11 (legisladores e altos funcionários), 12 (gerentes corporativos) e 13 (gerentes de produção e serviços especializados) conforme a designação da Organização Internacional do Trabalho em 2012-2017.	IBGE/PNAD
	7. Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo e raça/cor no Brasil e Piauí.	Expressa ao total de mulheres ocupadas em cargos gerenciais dividido pelo total de pessoas ocupadas em cargos gerenciais. Os cargos gerenciais são correspondentes as categorias 11 (legisladores e altos funcionários), 12 (gerentes corporativos) e 13 (gerentes de produção e serviços especializados) conforme a designação da Organização Internacional do Trabalho em 2012-2017.	IBGE / PNAD
	8. Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo e setor de atividade no Brasil e Piauí.	Expressa ao total de mulheres ocupadas em cargos gerenciais dividido pelo total de pessoas ocupadas em cargos gerenciais. Os cargos gerenciais são correspondentes as categorias 11 (legisladores e	

		altos funcionários), 12 (gerentes corporativos) e 13 (gerentes de produção e serviços especializados) conforme a designação da Organização Internacional do Trabalho no período de 2012-2017	IBGE / PNAD
	9. Proporção de municípios que participam com políticas para mulheres na região nordeste	As informações revelam a quantidade de municípios com a participação de políticas para as mulheres em seus respectivos organismos executivos em 2018.	IBGE

Eixo 6	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Desenvolvimento Sustentável com igualdade econômica.	1. Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil e Piauí.	Expressa a proporção de óbitos de menores de um ano, dentre cada mil nascidos vivos, em determinado limite geográfico no período de 2014-2018.	Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema Nacional de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e adaptado pelo IBGE
	2. Coeficiente de Gini do Brasil e Piauí	O Coeficiente Gini de desigualdade determina o grau de concentração de riquezas em determinado limite geográfico e população no período de 2015-2019.	IBGE/IPEA
	3. Esperança de vida ao nascer por sexo no Piauí	Expressa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido até o final de sua vida, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico no período de 2013-2019.	IBGE
	4. (%) de nascidos segundo a faixa etária da mãe.	O indicador mostra o percentual de nascidos segundo a faixa de idade da mãe por ano, 2014-2019.	SINASC/COORD. ANALISE/SESAPI

Eixo 7	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da Floresta	1. (%) proporção de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários divididos por sexo e idade do produtor.	Expressa a proporção de estabelecimentos agropecuários dirigidos por produtores rurais por sexo e pela faixa etária em 2017 no estado do Piauí.	IBGE - Censo Agropecuário, 2017
	2. (%) de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários por condição do produtor em relação à terra no Piauí.	Expressa a proporção de estabelecimentos agropecuários dirigidos por produtores rurais por sexo e por condição em relação à terra em 2017 no estado do Piauí.	IBGE - Censo Agropecuário, 2017
	3. (%) de produtores rurais que dirigem estabelecimentos agropecuários por nível de instrução de pessoas (mulheres), por cor ou raça, escolaridade, no Piauí.	Expressa o percentual de estabelecimentos agropecuários dirigido por mulheres, por cor ou raça no Piauí em 2017 no estado do Piauí.	IBGE - Censo Agropecuário, 2017

Eixo 8	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Cultura, esporte, comunicação e mídia	1. (%) Proporção e número de municípios com existência de centros culturais no Piauí e no Brasil.	Expressa a proporção de municípios que possuem centros culturais sobre o total de municípios de um determinado limite geográfico, no período de 2014 e 2018.	IBGE
	2. (%) Proporção e número de municípios com existência de equipamentos públicos esportivos no Piauí e no Brasil.	Expressa a proporção de municípios que possuem equipamentos públicos sobre o total de municípios de um determinado limite geográfico, no período de 2014 e 2018.	IBGE
	3. (%) de pessoas que praticaram atividade física, no período de referência	Expressa o percentual de pessoal de 15 anos ou mais de idade que praticaram	IBGE

	de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade no Piauí e no Brasil.	alguma atividade física no período de referência e um determinado limite geográfico em 2015.	
	4. (%) de pessoas que praticaram esporte, no período de referência de 365 dias, na população de 15 anos ou mais de idade no Piauí e no Brasil.	Expressa o percentual de pessoal de 15 anos ou mais de idade que praticaram alguma atividade física no período de referência e um determinado limite geográfico em 2015.	IBGE
	4. (%) Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular, por sexo e grupos de idade no Piauí e Brasil.	Expressa a proporção de pessoas que afirmaram possuir um telefone celular nos últimos três meses, desagregado por sexo e grupo de idade em 2017.	IBGE
	5. (%) Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular, por sexo e cor e raça no Piauí e Brasil.	Expressa a proporção de pessoas que afirmaram possuir um telefone celular nos últimos três meses, desagregado por sexo e cor e raça em 2017.	IBGE

Eixo 9	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesfobia.	1. Taxa de denúncias de racismo por 100 mil habitantes registradas no Disque 100 no Piauí.	Expressa o número de denúncias registradas no Disque 100 conforme o ano dividido pela população do Estado multiplicada por 100 mil habitantes no período de 2015-2018.	Disque 100/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
	2. Taxa de Homicídio de Mulheres Negras por 100 mil habitantes no Piauí e Brasil.	Expressa os dados de homicídios oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Os dados populacionais são calculados com base na PNAD/IBGE e na PNADc/IBGE e o número de negras é calculado somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas no período de 2007-2017.	Atlas da Violência /IPEA

	3. Taxa de denúncias de discriminação da população LGBT por 100 mil habitantes no Piauí.	Expressa o número de denúncias registradas no Disque 100 conforme o ano dividido pela população do Estado multiplicada por 100 mil habitantes no período de 2015-2018.	Disque 100/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
	4. Distribuição (%) segundo cor ou raça e sexo feminino no Piauí.	% da população feminina distribuída por sexo, cor ou raça em 2018.	IBGE/PNAD
	5. Número de denúncias totais (Lesão corporal, tentativa de homicídio e Homicídios) de LGBTs e variação - Disque 100 no Brasil, UF e região nordeste.	O indicador descreve o total de denúncias para o canal de comunicação do Disque 100 no período de (2011-2017).	Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Eixo 10	Indicadores	Detalhamento do indicador	Fontes
Igualdade para mulheres jovens, idosas e com deficiência	1. Taxa de Fecundidade de Mulheres entre 15 a 19 anos de idade, por Unidade da Federação e Distrito Federal.	Expressa o número de nascimentos acontecidos em mulheres de 15 a 19 anos de idade por 1.000 mulheres no mesmo grupo etário em 2016.	IBGE / Estatística de Gênero
	2. (%) Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes no Piauí e Brasil.	Distribuição proporcional de nascidos vivos por idade das mães, em determinado espaço geográfico e no período de 2015-2018.	Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)
	3. (%) de mulheres com deficiência mental/intelectual no Piauí por local cor ou raça.	Expressa o percentual de mulheres com deficiência mental e intelectual no estado do Piauí, desagregado por local e cor ou raça no período de 2010.	IBGE/ Censo 2010

	4. (%) de mulheres com deficiência auditiva severa no Piauí por local cor ou raça.	Expressa o percentual de mulheres com deficiência auditiva no Estado do Piauí, desagregado por local e cor ou raça no período de 2010.	IBGE/ Censo 2010
	5. (%) de mulheres com deficiência motora no Piauí por local cor ou raça.	Expressa o percentual de mulheres com deficiência motora no estado do Piauí, desagregado por local e cor ou raça no período de 2010.	IBGE/Censo 2010
	6. (%) de mulheres com deficiência visual severa no Piauí por local cor ou raça.	Expressa o percentual de mulheres com deficiência visual no estado do Piauí, desagregado por local e cor ou raça no período de 2010.	IBGE/ Censo 2010
	7. Taxa de Denúncia de violência contra pessoas com deficiência por 100 mil habitantes registrada no Disque 100.	Expressa o número de denúncias registradas no Disque 100 conforme o ano dividido pela população de pessoas com deficiência que moram multiplicada por 100 mil habitantes no período de 2014-2017.	Disque 100/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
	8. Taxa de notificação de casos de violência contra idosos no Piauí, por sexo e ano.	Número de notificações de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra idosos, por 100 mil habitantes de mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências contra idoso. Os dados foram obtidos pelo SINAN e calculados pela SISAP no período de 2014-2017.	Disque 100/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/SISAP-FIOCRUZ
	9. Taxa de Mortalidade de Idosos por homicídio por sexo no Piauí.	Expressa o número de óbitos por homicídio (CID-10 W32-W34, X72-X74, X85-Y09 e Y22-Y24), na população idosa de 60 anos ou mais, por 100 mil habitantes de mesma faixa etária, residente em determinado espaço geográfico, no período de 2014-2017.	Disque 100/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/SISAP- FIOCRUZ

ANEXO II

Oficinas

1. Oficina de Piripiri - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares



2. Oficina de Teresina - Auditório da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí



3. Oficina de Campo Maior – Auditório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Campo Maior



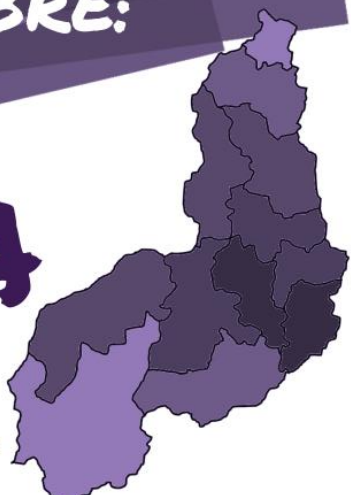
4. Visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Campo Maior – Piauí



A COORDENADORIA DE ESTADO DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PIAUÍ E O
CONSÓRCIO CON&SEA/CEALMA /IDESA

INFORMAM SOBRE:

OFICINA SETORIAL PARTICIPATIVA ONLINE



A Oficina Setorial Participativa consiste no componente qualitativo
do Diagnóstico sobre a Realidade das Mulheres Piauienses.

Para participar, acesse o link

<https://forms.gle/KJiBgbgspTdmcqHp9>

Preencha e salve o formulário



Faça parte deste movimento na construção do
Plano Estadual de Política para as Mulheres do Piauí.

REALIZAÇÃO



ANEXO IV
Formulário oficina On-line

OFICINA SETORIAL PARTICIPATIVA – ONLINE

A Oficina Setorial Participativa é um componente qualitativo do Diagnóstico sobre a Realidade das Mulheres Piauienses. Sua participação é fundamental para colhermos informações da percepção das mulheres em diferentes setores sociais. Estes dados são importantes para a elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O tempo de preenchimento do questionário é de 45 min.

Nome: _____

Organização: _____

E-mail/ Celular: _____

Território:

- ☐ Vale do Rio Guaribas
- ☐ Vale do Rio Itaim
- ☐ Planície Litorânea
- ☐ Vale dos Rios Piauí e Itaueiras
- ☐ Chapada dos Mangabeiras
- ☐ Serra da Capivara
- ☐ Tabuleiros do Alto Parnaíba
- ☐ Vale do Sambito
- ☐ Vale do Canindé

Município _____

PARTE I – ABORDAGEM SOBRE O DIREITO DA MULHER: Aborda-se a percepção das mulheres sobre seus direitos a partir da realidade que vivem. Esta abordagem ajudará a compreender melhor sua situação e suas percepções de direitos

P1: Mulheres têm direitos?

☐ Sim ☐ Não

P2: Cite um direito da Mulher: _____

P3: Cite um direito que é NEGADO a Mulher: _____

PARTE II - VALIDAÇÃO DOS INDICADORES: As mulheres poderão validar (ou não) o que informam os dados oficiais secundários que norteiam as políticas públicas. Elas também têm a oportunidade de sugerir políticas públicas.

1. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica:

A maior participação feminina no mundo do trabalho abrange: ampliação do percentual de mulheres em atividades remuneradas, a ascensão a cargos de chefia/comando nas empresas e nos governos, distribuição mais igualitária das tarefas domésticas e cuidados com os homens e aumento do número de vagas em creches.

P4: O que você acha que deve ser feito para alcançar a **Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres?**

P5: A maioria dos responsáveis ou chefe de família são:

() Mais os Homens - () Mais as Mulheres

P6: O tempo gasto pela mulher em trabalho doméstico não remunerado?

() Mais de 50% do tempo - () Menos que 50% do tempo

2. Educação para igualdade e cidadania:

A eliminação das disparidades de gênero na educação envolve a garantia de igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para meninos e meninas, incluindo os grupos de pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. As condições físicas e estruturais das escolas, bem como a formação dos professores são importantes para o desenvolvimento da criança.

P7: O que você acha que deve ser feito para promoção da **Educação para igualdade e cidadania:** _____

P8: Quanto a disponibilidade de Escolas de Ensino Médio no seu município:

() Tem escolas suficientes () Não tem escolas suficientes

P9: Quanto a Alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade no seu município?

() A MAIORIA das pessoas são alfabetizadas - () A MINORIA das pessoas são alfabetizadas.

3. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos:

Os indicadores de saúde reprodutiva e sexual das mulheres incluem dados como: taxa de mortalidade materna, percentual de mulheres que tiveram consultas de pré-natal e o percentual de mulheres que morreram em decorrência de complicações no parto (infecção, hemorragia, hipertensão). As taxas de detecção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) tais como HIV/AIDS, a Sífilis e a Hepatite C são relevantes para verificar o avanço destas infecções entre o público feminino.

P10: Para garantir que a mulher tenha saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos é necessário que: _____

P11: Sobre a Mortalidade Materna no seu município :

() Taxa ALTA () Taxa BAIXA

P12: Sobre a Mortalidade Neonatal no seu município é :

() Taxa ALTA () Taxa BAIXA

4. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres:

A violência doméstica e familiar atinge a vida de mulheres e meninas de todas as idades, independentemente do local, da classe, da geração ou da raça/etnia (BANDEIRA, 2014). A Lei Maria da Penha tornou-se um instrumento importante para combater a violência contra as mulheres no Brasil pois prevê a criação de rede de serviços especializados (Juizados, Defensorias, Centros de Referências) que devem atuar em conjunto com as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e as Casas Abrigo.

P13: Para enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres é necessário que: _____

P14: Quanto ao número de medidas protetivas deferidas pelo Poder Judiciário:

() Número ALTO de medidas () Número BAIXO de medidas

P15: Quanto aos casos novos de Feminicídios que chegam ao Poder Judiciário:

() Número ALTO casos () Número BAIXO casos

5. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão:

As mulheres em espaços de poder e decisão (por exemplo, ocupando cargos nas Prefeituras, na Câmara dos Vereadores, na Câmara dos Deputados) é um indicador importante para verificarmos o grau de igualdade na sociedade. A Lei 12.034/09 prevê o estímulo à

participação das mulheres com preenchimento mínimo de 30% e a destinação de 5% do Fundo Partidário para as candidaturas femininas.

P16: Para fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é necessário que:

P17: Quanto ao número de mulheres em cargo de chefia no seu município:

() Número ALTO () Número BAIXO

P18: Quanto ao número de mulheres eleitas para prefeita/vereadora em seu município:

() Número ALTO () Número BAIXO

6. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social

O Desenvolvimento Sustentável contempla as dimensões sociais, econômicas e ambientais de forma que a Agenda 2030 implementada pelas Nações Unidas visa orientar um plano de ação global através dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De forma, políticas públicas que são orientadas para a redução das desigualdades de gênero e diminuição da pobreza são fundamentais para melhorar as condições das mulheres do Brasil e do Piauí

P19: Para que haja desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social é necessário que: _____

P20: Quando uma criança nasce em seu município, a esperança de que ela viva muitos anos é:

() Taxa ALTA de Esperança () Taxa BAIXA de Esperança

P21: A população utiliza os serviços de água potável gerenciados de forma segura.

() Sim () Não

7. Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta:

O fortalecimento do poder econômico e o direito à uma vida de qualidade das mulheres do campo e da floresta inclui a garantia de acesso à terra, aos bens, aos equipamentos e serviços públicos. De forma que o aumento de mulheres com trabalho remunerado e proprietárias de terras tem reflexos na ampliação do acesso à direitos sociais

P22: Para que haja o direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta é necessário que: _____

P23: Os estabelecimentos agropecuários de propriedade de mulheres são:

() Número ALTO de Estabelecimentos () Número BAIXO de Estabelecimentos.

P24: Percentual de Posse da Terra que a Mulher Produtora utiliza:

() Terra que ela trabalha é dela () A terra é que ela trabalha é de outra pessoa

8. Cultura, esporte, comunicação e mídia:

De acordo com o Plano Nacional de Política para as Mulheres (2013), este eixo trata de práticas culturais e atividades relacionadas ao bem-estar das pessoas, visto que o esporte e lazer são dimensões da vida sociocultural e representam fatores de bem-estar, inclusão social e cidadania. Com relação a comunicação e mídia, o uso de tecnologia de informação e comunicação como os aparelhos moveis podem ser representativos para a promoção do empoderamento da mulher, conforme afirma o ODS 5 de Igualdade de Gênero.

P25: Para que a Mulher tenha acesso a Cultura, esporte, comunicação e mídia é necessário que: _____

P26: Número de Escolas Públicas Estaduais que têm instalações esportivas na escola:

() Número ALTO () Número BAIXO

P27: Proporção de pessoas de 10 anos ou mais que possuem telefone celular móvel

() Pessoas de 10 anos ou mais utilizam celular () Pessoas de 10 anos ou mais NÃO utilizam celular

9. Enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia:

No Brasil, conforme aponta os dados do Censo de 2010, existem aproximadamente 50 milhões mulheres negras e pardas que em muitos casos, sofrem uma dupla discriminação: por serem mulheres (sexismo) e por serem negras ou pardas (racismo). O mesmo ocorre com as lésbicas, já que a lesbofobia consiste na discriminação pelo fato de serem homossexuais e serem mulheres. Desta forma, a adoção de políticas públicas específicas voltadas para este grupo mulheres visa diminuir vulnerabilidade social.

P28: Para que haja o Enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia é necessário que: _____

P29: Sobre o número de Homicídio de Mulheres Negras são denunciados no seu município:

() Sim () Não

P30: -Sobre as denúncias de discriminação apresentadas por LGBT no seu município:

() Há MUITAS denúncias () Há POUCAS denúncias

10. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência:

O envelhecimento da população brasileira é similar ao que está ocorrendo nos países desenvolvidos, no Piauí, são cerca de 11,20% das mulheres com 60 anos ou mais (IBGE, 2010). Quanto as jovens, o IBGE (2015) aponta que cerca de 23% da população de jovens não trabalham e não estudam (geração nem -nem), sendo que a proporção de mulheres é maior em virtude de afazeres domésticos e filhos. O percentual de adolescentes grávidas é indicador relevante pois interfere na continuidade dos estudos e no aumento da incidência de complicações no parto. As mulheres com deficiência ainda enfrentam preconceitos e estereótipos que precisam ser superados. De maneira que o acesso de mulheres idosas, jovens e com deficiência às políticas públicas (saúde, educação, trabalho e emprego) deve ser planejado pelo poder público conforme as especificidades de cada grupo.

P31: Para que haja Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência é necessário que: _____

P32: Número de denúncias de violência praticada contra a mulher idosa.

() Número ALTO de denúncias () Número BAIXO de denúncias

P33: Quanto aos Jovens de 15 a 29 anos de idade que não estão estudando e não estão ocupados no seu município:

() Tem muitos Jovens () Tem poucos Jovens.

PARTE III - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS: Serão identificados todos os instrumentos e serviços públicos que a mulher conhece e que estejam funcionando.

Marque o que você avalia que tem no seu município:

1 – Agrupamentos Humanos

() Assentamento - () Comunidade Quilombola - () Povos Indígenas () OUTROS:

2- Administração Municipal

() Câmara Municipal () Prefeitura () Secretaria de Assistência Social () Secretaria de Educação () Secretaria da Juventude () Secretaria da Saúde () Serviço de Informação () Local de Emissão de Documentos () outros: _____

3- Na área da Assistência Social:

- () Abrigo - () CRAS/Centro de Referência da Assistência Social -
- () CREAS/Centro Especializado de Referência de Assistência Social -
- () PAIF – Serviço de proteção e atenção integral a família
- () Serviço de proteção social e especial a indivíduos e família-
- () Serviço de Abordagem Social em Espaços Públicos
- () Serviço de Proteção Social aos adolescentes em medida socioeducativa

Outros: _____

4 – EDUCAÇÃO

- () Biblioteca - () Centro de Ensino Superior - () Creche
- () Escola de Ensino Fundamental - () Escola de Ensino Médio
- () Outros: _____

5- ESPORTE E LAZER

EQUIPAMENTOS:

- () Campo de Futebol - () Praça - () Quadra Poliesportiva
- () Outros: _____

SERVIÇO:

- () Gincanas - () Campeonatos - () Educação Física
- () Outros: _____

6 – JUSTIÇA E SEGURANÇA

EQUIPAMENTOS:

- () Cartório de Registro Civil - () Defensoria Pública
- () Delegacia - () Juizado - () Ministério Público
- () Posto de Polícia - () Unidade Militar
- () Outros: _____

SERVIÇO:

- () Emissão de Registro Civil de Nascimento
- () Outros: _____

7 – SAÚDE

- () CAPS – Centro de Atenção Psicossocial - () Casa de Passagem
- () Centro de Especialidades Odontológicas - () Hospital
- () Laboratório - () Maternidade - () Posto de Saúde
- () SAE – Serviço de Atenção Especializada DST / AIDS
- () Unidade de Atenção a Saúde - () Unidade de Saúde da Família
- () Unidade Móvel
- () Agente Comunitário de Saúde - () Parteira
- () Outros: _____

ANEXO V
Lista Atualizada OPMS

Endereço e Contatos Telefônicos /E-mail dos Organismos de Políticas para as Mulheres em funcionamento no Piauí		
Município	Endereço	Telefone /E-mail
Teresina	Rua Agripino Maranhão, 235. Bairro dos Noivos. Teresina. CEP 64046-230	(86) 3233-3961 smpm.teresina@gmail.com
Picos	Rua Marcos Parente, 153. Centro. CEP 64600154	(89) 9.9997-9704 pmulherluta@outlook.com
Bom Jesus	Avenida Getúlio Vargas, 462. CEP: 64900-000	(89) 98127-8811 coordamulher@hotmail.com
Pedro II	Rua Tertuliano Filho, 329. Centro CEP: 64255-000	(86) 9.9901-4136 leticia.the@outlook.com
Cocal de Telha	Rua Francisco Aves Mendes, 149. CEP:64278-000	(86) 99416-9028 ronnycleyde@hotmail.com
São Raimundo Nonato	Praça João Antunes Macedo, S/N. Bairro Gavião. CEP 64.770-000	(89) 98129-9046 secretariadamulhersrn@gmail.com
Campo Maior	Avenida Santo Antônio, pavilhão superior da Rodoviária. CEP:64280-000	(86) 99992-9475 luzia-per@hotmail.com
Oeiras	Avenida Rui Barbosa, S/N. Centro. CEP 64.500-000	(89) 99429-0432 Smas.oeiras@gmail.com
Palmeirais	Abrigo dos Inundados, S/N. CEP: 64420-000	(86) 99514-7007 Franciscamariasousa123@gmail.com
Queimada Nova	Rua do Comercio, 287. Centro. CEP 64750-000	(89) 99456-7365 geruzateixeira@hotmail.com
Sussuapara	Rua José Domingos Soares, 100. Centro. CEP: 64610-000	jesuitaaraujo@hotmail.com
Caxingó	Rua Domingos Neris, 75. CEP:64228-000	(86) 98139-6670 anataliajuli@gmail.com
Cocal	Praça da Matriz, S/N. Centro. CEP:64235-000	(86) 99985-2840 professoramarilenealmeida@yahoo.com.br
São João do Arraial	Avenida Vicente Augusto, 681. Centro. CEP: 64155-000	(86) 98186-9872
São Joao do Piauí	Travessa Manoel Leite, S/N. Bairro Centro. CEP: 64760-000	(89) 99418-7460 Mariapnunes8505@gmail.com

ANEXO VI

Lista da Rede de Atendimento à Mulher

Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	
Serviço	Endereço e Contato
CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA "FRANCISCA TRINDADE"	Avenida Joaquim Ribeiro, 835 – 3ª andar. Centro/Sul. Telefone para atendimento: (86)99433-0809 (Whatsapp disponível para atendimento)
CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA "ESPERANÇA GARCIA"	Rua Benjamin Constant, 2170 – Centro Norte; CEP: 64000-280.
CASA- ABRIGO "MULHER VIVA"	Endereço Sigiloso
NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ	Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1342 – Bairro de Fátima. Telefone: (86) 3233-8504.
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - 5ª VARA CRIMINAL	Praça Des. Edgar Nogueira, S/N, Centro Cívico, Cabral – CEP 64.000-830 Fórum Cível e Criminal “Des. Joaquim de Sousa Neto” – 4º andar
1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAÍBA	Avenida 19 de Outubro, Bairro: Conselheiro Dr. Alberto Tavares Silva, Zona Leste – Fórum “Desembargador Salmon Lustosa”
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PICOS	Rua Joaquim Balduino, nº 180, Bomba – CEP 64.600-000 Edifício “José Nunes de Barros”
NÚCLEO DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (NUPEVID)	Av. Lindolfo Monteiro, 911 – Bairro de Fátima. Telefone: 3221-1902
SERVIÇO DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL (SAMVVIS) - MATERNIDADE DONA EVANGELISTA	Avenida Higino Cunha, 1552 – Ilhotas. Telefone: (86)3228-1605/ 3228-1053
DELEGACIA DE FLAGRANTE DE GÊNERO	Rua Coelho de Resende, S/N, Centro/Sul, Teresina-PI. Telefones: (86)3216-5038/ (86)3216-5042
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER – CENTRO	Rua 24 de Janeiro, 500, Centro-Norte, Teresina-PI. Telefone: (86)3222-2323
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER – SUDESTE	Conj. Dirceu Arcoverde (por trás do 8º DP), Teresina-PI. Telefone: (86)3216-1572
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER – NORTE	Rua Bom Jesus, S/N, Buenos Aires, Teresina-PI. Telefone: (86) 3225-4597
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER – SUL	Rua Marechal Hermes da Fonseca, S/N, Praça da Integração, Parque Piauí-PI
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER DE PARNAÍBA E DPCA	Rua Francisco Severiano, S/N; Bairro São Francisco. Parnaíba – PI CEP: 64200-000. Telefone: (86) 3322-3955
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER DE FLORIANO	Av. João Luiz Ferreira, 450. Centro. Floriano – PI. CEP :64800-000. Telefone: (89) 3522-1635
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER DE PICOS	Rua Hilda Policarpo, 661. Canto da Várzea. Picos – PI CEP: 64600-000. Telefone: (89) 3422-6443
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER DE PIRIPIRI	Rua João Damasceno, S/N. Centro. Piripiri – PI CEP: 64260-000. Telefone: (86) 3276-1111
DELEGACIA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO RAIMUNDO NONATO I	Rua Antônio Carvalho, S/N. Bairro Milonga. São Raimundo Nonato – PI. CEP:64770-000
DELEGACIA REGIONAL DE BOM JESUS	Praça Gilson Coelho. S/N. Bairro Penitenciária. Bom Jesus. CEP: 64.900-000. Telefone: (89) 3562-1223
DELEGACIA DE CAMPO MAIOR	Rua Coronel Eulálio Filho, S/N. Centro. Campo Maior.

ANEXO VII
Lista dos Conselhos Municipais

Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres em funcionamento no Piauí					
Território	Município	Órgão a que está vinculado	Sigla	Horário de Funcionamento	Endereço
Vale do Canindé	Oeiras	Secretaria Municipal de Assistência Social	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Avenida Rui Barbosa, S/N. Centro. (Ao lado do Oeiras Lanches)
Vale do Sambito	Valença	Poder Público Municipal e a CEPAVA	CDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Praça Teodoro Lima Verde, S/N. Centro
Vale do Rio Guaribas	Picos	Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social	CMULHER	Das 7:30 as 13:30 h	Sala da Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Tabuleiros do Alto do Parnaíba	Bertolínia	Secretaria de Assistência Social	CMDM	Das 7:30 as 13:30 h	Casa dos Conselhos. Praça Dom Augusto, 193. Centro.
Serra da Capivara	São João do Piauí	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.
Planície Litorânea	Paranaíba	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC)	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Não informado
Entre Rios	União	Não informado	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
	Teresina	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM)	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	R. Agripino Maranhão, 235 - Noivos, Teresina - PI, 64046-230
Chapada dos Mangabeiras	Corrente	Não informado	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Não informado
	Bom Jesus	Secretaria Municipal de Assistência Social	COMDIM	Das 7:30 as 13:30 h	Av. Getúlio Vargas, S/N
Carnaubais	Sigefredo Pacheco	Não mencionado	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Rua Benedito Macedo, S/N. centro
	Campo Maior	Secretaria de Assistência Social	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Rua Senador José Eusébio, nº460
	Cocal da Telha	Não informado	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Não informado
Cocais	Pedro II	Coordenaria de Política para as Mulheres	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Ao lado do SAVVIS
	Piripiri	Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social	CMDD	Das 7:30 as 13:30 h	Rua Rui Barbosa, 332. Bairro Fonte dos Matos
	São João do Arraial	Não informado	CMDDM	Das 7:30 as 13:30 h	Não informado

ANEXO VIII

Formulário de aplicação da pesquisa

PESQUISA QUANTI - MULHER PIAUIENSE - SETEMBRO/2019			
DATA	PESQUISADOR	CHECADOR	CODIFICADOR
/2019			
GEO LATITUDE			
GEO LONGITUDE			
NOME DO ENTREVISTADO			
01. Nome civil			
02. Nome social			
WhatsApp			
ENDERECO DO ENTREVISTADO			
01. MUNICIPIO			
02. ZONA: 01. Sul 02. Leste 03. Norte 04. Sudeste			
03. AREA: 01. URBANA 02. RURAL			
04. Idade			
05. Orientação sexual			
01. Assexual 02. Bissexual 03. Heterossexual 04. Homossexual/Lésbica 05. Mulher Trans 06. Travesti			
05.1 Já sofreu discriminação/preconceito pela sua orientação sexual?			
01. Sim 02. Não 99. NS/SR			
06. Estado Civil:			
01. Solteira 02. Casada/união consensual 03. Divorciada 06. Não se aplica 07. Ignorado			
07. Cor/Etnia:			
01. Branca 02. Preta 03. Amarela 04. Separada 05. Indígena 06. Ignorado 07. Indígena 08. Outras			
07.1 Já sofreu discriminação racial?			
01. Sim 02. Não 99. NS/SR			
08. Religião			
01. Católica 02. Evangélica 03. Muçumana 04. Espírita 05. Afro/Candomblé/Umbanda 06. Oriental 07. Indígena 08. Outras			
09. Você foi criada por			
01. Pais naturais 02. Pela mãe 03. Pela pai 04. Pelos avós 05. Pais adotivos 06. Pelos tios 07. Pelos irmãos 08. Outras			
10. Está estudando?			
01. Sim 02. Não 99. N/R			
11. Por que não está estudando?			
01. Não tenho interesse 02. Não tenho tempo 03. Não tenho condições 99. NR			
12. Por que não tem condições?			
01. Não conseguiu vaga/poucas escolas 02. Não tem Escola próximo da residência 03. Dificuldade de transporte/acesso 04. Limitações físicas/visual/auditiva/cognitiva/doenças graves (crônicas ou contagiosas)/portadores de necessidades especiais em geral 05. Gravidez da adolescente/Maternidade/Cuidar de filho 06. Envolvimento com drogas/crime 07. Devidor ter que trabalhar 08. Não têm condições de adquirir material escolar 09. Não têm condições de pagar o transporte/passagem 10. Sofreu bullying ou assédio moral 11. Sofreu abuso/violência sexual/estupro 12. Envolvimento com violência/agressões/brigas na escola			

13. Constante reprovações/Déficit de aprendizagem 14. Desinteresse/Não quer estudar 15. Não gosta dos professores	
Outro	
99. NS/SR	
11. Grau escolaridade:	
01. Sem escolaridade 02. 1ª a 4ª série 03. 5ª a 8ª série 04. Ensino médio incompleto 05. Ensino Médio completo	
06. Superior completo 07. Superior incompleto 08. Pós-graduação incompleta 09. Pós-graduação completa	
12. Você gostaria de retomar os estudos?	
01. Sim 02. Não 99. NS SR	
13. Possui algum tipo de deficiência, limitação ou transtorno?	
01. Sim 02. Não	
13.1 SE RESPONDEU SIM: Qual o tipo de deficiência, limitação ou transtorno:	
01. Física 02. Visual 03. Auditiva 04. Transtorno Mental 05. Transtorno Comportamental 06. Outras deficiências/ Síndromes	
13.2 Existe acessibilidade/mobilidade adaptada onde você mora?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
14. Você consome algum tipo de bebida alcoólica?	
01. Sim, frequentemente 02. Sim, eventualmente/Finais de semana 03. Sim, raramente 04. Não 05. Já consumi/não consumo mais 99. NS/SR	
15. Você é fumante?	
01. Sim, frequentemente 02. Sim, eventualmente/Finais de semana 03. Sim, raramente 04. Não 05. Já consumi/não consumo mais 99. NS/SR	
16. Faz uso de outras drogas?	
01. Sim, frequentemente 02. Sim, eventualmente 03. Sim, raramente 04. Não 05. Já consumi/não consumo mais 99. NS SR	
16.1 SE SIM: Qual tipo?	
01. Maconha 02. Cocaína 03. Crack 04. LSD 05. Lança Perfume 06. Cola 07. Ecstasy 08. Heroína 09. Merla 99. NS/SR	
17. Faz uso de medicamentos?	
01. Sim, frequentemente 02. Sim, eventualmente 03. Sim, raramente 04. Não 05. Já consumi/não consumo mais 99. NS/SR	
17.1 SE SIM: Qual medicamento?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
17.2 SE SIM: Possui algum acompanhamento médico no uso da medicação?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
18. Renda familiar:	
01. Menos de 15M 02. De 1 até 2 3M 03. De 2 até 3 3M 04. De 3 até 4 5M 05. De 4 até 5 5M 06. Acima de 5 5M 99. SEM RENDA 99. NS/SR	
19. Você trabalha em serviços domésticos na sua própria casa?	
01. Sim 02. Não 03. Eventualmente 99. NS/SR	
20. Você trabalha como home office/work from home remunerado em casa?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	

21. Você tem alguma formação profissional? Qual?	
08. Não possui 99. NS/SR	
22. Qual a sua principal ocupação?	
01. Empregada Iniciativa privada 02. Autônoma 03. Profissional Liberal 04. Empregador/empresária 05. Aposentada/pensionista 06. Estudante 07. Trabalha nos serviços domésticos em casa 08. Funcionário público municipal 09. Funcionário público estadual/federal 10. Sem ocupação/desempregada	
22.1 SE RESPONDEU "AUTÔNOMA" (Resp 02): Qual?	
01. Cooperado individual 02. Individual 03. Comunitário 04. Outras 99. NS/NR	
23. Que tipo de Benefícios sociais você possui?	
01. Bolsa Família 02. BPC 03. Seguro desemprego 04. Aposentadoria 05. Outras 99. NS SR	
24. Tem acesso ao crédito rural (PRONAF)?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
25. Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência moral, ou física, ou psicológica, ou de qualquer outra forma?	
01. Sim, ainda sofre 02. Sim, já sofreu 03. Não, nunca sofreu (PULAR PARA A QUESTÃO 35)	
25.1 SE SIM: Qual tipo?	
01. Física (agressão/lesão corporal) 02. Psicológica (dano emocional/diminuição da autoestima/prejuízos ao pleno desenvolvimento/degradação ao controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação) 03. Moral (atinge a honra/calúnia, difamação, injúria) 04. Patrimonial (danificar, destruir, reter, subtrair bens/pertences/valores/recursos/documentos) 05. Institucional (discriminação/humilhação/preconceito sofrido em órgão público) 06. Sexual (abuso/estupro) 07. Pedofilia 08. Bullying 09. Preconceito étnico/racial 10. Discriminação 11. Homofobia 12. Negligência e Abandono 13. Trabalho infantil 14. Violência doméstica 99. NS/SR	
26. SE RESPONDEU "Violência sexual" (Resp 06): Qual o tipo de violência Sexual?	
01. Estupro 02. Assédio sexual 03. Atentado ao pudor/Ato libidinoso 04. Outras 99. NS/SR	
27. Há relação/vínculo ou parentesco com o agressor:	
01. Exposo/Companheiro 02. Namorado 03. Ex-companheiro/Ex-namorado 04. Pai 05. Padrasto 06. Irmão 07. Avô 08. Tio 09. Outro parentesco 10. Amigo pessoal	

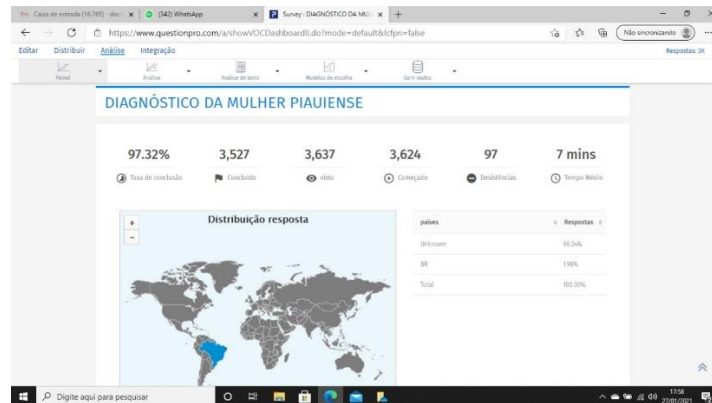
34. Quantas vezes você já foi agredida/sofreu violência?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
35. Você faz parte de algum tipo de movimento social?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
35.1 SE SIM: Qual?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
36. Como você costuma a preencher o tempo nas horas de lazer ou de folga?	
01. Passear no Shopping 02. Ir ao cinema 03. Ir a festas e bares 04. Ir a biblioteca 05. Feiras e eventos artísticos 06. Cooperativas 07. Lazer em casa 08. Assistir TV 09. Igreja/Templo/Cultos 99. NS/SR	
37. Quando você tem problemas de saúde, onde você recorre?	
01. Posto de Saúde / UPA / Pronto Socorro/ Atendimento SUS 02. Plano de Saúde Privado 03. Consulta/Atendimento particular/pago 04. Tratamento em casa/Automedicação 05. Tratamento alternativo/Homoeopatia/Remédios plantas naturais 99. NS/SR	
38. Você já ocupou algum cargo de chefe, ou cargo eletivo/político em alguma fase da sua vida?	
01. Exerceu cargo Eletivo político municipal 02. Exerceu cargo Eletivo político estadual 03. Exerceu cargo Eletivo político federal 04. Diretoria/Gerencia 05. Cargo de presidência 99. NS/SR	
38.1 SE SIM: Qual?	
01. Seleciona/separa o seu próprio lixo/Coleta seletiva 02. Faz reciclagem de objetos/Reutilização 03. Diminui/controla consumo de vestuário 04. Participação em eventos socioambientais (corridas, fóruns, trilhas ecológicas, debates ambientais, entre outros) 05. Horta familiar, sem uso de agrotóxico/Produtos orgânicos 99. NS/SR	
39. Você faz alguma atividade relacionada ao meio ambiente ou sustentabilidade em sua casa, trabalho, comunidade, escola, igreja, entre outras?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
39.1 SE SIM: Qual?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
40. Você tem acesso à Internet?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
40.1 SE SIM: Quais redes mais acessa?	
01. WhatsApp 02. Facebook 03. Instagram 04. Youtube 05. Telegram 06. Twitter 99. NS SR	

01. Sim 02. Não, É um desconhecido	
25.3 SE SIM: Qual o vínculo/parentesco?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
26. Onde ocorreu essa violência (Local da ocorrência)?	
01. Residência da vítima 02. Residência do agressor 03. Escola 04. Universidade/Faculdade 05. Habitação coletiva 06. Via pública 07. Transporte público 08. Meio virtual/Internet 09. Bar ou similar 10. Floresta/Mata 11. Comércio/serviços (local de trabalho empresa privada) 12. Indústria/Construção (local de trabalho empresa privada) 99. NS/SR	
29. Qual foi o meio de agressão sofrida?	
01. Força Corporal/Espancamento 02. Enforcamento 03. Asfixia 04. Objeto Contundente 05. Objeto Perfuro/cortante 06. Substância/Obj. Quente 07. Arma de Fogo 99. NS/SR	
30. Há quanto tempo você sofreu/sofre essa violência? (Quantificar)	
01. Meses 02. Anos 99. NS SR	
31. A violência sofrida deixou em você algum tipo de Sequela/Consequências/Traumas resultantes da agressão? Que tipo?	
01. Gravidez 02. DST 03. Traumas/medo/pânico 04. Ansiedade 05. Depressão 06. Dano moral 07. Dano físico 99. NS/SR	
32. Você fez algum tipo de denúncia em relação à violência sofrida?	
01. Sim 02. Não 99. NS SR	
32.1 SE SIM: Onde você fez?	
01. 180 02. Delegacia da Mulher 03. Outra delegacia 99. NS/SR	
32.2 SE SIM: Como foi o resultado da denúncia?	
01. Positivo: Foi investigado/Tomaram as medidas cabíveis/Foi punido ou solucionado 02. Negativo: Não foi investigado/Não tomaram nenhuma medida/Não houve punição ou solução 03. Indiferente 99. NS/SR	
32.3 SE RESPONDEU NÃO: Por que você não fez a denúncia?	
01. Falta de informação/orientação 02. Medo do agressor 03. Foi impedida, por quem? 99. NS/SR	
33. Você está sofrendo ameaça de morte?	
01. Sim, sofreu 02. Sim, sofre 03. Não 99. NS/SR	
33.1 SE SIM: Por quem/Quem está ameaçando/ameaçou?	
01. Exposo/Companheiro 02. Namorado 03. Ex-companheiro/Ex-namorado 04. Pai 05. Padrasto 06. Irmão 07. Tio 08. Outro parentesco 09. Amigo pessoal 10. Amigo da família 11. Colega de trabalho 12. Chefe de trabalho/patrão 13. Vizinho 99. NS/SR	

41. Você faz uso de algum método contraceptivo ou de proteção a DSTs?	
01. Sim 02. Não 99. NS/SR	
41.1 SE SIM: Qual?	
01. Caminha 02. Píula anticoncepcional 03. Anticoncepcional injetável 04. Dispositivo intrauterino (DIU) 05. Diafragma vaginal 06. Laqueadura/Vasectomia 99. NS/SR	
42. Quais exames periódicos você costuma fazer?	
01. Checkup 02. Mamografia 03. Preventivo/PCU 04. Hemograma 05. Transvaginal 99. NS/SR	
43. De que forma/meio você acha que a sua condição feminina deve ser melhor reconhecida na sociedade/no seu meio em geral?	
01. Garantir direitos 02. Políticas públicas 03. Campanhas contra o preconceito/discriminação 04. Campanhas contra a violência contra a mulher 05. Campanhas contra a violência Light 06. Inclusão no mercado de trabalho 99. NS/SR	
44. Já praticou aborto?	
01. Não 02. Sim, Aborto espontâneo 03. Sim, Aborto provocado 99. NS/SR	
44.1 SE SIM: Quantas vezes?	
01. Remédio 02. Clínica de aborto clandestina 03. Clínica particular 99. NS/SR	
44.2 SE ABORTO PROVOCADO: Qual o método?	
01. Remédio 02. Clínica de aborto clandestina 03. Clínica particular 99. NS/SR	

ANEXO IX

Sistema QuestionPro



Q68 ORIENTAÇÃO SEXUAL:

- ☐ Asssexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual

Q8 JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO / PRECONCEITO PELA SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

Q68 Município

Teresina

Q69 Zona:

- ☐ Zona Sul
- ☐ Zona Leste
- ☐ Zona Norte
- ☐ Sudeste

Q2 PESQUISADORES:

- ☐ Sônia
- ☐ JADSON CHAVES
- ☐ CARLA
- ☐ RENATA
- ☐ CARLA FORSECA
- ☐ KARINE
- ☐ MILENA
- ☐ MARIA
- ☐ JANAÍNA
- ☐ AMÉLIA
- ☐ ANTONIO
- ☐ NARA
- ☐ POLIANA

ANEXO X
Imagens da pesquisa de campo







ANEXO XI

Lista de municípios selecionados por território

1. Território de Entre Rios
Teresina
Altos
José de Freitas
União
Amarante
Água Branca
São Pedro do Piauí
Regeneração
Miguel Alves
Monsenhor Gil
2. Território Vale do Rio Guaribas
Picos
Itainópolis
Pio IX
Fronteiras
3. Território Vale do Rio Itaim
Paulistana
Patos do Piauí
Jaicós
Simões
Marcolândia
4. Território Planície Litorânea
Parnaíba
Buriti dos Lopes
Cocal
Luiz Correia
Ilha Grande
Cajueiro da Praia
5. Território Vale dos Rios Piauí e Itaueiras
Floriano
Canto do Buriti
Itaueira
Nazaré do Piauí
Flores do Piauí

6. Território Chapada das Mangabeiras
Corrente
Bom Jesus
Cristino Castro
Gilbués
Eliseu Martins
Cristalândia do Piauí
7. Território Serra da Capivara
São Raimundo Nonato
São João do Piauí
Dirceu Arcoverde
Coronel José Dias
São Lourenço do Piauí
8. Território Tabuleiros do Alto Parnaíba
Uruçuí
Guadalupe
Porto Alegre do Piauí
Antônio Almeida
Jerumenha
Marcos Parente
9. Território Vale do Sâmbito
Valença do Piauí
Elesbão Veloso
Inhuma
Pimenteiras
Francinópolis
Santa Cruz dos Milagres
10. Território Carnaubais
Campo Maior
Castelo do Piauí
São Miguel do Tapuio
Capitão de Campos
São João da Serra
Sigefredo Pacheco

11. Território Cocais
Piripiri
Barras
Batalha
Esperantina
Luzilândia
Pedro II
Piracuruca
12. Território Vale do Canindé
Oeiras
Simplício Mendes
Santa Cruz do Piauí
São João do Piauí



**GOVERNO
DO PIAUÍ**

www.pi.gov.br